

PIETRO UBALDI



CRISTO

CRISTO

PRIMEIRA PARTE

A FIGURA DE CRISTO

PREFÁCIO

O presente volume é dividido em duas partes: a primeira diz respeito à figura do Cristo, a segunda, ao Evangelho e os problemas sociais. Do Cristo se fala frequentemente nos 24 volumes da Obra. É assim que no presente livro, o último deles, são expostos apenas os aspectos do tema não tratados anteriormente. Na segunda parte, é exposta, deduzida do Evangelho, a doutrina de Cristo, sobretudo no seu aspecto social, aquele que mais interessa ao nosso mundo moderno.

Cristo e a sua doutrina são, neste volume, apresentados em forma diferente daquela tradicional, baseada no amar e no crer. Aqui, em vez desta, quisemos adotar a psicologia dos novos tempos, baseada no pensar e no compreender. Damo-nos conta de que hoje vivemos em plena crise religiosa, sendo esta uma crise de crescimento espiritual, pela qual o homem está de menino se tornando adulto, assumindo a respectiva forma mental. Acompanhamos este desenvolvimento, apresentando um Cristo e sua doutrina vistos com os olhos de um mundo mais maduro, que, entrando na era da inteligência, não pensa mais com base nos impulsos instintivos do subconsciente, levado pelo sentimento e pela fé, mas sim de modo consciente e controlado, seguindo a razão e o conhecimento.

Desta atitude nasceu um estilo que, diferente daquele tradicional e cego conformismo, é feito de crítica, para levar tudo em conta. Expusemos assim ao leitor as mais variadas dúvidas, para apresentar-lhe depois a solução. Submetemos o Evangelho a esta crítica, mas para melhor compreender, e não para demolir; para desbastar e chegar ao essencial, e não para destruir; buscando encontrar o consistente, que não cai com o tempo, sendo que, se alguma coisa cair, é para poder ser reconstruída mais aderente à realidade. Esta franqueza

poderá perturbar as velhas formas mentais. Mas, sem uma nova e mais substancial interpretação, o Evangelho pode, em alguns pontos, parecer inaplicável ao mundo moderno e ser, por isso, liquidado como doutrina inútil à vida. Procuramos, dessa forma – a risco de sermos julgados pouco ortodoxos – colocar-nos no momento histórico atual, que impõe em todos os campos uma renovação.

Depois disso, procuramos colher no Evangelho, para lá da letra, aquilo que não muda com o tempo, por ser constituído segundo os princípios estabelecidos pela lei de Deus. Um deles é o princípio da evolução, que leva a uma contínua superação de fases – da inferior à superior – no desenvolvimento da vida. A lei da evolução, sobre a qual nos baseamos, é um princípio biológico comprovado e universalmente aceito, capaz de nos oferecer uma sólida base para a interpretação do Evangelho. Pudemos, assim, eliminar a acusação de envelhecimento movida àquela doutrina, que caminha há dois mil anos.

Assim, enquanto o mundo está voltado a contestar e demolir tudo, procuramos aqui levar avante o trabalho positivo do construtor, sem o qual, à força de apenas contestar, corremos o risco de permanecer no vazio, sem diretrizes, que são, todavia, necessárias à vida, ou então de ficar somente com os deploráveis sub-rogados das diretrizes tradicionais, submetendo-nos a um retrocesso involutivo, em vez de realizar um progresso. Outrora usava-se o método do autoritarismo e da aquiescência, hoje tende-se ao da liberdade e da responsabilidade. O Evangelho, tendo sido dirigido ao homem menino de então, há de ser relido e entendido com a mente do homem adulto de hoje, cujos problemas não são mais os mesmos daquela época.

Isto não é apenas possível, mas também constitui a exigência de progresso imposta pela própria lei da vida, que é lei de desenvolvimento. O homem se ufana em apontar suas verdades como inalteráveis, mas inalterável é apenas o princípio da sua contínua transformação. Todavia as verdades ditas absolutas são indispensáveis não somente para estabelecer a referência e o ponto final de chegada, mas também para dar um mínimo de estabilidade às posições que se sucedem ao longo do caminho, a fim de regular sua própria evolução. Isto implica, portanto, relatividade de compreensão e de juízo a respeito daquelas verdades. Assim, é compreensível escandalizar-se em relação à fase precedente mais atrasada, o que seria impossível, se aquela fase não estivesse superada, de maneira a poder ser vista e julgada a partir de uma fase mais avançada. Enquanto se vive mergulhado num dado plano de evolução, do qual se faz parte, não se percebem as diferenças que permitem o confronto, porque elas só poderão ser vistas de um diferente ponto de vista, não sendo possível também, por esta razão, perceber seus respectivos defeitos, porque não foram ainda experimentadas suas

tristes consequências. Sendo assim, uma vez que, naquele grau inferior, tais defeitos servem à vida, eles podem ser julgados como virtudes, enquanto algo considerado moral num determinado nível poderá ser reputado imoral, passando-se a um nível mais avançado. Permanecendo imersos em uma dada forma psicológica, não podemos compreender certos atos como errôneos. Somente quando se sai fora daquela “forma mentis”, estas mesmas ações poderão ser diversamente avaliadas, sendo então condenadas e evitadas.

Isto acontece em relação à própria posição biológica de cada sujeito e ao nível alcançado. Assim, por exemplo, o corajoso assaltante, outrora considerado como herói, pois era útil para a conquista e a defesa, começa a ser considerado hoje um delinquente, porque surgiu o conceito de pecado social, segundo o qual a virtude consiste, ao invés, em não prejudicar o próximo. A evolução é uma construção na qual todos estamos trabalhando, elevando-nos assim sempre mais.

Este volume sobre Cristo e sua doutrina acompanha, portanto, os novos tempos, sendo racional e positivo para quem sabe pensar e quer compreender, não excluindo, e sim, pelo contrário, procurando levar a este nível quem segue a psicologia do sentimento e da fé. Aliás, livros deste tipo sobre Cristo não faltam. Aqui, porém, em vez de contrapormos as duas formas mentais, procuramos conservar o bem e a verdade que existe na velha, iluminando-a com a nova, em via de afirmação. Estamos, pois, em fase de transição, e este livro a acompanha, procurando ajudar o novo a nascer do velho.

Alguns poderão escandalizar-se com certas afirmações, que são novas hoje, mas que, amanhã, serão aceitas por todos. Na minha longa experiência de vida, isso aconteceu repetidas vezes, sendo que o fato se repete com frequência crescente. Assim, este livro, que poderá hoje parecer batalhador, tem, porém, a função de purificar e, mesmo podendo ser julgado por alguém como condenatório, ele na realidade visa apenas apontar o desenvolvimento. Todavia, não se trata de um livro de contemplação, e sim de luta. Está voltado, porém, a uma finalidade feliz, porque o trabalho de demolição – se assim vier a parecer – finaliza-se com a reconstrução. Seu conteúdo não se dirige a nenhum determinado grupo humano, e sim à Lei, visando a unificação, e não a divisão, por isso não tende ao separatismo, pois se volta em direção ao Sistema. Com efeito, aquela lei é apresentada não como abstração teológica ou mera aspiração mística, mas sim como fato positivo e racionalmente controlável, sendo demonstrada como realidade biológica, que a todos nós estrutura e que se poderá experimentalmente analisar. É verdade que, deste modo, a figura do Cristo tende a ser em parte desmistificada, porém ela, se perde algo como criação de arte e beleza poética, ganha em compensação muito mais em veracidade e, portanto, em aceitação.

Atinge-se assim uma interpretação do Cristo não só reservada a quem crê, mas também a quem pensa; um Cristo para adultos, visto não só pela fé, mas também com a lógica e a razão, bem mais convincentes, porque mais adequadas à mentalidade positiva do homem moderno; um Cristo que também o ateu pode levar em consideração, porque lhe é proposto de acordo com os termos da sua forma mental. Tal universalidade de resultados conduz à unificação, o que é um progresso.

Portanto este livro é uma tentativa para canalizar a revolução interior que já está em ato, secundando-a, mas em forma de continuação do passado, como sua complementação e enriquecimento, no caminho da evolução. Apresentamos, então, um Cristo logicamente implantado na estrutura físico-espiritual de nosso universo, de maneira que o homem novo possa continuar a utilizar, de forma mais adequada aos novos tempos, a ideia salvadora por Ele oferecida.

É assim que deixamos de lado o aspecto humano do Cristo, para vê-lo, sobretudo, em seu aspecto cósmico e divino, como representante do Pai, vindo para nos fazer conhecer a Sua lei, para nos ensinar e nos ajudar a subir a Deus, levando-nos consigo do Anti-Sistema ao Sistema.

O presente volume representa o termo conclusivo de uma Obra de 24 volumes, perfazendo cerca de 10.000 páginas. Trata-se de um longo caminho, do qual este livro constitui a fase de maturação hoje alcançada, à guisa de coroamento, através de todo aquele percurso.

Trata-se do resultado de quarenta anos de trabalho, que vai de 1931 a 1971, desenvolvendo-se concomitantemente às transformações históricas deste período, do qual acompanhou o desenvolvimento desde o velho conservadorismo estático até ao nosso tempo de abertura. A Obra, antes da chegada destes novos rumos, foi desde o seu início inspirada no espírito de renovação, hoje atual, sendo até mesmo, no começo, condenada por “erros” que, hoje, não são mais considerados como tais. Ainda assim, a despeito de sua condenação, ela foi profética, porque hoje se revela bem mais realizada do que poderia ter sido previsto. Podemos, portanto, acreditar que, resultando deste modo inserida no momento histórico atual, esta Obra tenha nascido em função dele.

É possível agora dizer que a Obra está cumprida, bastando, para deduzir isto, observar o ritmo musical segundo o qual ela se desenvolveu e agora se conclui. Tendo nascido no Natal de 1931, a Obra terminou neste Natal de 1971. São exatamente quarenta anos de trabalho, situados no centro do Século XX, entre os seus primeiros trinta anos (1901 a 1931) e os seus trinta anos finais (1971 a 2.000). Estes quarenta anos podem ser divididos em dois períodos de vinte anos cada um. No primeiro deles, foi escrita na Itália a “primeira obra”, até

1951, época da mudança de seu autor para o Brasil. No segundo período, foi escrita no Brasil a “segunda obra”, até 1971.

A Obra foi iniciada na metade da minha vida, aos quarenta e cinco anos de idade. A minha vida de trabalho vai, assim, dos cinco aos oitenta e cinco anos. Na primeira metade, que vai dos cinco aos quarenta e cinco, cumpriram-se quarenta anos de preparação, através de várias vicissitudes. A segunda metade, que vai dos quarenta e cinco aos oitenta e cinco anos, compreende os quarenta anos de compilação da Obra. Assim, após um período de preparação igual ao de sua execução, ela foi iniciada precisamente na metade da minha vida de trabalho.

Na introdução ao volume *Profecias*, terminado no Natal de 1955, apontei o ritmo dos quatro períodos de vinte anos que constituíam a minha vida. Observei então que o primeiro ia dos cinco aos vinte e cinco anos (1891-1911); o segundo, dos vinte e cinco aos quarenta e cinco (1911-1931); o terceiro, dos quarenta e cinco aos sessenta e cinco (1931-1951), e concluí, portanto, que o último período da minha vida deveria ser dos sessenta e cinco anos aos oitenta e cinco anos (1951-1971). O controle da última parte desta contagem somente podia ser feito hoje. Pois bem, esta última etapa sucedeu como fora previsto em 1955. Naquele ano, escrevia no referido volume *Profecias* (Gênese da II Obra): “O atual quarto e último período da minha vida deverá durar até se completar os meus oitenta e cinco anos. O meu trabalho deverá durar, aqui no Brasil, até o ano de 1971”¹.

Há outra coincidência. A Obra se iniciou com as “Mensagens Espirituais”, que vão de 1931 (Natal) a 1933 (Páscoa). Tais mensagens param nesse ano, que marca o XIX Centenário da Morte de Cristo, para continuarem depois, à guisa de um ritmo decenal, com uma mensagem em 1943 e outra em 1953 (esta última apareceu apenas na edição mais recente de *Grandes Mensagens*).

Uma harmonia assim, não previsível e só percebida agora, quando ela aparece visível, depois de terminado o trabalho, manifestando-se independente do meu conhecimento e vontade enquanto escrevia a Obra, faz pensar na presença de uma mente oculta organizando e dirigindo todo este trabalho, sendo justamente a harmonia o fato que caracteriza a positividade da Lei nas suas obras de tipo benéfico.

Esta ideia me conforta. As teorias desenvolvidas na Obra as apliquei e vivi. Assim, tendo-as experimentado, sinto com justificada razão que elas são verdadeiras. Além disso, há também o fato de que, durante quarenta anos, em meio a um mundo revolto pelas guerras, a Obra continuou a se desenvolver – diria até com exatidão cronométrica – vencendo mil obstáculos, enquanto não só desmoronavam nações e desapareciam personagens que com ela tiveram relacionamento, mas também se dava minha transferência para o hemisfério oposto. Este fato revela que a Obra é sustentada por uma força interior e dirigida

por um princípio de ordem, condições estas típicas da Lei, as quais não se coadunam com o acaso, que, por ser desordem, é, portanto, incapaz de manter tal ordem durante tão longo período. Ora, onde existe ordem deve existir uma lei, então, quando se verifica, como neste caso, que ela não depende de nossa vontade, cálculos ou previsões, não se pode deixar de pensar que esta ordem provenha de outra fonte. Quem compreendeu a Obra sabe muito bem onde se encontra e de onde provém esta ordem. Naturalmente, poderá parecer ousado afirmá-lo. Porém nos encontramos aqui perante um fato, sendo, portanto, lícito e natural procurar uma explicação que satisfaça a razão e o sadio desejo de compreender.

Natal de 1971.

I. TUDO-UNO-DEUS

Os novos conceitos. Deus uno e trino. Os três momentos da Trindade. A criação do Sistema. O Filho: 3ª pessoa da Trindade. O nosso universo. A Queda e o Anti-Sistema. O ciclo involutivo-evolutivo. O dualismo Sistema e Anti-Sistema. A imanência de Deus. A Lei.

Propomo-nos, em primeiro lugar, a compreender o significado do fenômeno da presença de Cristo na Terra. Façamos isto do mesmo modo pelo qual colocamos o problema no prefácio, empregando o método da lógica e dos processos da indagação racional, em substituição ao do mistério e da fé, tradicionalmente adotado, mas, sempre que possível, conduzindo-os lado a lado e complementando-os. Não usamos este último método porque não é mais adaptado à forma mental moderna, que, para aceitar uma verdade, exige antes de tudo compreender, enquanto no passado bastava apenas crer.

Desse modo, aplicamos essa nova linguagem não ortodoxa, porque nos dirigimos, sobretudo, aos ateus e às mentes positivas, habituadas a controlar a aceitabilidade de cada afirmação. Dirigimo-nos aos que não acreditam, pois eles nos parecem mais necessitados de serem convencidos. Mas, para chegar a tanto, é necessário usar sua própria linguagem e saber compreender as justas exigências de sua forma mental.

Saímos da vida tradicional também porque os novos tempos são diferentes. Um novo modo de pensar está generalizando-se. Não vivemos mais na época em que uma coisa era verdadeira apenas porque assim tinha falado quem possuía autoridade. Usar tais métodos hoje, para quem deseja ser ouvido, é contraproducente. Falar claro, com sinceridade e convicção, é a melhor maneira para convencer.

Por isso tivemos de apresentar a figura do Cristo vista sob outros aspectos que lhe dizem respeito. Trata-se de questões não tradicionais, porém mais racionais em relação à evolução da vida, de modo que a figura do Cristo possa sobreviver e cumprir a sua função em nosso novo mundo, tão diverso do passado. Por isso levamos em conta até mesmo as objeções dos descrentes materialistas, desde que razoáveis e sinceras. Veremos, portanto, que esse modo de pensar aflora em vários pontos deste volume. E permitimos sua livre entrada, a fim de que o leitor pudesse, imparcialmente, encarar todos os aspectos da questão, inclusive aqueles sobre os quais tem sido tradicionalmente imposto o silêncio.

Nascerão, então, dúvidas e contrastes, porque esta exposição não segue apenas um único ponto de vista nem colima para uma só conclusão preconcebida. Poderá, assim, verificar-se um choque entre diferentes perspectivas de visão. Com efeito, este é um livro de batalha, nascido numa época de lutas, feito para pensar, e não para descansar. Sendo assim, o esforço de responder as questões, visando solucionar os problemas, é muitas vezes deixado ao leitor, para que a verdade alcançada não seja apenas uma dádiva gratuita, mas sim consequência de uma sua laboriosa e, portanto, merecida conquista.

Num clima de revolução como o atual, que invade todos os campos, o conformismo se resolve em contestação, enquanto o não conformismo está na disciplina e na obediência. Para alcançar a mais completa visão possível do Cristo, era mais que oportuno ouvir também as vozes discordantes. É assim que, neste escrito, não apresentamos a figura do Cristo na sua forma clássica convencional, aquela preferida, mas sim a do controverso Cristo da contestação. Prossigamos por ordem e comecemos por nos orientar.

Para o leitor poder admitir muitas das afirmações sobre as quais nos baseamos, é necessário lembrá-lo que elas foram demonstradas nos 23 volumes da Obra que antecedem este aqui. Neste livro, só podemos nos limitar a resumir num quadro sinótico a teoria geral da Obra, que constitui a base dessas afirmações. O nosso trabalho de índole intuitiva foi conduzido com método dedutivo, partindo de princípios gerais, para descer depois aos particulares. Uma vez neste nível, operou-se então, a fim de compensar a unilateralidade daquele método, um controle racional analítico, capaz de confirmar a verdade das conclusões alcançadas. Reportemo-nos, então, aos princípios gerais.

Falando de Cristo, não se pode deixar de falar também de Deus. Começamos, portanto, pelas origens: “No princípio era o Verbo (...)”. Embora definido como mistério, aquele Deus Uno e Trino deve conter, dentro da sua veste mitológica, um fundo racional inteligível. Deste mesmo tipo deverá ser a nova teologia, se quisermos que nela possa sobreviver a substância da antiga. Não negamos, portanto, a trindade, mas sim procuramos explicá-la. Não sei se o mistério é obrigatório, tornando heresia o desejo de compreendê-lo. Mas é certo que Deus não pode desejar a ignorância de suas criaturas, culpando-as por procurarem a luz. Aceitar sem compreender pode ter sido virtude no passado. Hoje, porém, não é mais.

A Divindade se distingue em três momentos, os quais constituem a sua trindade.

No primeiro momento, Deus é uma inteligência que pensa numa ideiação abstrata, efetuando a concepção da Lei, com a formulação do plano e dos princípios que regularão o funcionamento da existência do Todo. Neste

momento, estamos ainda na fase da concepção mental.

No segundo momento, Deus é uma vontade que realiza aquela ideação abstrata. Passa-se, assim, da concepção da Lei ao seu funcionamento, da formulação do plano à sua atuação. Este momento representa a fase da ação.

No terceiro momento, Deus é a sua obra realizada, na qual a ideação abstrata, impulsionada por uma vontade realizadora, alcançou sua expressão final e definitiva num organismo que funciona segundo a ordem pensada e desejada pelo próprio Criador.

Assim a ideia, por meio da ação, atinge a sua realização. Eis então que, na Trindade do Tudo-Uno-Deus, temos três momentos:

I -	Pensamento
II -	Ação
III -	Realização

correspondentes aos seus três aspectos:

I -	Inteligência que concebe
II -	Vontade que executa
III -	Obra realizada

Disto resultam os três modos de existir do mesmo Tudo-Uno-Deus, como:

I -	Espírito (concepção)
II -	Pai (verbo ou ação)
III -	Filho (o ser criado)

Nestes três momentos, aspectos ou modos de ser, o Tudo-Uno-Deus permanece sempre idêntico a si mesmo. Eis qual pode ser o íntimo significado do mistério da Trindade, escondido durante séculos sob o véu do mito. Quem quiser aprofundar este tema o encontrará desenvolvido nos livros *Deus e Universo* e *O Sistema*.

A expressão final da obra de Deus, idealizada num primeiro momento, é a Criação, na qual aquela obra é realizada. Evidentemente, em cada um dos três momentos, encontramos-nos diante do mesmo Deus, que não muda intimamente na sua substância. Resulta, portanto, lógica e compreensível a equivalência destes três modos de ser do Tudo-Uno-Deus, estando em perfeita harmonia com

a tradicional imagem das três pessoas da Trindade. Elas, com efeito, são iguais e distintas, porque são a mesma pessoa em três aspectos e momentos diversos. Tendo que se expressar em termos antropomórficos, com a figura da pessoa, para ser compreensível pela forma mental comum, a tradição não podia fazê-lo de forma melhor.

Este é o processo pelo qual nasceu a Criação, que foi chamada de Filho, sendo este gerado pelo Pai e permanecendo sempre idêntico a Deus. Nem podia ser de outra forma, porque Deus é necessariamente tudo. Se Ele não fosse tudo, havendo a possibilidade de existir algo fora e além Dele, Deus não seria mais Deus. Não podia, portanto, acontecer senão uma criação no seio de Deus, em Seu interior, tirada Dele próprio, que é o Tudo, porquanto nada pode existir que não seja Deus.

Depois da criação, o Tudo-Uno-Deus continuou a existir, mas de um modo diferente do anterior, não mais como um todo homogêneo, indiferenciado, mas sim como um sistema orgânico, formado de elementos (criaturas) e disciplinado pela Lei, funcionando ordenadamente. Neste sistema, Deus permaneceu como inteligência central diretora (1º momento) e como vontade realizadora (2º momento), ambos os aspectos manifestados através da Lei, que constitui o código pelo qual é regido e regulado o funcionamento do organismo da criação (3º momento). Assim a Lei sintetiza a Trindade, contendo seus três momentos.

A criação realizada foi, portanto, constituída por um sistema orgânico de elementos hierarquicamente coordenados, dependentes da mente e da vontade de Deus, que permaneceu no centro do sistema, com funções diretivas. Este pensamento, por ser constituído pelas forças que levam à sua atuação, é também realizador. Assim o regulamento da existência permaneceu codificado por princípios estabelecidos pela Lei, que resulta constituída por aquele pensamento e por sua vontade de realização.

Até aqui, permanecemos numa fase de perfeição. A obra de Deus, produzida por Ele, é efeito desta única causa determinante e não podia ser senão perfeita, conservando a natureza de sua causa. A originária unidade indiferenciada de Deus conservou suas qualidades, permanecendo íntegra no seu novo aspecto de unidade orgânica. Através desta elaboração interior, tudo continuou a ser Deus.

Esta criação, em seu estado de origem, nós chamamos de Sistema. Dado que esta palavra se repetirá frequentemente, nós a expressaremos com a letra maiúscula S. No S, os seres existiam em perfeita harmonia, no estado de puros espíritos, porque eram constituídos da mesma substância de Deus. Aqui, concebemos este estado em forma de S como derivado de um ato criador, o qual já vimos em que consiste. Tal concepção se adapta à tradicional, segundo a qual

– pelo fato de, na sua forma mental, o homem estar habituado a observar que nada pode nascer senão de um ato semelhante e, por isso, não saber pensar de outra maneira – admite-se um ato criador.

Ficou impressa no ser a realidade da origem divina da qual ele derivou. Assim todos procedem do Pai e constituem o Filho, que é o terceiro modo de existir do Tudo-Uno-Deus.

Pode-se compreender agora a razão pela qual, aqui, afirmamos que Cristo é realmente Filho de Deus. Ele, como criatura do S, derivada do Pai, era da mesma substância de Deus. Sendo assim, podemos dizer que Ele era a 3ª pessoa, pois constituía o 3º momento da Trindade. Torna-se deste modo admissível Ele ser Deus, uno com o Pai, que é o Verbo criador, ao qual o Filho e, portanto, cada criatura deve a sua gênese. Compreende-se então o fato de Cristo se referir constantemente ao Pai com um sentido de unidade e identidade, falando de regresso ao seio Dele. Isto porque os espíritos do S são sempre Deus, ainda que no seu 3º modo de ser, como Filho.

A criação alcançada com o S é obra perfeita de Deus, por isso não pode ser identificada com o nosso universo, pois este se apresenta com caracteres opostos. Nosso universo é material, enquanto o S é espiritual. Em nosso mundo encontramos a desordem, a ignorância, o erro, o mal, a dor, a revolta, a morte, todas elas qualidades negativas. Tal criação assim imperfeita não pode ter sido obra de Deus. Ela parece muito mais algo de corrupto, de enfermo, de invertido, levado aos antípodas do S e de sua perfeição. Se Deus representa o polo positivo do ser, o nosso mundo representa o negativo.

Nos dois volumes: *O Sistema e Queda e Salvação*, explicamos exaustivamente como este fato se deve a uma revolta de uma parte do S e do seu consequente desmoronamento. Foi assim que nasceu o ciclo involutivo-evolutivo, cuja primeira parte, a involução, representa a descida do espírito na forma matéria e cuja segunda parte, a evolução, representa o retorno ascensional da matéria ao espírito, pelo qual se realiza o regresso ao S, ou a Deus. Nós, neste nosso mundo, estamos percorrendo a segunda fase do ciclo, aquela reconstrutiva. Com a queda nasceu o relativo e o seu transformismo. Assim a unidade de origem subdividiu-se no dualismo, no qual estamos imersos. Mas aquela unidade será reconstituída pela evolução, que leva tudo de volta ao S. Desse modo, em nosso universo, o ser existe para se redimir da queda, resgatando-se do erro cometido perante a Lei e, assim, reintegrando-se na sua perfeição perdida. Dessa forma, o mal será sanado e o Deus-Sistema permanece imutável na sua perfeição, acima do parêntese da queda-salvação.

O que foi chamado de Criação pelo homem, diz respeito à formação da matéria, sendo esta para ele a própria realidade. Tal criação é o resultado do

processo involutivo espírito-matéria, que representa o desmoronamento de uma parte do universo espiritual (S) criado por Deus, originando assim o universo físico (estrelas, planetas, luz, energia etc.). O comparecimento dos seres vivos aconteceu depois, por evolução, ao longo do caminho da ascensão. Explica-se assim a formação e a razão de ser de nosso universo, o significado e o escopo da sua existência. Então a criação atribuída a Deus pelo homem não é a verdadeira criação, que é a do S, mas sim o desmoronamento involutivo de uma parte dela, ao qual justamente se deve a gênese de um antiuniverso, cujas qualidades se revelam opostas às da criação efetuada por Deus. É por isso que chamamos Anti-Sistema a este antiuniverso. Assim como fizemos com a palavra Sistema, também abreviamos aqui esta outra, Anti-Sistema, com as duas letras maiúsculas AS.

Encontramo-nos, portanto, num universo material excluído do S e sujeito, por isso – a fim de reingressar nele – ao trabalho do transformismo evolutivo, presente em tudo o que existe. Encontramo-nos, assim, num relativo em movimento, que é guiado por uma lei e conduzido para uma meta, orientado por um ponto de referência, em relação ao qual tudo se move.

Eis então que o Todo é constituído por dois sistemas – dualismo no qual, com a revolta e a queda, cindiu-se o S. Temos assim a parte que permaneceu perfeita (S) e a parte que se corrompeu com a queda (AS). Possuindo qualidades opostas às do S, o AS é um sistema emborcado, levado do positivo ao negativo. O centro do S continuou sendo Deus, enquanto o centro do AS tenta em vão se constituir em outro centro, o Anti-Deus (também chamado Satanás), mas não passa de um pseudocentro. A este é impedida qualquer afirmação, porque ele, sendo filho da revolta, é uma inversão ao negativo. Quem, pois, verdadeiramente comanda, também no AS, é Deus, que se exprime pela Sua lei, a qual assegura o funcionamento de nosso universo. Vemos esta lei sempre em ação entre nós, o que nos mostra a presença de Deus. Ele permaneceu sendo o centro do Todo, tanto da parte sadia (S) como da parte doente (AS). A criatura, com a sua revolta, somente conseguiu emborcar a si mesma, não o S. E a presença de Deus no AS é benéfica, porque lhe dirige a evolução, constituindo assim a sua redenção, que é o caminho de sua salvação. Esta, desse modo, fica garantida, o que é indispensável, pois, sem a redenção, a obra de Deus estaria perdida. Tal coisa é impensável, porquanto seria como admitir a possibilidade de um Anti-Deus afirmar-se definitivamente, contrapondo o seu poder a Deus, que há de ser absoluto e universal, não podendo ser dividido com ninguém.

Tivemos de explicar tudo isto através de um resumo da teoria contida nos volumes anteriores. A descida de Cristo à Terra, sua pregação e sua doutrina ficariam incompreensíveis, se não estivessem ligados a este jogo de contrastes

entre S e AS. Para entender Cristo, é necessário sentir a imanência de Deus neste mundo, que a Ele ficou sujeito como emborcamento ao negativo, e compreender que, apesar de contrastada pelas forças do AS, a Lei continua dominando também no AS, como o próprio Cristo nos testemunha com as suas constantes referências e apelos ao Pai. É pela presença de Deus e de Sua lei no AS que Cristo – a eles ligado e neles se apoiando – pôde afirmar-se no inferno terrestre, situado no polo oposto do ser. Isso, portanto, somente se deu porque, ao Seu lado e dentro Dele mesmo, havia Deus e a sua lei para sustentá-Lo. É por isso que Cristo, sendo força positiva e, portanto, mais potente do que qualquer força negativa, pôde desafiar o mundo e vencê-lo.

Tudo isso que acabamos de falar não é uma ordem de fenômenos experimentalmente reproduzíveis e controláveis. É necessário, todavia, levar tais afirmações em consideração, se quisermos saber algo sobre as primeiras origens de tudo o que existe. Apesar de tais fenômenos não serem experimentalmente controláveis, eles não deixam, porém, de sê-lo racionalmente. Existe, portanto, o fato de estarem eles, com a interpretação que lhes demos aqui, encaixados lógica e analogicamente no funcionamento dos fenômenos ao nosso alcance, de cujas causas primeiras nos dão assim uma explicação ainda não disponível à ciência, trazendo, mesmo que não os resolva, uma orientação para os problemas, os quais não se resolveriam nunca se não existissem como problemas. Este seu concomitante entrosamento na fenomenologia conhecida, completando-a na parte ainda ignorada, é uma prova de sua veracidade, que poderá ser assumida pelo menos como hipótese de trabalho, a fim de servir de diretriz na busca de uma explicação mais completa e profunda para os fenômenos, em relação àquela alcançável hoje em dia.

II. O FENÔMENO DA QUEDA

Uma aproximação mais exata, que explica melhor as origens do fenômeno da Queda. O problema da perfeição, liberdade e conhecimento da criatura no Sistema.

A encarnação e a paixão de Cristo não podem ser explicadas senão em função do dualismo positivo e negativo entre S e AS, involução e evolução, fenômenos que se constata e se demonstram. Conforme explicamos acima, o que se costuma chamar de Criação, não é a formação do S, mas sim a do nosso universo físico, resultado da queda do espírito na matéria, do S no AS. Cristo se inseriu plenamente neste fenômeno, no sentido de ter-se proposto a corrigi-lo, impulsionando o homem para o S, através da redenção. A obra de Cristo consiste em reerguer a humanidade para o Alto, endireitando tudo que foi emborcado pela queda, para eliminar seus efeitos. A redenção é esta obra de salvamento.

Nos volumes antecedentes, a fim de não nos arredarmos de nossa habitual positividade, apresentamos sob forma de hipótese a nossa interpretação de ter a origem da Queda consistido na revolta. Com efeito, tal revolta não é suscetível de provas, podendo-se apenas deduzi-la das suas consequências, o único fato por nós experimentável. Contudo esta é a única hipótese logicamente satisfatória, capaz de explicar o porquê daquelas consequências. Ela explica muitos dos fatos com os quais nos deparamos, apresentando-se com um elevado grau de veracidade, de modo que, se não quisermos aceitá-la, seremos forçados a continuar mergulhados nas trevas do mistério.

Nestas explicações, temos de considerar que é difícil para nós, seres humanos, imaginar o comportamento de seres constituídos apenas de pensamento abstrato, vivendo em outras dimensões, sem matéria e sem os respectivos meios sensórios. Trata-se de um plano de existência extremamente afastado do nosso, no espaço e no tempo, estando, por isso, fora do alcance de nossas normais capacidades de controle. Nem mesmo as nossas capacidades mentais nos permitem atingir o fundo do fenômeno. Cabe-nos reconhecer, então, que a nossa compreensão do mesmo só pode ser feita por aproximações. Devemos, contudo, admitir que ela é também progressiva em relação ao nosso grau de evolução. Torna-se razoável, portanto, admitir que ela se desenvolva com o tempo e prepare para o amanhã uma interpretação mais avançada e perfeita. Eis que, também na sua relatividade, cada interpretação tem a sua utilidade. É assim que, atraídos agora pelo aprofundamento da missão do Cristo,

voltamos com mais maturidade ao assunto da Queda (já tratado no volume *O Sistema*), para tentarmos dela uma aproximação ainda mais exata. Reportemo-nos, então, às primeiras origens da criação, às quais tudo, inclusive o fenômeno do Cristo, está ligado.

Deus é tudo. Nada pode existir além de Deus. Para criar, Deus não podia deixar de recorrer à substância de que Ele era feito.

Com esta substância, Deus criou as criaturas, e assim nasceu o S.

Inquirimos alhures acerca da admissão ou não de uma primeira criação, considerando a possibilidade de ter Deus constituído eternamente o organismo do S. Mas, tendo ou não havido tal criação, o S constitui o fato incontestável perante o qual nos encontramos, qualquer que tenha sido sua origem.

Deus é livre e perfeito. Então a criatura, sendo da mesma substância, também deve ser livre e perfeita.

O S é um organismo constituído de elementos hierarquicamente ordenados.

Cada ser é perfeito dentro dos limites da individualidade que o constitui e define.

O princípio de Deus é afirmativo: “EU SOU”.

Os seres, enquanto elementos do Seu organismo, também podem afirmar: “eu sou”, mas apenas dentro dos limites da sua individualidade.

No entanto os seres que se rebelaram à ordem da Lei transpuseram tais limites e, por isso, de elementos do S (+) inverteram-se em elementos do AS (-).

Isto foi possível porque o ser era livre, qualidade esta que ele, por ser feito da Substância de Deus, jamais poderá perder.

Com o S, Deus não criou uma máquina automática com funcionamento determinístico, mas sim um organismo de seres livres como Ele. Não sendo possível suprimir a liberdade, não se pode eliminar a possibilidade do erro. O S era feito de seres livres, e não de autômatos.

Objeta-se que Deus é perfeito e, portanto, não podia criar senão elementos perfeitos, impossibilitados de errar.

Respondemos, todavia, que um elemento fundamental da perfeição é a liberdade. A perfeição não é mecânica e determinística, não podendo ser obtida pela eliminação da liberdade, com a criação de autômatos. A perfeição consiste em conceder a liberdade a um ser consciente e responsável, que saiba livremente autodirigir-se e aprender a reerguer-se, em caso de erro.

Confrontemos as duas perfeições: 1ª) Uma obra feita de elementos automáticos, sem liberdade, que não erram porque não possuem a liberdade de errar; 2ª) Uma obra feita de seres livres, que, por isso, podem errar, mas que permanecem vinculados à lei de Deus, sujeitos às suas sanções, mesmo

dolorosas, pelas quais são constrangidos a se redimir. Qual dessas duas obras é mais perfeita?

É isso que se verifica no ciclo involutivo-evolutivo, onde a perfeição maior de Deus se manifesta no poder curativo da doença. Assim o fim da Queda se resolve com a reconstrução da parte invertida do S e com a aquisição, por parte dos espíritos rebeldes, de uma nova experiência, que elimina para sempre a possibilidade de novos erros.

Perguntamos novamente, então, qual é a obra mais perfeita: aquela que não se pode deteriorar, ou aquela que, mesmo se deteriorando, possui em si os meios para voltar ao seu estado de perfeição? A vida é imperfeita, porque está sujeita a doenças e morte, ou é perfeita, porque sabe a cada momento ressurgir das doenças e da morte? Estas não conseguem absolutamente matar a vida, que permanece vitoriosa. Embora tal condição possa parecer uma fraqueza da vida, é um elemento fundamental para a sua contínua renovação, o que permite a sua ascensão evolutiva.

Devemos, portanto, reconhecer que a Criação, mesmo contendo a possibilidade de erros, é perfeita, pois o fator liberdade, ao invés de diminuir, aumenta aquela perfeição.

Sendo a Queda um erro devido à ignorância, surge outra objeção, questionando-se como podia a criatura estar sujeita à ignorância, se ela era feita da substância de Deus, que é onisciente? Ora, a criatura possuía o conhecimento, mas somente dentro dos limites da sua própria individualidade. É necessário recordar que ela, fazendo parte do organismo do Todo, regido por uma ordem, constituía apenas um elemento hierarquicamente fechado dentro dos confins estabelecidos pela disciplina da Lei.

É assim que o seu conhecimento não superava estes limites. Além destes, aquele conhecimento terminava, havendo apenas ignorância para o ser. Ora, onde há ignorância existe possibilidade de erro. Assim se explica a revolta. Os rebeldes não sabiam o que aconteceria como consequência de sua rebeldia. Eles acreditavam que, aumentando a afirmação do seu “eu sou”, poderiam tornar-se maiores e mais poderosos. Não sabiam que, pelo contrário, a Lei, sendo estruturada para reagir a qualquer atentado contra a sua integridade, conduz cada tentativa de crescer fora dos limites positivos a um emborcamento no negativo, dando origem ao dualismo e criando o AS. Os seres não sabiam disso, razão pela qual se aventuraram na zona da sua própria ignorância. Pelo fato de estarem no S, eles viam a Lei somente na sua posição de ordem e obediência, e não no estado de desordem que advém da desobediência, porque tal condição não existe no S, desconhecendo eles a função da Lei contra a violação. Tendo eles entrado numa zona de ignorância, incorreram em erro. Foi assim que, para querer crescer

como “eu sou”, acabaram por se emborcar no “eu não-sou”, decaindo no AS, onde a liberdade se tornou escravidão, a vida se tornou morte e cada qualidade se inverteu no seu contrário.

Podemos imaginar que tenha acontecido algo semelhante ao processo de desenvolvimento em nosso organismo das células do câncer. Estas querem viver como células rebeldes, permanecendo fora da ordem e da disciplina do organismo sadio (S). De fato, elas se multiplicam ao negativo (AS), em sentido antivital, movendo-se para a morte.

Agora que estamos no AS, não nos é dado usar como ponto de partida e de referência para a reconstrução da completa liberdade, perfeição e conhecimento senão a sua posição negativa – a única que possuímos – na forma de escravidão, imperfeição e ignorância. É assim que não temos outro meio para conceber a qualidade positiva do S, a não ser referindo-nos às qualidades negativas, próprias do AS, operando sobre elas um endireitamento ao positivo, capaz de corrigir a inversão ao negativo verificada com a Queda.

Uma última observação para maior esclarecimento do fenômeno da Queda. O S é um organismo baseado na ordem e na disciplina. O ser devia dar prova de respeitá-lo e assim, conforme a justiça, tornar-se merecedor de permanecer feliz na eternidade. Eis que já existia potencialmente no S uma prova de compreensão, obediência e fidelidade, através da qual a criatura deveria demonstrar, como era indispensável, que sabia viver como ser livre, mas responsável, na disciplina em que se baseava a organicidade do S. Esta prova foi superada pelos elementos obedientes, com a sua adesão à Lei, na qual permaneceram enquadrados, e está sendo superada agora pelos elementos rebeldes, que deverão, para isso, percorrer todo o ciclo involução-evolução. Deste modo, no final, os dois tipos serão vitoriosos, merecendo e adquirindo com isso o direito de se tornarem cidadãos do S.

Na Criação, portanto, estava incluída a possibilidade de uma queda, tanto que, quando esta se verificou, a Lei não foi tomada de surpresa, mas, pelo contrário, entrou imediatamente em funcionamento com o novo sentido, mostrando com isso ter previsto tudo. De fato, como se estivesse seguindo um plano pré-ordenado, a Lei, tão logo o fenômeno se iniciou, canalizou-o no ciclo involutivo-evolutivo, disciplinando-o também, para poder assim levar o ser à salvação, com o retorno ao S. Eis que na unidade do S havia a possibilidade do dualismo, cisão que agora devemos sanar e reabsorver, retornando à unidade. Que a evolução avança nesta direção é provado pela sua técnica construtiva de unidades coletivas e sua tendência a conduzir tudo ao estado orgânico. Mas eis que nem sequer a revolta teve o poder de afastar o ser do domínio de Deus, porque ela não destruiu a ordem, mas apenas a emborcou numa ordem de tipo

oposto, à qual o AS está sujeito, embora em posição invertida ao negativo. Com efeito, o AS não é senão um caos submetido à Lei, uma desordem dirigida pela ordem de Deus.

Concluindo, não quisemos oferecer da Queda uma teoria definitiva, mas apenas uma hipótese capaz de explicar os fatos insofismáveis que temos em mãos. Essa é a melhor explicação que conseguimos até aqui. Ela não cria e não destrói nada, nada subtraindo ou acrescentando aos fatos. Se não quisermos aceitá-la, aqueles fatos permanecem, porém sem explicação.

Em outras palavras, não pretendemos esgotar o assunto, mas apenas esclarecer com mais exatidão o fenômeno da Queda, procurando tornar mais satisfatória a nossa compreensão das suas origens. Esforçamo-nos em dar-lhe, na forma mental do homem de hoje, a representação (acreditamos) mais provável e aceitável, sem pretendemos que ela seja a definitiva, porém conscientes de haver superado as velhas representações mitológicas, hoje inaceitáveis, e de ter dado assim mais um passo para nos aproximarmos da verdade. Ora, o mundo caminha e amanhã saberá mais, sempre mais. Contudo, se bem que mais em baixo, os predecessores exploram um caminho útil, preparando com ele este progresso, ao qual, de outra maneira, faltaria o indispensável ponto de apoio para o novo salto.

III. A VIA CRUCIS DE CRISTO

A Lei é ordem e justiça. A Redenção gratuita. O sacrifício de um inocente que paga as culpas dos outros.

Por via de regra, os livros sobre Cristo tratam dos acontecimentos de sua vida terrena, segundo a narração dos evangelhos. A nós, pelo contrário, interessa conhecer o Cristo na sua essência, para compreender o significado da sua descida à Terra e da sua Paixão, bem como as suas relações com a Lei e com o plano divino da redenção. Formulamos, então, as seguintes perguntas: “Quem era o Cristo? O que Ele quis fazer? Quais eram os fins que se propunha alcançar?”.

Foi para melhor responder a estas perguntas, enfrentando a fundo o problema, que quisemos tratar em primeiro lugar dos fenômenos fundamentais do ser, abordando a primeira criação e a Queda, para poder depois enquadrar nelas a figura e a obra de Cristo.

No Capítulo XIV, “A essência do Cristo”, do volume *Deus e Universo*, escrevi na Itália, em 1942, e publiquei no Brasil, em 1954, estas palavras: “Sinto que nestas páginas se acerca a visão do conceito da essência do Cristo numa primeira aproximação, prelúdio de uma compreensão mais profunda, que alcançará seu ápice no último volume, coroamento de toda a Obra”. Ao concluir o referido capítulo, eu confirmava: “Encerro esta visão sobre a essência do Cristo, primeiro esboço de visões maiores”. Tinha consciência assim, desde aquela época, que minha compreensão do assunto constituía-se num fenômeno em evolução.

Chegamos hoje (em 1970) àquele último volume e, com ele, àquela pré-anunciada mais profunda compreensão. Tal consciência, então apenas pressentida e anunciada, definiu-se agora com maior precisão, graças ao amadurecimento alcançado no decorrer dos doze volumes da II Obra, que nos fornecem agora novos elementos de juízo, dos quais não dispúnhamos antes. Com efeito, a nossa visão do Cristo não tinha ainda superado a interpretação religiosa tradicional, da qual era um derivado. Naquela fase de desenvolvimento do pensamento da Obra, não era ainda possível um mais exato enfoque da questão. Percorrendo o caminho que eu segui, o leitor poderá realizar também para si próprio o mesmo processo de maturação que me trouxe até aqui. Na II Obra, ele encontrará um conjunto de escritos que redundam numa escalada de argumentos convergentes para estas últimas conclusões, de modo especial no

que concerne à relação entre S e AS, à Lei e à sua técnica funcional. Estes novos conceitos nos oferecem outros pontos de referência, ignorados anteriormente, o que nos permite vislumbrar mais vastos horizontes e, assim, levar em conta na argumentação também as objeções positivas dos críticos descrentes.

No estado atual de nossas investigações e demonstrações, podemos afirmar a presença de uma lei que dirige o funcionamento de tudo o que existe. A existência objetiva de tal lei não é questão filosófica ou ato de fé, não é afirmação arbitrária gratuita ou construção mítica, não é mistério aceito por tradição ou verdade imposta por autoridade, mas sim uma realidade efetiva, racionalmente provada e experimentalmente controlada, uma vez que ela, conforme podemos verificar, está presente e vigora em todo tempo e lugar.

Tomando por base e como novo ponto de referência este conceito, a colocação dos problemas se torna mais exata, a sua solução resulta mais exhaustiva e a visão da verdade, porque racionalmente mais aprofundada, faz-se mais completa. Aparecem então elementos de juízo diversos, antes ignorados. Podem ser explicadas assim, sem negá-las, algumas afirmações teológicas que, de outro modo, permanecem misteriosas. É pelo fato de serem impostas como mistério que elas são repelidas por muitos, como inaceitáveis. Ao passo que, assim, muitas verdades religiosas adquirem consistência e com isso durabilidade, porque elas resultam expressadas como verdades racionais e positivas, e não apenas construções míticas, que, como tais, acabam mais cedo ou mais tarde sendo superadas por construções mais avançadas.

Esta lei fixou as normas e constitui o impulso motor do funcionamento de nosso universo, o AS, que é dominado pelo S, cujo centro é Deus. É assim que na realidade fenomênica, em todas as suas dimensões e níveis evolutivos, desde o mais baixo, a matéria, até o mais alto, o espírito, constatamos que tudo é regulado, sem arbítrios e exceções, por leis invioláveis, pelas quais tudo é previsível e calculável. Uma vez compreendida a lei de um fenômeno, podemos estar seguros que ele continuará a se verificar na forma por ela estabelecida. Imaginemos o que aconteceria ao nosso universo, se os fenômenos não obedecessem a uma disciplina, seguindo o seu curso como foi preestabelecido. Tudo desmoronaria no caos, por um desencadeamento de conflitos entre movimentos desordenados. Os fatos que conhecemos nos dizem, pelo contrário, que isso não acontece. E não há razão para admitir que os fenômenos morais e espirituais devam estar isentos daquela regulamentação universal, sendo submetidos a um regime de tipo diverso.

Para poder reger tudo com tal ordem, a Lei deve ser matematicamente justa. Isto não impede que exista também o amor. Este, porém, não pode violar a ordem e emborcar a justiça, porque isso geraria o caos e a injustiça, o que é anti-

Lei. O amor não pode existir senão enquadrado no seu setor, em posição subordinada aos equilíbrios fixados pela Lei.

Sendo assim, podemos afirmar que é injusto, contrário à lei de Deus, um inocente pagar pelas culpas dos outros, enquanto é justo, conforme a lei de Deus, cada um pagar as suas próprias culpas. É ainda mais injusto que tais culpados aproveitem da bondade daquele inocente, para fazer dele, perante a divina justiça, um bode expiatório, eximindo-se assim do pagamento que os espera. Esta não poderia ser senão uma moral invertida, produto do AS, de tipo anti-Deus. Tal atitude, perante a moral do S, isto é, perante Deus, é um emborcamento e uma culpa.

Disto se segue que não é lícito para o homem – porque injusto e imoral – pretender fazer-se redimir pelo sacrifício de Cristo. O esforço da subida do AS para o S deve pertencer ao ser que, com o seu erro, provocou a descida do S no AS. Trata-se de cumprir o trabalho daquela íntima elaboração que se chama evolução, o qual não pode ser delegado para outros, porque ele consiste na transformação de si mesmo. É impossível que eu possa mudar a mim mesmo, pensando com o cérebro de outro, e aprender, fazendo outro sofrer a lição que deve corrigir a mim, que cometi o erro. É como se eu mandasse ao hospital outra pessoa, a fim de que ela receba o tratamento necessário para curar o meu organismo, ou então encarregasse outro de frequentar, em meu lugar, o meu curso escolar, para poder me instruir. No entanto acredita-se em tais absurdos, porque tais usurpações e escapatórias agradam ao comodismo humano. Não se trata, aliás, senão de instintivos produtos do subconsciente. Mas em tais coisas não pode acreditar quem compreendeu que a divina lei de justiça é inviolável. Basta pensar um pouco para ver a desordem que reinaria no campo moral, o emaranhado de injustiças e o conflito de valores que resultaria, se tais abusos fossem possíveis sem uma proporcionada reação corretiva por parte da Lei, encarregada de restabelecer a ordem e a justiça, castigando o culpado!

Não obstante isto, o cristianismo nos apresenta um Deus inocente, que desce à Terra para pagar os pecados dos homens. Ora, esta é uma contabilidade que não resiste à exata justiça da lei de Deus. O cristianismo reconheceu no homem uma culpa de origem e a necessidade de um pagamento desta dívida à justiça divina. Como procuramos demonstrar em outros de nossos volumes, é isso que corresponde à verdade. De fato, cada um paga a sua própria dívida mediante o esforço evolutivo. O que não se sustenta perante a justiça da Lei é a ideia propugnada pelo cristianismo, segundo a qual o pagamento das nossas dívidas pode ser feito por outro, que não tem obrigação alguma de fazê-lo – porque inocente – a favor de quem não é inocente.

Há ainda outro fato que não corresponde àquela justiça, constituído pela

desproporção entre o preço pago e a culpa cometida. Cristo, com menos de 24 horas de martírio, teria pagado as culpas de bilhões de homens, quem sabe por quantos milênios, incluídos os futuros. Objetar-se que se trata da dor de um Deus. Ora, antes de tudo, pode ser esse Deus submetido à dor, se esta é só uma qualidade do AS, própria de um estado corrompido do S? É admissível que Deus se reduza a tal estado de corrupção? Além disso, é lícito nos perguntarmos se e por que a dor de um Deus deveria valer mais do que a dor de um homem, como se este, quando sofre, sofresse menos de quanto o poderia um Deus? Pareceria mais lógico e mais justo, então, que, para pagar as culpas de bilhões de homens por tantos milênios, fosse necessária a dor de bilhões de homens por outros tantos milênios. Apenas assim as contas se encaixam, não somente porque o pagamento é proporcionado à culpa, cumprindo a cada ser realizar o esforço para regressar ao S, mas também porque pesa apenas sobre cada um a culpa de sua queda no AS. Pode-se imaginar qual desordem se instauraria na justa moral da Lei, caso fosse possível a falsa hipótese da súbita extinção de tal dívida, perante um ganho não justificado, sem o proporcional esforço. Quão enorme caos se verificaria na série dos fenômenos – todos orientados num progressivo sentido evolutivo – se fosse dado um instantâneo e enorme salto em direção ao S. Isso violaria a necessária gradatividade da ascensão. E, se o escopo da evolução há de ser visto como a reconstituição de todas as qualidades perdidas, um salto tão brusco, pelo fato de suprimir uma considerável etapa do caminho evolutivo, levaria de vez às portas do S seres que, por não terem evoluído o suficiente, não estariam de modo algum reconstituídos, encontrando-se, portanto, imaturos para regressar a ele.

Compreende-se, então, porque esta ideia de redenção gratuita, concedida por Deus a seres que não a mereceram e que não têm nenhuma intenção de ganhá-la, sendo prodigalizada à custa de um inocente, demanda certo grau de inconsciência e de egoísmo para ser aceita. Tal modo de conceber a redenção é tipicamente antropomórfico, refletindo a forma mental própria das criaturas do AS. Estas podem pensar da forma que mais lhes agrada. Isto, porém, não afeta em nada a Lei, que continua a funcionar conforme a justiça de Deus.

É compreensível e perdoável que o homem do passado se tenha deixado levar por impulsos do subconsciente, mas isto não é mais perdoável hoje, quando ele está saindo da menoridade. É chegada a hora de ver em Cristo não apenas o seu amor e sacrifício, que outrora tanto nos confortava, mas também, antes e sobretudo, um exemplo de justiça que nos induza a cumpri-la, e não a nos evadirmos dela. Chegou a hora do homem se colocar com sua consciência perante o dever de evoluir através do seu próprio esforço, de reconhecer a sua posição, de compreender a sua responsabilidade e de assumi-la ele próprio

perante a Lei, sem sub-rogações ilícitas.

É injusta mas historicamente explicável esta ideia do sacrifício de um inocente que paga as culpas dos outros. Aliás, pode-se dizer que a Paixão de Cristo integra-se na tradição. Na Bíblia surge continuamente a ideia de sacrifício, base da aliança com Deus, como se Ele estivesse exigindo ser pago de uma dívida para com Ele, contraída pelo homem em troca da divina proteção que lhe era concedida em contrapartida. Então o sacrifício, além de material e cruento, continha também os conceitos de expiação de culpas e de propiciação da Divindade. Estes conceitos permaneceram através do tempo, mas foram desmaterializando-se de sua expressão física, purificando-se do aspecto sanguinário. É triste ver quão forte importância tiveram nas religiões do passado a matança de uma vítima e o espargimento de seu sangue, bem como quão difícil é se livrar da lembrança de métodos tão ferozes para se aproximar da Divindade. Eles se refinaram, mas ainda não se cancelaram, embora tendam a se purificar, até desaparecerem com a evolução espiritual do homem.

Estes conceitos, embora tenham sido reduzidos ao estado mais imaterial e incruento possível, continuam presentes na Eucaristia, ainda hoje concebida como sacrifício. De fato, embora de forma invisível e simbólica, nela se fala de corpo e de sangue, o que constitui uma recordação e um vestígio dos antigos sacrifícios feitos pelo homem involuído, ainda remanescentes no fundo das representações do rito. Do martírio do corpo e do espargimento do sangue de que era ávido o passado ficou apenas a ideia. Porém mesmo esta deverá desaparecer nas religiões mais civilizadas do futuro, em direção às quais preferimos dirigir o olhar, porque nelas o homem descobrirá outros métodos espirituais, para se avizinhar da Divindade.

IV. A NOVA FIGURA DO CRISTO

A nova figura do Cristo. A distância entre Deus e homem. O significado do exemplo dado por Cristo. Reaproximar os dois termos, para que aquele exemplo seja imitável. Cristo reintegrado no S. As velhas construções míticas e o novo conceito de Deus. A grandeza de Cristo, Filho de Deus.

Estamos delineando uma nova figura do Cristo, de modo que ela apareça sempre mais completa na sua forma racional. Como se vê, estamos nos afastando do tradicional triunfalismo do Cristo-Deus, conceito egocêntrico no qual Deus é colocado a serviço do homem, para nos aproximarmos assim de uma interpretação mais racional, capaz de nos dar uma melhor compreensão para o fato de sua vinda à Terra.

Com esta finalidade, procuramos diminuir a distância entre os dois termos, Deus e homem, aproximando estes dois conceitos. Na verdade, existe entre eles uma distância intransponível, sobretudo quando se concebe Deus não mais antropomorficamente, mas sim como um pensamento regulador e diretor, tanto do funcionamento do seu organismo (S) como, de maneira indireta, do nosso universo (AS). Ora, um Deus assim concebido jamais poderá reduzir-se às insignificantes e retrógradas dimensões do homem de hoje. É, com efeito, inconcebível o amesquinhação de tão imensa potência dentro de tão obtusos limites, pois, tamanha desproporção contradiz o perfeito equilíbrio da Lei. Uma precipitação involutiva desde tão excelsa altura, causa deste espantoso regresso, que não seja merecida por quantos a sofrem, é uma hipótese absurda na ordem divina das coisas.

Há demasiada distância entre as dimensões dos dois termos para que possamos uni-los. Não existe nenhuma ponte capaz de permitir uma conjunção tão completa entre a natureza absolutamente espiritual de um Deus e aquela prevalentemente material do homem ao nível bestial do involuído, como se revelou na feroz matança do corpo de Cristo. Este fato, sobre o qual se baseia a Paixão de Cristo, mostra-nos do que é capaz o homem a cujo tipo se pretende supor que Deus tenha desejado fundir-se. Tudo isto faz pensar que semelhante humanização de Deus não seja senão um produto do subconsciente, resultando de um orgulho instintivo, que teria levado à divinização do homem. Perguntamos, então, que valor espiritual pode ter tal massacre físico? Que ensinamento poderá depreender-se de semelhante espetáculo? Que estímulo de índole moral poderá o mesmo constituir, se ele de fato exprime, sobretudo, os piores instintos

do homem? E o animalesco episódio ainda é apontado como exemplo, para que todos o vejam. Constituirá isto, porventura, algo a imitar, quando exprime o triunfo das forças do mal, com a vitória do Anti-Deus sobre Deus?

Ora, o escopo da encarnação do Cristo não podia ser redimir gratuitamente a humanidade, pois se tratava sobretudo de, com o Seu exemplo, ensinar ao homem como ele deve fazer para se redimir com seu próprio sacrifício. Então, em vez de um ser cujas dimensões transcendessem os limites de nossas medidas normais, constituído segundo um modelo absoluto, situado nos antípodas do relativo em que vivemos, era necessária a descida à Terra de um ser menos distante do nível humano. Como se poderia propor, para ser imitado, o modelo de um ser cuja natureza, sendo totalmente diversa da nossa, não oferecesse aquela similaridade que permite o irmanamento? Tal modelo estaria situado fora do processo evolutivo, enquanto, no caso em questão, era necessária a presença de um ser que, por tê-la percorrido antecipadamente, conhecesse a mesma “via crucis” da evolução que cumpre ao homem trilhar e sobre a qual, aliás, ele já se encontra a caminho.

Era, em suma, necessário um Cristo que, como nós, já tivesse experimentado as dores da evolução, pelo menos até ao nosso nível, e não um mártir extemporâneo, descido do Céu para, em poucas horas de sofrimento, resolver o apocalíptico problema da reintegração do AS no S, sem ter percorrido todo o caminho necessário para isso, o mesmo que a todos os seres cumpre percorrer. O ato de não se sujeitar a esta disciplina não passaria de uma tentativa de evasão da linha estabelecida pela Lei, para se alcançar a salvação. Trata-se de um longo caminho, que leva milhões de anos para percorrer, implicando uma tenaz labuta e uma lenta maturação. Estão em jogo fatos que não se improvisam e problemas que não se resolvem com um rápido martírio, demasiadamente breve para servir como uma escola capaz de operar uma verdadeira reconstituição espiritual da humanidade decaída.

Que as coisas sejam como foi aqui explicado agora fica provado pelo fato de que, após o sacrifício de Cristo, a redenção operada assim por Ele permaneceu um fato teórico. Com efeito, salvo algum lento melhoramento devido à evolução, o qual não significa redenção, a humanidade continua sendo substancialmente a mesma de antes. Aconteceu então que o sacrifício de Cristo deixou de fato intacta, como devia, a lentidão do processo evolutivo, não perturbando a ordem fixada pela lei de Deus. Nem o resultado podia ser outro, porque aquela lei não comportaria tal violação, como teria ocorrido, se, mediante um súbito salto para frente, tivesse sido suprimida aquela lenta mas profunda elaboração que toda a verdadeira redenção implica e exige.

Eis então que o exemplo nos dado por Cristo há de ter outro significado,

devendo representar algo de mais próximo ao homem. Isto implica, por exemplo, no conhecimento dos problemas humanos por parte de Cristo, que, tendo estado nas mesmas condições, teria experimentado as provas do AS. Somente assim reaproximados, postos na base de tal similaridade de condições, é possível entre Cristo e o homem um verdadeiro irmanamento, mediante a mais profunda compreensão por parte deste último. Só desse modo Cristo pode tornar-se um dos nossos, constituindo-se num mestre capaz de nos ensinar, porque Ele mesmo fez aquilo que aponta a nós como realizável e que um Deus jamais poderia ter feito nem tencionado fazer.

Eis como se delineia a nova figura do Cristo, mais harmonizável com os fatos e com a lógica dos mesmos, conforme a lei de Deus. A Paixão de Cristo não permanece então um fato fora da Lei, pois constituiu para Ele a última e conclusiva fase de um normal e longo processo de maturação evolutiva. Assim, tudo fica dentro da ordem e da lógica da Lei. Deste modo, aquela paixão não pode ser confundida com uma improvisação sem antecedentes preparatórios, mas torna-se logicamente comparável ao último anel de uma cadeia, constituindo o momento decisivo do definitivo passo em frente, justamente aquele no qual o ser, lançando-se para fora do AS, reentra no S, como coroamento de um precedente e imenso trabalho de maturação que alcançou o seu cumprimento. Assim, tudo se compreende e fica conforme a Lei. Cristo é então nosso irmão e mestre, tendo como tal o direito de se erigir em exemplo, porque fez aquilo que cada um de nós, obedecendo como Ele à lei de Deus, deverá fazer.

A essência do exemplo de Cristo está no fato de que o programa e a razão da existência consistem em sair do AS para reingressar no S. Este é, para todos, o momento do retorno ao Pai. Cristo viveu este momento e nos mostrou como isso se cumpre. Ele chegou primeiro. Nós chegaremos depois, cada um no seu tempo. Não há outra coisa a fazer senão segui-Lo. Ele se colocou à frente na marcha da evolução. Plêiades de santos, heróis, mártires e gênios O seguiram mais ou menos distantes Dele, mais ou menos próximos daquele momento resolutivo, que é o retorno ao Pai.

Então Cristo é como um general que, seguido por um exército de evoluídos, coloca-se na dianteira para desafiar o mundo do AS. Ele enfrentou o inimigo e fez, primeiramente Ele, aquilo que todos deverão fazer e farão para cumprir e resolver o ciclo involutivo-evolutivo. Ele tem o direito de se colocar como exemplo, cabendo-lhe a função de modelo, porque a Sua Paixão não se reduz ao suplício de poucas horas que nos limitamos a comemorar, mas se projeta nos milênios que cada um de nós deve viver. Ela se condensa num cálice bem mais amargo, que consiste em ter de sofrer todas as provas, fadigas e dores

do AS, absorvidas hora por hora, até assimilar toda a lição.

Então a glória da ressurreição assume em Cristo um novo significado, porque não se reduz apenas à Sua sobrevivência após a morte, mas constitui, sobretudo, uma vitória definitiva sobre o AS, equivalendo, assim, a um retorno glorioso ao Pai, sob outra forma de vida, na qual a morte deixará de existir. Trata-se de uma cósmica inversão de posições do AS para o S. Afirmar-se então, com a salvação, o triunfo final do S ao término do ciclo S-AS-S.

Não se pode culpar o passado por não ter sabido compreender a missão de Cristo nesse mais profundo sentido. Por não possuírem o conceito de evolução, os nossos antepassados não estavam em condição de entender o Cristo nesta mais profunda perspectiva. Graças a tal conceito, podemos entender Cristo sem a necessidade de recorrer a incompreensíveis mistérios, impostos em nome de um mal-entendido conceito de fé. Apresentada sob esta nova luz, a realidade do Cristo deixa de ser encarada sob a exclusiva perspectiva de uma religião, para assumir todos os caracteres da universalidade, comprováveis por leis biológicas positivas.

Assim sendo, Cristo nos aparece vivo em toda a sua lógica, para nos dizer: “Fazei como Eu fiz. O que Eu fiz, vós também podereis fazê-lo. Não fui apenas um prodígio descido do Céu, com poderes excepcionais, mas pertenci à vossa própria raça. Fui homem como vós, mas, em virtude de meu incansável labor ascensional, alcancei o S, regressando ao seio de Deus e realizando assim o meu destino, que é também o de todos vós. Eu já percorri o caminho que vós estais agora percorrendo. Conheço, porque já as vivi, vossas provações e dificuldades. É luta dura, mas Eu também a enfrentei, mostrando-vos a que triunfo ela conduz. Eu voltei a ser perfeito no S, que se constitui da pura substância de Deus. Resolve-se assim o grande problema da salvação. Este é o caminho, não há outros caminhos. Com o último feito da Paixão, paguei a derradeira parcela à justiça da Lei e me ergui do AS ao S, como no final deverá acontecer com cada um de vós”.

Assim, Cristo se avizinha muito mais de nós. Ele viveu a nossa mesma realidade biológica e soube superá-la. Já experimentou as nossas fadigas, por isso as compreende. Ele foi nosso companheiro em nossa mesma labuta e fez deveras aquilo que cumpre a nós fazer ainda. Não foi a Sua paixão uma mera representação simbólica. Por intermédio de Sua vida terrena – coroamento de muitas vidas de preparação – Cristo realizou plenamente a Sua redenção, ressurgindo totalmente liberto e regressando ao Pai. Aquela paixão se explica como o último degrau de uma imensa escalada, constituindo o ato final de um drama cósmico, o mesmo que envolve a humanidade de todos os tempos.

Na Paixão de Cristo, temos dois momentos culminantes. O primeiro –

negativo – é a sua morte na cruz, significando a última vitória do AS sobre um ser que lhe escapa, concedendo esta vitória ao AS, para liquidar a parcela final de sua dívida à justiça da Lei. O segundo momento – positivo – consiste em sua ressurreição nos céus, significando a plena vitória sobre o AS por parte de um ser que lhe escapa, para reingressar definitivamente no S.

O reviramento da pedra sepulcral significa a libertação do espírito, com a sua vitória final sobre a matéria, representando assim a conversão do AS no S. Com isso, Cristo nos ensina que a meta última da vida está no Céu, e não no mundo, sendo este apenas um meio a ser utilizado para aquele fim, como uma escola e um itinerário para voltar a Deus. Cristo nos ensina que estamos percorrendo uma grande estrada e que a salvação está em avançar. A redenção consiste na evolução, que é a transformação da nossa natureza de tipo AS na de tipo S.

Assim concebido, Cristo se nos apresenta como algo bem mais imitável, por ter percorrido a nossa mesma estrada. Ele não representa um caso isolado, imensamente distante do nosso. Não se poderia propor como exemplo para o homem quem não fosse semelhante, apresentando-se em condições totalmente diferentes. Insistimos sobre este assunto, porque é importante compreendê-lo. A tradicional interpretação da descida do Cristo tem o sabor de uma mirabolante construção mítica, apta a alimentar a fantasia, mas alheia à realidade, porque pouco condizente com a faculdade que nos permite compreender o funcionamento de todas as coisas. Isto torna incompreensível o problema daquela descida, fato este contraproducente no terreno das convicções, porque, quando não se pode demonstrar, torna-se necessário recorrer ao mistério e depois ao método da imposição pela fé, o que não convence. A realidade, pelo contrário, mostra-nos a presença de uma lei constante e inviolável, que mantém a ordem em todo tempo e lugar.

Além disso, a realidade nos oferece um conceito de Deus diverso daquele Deus pessoal. Este parece mais uma nossa criação antropomórfica, como resultado de uma deificação do biótipo humano. Tal conceito menor se alcança tomando como ponto de partida e de confronto o homem, e não o universo. Trata-se de uma criação de tipo mítico, produto da mesma forma mental dos pagãos. A nosso ver, Deus é ao mesmo tempo o Todo e a mente que dirige seu funcionamento, sendo, portanto, algo que transcende todas as nossas dimensões terrenas. Deste todo, o organismo humano não representa senão uma parte infinitésima. Por isso ela, que é limitadíssima, nunca poderá conter aquele todo, porquanto o que é finito não pode conter o infinito, assim como num átomo não pode caber o sistema solar, nem faz sentido impor tal absurdo por fé. Em vez disso, nós precisamos de um Deus que sirva para todas as criaturas do universo,

e não só para o homem.

Ora, no seio da ordem do Todo, é difícil imaginar que revolução haveria com a descida desse Deus, tornando-se muito difícil admitir que o ser máximo do organismo do Todo possa assumir a forma de um de seus mínimos elementos. Este conceito era aceitável quando o homem – no seu orgulho – julgava-se o centro do universo e o único escopo da criação. Mas hoje já se começou a compreender que, se existem seres pensantes espalhados nos infinitos planetas do universo, eles também estão sujeitos à mesma lei de evolução, portanto o fim da criação não é somente o homem, tornando-se lícito perguntar a nós mesmos quantos bilhões de vezes deveria encarnar-se o filho de Deus, para redimi-los todos. Além disso, como é possível uma descida involutiva tão grande, a ponto de conseguir cobrir a distância que separa Deus do homem? Será que não nos damos conta do intransponível abismo que os separa e da impossibilidade de fundi-los num único ser? Perante a férrea disciplina da Lei, necessária para regular o funcionamento do Todo, semelhante hipótese da descida de um Deus acarretaria um deslocamento catastrófico, significando uma espécie de atentado anárquico, que seria apontado e exaltado como exemplo aos olhos do homem. Não nos damos ainda conta de que o universo é um organismo, funcionando segundo regras preestabelecidas, sendo que nada pode deslocar-se nele sem que isso traga consequências inevitáveis. Parece, todavia, que a desordem é precisamente o sinal do homem, de acordo com os princípios do AS. Com efeito, para o mundo, a potência e o valor estão na desordem, e não na ordem. Esta ideia, que consiste em fazer descer Deus na Terra, para Ele se encarnar como homem, não será, então, uma espécie de repetição da primeira tentativa do ser de se tornar igual a Deus, repetindo a atitude de revolta com a qual teve origem sua precipitação no AS?

Então a figura do Cristo que nasce destas considerações quer parecer-nos uma representação bem mais inteligente, aproximando-se daquilo que Ele verdadeiramente foi. Esta mudança de perspectiva fazia-se necessária. Estamos habituados a uma interpretação estática do Cristo, definitivamente fixada, enquanto a realidade da vida nos proporciona interpretações cada vez mais adequadas, de acordo com a evolução realizada por nós e, portanto, também pelo instrumento que possuímos para concebê-las. Acontece, porém, que a nova figura do Cristo, apresentada aqui, pode escandalizar o misoneísmo dos conservadores, por não ser aquela tradicional. Todavia esta nova figura é mais racional e, portanto, mais aceitável pela mente moderna. Por isso é bem provável que esta seja a representação que o homem se fará do Cristo no futuro. Além disso, considerando bem, podemos desde já afirmar que ela não diminui em nada a Sua grandeza.

Perguntamos, então, quem é maior? Quem tem o conhecimento, por não o ter perdido, ou quem, tendo-o perdido, soube empreender o trabalho de reconquistá-lo? Quem permaneceu perfeito, porque ficou estacionário no S, ou quem enfrentou a fadiga de reconstruir a sua perfeição no S, através das laboriosas experiências do AS?

Perguntamos, também, quem vale mais? Quem não cometeu qualquer dano, ou quem, tendo-o cometido, o consertou? Quem, não tendo pecado, não caiu, ou quem, havendo pecado, se redimiou? Quem conhece apenas as vias do bem, permanecendo na posição originária, ou quem, além das vias do bem, conheceu também as do mal e, em vez de permanecer estacionário no S, percorreu todo o ciclo S-AS-S, tendo aprendido a se reintegrar na sua posição de origem?

Os dois tipos são igualmente grandes, se bem que em posições e por razões diversas. Eis então que interpretar o Cristo deste novo ponto de vista nada retira à sua grandeza e valor.

Tratemos agora de esclarecer outra questão. Contra esta interpretação pode-se objetar que ela nega ao Cristo a sua maior qualidade, dada pela condição de ser Ele o Filho de Deus. Entretanto nós não negamos que Cristo seja o Filho de Deus. De fato – como já explicamos neste e nos antecedentes volumes – todos os seres nascidos da primeira criação, o S, eram filhos de Deus, feitos de Sua mesma substância. Somos todos, portanto, como Cristo, filhos de Deus. Apenas ocorreu que esta inalienável qualidade ofuscou-se – sem, contudo, destruir-se – para aqueles que se precipitaram no AS, sendo justamente a tarefa da evolução reconduzi-los à sua pureza original.

Nós não negamos, mas afirmamos ainda com maior decisão que Cristo é verdadeiramente o Filho de Deus, porque da Sua Paixão e morte Ele foi reintegrado no S, retornando à posição na qual Ele havia sido gerado e à qual, em virtude de sua natureza, fazia jus. O fato de ter regressado o qualifica, agora sem restrições, como o Filho, ou seja, como terceiro aspecto da Divindade (o ser criado). Eis, portanto, que Cristo permanece Filho de Deus desde a Sua primeira origem, sendo-o também atualmente, pois, dessa forma, Ele está igualmente situado no S, como parte integrante do mesmo. O fato de ter atravessado o AS, em vez de ter descido diretamente dos Céus (S), não impediu a Cristo de ter nascido como Filho de Deus, nem de retornar como tal ao seio do Pai, exatamente na posição de origem. E nós todos somos destinados a regressar à nossa posição original – os mais sábios e maduros, primeiro, e os outros, depois – cabendo aos primeiros, mais avançados e gloriosos, mostrar o caminho a seguir aos que ficaram atrás, como Cristo fez.

O nosso escopo não é demolir. Queremos apenas compreender melhor o

Cristo, penetrando até à verdade que se esconde atrás da lenda. Desejamos mostrá-lo sob uma forma mais racional e compreensível, porque um Cristo ilógico e entretecido de mistérios não seria tomado em consideração pelas novas gerações, terminando por ser posto de lado. Nós queremos, pelo contrário, que Ele permaneça vivo entre elas. E, para isto suceder, sabemos que, antes de tudo, é necessário explicar tudo com clareza e sinceridade.

V. O CHOQUE ENTRE SISTEMA E ANTI-SISTEMA

A Paixão almejada, por quê? Uma conta a pagar à justiça do Pai. O regresso do ser a Deus. A recusa de Cristo de ser rei. Judas, Anás, Caifás, o Sinédrio, Herodes, Pilatos, a multidão, Barrabás e Cristo. A morte.

Observemos mais de perto o comportamento de Cristo, para melhor compreender o significado da Sua Paixão. Parece que Ele se tenha querido expor a todo custo, porque, enquanto provocava a ira dos seus inimigos, dizendo-lhes sem rodeios as mais escaldantes verdades, tendo dessa forma desencadeado a guerra, não preparou nada para levá-la avante ou, pelo menos, para se defender. Com isto, Cristo nos fez ver quão perigoso é na Terra dizer a verdade, quando, depois de nos termos engajado na batalha, não permanecemos suficientemente armados para sustentá-la e vencê-la. Dizer a verdade, então, é um luxo reservado aos fortes e negado aos fracos. E Cristo, depois de se ter colocado em posição tão perigosa, abandonou-se nas mãos dos seus inimigos, que outra coisa não desejavam para poder assim liquidá-lo. Aparentemente, de duas coisas uma: ou Cristo não conhecia as leis biológicas do nível evolutivo humano, que são de luta para o sobrepujamento recíproco, ou então queria dissuadir-nos de dizer a verdade, mostrando-nos com o seu exemplo quão perigoso seja dizê-la em tal ambiente e como, portanto, seja mais aconselhável calar-se ou mentir. O fato é que Cristo desafiou as leis da vida de nosso plano e estas o mataram.

Todavia estas duas hipóteses – a primeira baseada na ignorância e a segunda na falta de senso moral – não se sustentam, porquanto são evidentemente inconciliáveis com a figura do Cristo. Poder-se-ia apresentar ainda uma terceira hipótese, segundo a qual Ele seria movido por uma firme vontade de suicídio. Sem dúvida, vê-se de sua conduta que ele agira em plena consciência e completa liberdade de escolha. Ele conhecia bem a aflição que o esperava, entretanto nada fez para evitá-la. Perante Pilatos, Ele se calou. Acusado, Ele não se defendeu, enquanto, anteriormente, com a sua decidida conduta, provocara a Sua condenação. Com efeito, entregou-se sem reagir aos soldados que o prenderam, tendo proibido Pedro de defendê-Lo. Estes fatos parecem confirmar uma vontade de suicídio, deduzível do fato de ter assumido posições que Ele sabia perigosíssimas. Poderíamos dizer que Cristo atirou sobre Si mesmo o Seu martírio, ou praticamente o tenha procurado, e que tenha sido Ele próprio o primeiro a querê-lo.

Então, se Cristo o quis, isto significa que aquele martírio tinha para Ele uma importância decisiva, a qual o justificava, anulando assim a hipótese do suicídio. Ele não aceitou passivamente, mas escolheu aquele caminho. Por quê? Não se pode dizer que Ele fosse um fraco e que disso se tenham aproveitado os fortes e os malvados, para fazerem Dele uma vítima. Ele os desafiou frontalmente, com coragem, desmascarando-os abertamente. E, quando foi acusado, não se pode dizer que Ele não teria sabido defender-se, desde que o quisesse. Ele teria podido ser rei do seu povo ou então um libertador político. Tudo parecia conspirar em Seu apoio neste sentido, pois as multidões O seguiam e O aclamavam. Mas Ele escolheu, pelo contrário, uma coroa de espinhos, entrelaçada de insultos e de aflição. O que significa tal loucura? Aliás, como podia ser louco um homem que deu provas de tanta sapiência?

Cristo, completamente rebelde à vontade do mundo, constantemente se refere, pelo contrário, à vontade do Pai, submetendo-se a esta com extrema decisão. Deste lado havia algo a que o Cristo estava vinculado e que o impelia para a cruz. Era este o impulso que o empurrava naquela direção? Ele não era um inconsciente, ignaro do fim ao qual ia sendo levado, no entanto não tentava parar. Há na conduta de Cristo algo misterioso, um motivo recôndito, que, sendo diferente daqueles comuns, pelos quais são movidos os homens, devemos descobrir.

A primeira coisa que salta aos olhos de um atento observador de Cristo-homem é a sua coragem viril, sua revolucionária potência inovadora, sua capacidade de arrastar as massas. Ele se comporta como um rei e, consciente das consequências, desafia os poderosos desse nível, tanto no campo religioso como no político, devendo ser tratado como rei, mesmo sendo isso feito pelo avesso, com uma coroa de espinhos e com os dizeres: “Rei dos Judeus” sobre a cruz. Até Satanás o trata como rei, oferecendo-lhe um reino, mas Cristo o repele como tentador.

Cristo não se deixa levar até à Paixão por inércia. Ele não é dominado pelas circunstâncias adversas, pelo contrário, parece que as conhece e as secunda, como se soubesse que o assalto das forças do mal o leva à realização de seus próprios fins. Cristo obedece ao Pai, mas, com isso, é como se comandasse, pois obedece a si mesmo, uma vez que sua vontade coincide com a do Pai. Os poderosos da Terra que querem matar o Cristo ficam assim logrados por um mal-entendido, porque, em vez de fazerem seu próprio jogo, acabam por fazer o de seu inimigo, Cristo. Este os utiliza então para alcançar seus próprios escopos, totalmente desconhecidos para aqueles. Temos nisto um exemplo da utilização das forças do mal postas a serviço das forças do bem. Trata-se aqui de um caso cuja negatividade acaba tornando-se um instrumento das forças positivas no seu

trabalho de reconstrução.

Postos então de lado os sujeitos humanos que contribuíram – quais pobres inconscientes – para o desenrolar-se das forças convergentes à da Paixão de Cristo, desconhecidas por eles, não resta como causa de tudo senão a vontade do Pai, da qual Cristo havia feito a Sua própria vontade. O Pai não O obriga de modo nenhum, mas é Cristo que tem consciência da necessidade de obedecer-Lhe. É o próprio Cristo que, perante a ordem estabelecida pela Lei, reconhece a absoluta necessidade de Seu sacrifício, cumprindo-o com conhecimento de causa. Assim, de um lado, permanece firme um princípio de ordem e, de outro, emerge a necessidade de um sacrifício. Havia, pois, uma conta entre os dois, e Cristo devia pagá-la à justiça do Pai. Era esta, portanto, que exigia tal pagamento, cumprindo ao Cristo efetuá-lo, cômico de Seu dever.

Qual era então a dívida que Cristo devia pagar à Lei? Seriam, como se diz, os pecados dos homens, que Cristo endossava, deixando a estes apenas a tarefa de cometê-los? Mas, se o pagamento de Cristo era efetuado para cumprir um ato de justiça perante a Lei, como é possível que o mesmo redundasse num ato de injustiça, pelo qual Ele teria de pagar, com seu próprio sofrimento, as culpas dos outros? Assim sendo, o Pai, em razão do Seu princípio de justiça, deveria ter exigido o pagamento por parte dos homens, porque as culpas eram deles, e não de Cristo. Como então, ao contrário, exatamente para aplicar o Seu princípio de justiça, o Pai exigiria que aquelas culpas fossem pagas por um inocente? Como pode Deus se contradizer a tal ponto? Num regime de ordem, nem ao amor é lícito sobrepor-se à justiça, para violar aquela ordem. Neste caso, não se trata mais de amor, e sim de anarquia, rebelião e desordem de tipo AS.

Uma tentativa de salvar Cristo do martírio não vem do Pai, que chega até o ponto de abandoná-lo no momento do martírio, quando Ele estava na cruz. Uma tentativa dessas não vem do Pai, o amigo, mas de Satanás, o inimigo. E Cristo repele aquela tentativa à guisa de uma tentação. O que significa este fato, pelo qual só as forças do mal se preocupam em salvar Cristo do martírio? Significa que aquela era uma salvação falsa, enquanto a verdadeira consistia na cruz. E Cristo responde: “Não queres que eu beba do cálice que o Pai me reservou?”. Assim, Satanás, o inimigo, propunha-lhe evitar o martírio que o Pai, o amigo, lhe oferecia. Portanto a salvação de Cristo estava na Paixão.

Aquela Paixão significa um choque entre S e AS, entre a positividade do primeiro (Deus), que quer superar e vencer a negatividade do segundo (anti-Deus). Mas o choque se dá em pleno AS, ao nível onde a negatividade é forte, estando bem plantada em sua própria casa. Isto explica porque a Paixão de Cristo no plano humano, que está situado ao nível de AS, foi massacre bestial. Explica também como, logo depois de ter saído do campo da negatividade do

AS, para ingressar no da positividade do S, aquela mesma Paixão se torna gloriosa apoteose. A Paixão de Cristo é, então, devida a um último assalto do AS contra um elemento que lhe foge, para reingressar no S, constituindo ao mesmo tempo não só a libertação deste ser em relação ao AS, mas também o seu triunfo no S. Esta é a razão não só da atroz crucificação, mas também da gloriosa ressurreição. A primeira representa o método próprio do AS, pelo qual este se acirra contra o homem que está para retornar purificado ao seio de Deus. Mas a zona de domínio do AS está delimitada, sendo que, tão logo Cristo lhe ultrapassa os confins, aquela negatividade perde todo o poder sobre Ele. Neste momento, Cristo volta a ser cidadão do S, passando a viver em outro tipo de universo.

Eis que a Paixão de Cristo nos mostra o maior fenômeno da existência já experimentalmente vivido, que é a superação evolutiva do AS, pela qual o ser sai deste, para reingressar vitorioso no S. O fenômeno é bilateral, pois interessa simultaneamente ao AS e ao S, uma vez que se realiza ao negativo no primeiro e ao positivo no segundo. Cristo alcançava uma posição de avançadíssimo nível biológico, que nós todos deveremos atingir. Assim, Ele nos pôde mostrar a técnica de realização da passagem dos mais altos planos do AS para o S. Eis que a Paixão de Cristo significa o retorno do ser a Deus, depois de ter percorrido todo o ciclo involução-evolução. Com tal perspectiva, como poderia o Cristo recusar-se à Paixão, quando sabia que, através dela, caminhava não para a morte, mas sim para uma vida bem mais esplendorosa?

Então Cristo é um elemento de nosso tipo AS, mas tão avançado no caminho percorrido por todos nós, que superou o nosso mundo e pôde assim reingressar no S. Com isso, Ele nos mostra aquilo que todos nós, mais cedo ou mais tarde, deveremos fazer. Daí o valor do seu exemplo, porquanto se trata de um indivíduo situado nas nossas mesmas condições, que, todavia, realiza uma passagem normal, em posição de perfeito enquadramento dentro da ordem da Lei. Isto não é mito, e sim realidade. Daí o seu valor positivo. Provavelmente, Cristo tenha feito parte de uma humanidade muitíssimo evoluída, já bastante próxima do S, tendo descido dela à nossa humanidade involuída, para sujeitar-se a uma prova purificadora feroz, muito além do que poderia comportar Sua demasiadamente elevada humanidade.

Talvez a culpa que Cristo tinha de pagar consistisse no fato de ter Ele exercido um grande poder nessa outra humanidade, mas em sentido egoísta, sendo esta a razão para Ele repelir, com terror, qualquer soberania de tipo AS e usar todas as suas forças em sentido altruísta. Assim se explicam as humilhações a que ele foi submetido quando de Sua Paixão, Sua paciência em suportá-las e Seu espírito de sacrifício, oferecendo-se como cordeiro expiatório, para pagar as culpas dos outros, o que Lhe conferiu a qualificação de Redentor. Ora,

evidentemente, um indivíduo que se oferece como cordeiro, num mundo como o nosso, baseado sobre um princípio de luta, não pode ter outra sorte senão ser liquidado. Num ambiente dominado por uma lei segundo a qual quem vale é o forte que sabe vencer o mais fraco, não pode ocorrer outra coisa.

Cristo, com o seu método da não-resistência e amor para com o próximo, rebela-se contra tal mundo, pretendendo revirá-lo, ou melhor, endireitá-lo em forma de S. Então o AS reage e emborca o Cristo Rei, crucificando-O como um malfeitor. O povo, pelo contrário, queria um rei terreno, prepotente e dominador, de tipo AS. E nada faltava para que isso pudesse verificar-se. Isso bem poderia ter-se realizado no dia do ingresso triunfal de Cristo em Jerusalém, quando Ele estava no meio da multidão, que o aclamava. Mas Ele recusou-se a ser um messias nacional de tipo político, preferindo ser um messias universal de tipo espiritual. O reino que Ele queria realizar não era deste mundo. Então o povo, quando se viu desiludido, repeliu Cristo, pouco depois de havê-lo aclamado. Também Satanás oferece a Cristo o seu reino, mas Cristo o rejeita.

Temos aqui duas vontades e dois tipos de domínio opostos, estando Cristo no meio da luta, entre ambos. De um lado o AS, querendo vencer o S e, do outro, o S, querendo vencer o AS. Compreende-se, daí, o alcance apocalíptico do ato de Cristo. Seu exemplo nos transfere de relance dentro do maior fenômeno do universo – a evolução – para nos ensinar que o verdadeiro escopo da vida não consiste em gozar dos frutos do AS, a não ser como um meio para alcançar sua verdadeira meta, que equivale a fugir daquele AS, mediante uma contrarrevolta, para se endireitar no S. Cristo quis imprimir um sentido escatológico à fadiga de enfrentar a labuta de nosso caminho evolutivo no tempo, apontando-nos outro e bem mais elevado aspecto da vida, com um significado mais profundo, que consiste na supremacia do espírito sobre a matéria e, portanto, na ressurreição final do ser.

De tudo isto o mundo de então nada compreendeu. Este viu em Cristo um rei vencido e como tal o desprezou. Cristo, personificando o ideal do S, emborcava o modelo do AS. Entre os cálculos que o mundo fazia para os seus interesses e o grande discurso que Cristo entabulava com o Pai, não havia ponte de comunicação, nem possibilidade de entendimento. De um lado as paixões humanas, de outro a Lei. O jogo é entre estas duas psicologias, demasiado diversas. Cada qual age a seu modo, com sua respectiva forma mental. Neste choque entre AS e S, vemos os dois métodos, um ao lado do outro, que se mostram mais evidentes no momento da transição do AS ao S, verificado na hora da Paixão de Cristo. São dois mundos e dois modos de existir, que se tocam naquele momento. Astúcia, mentira, prepotência, injustiça, ignorância e ferocidade, de um lado; sinceridade retilínea, bondade, justiça, sabedoria e amor,

do outro lado. Naquela hora da Paixão, pôde-se ver como age o cidadão do AS e o que o homem é capaz de fazer.

Seria possível, porventura, imaginar-se um tratamento mais cruel para um justo? Atraído com um beijo, vendido ao preço de um escravo, tratado como malfeitor, abandonado pelos discípulos, insultado, torturado e morto, tudo isso por ter pregado bondade e justiça, praticando tão-somente o bem. Vê-se nisto a volúpia do AS de destruir tudo o que é S, sobretudo quando este ousa penetrar no seu reino. O AS acirrou-se contra Cristo com pressa febril, pois sabia que o tempo pelo qual a vítima deveria permanecer prisioneira no campo do AS, antes de lhe escapar para sempre, estava contado. Mas Cristo também o sabia e permitiu que as forças do mal se desabafassem e cumprissem a sua função purificadora, para realizar-se completamente a vontade da Lei. Tudo é previsto, pré-ordenado e medido. Assim o AS permanece sempre servo do S, ficando encarregado de cumprir a função que o S lhe faz executar, e nada mais. Pobre AS! Construído de cabeça para baixo, não pode funcionar senão para obter resultados opostos aos que desejaria. E o emborcamento de que ele nasceu o constrangerá a agir em tal sentido, até ser destruído pelas suas próprias mãos, para maior glória de Deus.

Com o enforcamento de Judas, o AS nos faz ver como ele recompensa os seus sequazes. Os métodos do AS se revelam no comportamento do Sumo Sacerdote Caifás, do sogro Anás, do Sinédrio, de Pilatos, de Herodes, da multidão dos saduceus e dos fariseus que assistem ao julgamento, etc. Mas, perante este bando de indignos, com quanta evidência o comportamento de Cristo, em cada momento de Sua passagem sobre a Terra, dá testemunho, com a palavra e com a ação, dos métodos que caracterizam o S! Todavia, que podiam entender aqueles homens? Assim Cristo foi tratado como um louco. E, quando ele explicou a Pilatos que o Seu reino não era deste mundo e que Ele tinha vindo para testemunhar a Verdade, Pilatos soube apenas, distraidamente, perguntar-Lhe o que significava “verdade”, atitude com a qual induziu Cristo a nem sequer perder tempo em responder-lhe, tão longe estava Pilatos de poder compreender.

Cristo tampouco responde a Herodes, que estava ansioso apenas por magias e prodígios. Cristo mantém-se sempre acima desta algazarra humana. Não perde tempo em se defender, pois isto não Lhe interessa. Seu escopo não é permanecer no AS, salvando a Si mesmo, mas sim testemunhar o S, para regressar a este. Sua finalidade é cumprir o Seu dever perante o Pai e depois partir. Quem merecer, que fique então no AS.

Eis então que a reação de Herodes é confirmar a acusação da qual Cristo era imputado, de pretender ser rei, e, colocando-Lhe sobre os ombros, por escárnio, um manto vermelho de falso rei, mandá-Lo assim escarnecido de volta

a Pilatos. E sabemos muito bem com quanta seriedade jurídica e com qual senso de equidade continua este processo! Diante de Caifás chovem os falsos testemunhos e diante de Pilatos, as falsas acusações do povo. Todos desabafam e se divertem, enquanto os primeiros se eximem de qualquer responsabilidade. As diversas autoridades se preocupam em defender seus cargos e as suas respectivas carreiras. A proposta para o povo escolher a libertação de um preso, direcionada a Barrabás, é uma ignóbil escapatória, assim como a flagelação oferecida para servir de alternativa no lugar da pena de morte. Mas, quando Pilatos percebe que a sua posição e a sua carreira estavam em perigo – pois, absolvendo Cristo, podia parecer que estava protegendo um preso acusado naquele momento de sedição contra César – então, embora já tivesse declarado não julgar Cristo culpável (“Não acho culpa alguma neste homem”), evita levar avante a discussão e, eximindo-se de toda a responsabilidade, decide entregá-Lo ao povo, que desejava a Sua morte.

O ideal de Cristo era um problema remoto, enquanto o problema próximo e real consistia na necessidade de evitar o próprio prejuízo. Se Cristo quer arruinar-se, que se arruíne. Se Ele almeja, pelo contrário, a superação, que a atinja. Os outros não querem superar coisa nenhuma, não desejando de modo algum fugir do AS. Pilatos quer respeitar a justiça, mas não é tão tolo a ponto de, em nome desta, sacrificar sua posição. Perante esta premente preocupação, a outra, que consistiria em aplicar os princípios éticos, cumprindo o próprio dever, é postergada. Por isso a sua conduta se reduz a um contínuo recuo, até o momento de tirar o corpo fora, lavando suas mãos, enquanto se declara inocente. Com isso, Pilatos, jogando-a sobre os outros, livra-se da responsabilidade do mal praticado, podendo assim até tranquilizar a sua consciência e salvar as aparências.

Tudo isto é lógico, sendo-o de ambas as partes. De um lado, Pilatos, o homem do AS, cede, violando os princípios da ética (S), mas salva os seus interesses (AS), que eram para ele a coisa mais importante. Do outro lado, Cristo, o homem do S, renuncia a seus próprios interesses (AS), mas salva os princípios (S), que eram para Ele a coisa mais importante. Pode parecer que os dois tenham feito duas coisas opostas, mas isto se deve apenas às suas opostas posições de AS e S, pois, na realidade, eles obedeceram, por caminhos opostos, à mesma exigência de descartar tudo quanto discrepasse de seus respectivos escopos. Existe, no entanto, uma diferença entre os dois casos. Enquanto, na eminência de reingressar no S, o ideal de Cristo se apresentava como uma realização em curto prazo, este mesmo ideal, encarado do AS, aparecia a Pilatos e seus companheiros como um sonho de muito remota e duvidosa realização. Daí a diversa conduta dos dois tipos.

Eles não podiam dialogar. Cristo dizia que o seu reino não era deste mundo e que Ele havia nascido para testemunhar a Verdade. Mas, para Pilatos, a Verdade era apenas um problema de disquisições acadêmicas, de sofismas, de bizantinismos, que não levam a nada. Como poderia ele entender o Cristo? Nem mesmo sobre o conceito de justiça podia haver entendimento comum entre os dois. Para Pilatos, ela era um fato limitado dentro das dimensões humanas, correspondendo a uma formulação positiva, como algo inflexível, semelhante à forma mental dos romanos, para quem a justiça era uma regulamentação codificada em leis específicas, com efeitos concretos e de realização imediata. A justiça de Cristo, para Pilatos, era um ideal longínquo, uma coisa vaga e incontrolável, constituindo um princípio abstraído da realidade da vida, no qual, portanto, não se pode confiar. Para Cristo, que conhecia a lei de Deus, Sua justiça era uma realidade em ato, algo próximo (S), constituindo um princípio que Ele via funcionar, no qual, portanto, é possível e útil confiar. Mas não podiam pensar assim os outros que, situados no AS, estavam, pelo contrário, longe do S. Compreende-se Pilatos, quando se leva em conta o fato de que ele tinha de resolver o problema imediato deste mundo, perante o povo hebreu e perante a Roma do imperador Tibério, a quem devia prestar contas, enquanto Cristo vivia com a mente fixada em problemas remotos de outro mundo, perante o Pai e a lei de Deus.

O próprio conceito de autoridade diverge nos dois casos. Para Pilatos e para o mundo, a autoridade é o estado, o chefe, constituindo o grupo que detém a força, faz as leis e impõe a ordem social. Para Cristo, esta é uma autoridade secundária, enquanto a verdadeira, que comanda realmente, é a autoridade da lei de Deus, à qual todos estão igualmente sujeitos e que utiliza aquela autoridade humana como instrumento. Quando Pilatos diz a Cristo: “Não sabes que eu tenho o poder de te libertar ou de te crucificar?”, Cristo lhe responde: “Não teríeis sobre mim nenhum poder, se não vos fosse dado pelo Alto”. Está aqui claramente definida a posição subordinada do poder humano perante o poder de Deus.

Para compreender a Paixão de Cristo, é necessário enxergar este jogo escondido, que está no fundo do fenômeno, cuja realização, devido à sua proximidade do S, deve ser entendida em função da lei do Pai, e não em função das leis humanas, pois estas, pelo contrário, estão ligadas ao AS. Tal posição de expectativa para regressar ao S é claramente expressa pelas palavras de São Francisco: “Tão grande é o bem que me espera, que cada pena me causa deleite”. Temos sempre o mesmo processo de inversão, primeiro o emborcamento do S em AS, ocorrido com a Queda, e agora, com a subida, o endireitamento do AS em S. No momento da Paixão de Cristo, quando o AS parece alcançar seu

máximo grau, ele de fato perde, porque sua vítima está prestes a fugir-lhe, enquanto, simultaneamente, o S, quando parece perder, paralisado por aquela destruição, na verdade vence, porque em pouco tempo a vítima estará para sempre fora do AS, regressando ao Pai.

Na sua ordem, a Lei deixa as forças do mal esgotarem todo o impulso da sua potência, até ao ponto em que Cristo grita: “Eli, Eli, lemá sabactani?” (Ó Deus, ó Deus, porque me abandonaste?). Mas aquela potência não vai além disso e se esgota. No momento em que atinge o cume do seu triunfo, o AS perde toda a sua força, porque ocorre a saída do indivíduo, que se destaca dele automaticamente. Mas o S o espera. O AS, à sua maneira, já teve a sua vitória, vencendo de modo negativo, porque destruiu tudo. No entanto destruiu apenas aquilo que lhe pertencia e estava em seu poder, ou seja, a parte material, pois é apenas a isso que se limita todo o seu reino. Neste ponto o AS termina, não chegando mais além. Perpetrada sua execrável façanha, ele deve parar, não podendo dar nenhum passo adiante. Uma vez superada a Paixão, Cristo está fora do AS, encontrando-se já no S, onde as forças do mal não podem chegar, porque são expulsas de volta para seu reino. Então não lhes resta outra coisa a fazer senão dilapidarem-se reciprocamente pelo triste domínio de sua miséria.

Nas páginas antecedentes, referimo-nos brevemente ao ingresso triunfal de Cristo em Jerusalém e ao desejo do povo de ter um rei terreno. Para não interrompermos o fio do raciocínio, adiamos para o fim deste capítulo a descrição da cena, que nos dispomos a relatar aqui. Vale a pena observá-la com atenção, porque ela esculpe com vivacidade a figura do Cristo, pondo em evidência a natureza íntima da sua missão. Embora Cristo tivesse admoestado o povo a não interpretar o reino de Deus no sentido de potência terrena, exortando-o a abandonar seus sonhos de glória humana, para conquistar, pelo contrário, os tesouros imperecíveis do espírito, Jerusalém almejava um messias poderoso na Terra, voltado para triunfos políticos, rico de meios e de honrarias, vencedor dos inimigos do povo de Israel. Por isso o triunfo de Cristo no dia de seu ingresso em Jerusalém baseou-se sobre um mal-entendido. Observemos a cena.

Aquela chegada foi extraordinária. A multidão saía de Jerusalém ao encontro do novo triunfador, enquanto juntavam-se a ela os peregrinos que para lá se dirigiam. Um indescritível entusiasmo arrastava a todos. O ingresso foi memorável. Durante horas, as ondas desse imenso mar formado pela multidão se agitaram e se abriram, dando passagem à modesta cavalgadura, até o aclamado chegar aos pés da imensa escadaria do Cedron, que subia até o templo. Descendo então de sua montaria, pressionado por todos os lados, ele subiu até atingir o alto da escadaria. Dos declives, das oliveiras do vale Cedron, dos terraços das casas, dos beirais das portas e das árvores, de cada saliência do terreno que permitisse

uma vista mais livre, toda uma imensa multidão aclamante fitou aquela figura, que havia parado e olhava em seu redor.

Então a multidão, que gritava: “Hosana! Bendito aquele que vem em nome do Senhor”, emudeceu. Em silêncio, todos esperavam um gesto ou uma palavra. Jamais houve um instante tão decisivo na história do messianismo. Aquele gesto ou aquela palavra poderiam ter desencadeado o povo a expulsar os poucos romanos do Presídio e a proclamar o reino de Israel. Jesus olhou em volta e, no meio daquela imensa multidão, sentiu-se só. Era o ocaso. Enrolou-se no seu manto e foi-se embora. Sobre quantos ali ficaram desceu uma densa sombra de desilusão. Deste momento em diante, inicia-se contra o falido messias uma surda rebelião, cuja explosão será assistida na manifestação de furor do povo perante o tribunal de Pilatos. Este, conforme relata Marcos em seu Evangelho, expressou-se assim: “Que desejais, pois, que eu faça daquele que vós chamais Rei dos Judeus?”. E eles gritaram com insistência: “Crucifica-o!”. Pilatos replicou-lhes: “Qual é o mal que Ele fez?”. Responderam eles gritando mais forte: “Crucifica-o!”.

Cristo quis permanecer fiel à sua ideia, razão pela qual repeliu, à guisa de uma tentação, a oferta de seu povo. Assim Ele foi verdadeiramente rei, mas de valores espirituais eternos, ao contrário dos tantos reis da Terra, erguidos sobre sangrentas vitórias e vacilantes poderes. Portanto Ele não teme o decorrer do tempo e continua reinando. Porém seria possível se objetar que, se a Sua doutrina era válida perante o mundo de então – bem longe de ser espiritualmente elevado e socialmente justo – a mesma doutrina não é mais totalmente aplicável hoje, dadas as diferentes condições sociais, segundo as quais os atuais problemas da coletividade são colocados diversamente, de modo que, assim, Cristo não teria exposto verdades eternas, pois o seu próprio reino espiritual teria se revelado efêmero, como todos os reinos da Terra aos quais Ele renunciara.

Ora, a objeção cai por terra, se refletirmos que a ideia de Cristo permanece sempre válida como impulso da vida no sentido de superação do passado, em direção a formas de existência mais evoluídas. Este fenômeno não é um fato circunscrito a um povo e a um dado tempo, mas sim uma realidade biológica que, independente de estar colocada em níveis evolutivos diversos conforme o grau alcançado, repete-se em todo tempo e lugar, seguindo o mesmo princípio da superação evolutiva, que é fundamental no caminho ascensional da vida. É neste sentido que Cristo permanece, tanto hoje como sempre, válido e atual, mesmo em relação às novas posições alcançadas neste momento, ensinando-nos com igual eficácia como superar a dor.

Cristo nos ensina a conquista dos valores espirituais, e não se pode dizer que isso não pertença ao processo evolutivo de qualquer tempo, pois é

exatamente neste mesmo sentido que se dirige a evolução. Trata-se de princípios que, apesar de se desenvolverem em diferentes graus, permanecem verdadeiros em todos os níveis. Há uma constante tendência à superação, à espiritualização e ao amor recíproco, que facilita a convivência social e o progresso em direção ao estado de coletividade organizada. Eis que, assim como as leis da vida, a doutrina de Cristo e Seu reino, naquela parte que supera a mutável contingência do momento, permanecem sempre atuais.

VI. NECESSIDADE MITOLÓGICA

A Ressurreição. Do AS ao S. A necessidade do mito. A morte mata só o corpo. Cristo espírito permanecendo vivo. O problema de um corpo humano no Céu. As aparições. A fase mítica das religiões.

Depois da morte de Cristo, entramos numa outra fase do desenvolvimento do fenômeno. As posições se invertem; à morte do corpo sucede a ressurreição, com uma vida maior no espírito; à dor sucede a alegria; o vencido se torna um vencedor e o vencedor fica derrotado. Os matadores de Cristo se encontram agora perante um cadáver, que não pode mais ser atormentado nem morto, por isso o deixam e vão-se embora. Eles não têm mais nada a fazer que seja de sua competência. No terreno deles terminaram. Cada qual se dirige ao posto que o espera, conforme a sua natureza e a ordem determinada pela Lei. Os homens ficam a rastejar na terra como vermes e Cristo sobe triunfante na glória dos Céus.

O importante neste acontecimento está no fato de que o mesmo nos mostra objetivamente, em forma positiva e experimentalmente vivida, como se realiza a passagem do AS ao S. Temos aqui o fenômeno debaixo dos olhos e podemos estudá-lo, como estamos fazendo, para compreendê-lo e, assim, tornarmo-nos aptos a realizá-lo, cada qual de seu particular ponto de vista. Podemos assim submeter a análises de laboratório um fato que nos interessa de perto, porque, mais cedo ou mais tarde, todos deveremos vivê-lo, dado que esta é a lei da vida.

Mostra-nos Cristo com a sua Paixão de que maneira todo indivíduo, ao ter atingido a maturidade, poderá realizar a mencionada passagem do AS ao S, que constitui a grande revolução biológica, fechando assim o ciclo involutivo-evolutivo iniciado com a Queda. Trata-se da passagem da esfera de ação do elemento negativo ao elemento positivo, correspondendo ao momento crítico no qual se abandona um campo gravitacional e sua respectiva influência para ingressar no campo oposto.

Quanta gente o AS havia mobilizado nas pessoas daqueles que se empenhavam em disputar a vida de Cristo! Vê-se que eles se moviam em série, numa única direção, como movidos sob um único impulso. Mas, depois do fato consumado, até o AS parece dar-se conta da gravidade do ato cumprido. A convulsão dos ânimos se transmite à terra e a agitação se revela também no plano material. O céu obscurece, a terra treme e o solo se abre. A fenda chega até Jerusalém, atravessa o templo e afasta um pouco as paredes, provocando um

rasgão no velário que cobria o sacrário do templo, o “Sancta Sanctorum”, o qual perde assim sua sacralidade. Depois deste último desabafo, que revela a sua natureza destrutiva, o AS esbarra contra os próprios limites, pelos quais ele é definido, e se detém. Então, entra em ação a força oposta, exercida pelo S, que é fonte de vida e fomento de ressurreição.

Observemos este fenômeno. Sempre que se trata de um fato extraordinário na vida de Cristo, como é a ressurreição, os escritores católicos fazem dele um argumento em favor da grandeza da Igreja, enquanto os anticatólicos fazem dele um argumento em contrário. Mas poucos se ocupam de compreender o que tenha verdadeiramente acontecido, deixando-se guiar pela lógica, e não por impulsos sectários. A maior parte está interessada em demonstrar a verdade ou a falsidade do mito, mas poucos estão ansiosos de lhe explicar a gênese, para que sua importantíssima função seja compreendida e, assim, a sua presença seja respeitada.

É inegável que o cristianismo teve imediatamente plena consciência da importância dessa ideia da ressurreição, vendo nela a própria chave para compreender a doutrina de Cristo, da qual constitui a razão de ser e o seu coroamento. Esta ideia encerra o conceito de superação da vida terrena em outro tipo de vida, sendo fundamental naquela doutrina. Esta é a grande ideia que Cristo trazia consigo à Terra, com a missão de testemunhar-lhe a verdade mediante Sua própria ressurreição. É a mesma ideia que nós, com outras palavras, chamamos de retorno ao S. Porém não importa a forma. O cristianismo achou por bem expressar-se com o mito, admitido através da fé, por ser o meio mais apropriado para a psicologia das massas. Nós nos expressamos através da análise e da razão, porque esta é a forma de melhor aceitação pela mais evoluída mentalidade do homem de hoje. Mas a verdade é uma só, pois o caminho da evolução e a sua conclusão são os mesmos, cumprindo a todos regressar ao S, realizando o feito sublime que Cristo realizou e que Ele nos quis ensinar.

Ora, é incontestável que desta ideia da continuação da vida em uma forma mais alta, com o retorno ao S, era necessário oferecer uma representação compreensível para a forma mental comum no plano humano. Então, para este fim, o derrubamento da pedra do sepulcro, impulsionada como por uma explosão de vida, era o melhor que se podia imaginar. Devemos compreender que, para tal mentalidade, quando se fala de vida, sempre se entende a vida no corpo. Diz-se que uma pessoa morre, quando seu corpo não vive mais. Deste ponto de vista, para se afirmar que essa pessoa vive, é necessário que ela esteja viva sobretudo como corpo, e não apenas como espírito. A concepção materialista – que predomina também no campo religioso – impõe que se permaneça no plano físico. Segundo esta mentalidade, Cristo era a pessoa física que pisava sobre a

Terra, e não a Sua personalidade espiritual. Era indispensável, portanto, a ressurreição do Seu corpo, a fim de fazer o povo compreender que Cristo havia permanecido vivo. Não se entendia então que, se Jesus tomou um corpo, foi porque Lhe fora possível existir antes, independentemente dele, sendo esta a razão pela qual Ele pôde subsistir após a morte de Seu corpo.

Na realidade, a morte não mata a verdadeira pessoa, que é espiritual. Por isso, como tal, Cristo não estava morto, uma vez que o espírito não morre. Então como podia Ele ressuscitar, se não estava morto? Portanto o que podia ressuscitar era somente o seu corpo, que estava morto. Mas Cristo era o espírito, e não o corpo. Para nós, Cristo é algo que esta além da Sua forma física. É o Cristo eterno, que tomou e deixou uma sua veste física, razão pela qual Ele não tinha necessidade, para poder sobreviver, de levar consigo Seu corpo, que foi por isso abandonado na Terra.

Repugna-nos, portanto, pensar que no Céu, em pleno S, fosse possível colocar definitivamente um elemento de tipo oposto, próprio do AS. É difícil de imaginar como Cristo poderia necessitar de tal invólucro num ambiente tão diverso como é o S, num tão novo tipo de vida. Como poderia Cristo, com um corpo assim, sentar-se à direita do Pai, que, sendo o pensamento diretivo do S, não pode como tal ter corpo, pois isto é prerrogativa do AS? Que tremendo problema não acarretaria ter de arrastar essa carga de matéria dentro de um mundo de outras dimensões!

Mas a mente comum não raciocina desse modo, pelo contrário exige e, assim, cria para si uma lenda capaz de lhe satisfazer, o que, aliás, é justo, porque este é o alimento do qual ela se nutre. Por isso ela construiu para si uma ressurreição a seu modo, de fundo físico, sem pôr em evidência o fato espiritual, que é a parte mais importante. Sem uma ressurreição de tipo material, o Cristo, que não estava morto, teria sido considerado como morto, porque o seu invólucro terrestre havia morrido.

Para o povo, era necessário um sepulcro vazio e um corpo desaparecido. Daí ao fato de imaginar Cristo ascendido ao Céu, o passo é breve. A fim de persuadir as multidões da existência de outra vida – razão fundamental da Paixão de Cristo – era necessário pelo menos que seu corpo desaparecesse da Terra, caso contrário seria impossível para elas que Ele tivesse sido acolhido no Céu. Isto era necessário para mostrar que a Paixão de Cristo havia alcançado o seu escopo, porque estava na lógica do fenômeno e esta exigia ser satisfeita. Hoje, quando se começa a conhecer o que de fato é o céu, sabe-se quão difícil é a permanência de um corpo humano no espaço extraterrestre. Torna-se, portanto, cada vez mais difícil recorrer àquele Céu, para utilizá-lo em construção mitológicas. Está na ordem da própria lei de Deus que cada organismo só possa

viver no ambiente em relação ao qual foi construído.

O próprio Cristo tinha previsto a necessidade desse mito da ressurreição, tendo preparado o terreno para isso, ao anunciar em vida que ressuscitaria. Ele sabia que esta ressurreição fazia parte integrante do fenômeno vivido por Ele, constituindo o lado positivo do mesmo, como contrapartida ao lado negativo, representado pela morte. Esta ressurreição era necessária para confirmar a tese de Cristo. Com a finalidade de explicar e valorizar a sua Paixão, Cristo devia provar que esta conduz à vitória da vida (expressão do S) sobre a morte (expressão do AS). Sem o triunfo no espírito, o sacrifício de Cristo teria sido uma derrota ou simples loucura.

O que sabemos de positivo depois da morte de Cristo é que o seu corpo desapareceu. No entanto Cristo estava vivo, porque foi visto na Terra. Mas aquele não era o seu corpo físico. Existem fenômenos de materializações paranormais de indivíduos cujo corpo se desfez há tempo. Eles não implicam de modo nenhum uma ressurreição física. Não foi com o corpo físico que Cristo ficou presente na Terra. De fato, Ele aparece e desaparece em Emaus; caminha sobre as águas; entra em salas de portas fechadas; diz a Madalena: “Não me toques”, para ela não se aperceber que aquele não era seu corpo físico. Tomé, que exige colocar o dedo nas chagas de Cristo, fica convencido por haver acreditado, mas não por haver tocado, coisa que os evangelhos não dizem que ele tenha feito. Estes falam de fé que ilumina, e não de uma certeza experimental. A presença de Cristo na Terra é feita de aparições. E o corpo, então, onde estava?

O corpo pertencia ao AS, constituindo apenas uma veste temporariamente assumida por Cristo, para poder cumprir Sua missão no plano humano, sendo esta veste não mais aceitável para Ele, quando de Sua transferência para o S. Não se concebe como tal forma pudesse entrar num mundo exclusivamente espiritual para fazer parte dele, nem quais funções poderia exercer ali um organismo feito para outros objetivos, escravo da gravitação, da atmosfera, de sistemas nutritivos, de funções biológicas, de meios sensórios etc. Isto, contudo, não significa que o mito da ressurreição não fosse necessário para um dado tipo de indivíduos ou que, por isso, não mereça o mesmo todo o respeito. Usado na forma relativa e temporária, é justa uma representação mental, ainda quando ela não corresponda à realidade efetiva, desde que a mesma venha a constituir um meio útil à realização da evolução, por cumprir uma função capaz de contribuir para o alcance deste escopo.



Encaram-se, hoje, tais fenômenos com critérios racionais e objetivos, para sua melhor compreensão. Mas é certo que eles não podiam ser apresentados

assim nos tempos de Cristo ou mesmo posteriormente, até ontem. Então o homem necessitava admitir e interpretar os fatos numa forma compreensível e adequada à sua mentalidade. Para o passado, tais interpretações eram cabíveis, porque estavam proporcionadas às necessidades psicológicas das massas. Tudo dependia do desenvolvimento da sua inteligência. Por isso, há de se convir que tais interpretações, mesmo sendo inaceitáveis para nós atualmente, cumpriram sua devida função.

Todas as religiões atravessam uma sua primeira fase mitológica, e o cristianismo não faz exceção. A lenda brota a cada passo. Ela é uma criação da alma coletiva, fenômeno que fatalmente se manifesta na formação de cada religião, não havendo razão para que o cristianismo lhe fizesse exceção. Assim, baseando-se em alguns fatos, o homem os mitificou, acrescentando-lhes elementos ideais que a realidade não contém nem poderia conter. Obtém-se, deste modo, uma fusão entre realidade e sonho, alcançando uma construção excelente para os fins da evolução, porque consegue revestir os puros fatos reais de uma luz que lhes proporciona alma e consistência, dando-lhes com isso um impulso evolutivo que os mesmos não teriam capacidade de dar sozinhos. Ora, isto não significa um estéril devaneio, pois esta mitificação cumpre a importantíssima função de fazer descer o ideal na Terra, contribuindo assim para a realização de formas de vida mais avançadas e, portanto, para o verdadeiro progresso do homem. É por meio do mito que o ideal toma corpo na consciência coletiva, onde se fixa, realizando a evolução.

A vida quer alcançar seus fins em cada nível e o faz com a forma apropriada ao caso. O primitivo vive no plano emotivo, pois não atingiu ainda o plano racional. Ele é como um menino que, encontrando-se perante o ignoto, procura dar-lhe uma explicação por meio da fantasia, construindo para si uma fábula capaz de, naquele momento, satisfazer sua necessidade de desvendar o mistério. Mas tal construção é dele e existe apenas em sua mente, não sendo uma visão objetiva da realidade. A esta o menino substitui o seu sonho, que é tudo quanto sua forma mental sabe produzir. Mais do que isso não se podia pretender no passado. Por isso a religião primitiva não passava de magia, tendo como seu sacerdote o feiticeiro, atitudes que ainda vemos sobreviver na psicologia do milagre.

Hoje, tudo isso tende a desaparecer, pois o homem, tendo-se tornado mais amadurecido, procura substituir ao devaneio a reflexão racional, deixando o método fideístico-sentimental às criaturas menos desenvolvidas, que dele ainda precisam. Mas as próprias religiões estão sujeitas a um processo evolutivo e vão-se intelectualizando cada vez mais, pois este é o caminho da evolução, que conduz da matéria ao espírito. O Céu dos pagãos era uma sociedade formada por

tipos comuns, com todos os seus defeitos e paixões, constituindo-se de um mundo terreno transferido para o Olimpo. O selvagem, com seus sacrifícios cruentos, encontra-se ainda mais atrás. Basta confrontar com estes últimos o sacrifício celebrado na Eucaristia, para vermos a quão imensa distância se encontra este em relação aos primeiros, pois, na Eucaristia, o sacrifício está a tal ponto espiritualizado, que até a matéria do pão está reduzida a uma partícula quase simbólica. É assim que o ideal avança em direção ao divino, assumindo dele, cada vez mais, as características da imaterialidade e da espiritualidade. Do nível subumano passa-se gradualmente ao nível humano e super-humano. Por este processo a evolução avança.

É natural que, alcançando-se uma fase mais avançada, as formas precedentes inferiores não sejam mais necessárias. É um fato que aquele mundo lendário resiste cada vez menos às críticas dos tempos modernos. Assistimos hoje a um processo de desmitificação, que não é destruição do passado, senão no sentido de substituição do velho tipo de compreensão por outro mais complexo e progressista. As antigas religiões colocavam o homem ao nível dos mais elementares instintos animais, como fome e sexo, luta e medo, ódio e morte etc. Sucessivamente essas religiões se humanizaram, saindo da fase selvagem, mas conservando-se sempre ao nível dos impulsos instintivos do subconsciente. Com o cristianismo, a religião se espiritualiza até ao nível do sentimento, do amor ideal, das razões do coração. Realizam-se, assim, maravilhosas construções no terreno fideístico-emocional. Não se trata de vãs fantasias, mas de criações do inconsciente, que têm um profundo significado biológico, porque elas, expressando uma técnica de aquisição de novas e superiores qualidades por parte da personalidade, cumprem uma real função criadora, representando, em suma, um instrumento de conquista biológica, em sentido evolutivo, a nível espiritual.

Com tais criações ideais manifesta-se o inconsciente, que, pela repetição dos respectivos atos e pensamentos, procura fixar sob a forma de qualidades algumas das suas superiores aspirações. É enxertando na crua realidade biológica essas mais elevadas aspirações, que o homem consegue erguer-se ao longo da escada da evolução. Que importa se ele ainda não se afasta de lendas e representações mentais. Este não é um terreno de investigações científicas, mas sim de criações espirituais, lançadas em frente para antecipar o futuro. O que há de sólido neste fenômeno é o fato de ser ele uma técnica de aquisição de novas qualidades, através da qual se realiza o importantíssimo processo da evolução. Trata-se, portanto, de uma função biológica de grande alcance, sendo esta a razão pela qual a vida permite que se realize.

Compreendido assim o significado do mito e o valor que ele representa, pode-se entender por que é necessário usar a máxima cautela na destruição do

velho, à qual se é naturalmente levado no processo de desmitificação das religiões. É preciso não destruir o passado, enquanto não se tenha conseguido substituí-lo algo melhor, como é indispensável para evoluir. Certamente a vida quer renovar-se, mas para avançar, e não para retroceder ou ficar estacionária no vazio. Então há de se cuidar que a desmitificação não paralise a função evolutiva cumprida pelas criações mentais das massas. É certo que hoje o homem está-se tornando adulto, começando assim a transferir o fenômeno religioso do terreno emotivo àquele racional. Com isso, ele está subindo um grau acima dos que subiu no passado. Mas é um passo laborioso, porque presume uma maturidade que as massas não alcançaram ainda.

Cada manifestação da vida é proporcionada ao seu respectivo grau de maturação. Cada coisa a seu tempo. A religião do futuro terá uma base científica. Estamos hoje numa fase de passagem. As necessidades de uma humanidade infantil não são as mesmas de uma humanidade adulta. A atual crise do cristianismo é profunda, pois se deve justamente a esta passagem da fase religiosa lendária, fideísta e emotiva àquela positiva e racional.

O caso é grave, pois não se trata de uma crise desta ou daquela religião, mas sim de uma crise psicológica global, que leva a um novo modo de conceber a vida, do qual decorre a mudança da forma mental do homem e de tudo o que dela deriva, incluindo as religiões. A verdade é relativa e progressiva. Assim como se passou da religião do Deus vingativo à do Deus de bondade, da mesma forma se passa hoje à religião da inteligência. Assim como se passou da fase do temor àquela do amor, também desta se passa hoje àquela da compreensão. É assim que se procede hoje a uma rápida desmitificação, demolindo-se o passado. Mas, neste trabalho, é necessário que os dirigentes estejam atentos, para não propor verdades antes que as massas possam compreendê-las. A revelação da verdade há de ser proporcionada à capacidade de se compreendê-la, não devendo, portanto, ser concedida levianamente, quando puder ser prejudicial às massas. Estas, com efeito, dada a sua ignorância, poderiam ser levadas a fazer mal uso dela. É por isso que as massas nem sempre podem ser iluminadas, enquanto não alcançarem a maturidade necessária para entender a verdade no seu justo sentido. É sempre necessário fazer as contas com as reações da forma mental à qual um princípio é aplicado.

A atual crise é profunda porque o velho está caindo e o novo não está pronto para substituí-lo. Estamos, assim, pairando no vazio. Ora, os valores espirituais, mesmo sendo contestados pelo nosso tempo, são necessários à vida. É, pois, fatal que o homem, quando sentir falta destes valores e tiver fome deles, deverá então apressar-se a reconstruí-los, se bem que num nível mais evoluído. Esta é uma crise laboriosa e perigosa. Mas trata-se, no fundo, de uma crise

salutar, de uma crise de desenvolvimento.

Vivemos numa época de transição, composta por dois momentos históricos: o primeiro representa o velho mundo na hora de seu ocaso, o segundo representa o novo mundo que está surgindo agora. A nossa Obra, levada a termo nos quarenta anos situados no centro do Século XX, representa esta época de transição, estando sobreposta e ligada a esta transformação. Com efeito, ela se iniciou quando o velho mundo estava em pleno vigor e se conclui agora, quando este se encontra em declínio e o novo mundo desponta. Por isso, entre a primeira e a segunda parte da Obra, poderá parecer a um observador superficial que haja contradição. Trata-se, porém, de uma continuação que é maturação, resultante de um desenvolvimento natural, paralelo àquele vivido pelo atual momento histórico, do qual a Obra é o espelho.

Esta transformação e continuação nas diversas interpretações está hoje se processando também para a figura do Cristo, que é o principal objeto deste volume. Como se faz hoje com tudo, até a figura do Cristo é dissecada com a análise. Mas, fazendo isso, o mundo se arrisca a terminar tendo em suas mãos a figura de um Cristo totalmente destruído. É por isso que procuramos satisfazer a necessidade de uma síntese reconstrutora do Cristo, numa forma adequada aos novos tempos, com base na compreensão, e não sobre a crença, que não rege mais hoje. Também aqui, não se trata de contradição entre o velho e o novo, mas sim de uma continuação que é maturação e natural desenvolvimento do modo humano de entender as coisas.

A desmitificação deve ser uma atualização, e não um aniquilamento. Quando os mitos já cumpriram a sua função, então se tornam falsos e morrem naturalmente, por si próprios, de velhice. Não é necessário destruí-los. A vida tende a se renovar por si mesma. Em muitos casos, isto pode significar dizer as mesmas verdades, porém de um modo mais completo, mais controlado, mais racional e mais genuíno, sem mitos, o que torna tais verdades ainda mais verdadeiras. Que um espontâneo processo de desmitificação esteja hoje em ação, é um fato evidente. Ele revela a superação da fase infantil da humanidade, que está saindo desse nível. Em vez de construir mitos e impô-los em seguida, em nome da fé, a ciência se colocará perante a lei de Deus e estudará com objetividade seu funcionamento.

Será este o novo modo de caminhar em direção a Deus. É por isso que tanto insistimos em falar da Lei. É sobre ela que se baseará a nova religião positiva, sendo este conceito de lei, com efeito, a ideia que mais bem satisfaz a forma mental dos adultos, por estar ligado a um princípio racional, experimentalmente controlável. A mente infantil do passado queria envolver os fatos no encantamento do mito, acalentando o mistério, a fé, o prodígio, o estado

emotivo e o sentimento, pois a tal tipo de mente repugna tudo aquilo que, como a Lei, é rigorosamente estruturado, positivo e racional, visto esta condição exigir um espírito crítico e processos de investigação da mesma espécie. É por isso que muitos ainda resistem à atual necessidade de redimensionar sua forma mental, recusando-se a se libertar das míticas construções do passado.

VII. O MÉTODO DA NÃO VIOLÊNCIA

Martírio planejado. No S desaparece o egoísmo separatista. A potente personalidade de Cristo. O inovador. O Cordeiro de Deus. São Francisco. O método da não violência. Como o inerme pode vencer, enquadrando-se na Lei.

Observemos a vida e a Paixão de Cristo ainda sob outros aspectos. Ele dá o grande salto em direção ao S, e o vemos neste supremo momento, no qual se conclui o ciclo involutivo-evolutivo, porque o ser percorreu todo o caminho do retorno ascensional. Os executores da Paixão, tantos e diversos, cada um a seu modo e movido por seu próprio interesse, coordenam as suas ações num quadro único, fazendo-as convergir para a finalidade visada por Cristo, a qual, todavia, não conhecem. Isto faz pensar num plano preestabelecido, desconhecido pela mente deles, mas presente na lógica da Lei, que funciona no momento devido. Cada um deles é um músico que conhece e toca apenas seu próprio instrumento, formando todos em conjunto uma orquestra. Somente Cristo, no meio de uma multidão de ignaros do verdadeiro significado de Suas ações, é consciente daquilo que está sendo realizado. Em Cristo, o espírito se revela nítido e possante a todo o momento. A cada passo, Ele mostra segurança, precisão e tempestividade, não apresentando qualquer vacilação própria de uma tentativa. Cristo exprime a luz, os outros expressam as trevas. Enquanto estes tateiam, Cristo sabe. Ele vai direto ao seu objetivo; os outros tergiversam, oscilam, movem-se ao acaso, obedecendo a seus caprichos, sem nada compreenderem do jogo de Cristo, o qual executam como se fizessem seu próprio jogo. Assim eles, de fato, ajudam Cristo a levar a efeito seus próprios planos, enquanto acreditam fazer o oposto. Matando-O, não fazem outra coisa senão expulsá-Lo do inferno em que eles estão mergulhados, para fazê-Lo reingressar à felicidade do S.

Do mesmo modo como aqueles nada entenderam então, também hoje nada entende quem não tenha percebido qual era o escopo de Cristo. Trata-se de um trabalho perfeitamente enquadrado nos princípios da Lei, portanto planejado com exatidão. Mas como era possível compreender então que, quando Cristo dizia vencer o mundo, Sua intenção era sair do AS para entrar no S? Trata-se de uma questão acima de tudo pessoal, sendo de tal forma individual, que ela também se apresenta a cada um de nós, para podermos um dia, uma vez amadurecidos, imitar o exemplo recebido.

O homem interpretou a seu modo a ideia de Cristo querer vencer o mundo.

O instinto de luta o impeliu a entender aquela ideia não no sentido de superação, mas sim de esmagamento, enquanto para Cristo ela tinha um sentido construtivo, e não destrutivo. Como superação a encara quem está maduro para o S, do outro modo a vê quem está no AS. Para o evoluído, a vida é harmonia, e não oposição entre os seus diversos graus de desenvolvimento, porque estes não são senão fases sucessivas de um mesmo caminho. Portanto é absurdo sermos inimigos do mundo para vencê-lo, uma vez que ele tem uma razão de existir num nível inferior, o qual é necessário para alcançar outro superior. Se o mundo está ao nível do AS, ele é, contudo, passagem obrigatória para desembocar no S. Em substância, tal contraposição é a mesma que existe entre a fase de criança e a de adulto. A predominante interpretação de antagonismo contra o mundo é devida ao instinto do subconsciente, para o qual tem valor apenas o vencedor que derrota o inimigo e triunfa destruindo.

O caso proposto e vivido por Cristo pode aparentar um aspecto utilitário, porque evoluir e reentrar no S representa um efetivo melhoramento de vida. Apela-se deste modo a um sentido de egoísmo, a ponto de suscitar dúvida no sentido de que Cristo, sendo capaz de prever tudo e, por conseguinte, até calcular a vantagem decorrente de Seu sacrifício, poderia talvez ter enfrentado tal sacrifício por um Seu interesse egoístico, tendo-se sacrificado, então, apenas para reentrar na felicidade do S. Não! Este foi o resultado implícito do Seu ato, mas não podia ser esse de maneira alguma seu único objetivo. A este resultado a Lei O conduzia inevitavelmente, porque assim Ele agia, e Sua vontade era unicamente a de se conformar à ordem da Lei. E, justamente porque Cristo regressava ao S, a Sua forma mental somente podia ser deste tipo, isto é, orgânica e unitária, e não de tipo AS, isto é, individualista e separatista. Ora, com uma atitude egoísta, Cristo ter-se-ia oposto ao S, seguindo a psicologia dualista própria do AS e, assim, negando-se a alcançar o fim que Ele mesmo propunha. Agindo desse modo, Cristo teria feito o contrário daquilo que Ele desejava fazer, o que é inadmissível.

O princípio egoísta faz parte da cisão dualista S-AS, razão pela qual não pode ser aceito por quem, não mais existindo isolado do Todo nem sendo mais movido apenas pelo seu próprio interesse, sai desse dualismo para reingressar no S. Tudo isto desaparece quando se chega às portas do S. Então permanece apenas a necessidade de viver na ordem, aderindo à Lei, sendo esta a vantagem, o interesse e a satisfação que se procura em tal condição. Nisto consiste o endireitamento da forma mental de quem se encontrava emborcado no AS. Mentalidade excepcional para quem vive no nível comum.

Eis então que o principal fito de Cristo não era pensar em si próprio, mas sim cumprir o seu dever perante o Pai, seguindo a Lei. A indiscutível vantagem

de reentrar no S, ascendendo a um mais elevado tipo de vida, era um efeito, consequência da atitude de Cristo, e o Seu escopo, então, era o triunfo da Lei na ordem. Evidentemente, Seu objetivo era o endireitamento, como se pode ver pelo fato de que tudo quanto, para um homem comum, teria ficado em primeiro plano, torna-se secundário para Cristo, enquanto o que, para este tipo de homem, é secundário torna-se, para Cristo, a coisa principal. É natural que, no S, tudo se encontre em situação invertida em relação ao AS. Para poder ter acesso ao S, é necessário ter-lhe conquistado a respectiva forma mental, porque esta acarreta uma existência de tipo coletivo, que não admite elementos de tipo oposto, assim como em nosso organismo não deveria ter acesso nenhuma célula de tipo canceroso, egoísta e separatista, dado os efeitos letais que trás consigo.

Observemos outro aspecto da Paixão de Cristo. De que tipo é o Seu sacrifício? Que tipo de personalidade tal ato revela? Também São Francisco, através dos estigmas, teve a sua paixão, assim como a cruz foi para Cristo a apoteose da Sua vida. Trata-se, contudo, de outro tipo de sacrifício, que revela uma personalidade diferente. Temos dois sacrifícios, sendo que o de Cristo poderia ser chamado de ativo e o de São Francisco, de passivo. Cada um dos dois se oferece a seu modo, mas Cristo não se coloca diante do Pai na mesma posição em que São Francisco se põe diante de Cristo. A obediência de São Francisco é a de um seguidor, enquanto a de Cristo é a de um iniciador. Este, quando obedece à Lei, obedece na verdade à Sua vontade de obedecer. São Francisco apenas imita o Mestre. Cristo é Ele próprio o Mestre. Ambos se submetem, mas o primeiro em forma masculina, e o segundo – diríamos – em forma feminina. Cristo se submete livremente – por exigência de disciplina, segundo um princípio hierárquico de ordem – perante o Pai, que Ele reconhece como seu Chefe, sujeitando-se à Lei, que é o Seu código. São Francisco se submete como um escravo, por amor, oferecendo-se passivamente para, através dos estigmas, receber na própria carne a marca de Cristo. Este, pelo contrário, é independente, sendo um inovador, e não um repetidor. Ele respeitou o Pai como um soldado no relacionamento com o seu superior, e não como um amante, por puro amor.

Estas observações nos ajudam a compreender o significado da apresentação de Cristo na figura de cordeiro, como a vítima num rito expiatório. Cristo não foi nada disso, pelo menos na medida em que a sua imagem foi deformada pelas superestruturas posteriores, para satisfazer os desejos dos crentes. Cristo era uma personalidade possante e autônoma. Ele quis o seu sacrifício, não o tendo aceitado de ninguém. Ele obedeceu à Lei porque quis assim, e não porque a Lei lhe tivesse imposto obediência. Isto sucede apenas no AS, onde o ser não tem consciência para se autodirigir. O acordo se deu com

espontaneidade e convicção, sem nenhuma passividade. Obedecendo à Lei, Cristo, no fundo, obedecia a si mesmo, porque, ingressando no S, Ele se identificava com a Lei. Na hora da Sua Paixão, a vontade de Cristo era a vontade do Pai, pelo alcançado grau de evolução, que fazia de Cristo um elemento do S. Se uma dívida existia, era necessário pagá-la, e Cristo devia ser o primeiro a querer isso. Quem é um elemento do S é também um elemento da Lei, uno com o Pai.

Sendo assim, a qualificação de cordeiro se adaptaria mais a São Francisco. Cristo era um leão que impôs a Si próprio comportar-se como cordeiro. Ele não foi nenhum imitador nem repetiu o Evangelho de outro, mas criava o Seu próprio. Ele não seguia ninguém, e sim a Si mesmo, pois, unificado com o Pai, personificava a Lei, que é, antes de tudo, justiça, sendo amor somente em segundo lugar. É bem neste sentido – segundo a Lei – que devemos entender Cristo, concebendo-O no sentido de um amor não gratuito para todos, mas sim merecido e retribuído, porque a Lei quer justiça, e não usurpação por parte de aproveitadores da bondade de Cristo. É por isso que muitas dissertações sobre o amor de Cristo não passam de mera retórica.

Cristo não era só um brando consolador, mas era, sobretudo, um forte modelo de potência, um verdadeiro super-homem em sentido espiritual. Para confirmar estes nossos conceitos, citamos as palavras de Gibran Khalil Gibran, que retraduzimos da edição italiana de seu livro *Jesus o Filho do Homem*: “A humanidade vê Jesus, o Nazareno, nascendo e vivendo como um pobre, ofendido como um fraco, crucificado como um criminoso, e chora-O e lamenta-O (...). Jesus não viveu como um covarde e não morreu sofrendo nem se queixando. Viveu como um revolucionário, foi crucificado como um rebelde e morreu como um herói (...). Jesus não veio para tirar os homens vigorosos das suas ocupações e fazer deles padres e monges, mas sim para insuflar na atmosfera deste mundo uma alma nova e forte, capaz de destruir, desde seus alicerces, os tronos e os palácios erguidos sobre os túmulos, para derrubar os ídolos impostos ao espírito fraco dos humildes”.

Para melhor compreender o significado da vida de Cristo, façamos então outras observações. Perguntamo-nos como possa ter vencido na Terra – a ponto de se implantar solidamente sobre ela por dois mil anos – um indivíduo que, apesar da sua potente personalidade, impôs a Si mesmo a posição de cordeiro, pregando e vivendo uma doutrina de sacrifício? Como é possível um ser inerme, professando e praticando o método da não violência, ter chegado a triunfar neste nosso mundo, que é o próprio reino da força (AS), da qual tudo depende? Na Terra, os cordeiros não vencem, mas são devorados, sendo muito raramente seguidos e glorificados. Não haverá então, em Cristo, outra força, que Lhe

permitiu vencer, dado que, num mundo de luta, somente se vence com a força? E se Ele repelia a força do mundo, qual seria então esta outra força?

A cada nível de evolução, a vida é defendida por um diverso e apropriado tipo de força. No plano humano, temos a força animal e violenta da opressão, tanto na luta individual quanto naquela coletiva das guerras. No nível do S, temos a força espiritual da Lei. Cristo, com o método da não resistência e do perdão, pôde vencer a força do plano humano, porque tinha consigo a Lei, aquela do Pai, do S, feita de ordem, verdade e justiça. Esta força, apesar de – pelo fato de ser mais sutil – escapar à percepção grosseira e material do nível biológico humano, é bem mais poderosa do que aquela disponível ao cidadão do AS, sendo que este, além disso, encontra-se na desvantagem de ter em frente de si algo invisível para ele, pelo qual é golpeado e do qual subestima ou até mesmo ignora a existência. A diferença de potência entre os dois impulsos emerge do fato de serem efêmeras as vitórias produzidas pelo mundo, sempre sujeitas a desmoronamentos, enquanto aquelas advindas da Lei são mais consistentes e duradouras.

Na hierarquia dos poderes, o inferior não compreende nem pode vencer o superior, enquanto o superior compreende e pode vencer o inferior. Ora, o máximo poder, ao qual todos os outros ficam subordinados, é o da Lei, do Pai, do S, de Deus. Eis então que o mais potente não é quem se opõe à Lei – o violento, o violador de todas as normas, o rebelde à ordem divina, o individualista isolado no seu separatismo perante tudo – mas sim quem se insere nela disciplinadamente e por ela se deixa conduzir, trabalhando em harmonia com seus impulsos. Vence, então, este último, porque dispõe da potência ilimitada da Lei, enquanto aquele não vai além de suas forças individuais, limitadas e sujeitas a se esgotarem rapidamente. Por outro lado, o indivíduo rebelde, ao invés de secundado, é obstaculado pelos impulsos da Lei, porque se move contra eles, e não a favor deles, devendo, por isso, enfrentar fortes resistências, que rapidamente o desgastam. É assim que os mais fortes da Terra estão sujeitos a fracassar, enquanto um ser que aparenta fraqueza perante eles pode vencer.

É por isso que Cristo pôde ensinar a não-violência, sem deixar com isto o indivíduo indefeso, à mercê dos assaltos do AS. Cristo testemunhou a presença da lei de Deus também em nosso mundo. Já se discutiu bastante sobre o problema da violência, que muitos não deixam de admitir como necessária para vencer na Terra. E isto é compreensível, pois estamos no AS, que não conhece outra força. Mas, apesar disso, Cristo, que já pertencia ao S, pôde vencer com a não violência, coisa incompreensível no ambiente terrestre, que não pertence ao S. Assim se explica como Cristo, mediante um pacifismo inerme, tenha

conquistado o mundo.

Devido ao fato de ficar isolado de todos, o indivíduo do AS é débil, sendo desgastado pelo atrito de seu próprio egoísmo contra o dos outros. O indivíduo do S, pelo contrário, forma uma unidade incindível com todos os outros, pois as forças de cada um se somam, em vez de se elidirem. O indivíduo do AS é anárquico e se manifesta de forma centralizadora contra todos os outros indivíduos, que o limitam nisso, colocando-se contra ele. O indivíduo do S é ordenado, disciplinando-se de maneira orgânica, de modo que cada elemento colabora, apoiando um ao outro. O elemento do AS não conhece outros limites para o seu egoísmo invasor senão a resistência que lhe é oposta pelos outros egoísmos, que constituem seu único freio. O elemento do S conhece os limites dos seus direitos e deveres, respeitando os de seus semelhantes. No primeiro caso sofre-se com a desconfiança e a luta corrosiva no caos, no segundo goza-se de segurança e paz. A disciplina, para o primeiro, é imposta pela reação do próximo, num contínuo estado de guerra, enquanto, para o segundo, é confiada ao sentido de responsabilidade do indivíduo.

O emborcamento, próprio do AS, em razão do qual cada fragmento deseja obter o domínio e se fazer centro de tudo, em vez de se subordinar como elemento componente do todo, é a causa da fraqueza do cidadão do AS, enquanto o comportamento contrário é a fonte da verdadeira força do cidadão do S. Disto se vê o quão diferente é e a que trágicos efeitos conduz o método de vida do princípio separatista do AS, em contraste com o princípio orgânico unificador, próprio do S. Assim o primeiro é fraco e fica vencido, enquanto o segundo é forte e vence. Eis qual era, em veste de cordeiro, a força de Cristo. Ele possuía a força da Lei e do Pai, que é mais poderosa do que todas as forças humanas. Eis como Cristo, sem recorrer à força do mundo, portanto indefeso segundo a lógica deste, permaneceu mesmo assim defendido pelas forças da vida e – inerte, mas poderoso – pôde vencer.

É por isso que Cristo se voltou para o Alto e deu Sua vida, jogando tudo por tudo, pois Ele tinha a certeza da vitória. Esta segurança Lhe vinha de Seu conhecimento da Lei. A conduta de Cristo não revela Nele dúvida alguma. Ele sabia que estava com o Pai e que o Pai estava com Ele. Sua Lei constituía a garantia do triunfo. Embora parecesse estar arriscando, Ele sabia muito bem que a vitória final Lhe pertencia.

VIII. O CICLO INVOLUTIVO–EVOLUTIVO

A passagem do AS ao S. O nosso universo e o conceito científico de Deus. As intuições das multidões. As resistências do AS. Crucificação seguida de ressurreição em um novo tipo de vida. Os dois campos gravitacionais: S e AS. A salvação obstaculizada no AS é favorecida no S.

Nos capítulos precedentes, falamos rapidamente da passagem do AS para o S, sem nos podermos deter para aprofundar o estudo deste fenômeno. Fazemo-lo agora, separadamente dos outros problemas. Isto porque este é um problema de fundamental importância, pelo fato de representar a realização da redenção, momento em que a tão almejada salvação é definitivamente alcançada, atingindo-se o ápice da escala da evolução, para além do qual se reingressa no S. Este é o momento crítico, resolutivo do ciclo involutivo-evolutivo, quando o mal é sanado e tudo volta ao S, no estado de perfeição no qual se encontrava antes da Queda.

Este fenômeno interessa de perto a todos os seres em particular, porque, apesar de alguns estarem mais adiantados e outros menos, todos estamos caminhando em direção à mesma meta do retorno. Há um ponto em que o confim é transposto. Trata-se do momento do grande salto, o mesmo vivido por Cristo, que constituiu um claro exemplo para que todos nós possamos imitá-Lo, quando nossa hora chegar. Sim, o caminho a seguir e a meta a atingir são os mesmos que Cristo seguiu e visou. Isto significa retornar ao Pai, cuja expressão é a lei de Deus. Esta lei permaneceu viva no AS, que, por efeito da Queda, constitui-se no invólucro material do S, projetado para a sua periferia, formando a parte corrompida pela Queda e depois regenerada pela evolução. Assim, a parte anteriormente deteriorada e expulsa do S acaba por se curar, sendo reabsorvida em Deus.

Este retorno é o resultado de um processo de purificação, que se constitui na eliminação de todas as qualidades de tipo negativo e na reconstrução de todas as de tipo positivo. Assim Cristo era verdadeiramente o Filho de Deus, porque, como elemento do S, tinha sido gerado por Deus, a ponto de poder agora reentrar no S. Ele era Homem-Deus, sendo homem porque emergia do AS e Deus porque reingressava no S. Na Sua vida terrena, Cristo se encontrava no momento da passagem do estado humano para o divino. Por isso Ele podia possuir tanto as qualidades de homem como as de Deus. Assim concebida, esta Sua dupla natureza é fato logicamente compreensível, e não uma suposição aceitável

apenas por um ato de fé. Aquela vida humana de Cristo, decomposta no dualismo positivo-negativo de vida-morte, segundo o modelo vigente no AS, foi a Sua última nesta dimensão. No S, esta cisão dualística é superada e sanada num tipo de vida unitária, que não conhece mais a morte. Assim podemos afirmar que a ressurreição de Cristo foi verdadeira, pois Ele venceu definitivamente a morte, uma vez que, daquele momento em diante, entrando na vida eterna depois da Sua ressurreição, jamais teria voltado a morrer. O reviramento da pedra do sepulcro simboliza perfeitamente esta vitória definitiva sobre a morte.

É neste mais profundo sentido espiritual, e não no sentido material e corporal, que há de ser entendida a ressurreição de Cristo. Podemos assim permanecer na ortodoxia, admitindo a divindade de Cristo, pois Ele foi, com efeito, homem e Deus ao mesmo tempo, e admitindo também a Sua ressurreição, embora procuremos dar a estas palavras um significado capaz de torná-las aceitáveis. Respeitemos a vontade do cristianismo de deificar Cristo à sua maneira, para que conheçamos sinceramente a sua verdade. Mas esta verdade é concebida em forma mitológica, obtida com a velha forma mental das massas. Trata-se, portanto, de uma deificação de modo algum racionalmente compreensível, portanto sempre menos adequada à psicologia moderna, que se encontra em rápida evolução.

A tal ponto aceitamos o conceito de Cristo como Homem-Deus, que distinguimos nitidamente entre Jesus Nazareno, que é o homem, e o Cristo, que é Deus. Por isso nos ocupamos bem pouco do primeiro, que foi utilizado e depois abandonado no AS, concentrando-nos sobretudo no segundo, aquele que não nasceu e não morreu senão no sentido de ter-se revestido e depois haver-se despojado daquele instrumento físico necessário para se manifestar na Terra. Trata-se do Cristo que, tendo percorrido o Seu caminho através do AS e, assim, retornado ao estado perfeito de origem em que foi criado, pertence ao S e, por isso, é Deus. Esta é a razão pela qual nos ocupamos de Cristo, e não de Jesus, focando-nos na criatura que retorna a Deus, porque esta é a sua substância e o significado básico da sua vida na Terra, fenômeno que nos concerne a todos de perto.

Que Cristo seja Deus não é aceitável, senão concebendo-O como elemento do S, como um dos infinitos componentes dos quais este organismo é constituído. Depois da Paixão purificadora, este elemento se reintegrou na sua posição de origem. Uma encarnação de Deus, ou seja, de todo o S, num ser humano é coisa inimaginável. Procuremos agora fazer uma ideia de Deus, deduzindo-a da observação de nosso universo, o único fato positivo para nós suscetível de exame.

Calcula-se que no universo existam cem quintilhões de estrelas radiantes (um cento seguido de dezoito zeros: 10^{20}). Suponhamos que uma só estrela em cada milhão tenha um sistema de planetas e que apenas um planeta em cada milhão se assemelhe à nossa Terra, apresentando as condições necessárias para o surgimento da vida. Mesmo com tais astronômicas reduções, ainda ficam cem milhões de planetas onde a vida é possível. E ainda é provável, como nos dizia um astrônomo, que tal cálculo seja muito reduzido!

A teoria das origens elétricas da vida, sustentada por nós no volume *A Grande Síntese*, está recebendo da ciência sempre novas confirmações. Além daquelas mencionadas em nossos escritos, lemos que a mesma teoria é hoje sustentada pelo Prof. Harlow Shapley, astrônomo em Monte Wilson e diretor do Observatório da Universidade Harvard (USA). Ele sustenta que o surgimento da vida é inevitável, quando as condições do ambiente são favoráveis. Ora, tais condições, assim como na Terra, verificaram-se em milhões de planetas. Segue-se disso que a vida deve ter aparecido também nesses planetas e depois – dado que ela, como nos é possível ver, procede por evolução – progredindo desde as primeiras formas de “protovida” em direção a outras formas, sempre mais complexas e psiquicamente mais evoluídas, como aconteceu para o homem.

Partindo destas cifras, com base em tais dimensões, há uma grande probabilidade que estas deduções correspondam à realidade. Não há como se negar que a evolução deva ser um fenômeno universal, e não um modelo particular, reservado só à nossa Terra. Assim, se as condições que tornam inevitável o aparecimento da vida se verificaram em milhões de planetas, é altamente provável – estatisticamente – que existam neles milhões de humanidades pensantes. O surgimento da inteligência faz parte desta evolução, sendo uma fase do próprio desenvolvimento da vida. Isto começa a ser reconhecido agora pela ciência, enquanto já o havíamos afirmado no referido volume *A Grande Síntese*, com a teoria do físió-dínamo-psiquismo, segundo a qual a evolução de nosso universo, partindo da fase matéria, atravessa a fase da energia e alcança a do espírito.

Dessa forma, não se pode excluir a possibilidade de que a evolução bioquímica tenha-se verificado em milhões de outros planetas, atingindo o nível psíquico humano e até além. Tudo isto leva o homem à necessidade de se redimensionar como cidadão do universo, não mais se julgando como escopo e centro do mesmo, mas sim como uma entidade muito menos importante de quanto o seu orgulho o tenha induzido a crer.

Podemos agora – como dizíamos acima – fazer uma ideia positiva de Deus, deduzindo-a da observação de nosso universo. É evidente que, com tais premissas, não nos pode interessar uma divindade humanizada para uso

exclusivo de nosso planeta. Deus deve ser universal, abrangendo como tal todos os seres pensantes da Criação, existentes em todos os planetas, sob todas as formas possíveis. Hoje o céu não é mais um reino mitológico que, à guisa do Olimpo, funcione como uma sede para a divindade. Atualmente, o céu é observado e já se começa a percorrê-lo, fazendo-se as contas daquilo que ele possa conter. Nos volumes antecedentes, explicamos a origem e a função deste universo físico que vemos. Sendo assim, não poderíamos fazer de Deus uma imagem de dimensão inferior àquela agora contemplada.

Para nós, que devemos pensar com base na lógica, e não em mistérios, trabalhando para compreender, em vez de aceitar por fé, Deus é o organismo espiritual do S, constituindo a contrapartida do organismo material de nosso universo, que é o AS. Ora, que este organismo do S, do qual podemos imaginar o valor e a imensidão, possa degradar-se como nível evolutivo, descendo como potência e dimensões até ao plano humano, é coisa que não podemos conceber. Nem se compreende que finalidade teria a sugestão de um absurdo tão grande. É para provar isto que quisemos fazer esta divagação astronômica, confirmando as nossas antecedentes afirmações e procedendo à eliminação das outras hipóteses possíveis. Assim, se quisermos compreender a vida terrena de Cristo, não nos resta senão entendê-la como a apresentamos aqui, concebendo-a como a reintegração de um elemento no S. Se, pelo contrário, quisermos entender a vida de Cristo como o ato de um único filho de Deus para redimir a humanidade, deveremos também admitir que, se tal ato não fosse repetido para todas as humanidades, em cada um dos cem milhões de planetas que, como vimos, devemos supor habitados, isto constituiria uma grave injustiça. Sendo assim, o trabalho de redimir esta muito mais ampla humanidade exigiria, por parte do Filho de Deus, cerca de cem milhões de encarnações.

Voltemos a observar o fenômeno da passagem do AS para o S, vivido por Cristo. Está estabelecido no plano de desenvolvimento do percurso do ciclo involutivo-evolutivo uma progressiva manifestação de inteligência e espiritualidade. Com a evolução, estas características se revelam sempre mais potentes, até que a maturação do fenômeno conduz fatalmente a um ponto de ruptura. Nesse momento, o princípio do S, que, apesar de ter ficado sepultado com a Queda, permaneceu sempre vivo e ativo em sua íntima estrutura no centro do AS, reaparece finalmente em toda sua potência originária. Então o ser não é mais um elemento do AS, e sim do S, constituindo-se novamente da pura substancia de Deus, tal como era no momento da criação primigênia. Por isso Cristo pôde ser o Homem-Deus, no sentido de homem que voltou a ser Deus, enquanto na sua passagem sobre a Terra era cidadão de dois mundos, o AS e o S, lutando para se libertar do primeiro e reingressar definitivamente no segundo. Só

assim, olhando-O com tais critérios racionais objetivos, pode-se compreender o fenômeno do Homem-Deus.

Na verdade, Cristo foi o antecipador de uma experiência profundamente humana, na qual o ser se desprende do mundo, por ter superado os métodos deste plano evolutivo. A humanidade não compreendeu e, por isso, não pôde explicar este caso de Cristo. Mas intuiu sua importância, tanto que, construindo um mito gigantesco sobre o acontecimento, colocou-o no centro do universo. Isto prova que deve haver no fenômeno algo real e biologicamente muito importante, capaz de explicar tal reconhecimento. Tão vastos consensos nascem somente das profundas raízes da vida, não podendo ser produzidos artificialmente ou coativamente. Tais impulsos instintivos derivam de forças biológicas, que levam a reconhecer a importância do fenômeno e a aceitá-lo, tendo feito a humanidade, ainda que confusamente e sem discernimento, sentir em Cristo o Deus reencontrado. Não se trata, portanto, de uma simples deificação de um homem, como costumavam fazer os pagãos, mas sim do reconhecimento de um fato biologicamente fundamental, através do qual o homem reencontra Deus. Que outro fato poderia ser mais importante do que este, no qual se resolve o processo evolutivo, chegando-se ao ápice da evolução, para se regressar ao S e alcançar assim a meta final para a qual tende a vida?

Cristo não representa apenas a fraqueza de nossa carne, fato que o torna semelhante ao homem, mas também e sobretudo a força do espírito, que é potência divina. Cristo é o endireitamento de tudo o que foi emborcado pela Queda, constituindo também o regresso ao Pai e a reconstrução da ordem violada. A crucificação não se explica como uma vingança imposta por um Deus egoísta, que, tendo recebido uma ofensa, exige o pagamento da mesma através do sacrifício de um inocente. Explica-se a crucificação como a desesperada resistência da negatividade do AS contra um ser que lhe escapa, pois já pertence quase todo à positividade do S. A crucificação revela os métodos destrutivos próprios do AS, cuja vontade é aniquilar o que até aquele momento lhe pertenceu, para não cedê-lo ao S. O AS quer impedir a abertura daquela única porta que permite a seus súditos voarem para o S. Quanto maior o número dos seres que se evadem para o S, tanto mais este se reforça, e quanto mais elementos ficam no AS, tanto menos este se enfraquece. O AS sabe que estas evasões significam o seu fim, por isso as teme e as dificulta.

Compreende-se deste modo toda a lógica da Paixão de Cristo, dada pelo choque apocalíptico de forças opostas no momento final do ciclo involutivo-evolutivo que redime a Queda. O AS se manifesta com o seu feroz assalto, feito de dor (crucificação); o S, com o seu luminoso triunfo na esfera da vida (ressurreição). Temos duas explosões opostas, uma ao negativo, a outra ao

positivo. Com isto, cada um dos dois universos revela a sua natureza. O primeiro se manifesta infligindo derrota e morte; o segundo, trazendo a vitória da vida. Colocados frente a frente em seu antagonismo, crucificação e ressurreição nos dão em síntese a solução do drama da Queda pela realização do prodígio da Salvação.

Por que existe tal psicologia agressiva no AS? Porque ele considera o evoluído que lhe escapa para reentrar no S um traidor, um rebelde. Quem se doa a Deus é um inimigo do Anti-Deus, é um perjuro que passa para o lado oposto, um pecador indigno que há de ser punido. Por isso o AS desencadeia suas tempestades contra quem se torna culpável de se rebelar contra o método de viver de tipo AS. Satanás tenta Cristo nos momentos em que O reputa mais fraco. Mas Cristo tem a luz do S e não se deixa seduzir. Quem chegou àquela altura não pode mais ser enganado. Mas Satanás se vingará duramente.

No último momento da Paixão, Cristo ficou sozinho. “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste?”. A fadiga da superação devia ser toda de Cristo. Mas logo depois se dá o “Consumatum est” (“Tudo se cumpriu”). Sucede então o desligamento do AS, que perde todo o poder sobre Cristo. Daquele momento em diante, Ele está livre, encontrando-se no S. A ressurreição significa um ressurgimento para uma nova vida que se substitui à velha, continuando sob outra forma, segundo outro tipo de existência, espiritual em vez de material. Então Cristo realmente morreu, pois uma vida cessou para Ele, e ressuscitou de fato, porque iniciou uma nova vida. Eis, pois, como podemos, mesmo perante a Sua morte e ressurreição, reputar-nos ortodoxos, porquanto as admitimos ambas, mas num sentido mais razoável e, portanto, mais aceitável. Nós também podemos afirmar que Cristo voltou ao Pai, porque o Pai é Deus e Deus é o S, tendo verdadeiramente retornado, porque tinha percorrido todo o ciclo involução-evolução, para voltar ao Pai, do qual se tinha afastado com a Queda.

Somos ortodoxos também, pelo fato de afirmarmos que Cristo foi Redentor, pois Ele foi mestre de redenção, da qual fundou uma escola ainda viva, que é o cristianismo. De fato, é frequentando aquela escola e seguindo o exemplo de Cristo que cada um pode redimir-se com o seu esforço. Foi por isso que as forças do AS se acirraram de modo especial contra Cristo, porquanto Ele era um gigante que abria e alargava uma estrada, o construtor de uma ponte para atravessar, o general de um exército de rebeldes contra o AS, de onde estes fugiam para se salvar no S. Assim podemos também afirmar que Cristo foi o Salvador, porque ensinou a alcançar a salvação, realizando o prodígio do endireitamento corretivo do cataclismo da Queda. Naquele momento, Cristo venceu Satanás, o S venceu o AS, a evolução, tendo amadurecido, desembocou no Céu, alcançando a nova pátria, que estava à espera da hora do retorno.

E que significa reingressar no S? Significa sair da zona de atração do AS, para entrar na zona de atração do S; significa sair do campo gravitacional de sinal negativo, para entrar no campo gravitacional de sinal positivo. Quando isto acontece, a posição originária resulta emborcada perante o AS, mas endireitada perante o S. O mesmo fenômeno ocorre no plano físico, quando um objeto se afasta de um planeta para se aproximar de outro. Ficamos então sujeitos a outras forças, porque ingressamos na zona de ação do S. Passa-se assim da ordem de impulsos anti-Lei à ordem de impulsos inerentes à Lei. Daí em diante, só estes entram em ação, e o dualismo desaparece. Isto porque, então, em vez de tender ao centro anti-Lei, dirigimo-nos exclusivamente para o centro Lei.

Com isto, muda para cada ser o ponto de referência em relação ao qual ele funciona. No primeiro caso, o trabalho se cumpre situado no campo de sinal negativo, sendo cada um impelido por impulsos de tipo oposto ao outro campo. Isto significa dor como corretivo do erro, para pagamento da dívida contraída com a revolta perante a justiça da Lei. Uma vez que o centro de atração está em baixo, é inevitável que o ser, para vencer aquela atração, deva voltar a subir com o próprio esforço o caminho percorrido em descida com a Queda. No segundo caso, a existência se verifica situada no campo de sinal positivo, sendo cada ser sustentado por forças de tipo oposto aquelas do outro campo. Isto significa conhecimento, que permite evitar o erro e a dor; significa paz, porque a dívida contraída perante a justiça da Lei com a revolta foi paga; significa enfim – porque agora o centro de atração fica no alto – continuar, segundo esta atração, a se dirigir espontaneamente e alegremente em direção àquele centro.

Os dois campos existem em posições opostas. No caso do AS, pesa sobre o ser, que deve redimir-se às suas custas, o esforço de vencer a atração do polo negativo do AS, para atingir o S. No caso do S, basta que o ser se abandone docilmente às forças do mesmo, porque elas, em vez de trabalharem para seu dano como as precedentes, trabalham em sentido oposto, para sua vantagem. Então o esforço ascensional do ser não é mais necessário, porque o percurso da evolução se cumpriu. No S, o esforço do transformismo e a luta do dualismo cessaram. Então o indivíduo não se encontra mais em campo inimigo, à mercê de impulsos contrários, mas sim em campo amigo, envolvido por impulsos que o secundam.

No primeiro caso, o trabalho para salvar-se deve vencer todas as resistências de um ambiente negativo, contrário à salvação, sem dispor de outras forças senão as do indivíduo, que deve salvar-se com seu próprio esforço. Trata-se, pois, de uma vida de desesperados e de uma dura redenção. No segundo caso, a salvação é realizada num ambiente construído para ela e repleto unicamente de impulsos positivos. O primeiro é um ambiente de antagonismos e resistências; o

segundo, de concórdia e colaboração.

Eis, pois, em que consiste a passagem do AS ao S, fenômeno este vivido por Cristo, para nos mostrar as vias da salvação. Se Cristo escolheu como missão encarnar-se no nível evolutivo do homem, isto nos revela o Seu desejo de nos mostrar a técnica da passagem do AS para o S. Sem dúvida alguma, a figura do Cristo nos revela uma natureza não só bem diferente daquela do homem comum, mas também superior à dos mais elevados exemplares da raça humana. Esta é justamente a prova de que Ele havia alcançado o limite máximo da evolução, condição que lhe tornava possível sair do AS. Isto significa que Ele viveu um fenômeno concernente a todos nós, pois representa o limite conclusivo do ciclo involutivo-evolutivo, ponto final da salvação, que todos deveremos alcançar, para reingressarmos no S.

SEGUNDA PARTE

EVANGELHO E PROBLEMAS SOCIAIS

IX. JUSTIÇA SOCIAL

Rico e pobre. A justiça social segundo o Evangelho e as leis biológicas. A evolução em direção ao estado orgânico. Funções, abusos e a liquidação do rico.

Na primeira parte deste livro, buscamos entender a figura do Cristo. Procuremos agora entender o Evangelho, sobretudo em relação aos problemas que ele levanta no campo social. Começemos pelo problema, hoje tão vivo, do rico e do pobre, que não foi até agora resolvido e que está na base de todas as agitações sociais. Vejamos como o Evangelho o enfrenta e o resolve. A este propósito, o pensamento de Cristo perante a riqueza é tão claramente expresso, que não deixa dúvidas: “Cada um de vós que não renunciar a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo”; “Se quiseres ser perfeito, vai, vende tudo aquilo que tens, dá aos pobres e terás um tesouro no Céu; depois vem e segue-me”; “Sim, vo-lo repito: é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos Céus”; “Não acumuleis tesouros na terra, onde a ferrugem e o caruncho os consomem e os ladrões os desenterram e os roubam; mas, pelo contrário, acumulai tesouros no Céu”.

Cristo continua confirmando: “Bem-aventurados vós que sois pobres, porque vosso é o Reino de Deus. Bem-aventurados vós que agora tendes fome, porque sereis saciados. Bem-aventurados vós que agora chorais, porque rireis (...). Naquele dia, alegrai-vos, estremecei de alegria, porque eis que uma grande recompensa vos esta reservada no Céu (...). Mas ai de vós, ricos, porque já tivestes a vossa consolação. Ai de vós que fostes saciados, porque tereis fome. Ai de vós que agora rides, porque ficareis na dor e nas lágrimas”.

O homem moderno, que vive em condições de ambiente social diferente, pode achar estranha e excessiva esta linguagem. No entanto, ao se pensar naquilo que era o mundo no tempo do Cristo, deve-se reconhecer que uma tão dura condenação correspondia à justiça. Então, a riqueza era fruto de rapina e

delitos, enquanto hoje, por evolução, ela é sempre mais produto da inteligência e da laboriosidade. Naquela época, o pobre era um escravo de muito baixo nível cultural e econômico. Hoje, ele é um trabalhador, frequentemente técnico e especializado, armado de direitos e protegido por todas as previdências sociais, já constituindo no seu nível uma engrenagem própria do grande organismo coletivo da produção.

Um homem prático moderno poderá achar confusa, no Evangelho, aquela mistura de problemas espirituais com os econômicos, os quais são, pelo contrário, cada um objeto de uma competência diversa, pertinente uma ao teólogo-moralista e outra ao economista. Mas é necessário compreender que, nos tempos de Cristo, a estrutura social era muito mais simples, de modo que estas aproximações entre extremos tão afastados, ligando religião com distribuição e administração da riqueza, eram mais fáceis. Hoje, estes dois extremos estão por demais sujeitos, cada um a uma sua técnica específica, para que se possam misturar. Os dois campos se tocam, mas não se podem sobrepor e confundir. Levando isso em conta, o Evangelho há de ser entendido, e não tomado ao pé da letra, dado que hoje os problemas tratados por ele no campo econômico apresentam-se numa forma definida com mais exatidão e caracterizados por uma complexidade então desconhecida.

O Evangelho se ressentia de um simplismo só tolerável perante a economia elementar do seu tempo. Hoje não vivemos na sociedade caótica de então. Tudo, hoje, tende a ser disciplinado por um exato cálculo de direitos e deveres em regime de reciprocidade, próprio do estado orgânico que a sociedade tende progressivamente a alcançar. Para compreender os trechos do Evangelho acima referidos, comecemos por observar o problema da distribuição da riqueza na forma mais simples que ela assume na humanidade em seu estado primitivo e instintivo, não ainda controlado e disciplinado pela inteligência do homem.

Neste nível evolutivo, a posse, ainda não sendo legalizada em forma de propriedade reconhecida, é o resultado de uma rapina, constituindo o sinal de uma vitória violenta contra todas as dificuldades do ambiente e as resistências de forças opostas. A posse é o produto de um esforço que soube afrontar e superar um perigo, constituindo prova de um valor, razão pela qual, perante as leis da vida, aquela posse representa um prêmio merecido. Neste sentido, ela corresponde a um princípio de justiça, pelo menos ao princípio de justiça deste nível de evolução. É certo que tal posse é produto de uma violência, porque não pode ser conseguida gratuitamente, mas ela presume no indivíduo uma força e uma astúcia que, naquele ambiente, são as qualidades que dão direito à vida, reservada aos vencedores na luta. Como tais, eles têm mais direito do que todos os outros à sobrevivência, porque, em relação àquele plano, representam o

melhor biótipo. Ninguém pode contestar ao leão a legitimidade do seu direito de matar os animais que quer, para devorá-los, direito este baseado no fato de que o leão sabe capturar e defender a sua presa de qualquer outro animal que lhe pretenda roubá-la. Tudo é justo. Mas tal legitimidade somente se mantém em função do seu fundamento, que é a força, caindo tão logo esta venha a faltar. Então o vencedor, tendo-se tornado um vencido, perde todo direito, que passa a valer em favor de outro, o seu vencedor. Esta é a lei naquele nível de evolução.

Era aquele o nível em que a humanidade se encontrava no passado. O rico era então um vencedor na luta, alguém que tinha sabido, com a força ou com astúcia, apossar-se dos bens alheios. Portanto a riqueza possuída por ele, que tinha dado prova de sabê-la conquistar, constituía uma sua legítima posse, conforme a justiça daquele nível de evolução. O pobre era assim um vencido, um inepto que a vida não ajudava, pois tal biótipo devia ser eliminado pela seleção do mais forte. Esta era a moral daquele mundo, a sua justa moral, proporcionada às finalidades que a vida quer atingir naquele nível. E isto acontecia de fato, pois quem vivia no bem estar, seja qual fosse o meio para alcançá-lo, era considerado um benquisto de Deus, que expressava assim o seu consenso, enchendo de bens o seu servo com tudo quanto ele havia sabido merecer. Estamos ainda em baixo, de modo que mesmo a religião não consegue expressar senão a lei que vigora naquele plano.

Nós podemos até dizer que isto seja contra a justiça da lei de Deus, porém a perfeição da Lei não se pode manifestar senão em proporção ao grau de perfeição atingido pelo ser em viver aquela lei. O princípio fundamental da Lei permanece idêntico em todos os níveis, de modo que o ser procura subir sempre, mesmo o fazendo de maneiras diferentes nos diversos níveis. O impulso é sempre ascensional, para melhorar, seja no desejo do pobre de se tornar rico neste mundo, seja no sonho do crente de alcançar uma vida feliz no Paraíso. Ambos lutam e fazem sacrifícios pelo mesmo objetivo, que é subir. O Paraíso não é senão um estado de riqueza e bem estar no além. A finalidade é sempre assegurar uma vida mais bela, seja durante esta existência, seja depois da morte. A presente satisfação dos pobres na Terra pode estar em sonhar que eles serão no Paraíso os ricos de amanhã, excluindo das suas alegrias os ricos de hoje, assim como estes os excluem atualmente das suas alegrias.

A moral extraível de tais constatações é que, embora o Evangelho tenha sido e continue sendo justo nos seus princípios de base, a forma na qual estes se expressam e atuam muda com os tempos, de modo que, na prática, cada plano evolutivo tem seu respectivo Evangelho, relativo ao nível alcançado, cuja superação a evolução não pode deixar de realizar, levando o ser a mais avançadas formas de vida.

Cristo se encontrava perante o mundo do seu tempo. Que podia fazer Ele então? Certamente nada daquilo que hoje é possível, pois vivemos em outra fase de evolução. Ele devia contentar-se com o reconhecimento teórico dos direitos do pobre, começando por dar ao servo, ao escravo, ao vencido o valor e a dignidade de ser humano, afirmando desse modo direitos desconhecidos e inconcebíveis naqueles tempos. Mais do que isso não se podia fazer, porque converter tais ideias em realidade era coisa impraticável, devido à estrutura vigente, ao baixo nível mental e ao atrasado grau de civilização da sociedade daquela época. Assim, a voz de Cristo soou tão incrivelmente nova, que permaneceu totalmente incompreendida por parte dos próprios hebreus, cujo desejo não era, como Cristo queria, ter um rei universal para todos, mas sim ter um rei político, capaz de expulsar de sua terra o dominador romano, ou então, se tal líder desejava um reino apenas espiritual, um rei religioso exclusivo para o povo hebreu e sua respectiva fé. Foi nesse outro sentido que, pelo contrário, a palavra de Cristo começou a ser entendida em Roma, entre os escravos, os primeiros comunistas de há dois mil anos.

Foi devido a esta imaturidade daqueles tempos, assim tão longínquos dos nossos, que Cristo – pela impossibilidade de realizar um plano social de reforma conforme a justiça – teve de limitar-se a procurá-la em compensações celestes, pois estas, embora deixem indiferente o homem realizador de hoje, foram, contudo, suficientes para lançar a ideia e fazer despertar nas mentes os primeiros elementos de um sentido de justiça totalmente desconhecido então. A separação entre patrão e servo correspondia perfeitamente à separação entre vencedor e vencido (os escravos eram tomados dos povos submetidos na guerra), conforme a supracitada lei biológica da seleção do mais forte, que se encontrava em pleno vigor no baixo plano biológico em que a humanidade vivia. Naquela época, a justiça se encontrava no nível força, de modo que os direitos pertenciam ao mais forte. A moral é relativa, e os juízes estão em relação ao nível moral alcançado. Desse modo, acreditava-se estar conforme com a justiça de Deus a condição de que o rico fosse rico e o pobre fosse pobre. Hoje, o fato de nos encontrarmos em uma fase evolutiva mais avançada leva a uma moral mais alta. É assim que, no passado, a injustiça social era justa até para as religiões, enquanto hoje é injusta para todos.

Quando se lê aqueles trechos do Evangelho, é necessário transportar-se no tempo, retornando àquele período, para se compreender quão grande mudança a palavra de Cristo tenha procurado instaurar. Seu alvo era um mundo que ela julgava poder ajustar-se a seu modo, mas que podia ser atingido apenas em relação àquele ambiente e grau de evolução. É uma questão de relatividade. Tais ideias, métodos e princípios, ainda que não possam ser aplicados hoje, porque o

mundo está totalmente modificado, eram justos e verdadeiros em relação àqueles tempos. Por isso o Evangelho, se for transplantado ao nosso mundo atual e usado ao “pé da letra”, pode resultar anacrônico.

Procuremos compreender, conforme as leis da vida, o desenvolvimento do fenômeno da justiça social. Somente assim poderemos entendê-lo, porque teremos então bases biológicas positivas para nos apoiarmos. O conceito de uma justa distribuição dos bens não existe no primitivo estado caótico da sociedade humana. Ele é um produto da evolução, tornando-se tanto mais definido, quanto mais se passa a viver uma vida de tipo S, ou seja, coletivista, altruísta, unitária.

Neste sentido atua uma lei biológica, segundo a qual o transformismo evolutivo é dirigido ao longo de uma dada linha de desenvolvimento. Pelo princípio das unidades coletivas (demonstrado no volume *A Grande Síntese*), os elementos simples que aparecem nas origens tendem a se combinar, reagrupando-se em unidades sempre mais vastas e complexas. Passa-se, assim, do estado caótico (próprio do AS) ao estado orgânico (próprio do S). Este processo ocorreu na construção celular do organismo humano e vem acontecendo na construção social da humanidade, que está, portanto, por lei biológica, destinada a passar do estado caótico ao estado orgânico. Desta transformação faz parte o nascimento e a realização da ideia de justiça social, que se opera em função da evolução e se realiza plenamente quando a sociedade humana atinge o estado orgânico.

Explica-se desse modo por que esta ideia era desconhecida nos tempos de Cristo. Compreende-se também não só a corajosa inovação e o fato de tê-la proposto, mas também como ela foi sucessivamente amadurecendo até hoje, momento em que toma corpo e procura realizar-se concretamente. Daqui se vê por que a preparação mental é necessária para uma ideia poder atingir sua fase de atuação e como se chega a isto por evolução, através de um lento amadurecimento. Vê-se assim a razão pela qual Cristo, embora estivesse ligado ao tempo em que vivia, não pôde fazer mais do que permitia o grau de desenvolvimento então alcançado. Por isso Ele não realizou nada no campo da justiça social, mas lançou a ideia de uma identidade de natureza e de uma consequente igualdade de direitos entre senhor e escravo, entre rico e pobre, embora isso não pudesse ser realizado há dois mil anos. Cristo operou aquela preparação mental que, como acabamos de dizer, era necessária para alcançar a hodierna fase de realização. E isto pelo fato de que, por lei de evolução, a tendência em direção a tal realização é constante.

Trata-se, portanto, de um processo evolutivo, no qual Cristo se inseriu a partir de um caminho de vida em que só podia aparecer como um precursor dos tempos modernos. Devendo fazer somente um trabalho de preparação mental do

terreno no qual deveriam depois tomar corpo as suas ideias, Cristo – não se encontrando, como hoje, na fase de atuação – só pôde apoiar-se no sentimento e nas Suas incontrolláveis construções idealistas, feitas de recompensas no Céu. Para muitos, porém, tais meios hoje, quando se passa a uma atuação de fato, já não servem mais. Não estamos somente na fase de preparação mental, em que se assimilam as novas ideias, mas também na de sua realização prática. Devem ser usados, então, meios concretos e cálculos exatos, empregando-se uma psicologia utilitária, que, diferente daquela do lançador de ideias, esteja apoiada numa técnica positiva e realista, inerente ao construtor de fatos. Eis que o trabalho de Cristo representa uma fase necessária no desenvolvimento do mesmo fenômeno, embora se realizando numa outra, mais avançada.

Eis, portanto, que o princípio da justiça social está escrito nas leis da vida e se afirma sempre mais com o progresso desta. Tal princípio não é um produto da vontade humana, que simplesmente obedece à lei biológica pela qual ele é imposto, mas está escrito nesta lei, assim como o próprio destino da humanidade. Com a evolução, este destino se tornará realidade mais dia menos dia, sendo isto inevitável, porque esta realização faz parte do universal processo de evolução, que é a reorganização do caos do AS na ordem do S, com o endireitamento de toda a negatividade do primeiro na positividade do segundo. Então, se a injustiça foi o ponto de partida, a justiça será o ponto de chegada. É assim que em nosso mundo, por ser ele de sinal negativo, corrupto e imperfeito, existe a injustiça, mas com tenaz tendência para se transformar em justiça, porque este mesmo mundo deve tornar-se de sinal positivo, são e perfeito.

Esta tendência já se revela também em nosso mundo com alguns sinais, pelos quais, mesmo em meio ao caos individualista, aparecem as primeiras e naturais aproximações da justiça. Observamos, então, que o rico não é apenas e inevitavelmente um parasita da sociedade. Mesmo quando é um ocioso que desfruta o trabalho do próximo, vivendo em um nível econômico mais elevado, ele cumpre a função de criar tipos de civilização mais requintados. Com isso, ele lança novos hábitos, que seus dependentes tentam imitar e assimilar depois, obedecendo à lei de evolução. Este é o trabalho útil que fazem as aristocracias antes de desmoronarem. Neste caso, a vida, em vez de procurar eliminá-lo, aceita tal tipo, pelo menos até que ele cumpra aquela sua função civilizadora, operando como pioneiro da evolução das massas. A vida o aceita porque lhe serve, e este lhe serve porque é um vencedor. Trata-se de um indivíduo selecionado pela luta, o qual soube superar muitos obstáculos e conseguiu chegar lá, sendo um criador e um condensador de valores que, tendo custado esforço para serem conquistados, a vida não deseja desperdiçar. Ele serve à vida também porque é um protagonista da evolução, cumprindo a função de antecipar e

construir a civilização, tarefa que as massas não sabem cumprir, mas de cujos produtos elas têm necessidade para evoluir. Então a vida permite que o rico a cumpra, liquidando-o depois, quando se tenham esgotado os benéficos efeitos daquela função.

Esta liquidação é prevista pela própria vida, que cumpre assim um concomitante ato de justiça. Ela permite que o rico goze o fruto do seu esforço, pois enriquecer não é um fato gratuito. A vida paga cada esforço, pagando também, de modo proporcional, aquele de baixo nível. Porém, uma vez pago este, a justiça também quer a liquidação de tal fruto. Como a vida faz para conseguir as suas finalidades? Enquanto a riqueza corresponde à realização de um esforço, ela é biologicamente justa, sendo respeitada pela vida. Mas, quando tais conquistas são legalizadas, convertendo-se em privilégios permanentes, surge então a injustiça. Assim, apesar de ter o homem procurado tornar hereditárias as posições alcançadas, verifica-se que nenhuma delas é eterna. É inútil protegê-las com leis. Desse modo, quando o esforço cessa, transformando-se num comodismo sem finalidade, dirigido unicamente no sentido de parar a evolução, então a vida reage. É assim que, junto com as aristocracias, desmoronam tantas monarquias e tantas riquezas acumuladas. Tudo o que emerge acima de certo nível está sujeito a assaltos contínuos. Resistir implica saber vencer uma luta sem trégua. Manter um patrimônio exige capacidade e atividade quase equivalentes às que foram necessárias para criá-lo.

Há outro fato que converge em direção às mesmas conclusões. O bem estar, prêmio justo pelo trabalho que foi necessário para alcançá-lo, cansa e, ao mesmo tempo, convida a prolongá-lo, mesmo quando supera os limites da justa recompensa. Então a natureza intervém e faz apodrecer no ócio o indivíduo que se deixa seduzir demasiadamente por aquele bem estar, debilitando-o cada vez mais, enquanto o esfomeado é reforçado pelo seu desespero, que o impulsiona ao assalto. A necessidade aguça a inteligência e esgota a paciência. O resultado é que a riqueza passa do rico ao pobre que o suplanta. E isto é aprovado pela vida, que recompensa quem, lutando e dando prova de força e habilidade, sabe vencer. Por outro lado, a vida castiga quem se acomoda e se torna inepto para a luta, encaminhando-o para a derrota.

Biologicamente, assim como é justo que um organismo débil, não sabendo resistir ao assalto do micróbio, adoeça e venha a perecer, acabando vencido, também é justo que seja vencido quem se tenha corrompido. É por isso que vemos frequentemente não apenas filhos de ricos, crescidos nas comodidades e ignaros da luta necessária para as conquistas, tornarem-se totalmente pobres, mas também indivíduos nascido totalmente pobres, muitos deles originários de uma escola bem diferente, tornarem-se ricos. Como as ondas, os bens passam de

mão em mão, para gozo alternado, numa espécie de coletivismo natural, pelo qual eles são de todos e não são de ninguém. Esta é outra forma automática de justiça social, praticada pela vida, ainda que o seja de modo elementar, nos seus baixos graus de evolução.

X. O SERMÃO DA MONTANHA

A lei do “tudo-ganho”. Evangelho e evolução. Versão moderna do Sermão da Montanha. A virtude da renúncia. O desprendimento dos bens. A esmola. A Divina Providência.

Para melhor compreendermos os fenômenos de que estamos tratando, é útil explicar como já existe em germe e como funciona, também em nosso mundo de tipo AS, uma lei elementar de justiça, que chamamos: lei do “tudo-ganho”. Trata-se simplesmente de um aspecto particular da grande lei de Deus, da qual falamos nos capítulos precedentes. Estamos sobre o terreno positivo de leis vigentes, cujo funcionamento é controlável pela observação. Só assim se pode chegar a conclusões objetivas, baseadas sobre fatos, independentes das verdades de grupos ou escolas particulares.

Constata-se no funcionamento da vida um princípio de justiça pelo qual é estabelecida uma proporção entre o trabalho e a sua recompensa, entre esforço e gozo. O prazer obtido se prende à satisfação de uma necessidade e desaparece com a saciedade. Quanto mais possuímos de uma coisa, tanto menos ela vale, e quanto menos dela possuímos, tanto mais ela vale. Este é um princípio de economia, que regula a balança da procura e da oferta. Quanto mais uma coisa nos custa esforço, tanto mais valor ela tem e, quanto menos esforço nos custa, tanto menor é o seu valor. Assim os ricos se habituem à riqueza e esta, que, para o pobre, poderia constituir uma fonte de felicidade, na realidade não faz absolutamente seus donos felizes. Eis que podemos possuir tudo e morrer de tédio devido à saciedade.

Assim a medida de nosso gozo não é dada pela medida de nossas posses, mas sim pelo esforço que fizemos para consegui-lo. A vida é dirigida também por esta lei de justiça, pela qual a alegria de possuir diminui a cada unidade possuída, reduzindo-se em proporção inversa ao aumento da posse. Esta é a lei do “tudo-ganho”. A justiça consiste no fato de que, caso não se faça o esforço para se conseguir um gozo, não se tem direito a ele, o qual, por isso, não é alcançado. Para que a coisa seja sã e vital, é necessário que haja proporção entre o esforço e o gozo. Se o prazer não é merecido, ele constitui um furto que, em virtude da mesma lei de justiça, significará uma dívida a pagar. Então o gozo não é sã e vital, mas sim doente e antivital, levando a vida a se revoltar contra o indivíduo que dele se aproveita contra a justiça. Para se chegar ao gozo, não faltam as vias gratuitas, que são os atalhos do prazer. O mundo os conhece de

sobra. Mas então a vida se vinga, fazendo que se pague bem caro as fáceis alegrias do vício.

Apliquemos agora este princípio ao fenômeno da riqueza. Para ser sã e vital, ela deve ser conforme a justiça. De outra forma, ela constitui coisa doente e antivital, contra a qual a vida se revolta, tendendo a destruí-la em quem a possui. Eis então que a riqueza, para ser um bem, deve ter sido ganha, correspondendo a um mérito. Caso contrário, ela será algo estragado e venenoso. O que é de sinal negativo não pode trazer alegria, mas somente dor. É necessário, então, que ela seja de sinal positivo, conforme a justiça. Para ser dessa forma, é indispensável que a riqueza esteja ligada ao trabalho. Neste caso, ela se torna produtiva e saudável, sendo, por isso, lícita. A vida quer a nossa salvação, portanto, segundo a sua moral, é lícito tudo que é vital, sendo ilícito tudo o que é antivital.

A vida, portanto, não é contra a riqueza, mas sim contra a riqueza-furto, contra a exploração, contra a renda herdada sem esforço e gozada ociosamente, contra a riqueza parasitária, que, por ser improdutiva, é danosa para a coletividade. A vida quer a riqueza produtiva, que, por ser fruto do trabalho, associa-se a este, admitindo também a riqueza hereditária, recebida gratuitamente, desde que ela seja fecundada por novo trabalho. A vida quer uma riqueza conforme a justiça. Toda riqueza injusta é negativa e se torna perniciosa para quem a possui, constituindo uma força lançada em direção antivital, uma planta deteriorada desde suas raízes, um débito a pagar.

Eis o que querem dizer as palavras de Cristo contra os ricos, referindo-se elas ao tipo de riqueza maldita, que Ele aconselha abandonar. Compreende-se assim quão sábio é o conselho para nos libertarmos de tal desgraça antes que ela nos envenene. O tipo de rico ao qual Cristo se refere é o de sua época, aquele que todos tinham então diante dos olhos, rapinador de bens, opressor de escravos, crápula e ocioso. Cristo não é contra a riqueza, mas contra o mau uso dela. Como poderia aquele tipo de rico entrar no reino dos Céus e como poderia tal riqueza não ser condenada?

Há rico e rico. Por isso existe também o industrioso e laborioso produtor de bens úteis à sociedade, organizador de trabalho fecundo para os outros. Tal riqueza é uma benção de Deus, uma coisa que é culpa abandonar, porque esse abandono equivaleria a um recesso na produção. Nos tempos de Cristo ignorava-se a valorização do trabalho que caracteriza a moderna organização. Naquela época, o trabalho era somente esforço de escravos oprimidos, sem compensação. Nesse regime social, qualquer reforma concreta era impraticável. Que mais restava a Cristo, para afirmar de alguma forma o princípio da justiça, senão apelar para outro mundo, onde se pudesse pensar que ela fosse possível?

É assim que o Evangelho procura estabelecer o princípio de justiça dizendo: “Ai de vós, ricos, porque já tivestes a vossa consolação (...). Ai de vós que agora rides, porque mergulhareis na dor e nas lágrimas”, acrescentando logo em seguida: “Abençoados vós que agora chorais, porque rireis (...). Naquele dia ficareis alegres (...), pois eis que uma grande recompensa vos é reservada no Céu”. A vontade da justiça, então, é que os ricos que gozaram e riram, chorem e que os pobres que sofreram e choraram, sorrissem, recebendo sua recompensa. Tudo na vida é colocado na balança, para ser pesado. Com isto, o Evangelho expressa uma fundamental sede de justiça, que faz parte da lei de Deus.

Vimos que as leis biológicas vigentes na Terra entendem a justiça em outro sentido, atribuindo valor e merecimento ao vencedor na luta, e não ao mais justo. Será, então, que o Evangelho nos engana e que o Sermão da Montanha não é verdadeiro? Não. Há dois tipos de justiça: uma para o nível evolutivo inferior vigente na Terra, e outra para o nível evolutivo superior próprio de ambientes mais evoluídos. Em uma primeira análise, o Evangelho, confrontado com a realidade da vida em nosso planeta, pode parecer que não tenha razão e que não passe de um sonho irrealizável. Para compreender, é necessário colocar cada coisa no seu justo lugar. O Evangelho não expressa a nossa realidade atual, mas sim outra, mais evoluída. Ele é uma ponte lançada em direção a este mais avançado tipo de vida, para alcançá-la; é um farol longínquo, que orienta o caminho. Então o Evangelho é utópico e anacrônico somente em relação às involuídas leis biológicas de nosso mundo, mas não o é perante a lei de Deus, que sabe funcionar perfeitamente, mesmo no baixo nível evolutivo da Terra.

Eis que o Sermão da Montanha é absolutamente verdadeiro. O defeito não está no Evangelho, mas sim no homem involuído, que é incapaz de compreendê-lo e que, por esta sua incapacidade, não pode eximir-se de pagar as consequências dos erros que comete na sua ignorância do verdadeiro estado das coisas. Aquelas palavras, “Ai de vós oh! ricos” e “Benditos vós que agora chorais”, expressam reações positivas da Lei, que, mesmo depois da vida atual, inexoravelmente entram em jogo, fazendo justiça, como prêmio e como pena, conforme aquilo que foi feito. Eis o que significa o Sermão da Montanha. Trata-se de uma lição a aprender. O involuído atual é como se tivesse uma pele de crocodilo, dura como uma couraça. A Lei, submetendo-o a lições corretivas, aplicadas à guisa de golpes de formão, deve expungir-lo gradualmente desta crosta, até que não reste senão uma pele sutil e sensível como a de um anjo.

É devido a esta incapacidade de compreender as leis de outro plano de evolução – assim como acontecia antigamente – que os ricos, em um mundo de cristãos e portanto de seguidores do Evangelho, ao invés de chorarem pelo fato de serem condenados por Cristo ao Inferno, alegram-se, contrariando o que diz o

Evangelho, e, não obstante esta sua terrível desgraça, ainda são invejados pelos pobres. Então o Evangelho não convence ninguém. Além disso, como se explica que os pobres, mesmo sendo eles tão afortunados, por estarem destinados à felicidade eterna no Paraíso, não se sintam nada felizes com esse fato e chorem de inveja dos desventurados ricos, que estão destinados à pena eterna no Inferno? Por que a própria Igreja se aliou sempre aos ricos e poderosos, justamente aqueles condenados ao Inferno? Mas, se Cristo era tão bom e tão piedoso, Ele deveria ter consolado os ricos, que são os verdadeiros desgraçados, porque, após gozarem um breve tempo, sofrerão eternamente, enquanto deveria censurar os pobres, que são os verdadeiros afortunados, porque, após sofrerem um breve tempo, gozarão eternamente! Então santos deveriam ser os ricos, que se sacrificam por pagar tão caro pouca alegria, e pecadores deveriam ser os pobres, que desfrutam a situação, gozando tanto com tão pouco sofrimento! De outro modo, onde estaria a justiça da Lei? Se a sua vontade é que haja proporção entre trabalho realizado e prêmio recebido, aconteceria ao contrário neste caso, pois tanto a perda dos ricos como o ganho dos pobres seriam demasiados. Mas como podia Cristo oferecer justiça na Terra, onde vigora a lei da força, se a justiça é coisa que pertence a planos de existência mais evoluídos? Eis então que, se Cristo queria justiça, não podia procurá-la no baixo nível da Terra, mas somente nos Céus, num mais alto nível de evolução. Assim Cristo propôs aquela justiça, que era a única existente, procurando fazê-la descer sobre a Terra. Ora, Ele deveria propô-la em forma de ideal, projetada para o futuro, expondo e condenando o erro – o qual, dada a natureza humana, é inevitável – mas tendo de corrigi-lo mediante sanções somente aplicadas num segundo tempo e em outro ambiente. Isso nos explica o fato de que, não obstante tantas ameaças, os ricos não se preocuparam com um hipotético inferno, explicando também a razão pela qual os pobres, mesmo com a promessa de um hipotético paraíso, não se sentiram satisfeitos. Aqui na Terra, interessa de fato o que está presente materialmente, e não o que é longínquo e inatingível. Para ver tais coisas, é necessário outra vista, que o homem não possui. De fato, ele aprende somente com a técnica do erro e da expiação.

Embora a justiça completa não seja realizável sobre a Terra, a vida procura, todavia, realizar algumas aproximações nos limites das condições apresentadas pelo ambiente. Já vimos como a Lei, fazendo pagar o mal feito, procura aplicar na Terra o princípio de justiça, ensinando-o à custa de duras lições. Verificamos, outrossim, haver na vida uma tendência natural que leva o rico ocioso a perder as suas riquezas e o pobre dinâmico a se apossar delas, suplantando-o. Isto sucede automaticamente, porque o primeiro, dado o tipo de vida que leva, torna-se inepto, estando, portanto, destinado a perder, enquanto o

segundo, pelo fato de ser obrigado a lutar e assim a aprender, torna-se, por isso, apto a vencer. Esta tendência da vida corresponde a um princípio de justiça, expressando aquilo que, neste sentido, as leis biológicas espontaneamente tendem a realizar. Trata-se de um fenômeno bastante comum, que se verifica não só para casos individuais, mas se estende também a famílias e a classes sociais inteiras. Há um ciclo de ascensão, um de florescimento e, finalmente, um de fatal descida, sendo estas as fases características do fenômeno. O próprio desenvolvimento e fim das civilizações segue este ciclo. Isto porque persiste sempre a expectativa de que, eventualmente, os estratos sociais inferiores, emergindo de baixo, assaltem os antecedentes vencedores, que se encontram entorpecidos em sua cômoda posição de bem estar. Desmoronou a potência do Império Romano com a descida dos bárbaros, assim como foram liquidadas as aristocracias com a Revolução Francesa e com a Revolução Russa.

É dessa forma que, automaticamente, se compensam as duas opostas injustiças, a do rico que não trabalha e a do pobre que tem fome. Assim, o rico deixa a ociosidade e o pobre se sacia. Desta forma, a vida, com um lento trabalho de erosão, elimina a injustiça. Quando a justiça prevalecer permanentemente, não haverá mais razão para as revoluções. Por este caminho, pode-se chegar à completa e prática aplicação do Evangelho. É assim que, biologicamente entendido, sendo interpretado segundo as leis da vida, o Sermão da Montanha permanece verdadeiro. Eis como, então, ele pode repetir-se numa forma realista, de modo a ser hoje entendido como atuação prática no mundo:

“Benditos vós que sois pobres e, portanto, sofreis hoje pela injustiça social, porque vosso é o reino da justiça, que o mundo se prepara a realizar. Benditos vós que agora tendes fome, porque conquistareis o direito a uma justa repartição dos bens e sereis saciados. Benditos vós que agora chorais, porque rireis. Isto por que os ricos ociosos são destinados a se enfraquecer no bem estar, devido à sua vida fácil, voltada para o gozo. Então vos será fácil suplantá-los e substituí-los na sua posição. Nesse dia alegrai-vos, estremecei de euforia, pois eis que uma grande recompensa vos está reservada, não mais apenas em forma nebulosa nos Céus, mas sim sobre a própria Terra, em forma utilitária e concreta.

“Mas ai de vós, ricos, pois já recebestes a vossa recompensa. Por terdes gozado bastante a ociosidade, sereis passados pela justiça da Lei à classe dos pobres. Ai de vós que sois saciados, porque tereis fome. A vossa vida de gozadores vos tornará ineptos para vos defenderdes. Os pobres que dominastes vos assaltarão e vos sacudirão das vossas cômodas posições, para vos substituir nelas e gozar em vosso lugar. Aí de vós, portanto, que ris agora, porque ficareis na dor e nas lágrimas...”.

Eis como hoje, à realista mente moderna, pode o Sermão da Montanha

soar realizável praticamente, de forma positiva e controlável, sem vagos apelos a sanções remotas num mundo que não se conhece. É desse modo que aquele sermão permanece verdadeiro e atual, sendo aplicável à moderna luta pela justiça social, de acordo com as leis biológicas vigentes. A vida é realizadora e não pode ficar para sempre no terreno das afirmações teóricas. No seu utilitarismo, ela as aceita somente como fase preparatória para sua efetivação. A vida as propõe como ideal a realizar e põe-se a caminho para alcançar aquela realização. A Lei quer chegar à justiça. Os homens falam, a Lei funciona. De um lado as palavras, de outro os fatos. Hoje a vida quer realizar. A fase da espera está superada, não sendo mais aceitas soluções hipotéticas e realizáveis em longo prazo. Atualmente, os problemas não são mais escondidos – como se fazia antes, julgando-se que, se não fossem vistos, estariam resolvidos – mas são enfrentados e solucionados.

Cristo não podia usar tal sistema, pois os tempos não eram maduros, como o são hoje, para sua realização. Se Ele tivesse falado como se costuma falar hoje, teria incitado à violência sem nada obter, porque o poder que Ele condenava era bastante forte e toda a sociedade estava organizada para reprimir qualquer anseio de justiça. Cristo tinha o dever de reconhecer os direitos dos escravos, mas tinha ao mesmo tempo de aplacá-los, coisa que Ele não podia fazer senão com a promessa de compensações celestes, cuja conquista não dependia da revolta deles, mas sim de sua paciência. Outra coisa, dada a sua imaturidade de seres subdesenvolvidos, não se podia exigir então. Eles eram absolutamente incapazes de fazer uma revolução construtiva, pois se encontravam num estado demasiadamente involuído para assumir o lugar dos seus patrões.

Estamos observando como o pensamento da vida dirige tais fenômenos. Ela não reconhece direitos em quem não tem as qualidades necessárias para sabê-los conquistar e depois usá-los bem. Isto somente é possível hoje, que as classes mais desprovidas alcançaram certa consciência e capacidade de organização. Os primitivos não sabem fazer outra coisa senão uma guerrilha que nada constrói nem resolve. Uma atitude como essa teria resultado apenas em dispersão de energias, coisa que não interessa à vida. Assim a palavra de Cristo foi um reconhecimento de direitos, mas não com o objetivo de fazê-los valer, mas sim como exortação para suportar uma situação injusta. Se isto, implicitamente, redundou também num encorajamento para os opressores persistirem em seus métodos, toda a culpa cabia à imaturidade dos oprimidos, aos quais certos direitos não podem ser concedidos. Pela lei do “tudo-ganho”, é justo que não possa gozar direitos quem não os tenha merecido. Os primitivos têm necessidade de serem guiados, não podendo comandar, porque o seu instinto é de rebaixar tudo ao seu próprio nível. Para ter direitos, é necessário ter

conquistado o direito de ter direitos. Tal prerrogativa pertence somente a quem é biologicamente útil em sentido evolutivo, sendo negada ao involuído, que tende a fazer retroceder em vez de avançar. A vida sustenta apenas quem serve aos seus fins. Então, para os imaturos, não resta senão a resignação e a esperança, como propõe o Evangelho.

Atualmente, estas virtudes de renúncia não servem mais e foram substituídas pelo trabalho, que, sendo uma virtude dinâmica e produtiva, implica no desenvolvimento da inteligência. Hoje, não estamos mais na precedente fase de espera e de subterrânea maturação, mas sim na fase de florescimento da vida, que avança. Depois do período de incubação na Idade Média, chega-se agora à fase da realização. Já não se perde mais tempo com renúncias, submetendo-se a penitências, mas se trabalha e se produz, lançando-se as bases de um bem estar material sobre o qual se possa construir uma nova civilização.

O Evangelho chegou até nós depois de ter atravessado os tenebrosos séculos da Idade Média, época na qual a vida estava praticamente reduzida a uma forma de desespero, a ponto de ser concebida em sentido negativo, como uma expiação de culpas inatas, como uma prova a suportar para conquistar a verdadeira vida, que era outra, situada no Céu, depois da morte. “Tanto é o bem que me espera, que cada pena me é diletta”, dizia S. Francisco. Então a forma mental dominante a respeito da vida não era de fecunda atividade, mas sim de absenteísmo e de evasão, sonhando com outra vida no além, melhor, na qual se encontrava a salvação. A respeito da riqueza, o próprio Evangelho tinha sugerido a atitude de renúncia. Hoje a vida nos diz para trabalharmos. Mas é verdade também que a vida atual não pode ser valorizada, se não for vivida em função de um seu futuro maior. Seria pernicioso desvalorizar a vida terrena, que tem a sua grande função construtiva, mesmo no sentido terreno. É justamente ao fato de se conceber a vida também neste sentido que se deve o progresso e a civilização, meios ótimos para conseguir, também no Céu, um futuro melhor. Não se sabe como seria possível construir no Céu uma humanidade de penitentes que nada tenha sabido construir na Terra.

O Evangelho pareceria nos aconselhar o desprendimento dos bens, propondo jogarmos fora as posses na Terra, para acumularmos outras no Céu, abandonando-nos imprevidentes nas mãos de Deus. A isto responde a voz da vida com as suas prementes necessidades materiais, que não admitem dilações, e com as suas severas sanções contra quem não observa a sua lei de luta pela sobrevivência. Cristo conhecia muito bem a realidade do mundo espiritual no qual ele vivia, dando a impressão de ter esquecido a realidade do mundo material no qual, todavia, cumpre ao homem viver. Para Cristo, o Céu (S) era próximo e atual, mas, para o homem, situado em outro nível evolutivo (AS), aquele Céu é

longínquo e irreal. Para o homem, resta o fato da tremenda proximidade do mundo terrestre, mesmo sendo seu dever procurar, para seu próprio bem, aproximar-se tanto quanto possível do mundo espiritual de Cristo.

Cada um destes dois ambientes tem as suas leis, razão pela qual fazer descer o alto até ao baixo constitui um emborcamento que pode produzir efeitos opostos aos desejados. O objetivo do desprendimento é a espiritualização, mas isso pode resultar num maior apego ao dinheiro. Deste só o rico pode permitir-se o luxo de se desinteressar, porque o possui em abundância. Se ele se torna pobre, eis que as necessidades da vida o assaltam e o dinheiro, que significava antes para ele o supérfluo, torna-se então uma questão de vida ou de morte. Se antes, tendo-o em demasia, podia ficar desprendido do dinheiro, agora, tendo pouco, deve-se tornar apegadíssimo a este, se quiser sobreviver. Assim exige a necessidade da sobrevivência. É lei econômica aquela pela qual uma coisa vale tanto menos, quanto mais dela possuímos, e vale tanto mais, quanto menos dela dispomos. No primeiro caso, o preço da mercadoria baixa; no segundo, aumenta. É uma lei psicológica pela qual a privação aumenta o desejo e a saciedade o extingue. Com efeito, a proibição que nos priva de algo, torna tal coisa mais desejada.

Eis que o Evangelho, aplicado em nosso mundo, pode resultar contraproducente, porque a privação pode produzir, em vez de desprendimento, apego pelo dinheiro. É na pobreza, e não na riqueza, que se aprende quanto custa consegui-lo. Do mesmo modo sucede com o jejum e com a castidade. São os esfomeados que pensam sempre em comer; é a abstinência forçada que faz pensar sempre no sexo. Assim, se o rico segue o Evangelho e dá tudo aos pobres, ele passa da abundância à necessidade, ou seja, do desprendimento ao apego. O rico pode ter tempo e energias para se dedicar às coisas do espírito, não o pobre, que está preso à preocupação avassaladora de procurar os meios para viver. A verdadeira pobreza – a indigência – é um degradante rebaixamento ao nível de vida animal, que pode levar a um retrocesso involutivo e paralisar o desenvolvimento da civilização. A verdadeira pobreza é abjeção em ambientes malsãos; é miséria também espiritual; é antes de qualquer coisa negatividade, que destrói as construções de nível mais alto da vida, sendo estas as primeiras a desmoronarem.

Existe ainda outro fato. Se o rico é desprendido da sua riqueza, não lutará para defendê-la. Então, num mundo de assaltantes, irão roubar-lhe tudo. É necessário que ele tenha certo amor pelas suas posses, para que possa cuidar delas, de modo a não perdê-las e a não acabar, assim, degradando-se ao nível de pobre. Tal desprendimento não seria considerado virtude, mas sim inaptidão e desinteresse. A realidade é que a vida não recompensa de modo algum tal rico,

mas o degrada a posições de inferioridade.

Mas o que de fato acontece ao rico, depois que se tornou pobre? O Evangelho regula o assunto, dando-lhe tesouros no Céu. Ora, estes lhe servirão no Céu, mas não resolvem o problema terreno, que permanece sem solução. E o Evangelho acrescenta ainda que, a quem trabalha para o reino de Deus e sua justiça, o resto será dado por acréscimo e que, portanto, ele não deve preocupar-se com o amanhã. Estas palavras podem fazer crer que a Divina Providência intervenha automaticamente, provendo tudo, de modo que baste deixar-se servir. Mas não acontece assim. Pelo contrário, as esmolas podem não chegar e, mesmo quando chegam, não caem do Céu, sendo incertas e não garantindo o necessário para que seja possível dedicar-se a outra atividade. Com tal incerteza, não se pode traçar um plano de trabalho e segui-lo. A Divina Providência exige um esforço contínuo para que um determinado plano de trabalho funcione.

Devemos considerar também outro fato. Se, para o rico, seus bens representam o fruto de um esforço pessoal, porque a riqueza não é obtida gratuitamente, será justo então que eles venham a ser gozados por um pobre que nada fez e, provavelmente, nada sabe fazer para merecer aqueles bens? Além disso, tolhendo àquele pobre o impulso da necessidade, aquela ajuda o instigará ao ócio. Sendo assim, a esmola pode encorajar à preguiça petulante e incentivar os pobres ao parasitismo. Estes, porque pobres, iriam para o paraíso – mas ficando no ócio, porque providos do necessário – enquanto os ricos, que os sustentam com o próprio esforço, iriam para o inferno, pelo simples fato de serem ricos. Assim, para cada santo a enviar ao Céu, deveria haver um diabo rico que o mantivesse na Terra. Como se vê, na prática, é necessário distinguir um rico do outro e um pobre do outro, porque nem todos são iguais. Mas o próprio Cristo moderou as palavras citadas acima, quando disse: “Quod superest date pauperibus” (“O que vos sobrar dai-o aos pobres”). Como se vê, o problema não é tão simples assim e não pode, por isso, ser resolvido simplesmente tomando ao pé da letra alguns trechos do Evangelho e esquecendo os demais.

XI. POBRES E RICOS

A pobreza evangélica e o correto uso da riqueza. Propriedade e função social.

Vimos como o Evangelho enfrenta o problema da riqueza. Vejamos agora como pode resolvê-lo o homem moderno. Qual é a correta posição que ele deve assumir perante a riqueza.

A moral condena, justamente, o excessivo apego ao dinheiro. Ora, deve haver uma razão para este apego. Antes de condenar, é necessário compreender. Há dois fatos que explicam e justificam este apego:

1) O homem emerge de um duríssimo passado biológico, constituído por uma batalha feroz pela sobrevivência. Se ele chegou até hoje, é porque enfrentou e venceu esta batalha. Mas, nas camadas profundas do subconsciente, ficou impresso o medo originário de lhe faltar o alimento necessário à vida, tendo-se formado nele o instinto de assalto, para se apossar de tudo. Este é um impulso de defesa que deriva do medo da morte e que representa, portanto, o aspecto negativo do problema.

2) Mas há também o seu aspecto positivo, constituído pela atração para uma vida sempre mais plena e segura. Então o instinto de ganhar para possuir não deriva somente do medo de morrer, mas também do desejo de crescer, impulso este sadio, dado pela lei de evolução.

Eis as duas formas de avidez básica, agressiva e insaciável, que emergem de profundas raízes biológicas, correspondendo à premente necessidade de avançar, seja para se libertar, saindo do AS, seja para conquistar, subindo para o S. É dessa forma que a vida, em vez de levar o homem a abandonar-se às várias promessas de uma Divina Providência, o incita a prover-se por si mesmo, com seu próprio esforço, a fim de garantir para si em forma concreta uma segurança cada vez maior, e isto a um nível evolutivo sempre mais alto. E assim o homem avança, seja porque açoitado pelo terror do seu duríssimo passado, seja porque atraído pela esperança de um futuro melhor.

Por isso a conquista dos meios que constituem a riqueza, enquanto estes forem necessários para viver e progredir, não pode ser condenada pela Lei, pois, neste caso, eles são instrumentos de proteção e de elevação da vida. Então tal conquista representa uma forma de atividade legítima, porque executada para a ascensão evolutiva desejada pela Lei, em obediência aos seus fins. Segue-se daí que é legítima a riqueza, quando ela é um meio para realizar a ascensão

evolutiva.

Assim a pobreza absoluta, que, seguindo o Evangelho, conduz à renúncia franciscana, pode significar somente sufocação antivital, tornando-se então condenável. Mas ela se explica e se justifica quando é compensada, sendo entendida e usada como meio de sublimação espiritual. Este é o lado positivo do fenômeno no plano sobre-humano, resultando correto também no plano humano, na medida em que o lado negativo do fenômeno se condiciona ao positivo. Segue-se disso que o exemplo de São Francisco pode ser imitado apenas por homens superiores e maduros para tais sublimações, mas não pelas massas, formadas por indivíduos imaturos, incapazes de executar tão grandes saltos à frente. A estes, então, não pode cumprir outro trabalho senão glorificar o santo, de longe. Para os equilíbrios da vida, em meio aos muitos indivíduos componentes do conglomerado social, tais casos não são admissíveis senão excepcionalmente, como esporádicas procuras de novos modelos, que, por isso, permanecem fora de série. Um povo formado por tipos como São Francisco morreria de fome. Hoje, tal exemplo não seria sequer compreendido, porque não subsistem mais as condições sociais que então justificavam aquela atitude.

Se aquela pobreza evangélica é um caso extremo – o qual, no entanto, não deixou de exercer sua função e ainda pode desempenhá-la em casos excepcionais – tal negação absoluta perante a riqueza não pode ser assumida como modelo de virtude para o homem comum. Como prova disso, há o fato de terem os religiosos franciscanos contornado a questão, ficando pobres enquanto indivíduos, mas não sendo pobres em sentido coletivo, pois continuam possuindo como família constituída pela sua Ordem. Somente assim eles podem reinserir-se em nossa sociedade e usufruir-lhe os produtos, dos quais devem pagar regularmente a aquisição ou o uso. Eis então que, para o homem comum, a justa posição moral perante a riqueza não é a absoluta pobreza evangélica, extremo praticado por São Francisco, mas sim o correto uso daquela riqueza.

Se, na ordem do universo, a Lei quer que o homem execute o seu trabalho de evoluir e se, para esse objetivo, são necessários os meios indispensáveis para viver, então estes lhe pertencem de direito. O homem iria contra a Lei, se não usufrísse dos meios de que tem necessidade para obedecer a ela, e a Lei estaria em contradição consigo mesma, se, de fato, não lhe permitisse utilizá-los. Mas ela o permite. Os reinos da natureza estão hierarquicamente dispostos em posições subordinadas, desde as inferiores até às superiores, e isto com uma dupla finalidade:

- 1) Para que os seres inferiores se tornem úteis como meio de vida aos seres biologicamente mais avançados, colocados na dianteira da evolução, a fim de que estes a levem adiante.

2) Para que os seres biologicamente mais avançados arrastem em frente, neste caminho evolutivo, os seres biologicamente mais atrasados, incluindo-os em sua própria ordem e ensinando-lhes, assim, a viver em função de uma organização mais elevada.

Eis então que a virtude da renúncia, importante no plano espiritual, pode contrapor-se à razão e obstar o desenvolvimento da também muito importante virtude, para o nível biológico humano, de saber usar corretamente os bens da Terra. Essa virtude pertence a um plano evolutivamente mais baixo, porém é mais acessível para as massas. Trata-se de um trabalho mais adequado ao seu respectivo grau de desenvolvimento, sendo essa a lição que lhe cumpre aprender em tal nível.

Quando o Evangelho vai contra os ricos, dirige-se ao abuso, e não ao correto uso da riqueza. Essa posição, portanto, está de acordo com o problema específico que estamos abordando neste momento. Isto não significa que o Evangelho deixe de ser verdadeiro e atual também hoje, toda vez que se verifiquem os excessos por ele contemplados. Mas também não impede que o problema da riqueza possa ser colocado e resolvido diversamente em outros casos, de maneira que, em vez de serem sumariamente condenados, sejam disciplinados por uma justa regulamentação do uso da riqueza.

É necessário, portanto, distinguir antes de proceder indiscriminadamente a uma condenação. Sem dúvida, a riqueza pode ser objeto de cobiça, vindo a ser fruto de fraude, furtos legalizados, opressão e exploração dos fracos. Há a riqueza ilícita, ensanguentada, maldita e, por isso, venenosa, que é dano para a sociedade, pois resulta da história de um usurpador de bens. Certamente, uma riqueza conexa a tais males é repelida como perniciosa. Mas também é verdade que a riqueza pode ser fruto de operosidade, disciplina, poupança e inteligência. Portanto há também a riqueza lícita, honestamente ganha, benéfica e bendita, que é vantagem para a sociedade, por ser produto de laboriosidade positiva, e não de extorsão. Eis então que uma riqueza deste outro tipo é aceita, porque se torna útil à sociedade e à vida.

Isto significa que o valor da riqueza depende do uso que se faz dela. Por si só, ela é uma entidade neutra, sendo apenas um meio que pode assumir valores diversos, conforme o fim para o qual for usado. Também uma faca, conforme o uso, pode ser uma arma mortífera, embora de, per si, seja algo inerte. É na intenção do homem, na vontade que dirige as suas ações, que estão o bem e o mal, a virtude e o defeito, o merecimento e a culpa, a verdade e o erro. Com o dinheiro, é possível diminuir bastante a miséria e evitar muita desgraça, mas também se pode, através dele, cometer os piores delitos.

Eis então que procurar melhorar as próprias condições econômicas

mediante um trabalho honesto é algo sadio e benéfico, porque permite emergir do embrutecimento, da escravidão e das limitações que a pobreza impõe, sendo, portanto, lícito.

Para fugir à inexorável condenação do Evangelho, sem deixar de possuir, ele deve ser interpretado no sentido de que o fato de ser rico não impede que se possa permanecer pobre de espírito, como Cristo vaticina para o reino dos Céus. Ser pobre de espírito significa ser mentalmente desprendido daquilo que se continua a possuir materialmente. Tal estado de alma, contudo, por constituir um fato interior, invisível e portanto incontrollável, permite que alguém se finja de desprendido, a ponto de se fazer parecer pobre de espírito, sem o ser verdadeiramente e sem renunciar a nada de fato. No entanto existe a Lei, sendo que, para ela, o valor está apenas nos fatos, e não nas palavras, apenas na substância, e não na aparência, razão pela qual a hipocrisia não impede o pagamento por tais erros.

A vida dá ao homem, portanto, o direito de possuir, mas este direito é condicionado ao cumprimento das finalidades da Lei. Em virtude disso, torna-se ilícita toda posse da qual não se faça bom uso. A Lei quer a propriedade, mas disciplinada, legitimando apenas o administrador responsável, que dá prova de sabedoria. Trata-se, assim, de uma propriedade condicionada, pois, na realidade, não vai além de um usufruto temporário, durando apenas enquanto se vive e na medida em que é concebida para servir de instrumento à realização de nossa evolução. Tal modo de conceber a propriedade fica evidentemente aos antípodas do modo corrente.

A vida não quer uma propriedade monopolizada na exploração do próximo, mas sim uma propriedade que cumpra sua função-social para o bem coletivo. É só a propriedade do primeiro tipo que, por ser maléfica, pode ser destruída pelo comunismo em nome da justiça social. Se o comunismo, no entanto, tivesse encontrado uma propriedade do segundo tipo – a qual deverá realizar-se nos estados democráticos da futura civilização – bem pouco poderia ter feito contra ela, mesmo agindo em nome da justiça social.

A evolução conduz à destruição somente a propriedade que traz dano coletivo pelo mau uso que dela se faça, enquanto não destrói, pelo contrário consolida e aperfeiçoa a propriedade que seja útil à sociedade pelo correto uso que dela se faça. A vida, no seu sábio utilitarismo, não quer – pois se trata de algo contraproducente – a falta de retidão nos negócios, no trato com o dinheiro, porque ela não aceita o dano social que, por via de regra, é provocado pelo improdutivo devorador de bens.

É por isso que, até nos países capitalistas, quanto mais se evolui, tanto mais o ilimitado direito de propriedade sofre restrições em favor dos interesses

da coletividade. Sucede então que a ostentação de um luxo exagerado provoca reações, quando, ao lado disso, vê-se que impera a miséria, fonte de muitos sofrimentos. Os países democráticos respeitam o direito da propriedade, admitindo as diferenças econômicas que sejam fruto de trabalho e de capacidade diversa, com uma economia de consumo, que leva também a um maior bem estar. Estes mesmos países, no entanto, quanto mais se civilizam, tanto mais são levados a se assegurarem que o dinheiro seja bem gasto, tanto pelo indivíduo como pela coletividade, pois cada desperdício acaba por se tornar um peso coletivo a ser compensado com maior trabalho de todos.

A tendência da evolução não é a abolição da propriedade, condição esta contraproducente, porque solapa o interesse individual, sem o qual o homem não trabalha. Este é ainda um individualista egocêntrico, não tendo maturidade para saber viver espontaneamente no estado de coletividade orgânica. A este nível, portanto, ele não pode chegar senão à força, utilizando formas de coação policialesca, que, por serem cheias de atritos, opressões e resistências, são contraproducentes. Logo a tendência da evolução é, pelo contrário, aperfeiçoar a propriedade, levando-a a formas mais profícuas para o bem estar e progresso de todos, sem açambarcamentos e privilégios individuais, até mesmo com sacrifício do indivíduo, compensado, contudo, por vantagens coletivas que são também dele. A evolução conduz sempre a um melhoramento, a uma crescente utilidade, fato este pelo qual a vida, que é utilitária, aceita a propriedade.

O comunismo quis antecipar demasiadamente os tempos, presumindo no indivíduo uma maturidade que não existe, uma consciência coletiva que lhe permitisse viver no estado orgânico, uma consciência a ser conquistada, da qual se está ainda longe. Eis então que o comunismo pode cumprir uma função útil à vida, enquanto, sob a forma de imposição ou de coação, serve como escola que ensina a viver em forma coletiva e enquanto, como antecipação de um futuro hoje utópico, serve para lançar ideias de justiça social que eram desconhecidas no mundo democrático.

Assim a evolução utiliza também o comunismo para nos avizinhar das suas metas mais remotas, que, no tocante à propriedade, não é nem a abolição, como quer o comunismo, nem a ilimitada liberdade, como quer o capitalismo, mas sim a sua conservação e o seu disciplinamento. Tende-se desse modo ao caso limite, no qual o proprietário é tão-somente um administrador dos bens que ele possui, sendo o responsável pela sua gestão perante a coletividade. Chega-se deste modo ao conceito de uma propriedade que não é mais um simples direito individual, mas sim uma função social, não havendo com isso a abolição da propriedade, como ocorre no comunismo, onde ela é retirada das mãos do indivíduo que a possui.

Então o direito de propriedade é correto como princípio de responsabilidade e se mantém somente em função deste princípio, sendo disciplinado por uma responsabilidade tanto maior, quanto maior é a propriedade. Este é o conceito de função social que penetra sempre mais as várias atividades individuais, como já tínhamos visto estar acontecendo para o exercício da autoridade. Chegaremos, assim, a confiar a suprema direção de nossa vida não mais apenas aos valores econômicos, como acontece hoje, mas também aos valores morais. Então o dinheiro será colocado no justo lugar que lhe cabe, como instrumento de vida e de civilização, de progresso cultural e espiritual, de ascensão biológica – como quer a lei de Deus – em direção a sempre mais elevados níveis de evolução.

XII. O IDEAL NA TERRA

O ideal e a realidade da vida. A moral da hipocrisia. A autoridade, função de utilidade coletiva. A pobreza, mal social. Organizar o trabalho produtivo das massas.

Para melhor compreendermos os três precedentes capítulos, vamos dar um exemplo prático. Um jovem, filho de pais milionários, poderia viver de bens hereditários. Decidiu, ao contrário, viver exclusivamente de seu trabalho, para manter sua família. Com isso, renunciou à herança. O tempo e as energias que sobravam do seu trabalho ele os queria aplicar numa obra de caráter intelectual, não remunerado, com o mesmo desprendimento de quem cumpre uma missão. Estava, portanto, em paz com a sua consciência. Sua intenção era aplicar as palavras do Evangelho: “Procurai em primeiro lugar o reino de Deus e a sua justiça, e todo o resto vos será dado por acréscimo. Não vos preocupeis, pois, pelo dia de amanhã”.

Abandonando os seus bens, aquele homem rico acreditava receber algum prêmio do Céu, no entanto tornou-se pobre, tendo de lutar pela vida. Se permanecesse rico, ter-lhe-iam sobrado bem mais energias, tempo e meios, que agora lhe faltavam, para realizar seu ideal. Ora, por querer seguir o Evangelho ao pé da letra, ele havia caído num estado oposto àquele espiritual, divisado anteriormente. Seria, por isso, um falido?

Ele se desprendera de sua riqueza, cuja importância desdenhava, porque não lhe faltava coisa alguma. Todavia, com a experiência da pobreza, foi aprendendo a utilidade do dinheiro. A vida não nos quer ignorantes de nenhum de seus aspectos, até mesmo daqueles considerados inferiores. Este tipo de conhecimento também é necessário para quem deseja subir espiritualmente, pois não é possível alcançar os degraus mais elevados, pulando os de baixo, mas somente percorrendo-os todos. O Céu não pode ser constituído por ingênuos, ignaros da realidade, mas somente por indivíduos que percorreram toda a estrada e chegaram até lá, tendo superado todas as dificuldades que encontraram no caminho. Na Terra, o idealista, enquanto contempla e sonha, não pode perder de vista as imperiosas necessidades da vida, às quais deve satisfazer como todos. Em suma, viver o Evangelho não pode ser nenhuma fácil aventura. Caem nessa ilusão os que ignoram quão longe da realidade quotidiana esteja o ideal, não tendo conseguido ainda estruturar uma espinha dorsal sólida, sem a qual falta o indispensável ponto de apoio para qualquer superação evolutiva.

Uma vez tendo considerado este aspecto, é necessário não olvidar o lado oposto da questão. Evidentemente, o idealista que não vive os princípios sustentados por ele com suas palavras é um hipócrita. Para que isto não se verifique, é imprescindível ele traduzir em fatos as suas afirmações. Ora, a experiência de viver com o fruto do seu próprio trabalho ensinou àquele jovem que isso o tinha colocado numa posição mais honesta, sadia e viril com relação à antecedente, sendo inegável que, entre as forças da vida, são aquelas positivas e favoráveis que movem o indivíduo, e não as negativas e desfavoráveis. Estes fenômenos são regulados pela justiça da lei de Deus, estando sujeitos à intervenção da Divina Providência, desde que o indivíduo tenha operado de maneira a merecer tal intervenção. O nosso jovem pôde verificar então que aquelas estranhas palavras do Evangelho eram verdadeiras e demonstráveis, sempre que todas as condições necessárias para sua realização fossem cumpridas. De fato, nunca faltou a ele o necessário, mesmo tendo de se submeter a uma vida de esforços e preocupações. E tudo isto sem paralisar o seu trabalho espiritual. Desse modo, como resultado, ele alcançou uma posição mais avançada, em outro nível evolutivo, a qual teria sido impossível atingir, se permanecesse exclusivamente usufruindo da riqueza.

Tudo isto prova que a realização do ideal na Terra não é fácil. Mas nem por isso ele vem a ser loucura que leva à morte. Trata-se de um trabalho muito sério, e o idealista inexperiente deve precaver-se das dificuldades que o esperam. Ele pode acreditar que baste aplicar o Evangelho ao pé da letra, para chegar rapidamente a uma vida ideal, comodamente servido pela Divina Providência. No entanto isso não acontece, de modo que ele, deparando-se com uma vida material, fica desiludido. Para poder viver aquela vida do espírito, seria necessário um ambiente civilizado, resultado de um longo trabalho, porque a civilização não se alcança furtando-se à fadiga de construí-la e fugindo do mundo, mas sim mergulhando nele e transformando-o com o próprio esforço. Para ser possível uma dedicação somente ao problema espiritual, é indispensável ter resolvido o problema material.

É necessário percorrer o caminho da ascensão passo a passo. Nesta via não existem atalhos ou posições que não tenham sido conquistadas. O idealista simplório deve aprender que o ideal não é um jogo e que a verdadeira pobreza pode matar também o espírito, pois pode impelir o indivíduo de volta aos mais baixos níveis sociais, tirando, desse modo, todo alento necessário às mais altas manifestações da vida. Percebe-se, então, que a riqueza mantinha aquele homem numa posição privilegiada, fora da realidade, e que o seu desapego não passava de uma forma de inconsciência do valor do dinheiro e da realidade da vida. Acreditava ele que a renúncia evangélica lhe permitisse passar do ócio do rico ao

ócio contemplativo do homem espiritual, sem perceber que, muitas vezes, é indispensável entregar-se ao trabalho, submetendo-se à obrigação que tem o homem comum de ganhar a vida, sem muitas chances para contemplações ou evasões prematuras para as altas esferas da vida espiritual.

Destas dificuldades de viver o ideal sobre a Terra, nasce a consciência da qual estão cheias as religiões. Tais dificuldades com a enorme distância existente entre o dizer e o fazer derivam, por sua vez, da imensa distância que separa os princípios propostos pelo ideal e aqueles impostos na Terra pela realidade da vida, governada aqui por outras leis. Trata-se de dois sistemas, cada um situado em um diferente nível de evolução, os quais se negam reciprocamente e não podem evitar o choque, porquanto pretendem atuar simultaneamente no campo experimental de nossa vida. Assim não apenas se explica, mas também se reconhece a inevitabilidade de uma consciência ligada a tal antagonismo entre dois princípios diferentes coexistentes na Terra. Trata-se, com efeito, de duas posições extremas do mesmo fenômeno evolutivo que todos vivemos, estando a mais atrasada de um lado e a mais avançada do outro. Neste trajeto, o homem está a caminho, passando por um processo de transformação que vai de uma posição de grau inferior a outra, de grau superior. Ele é forçado a viver no meio do inevitável conflito entre dois extremos que existem simultaneamente, sendo que o inferior, por princípio de inércia, conserva o passado, enquanto o superior, por princípio de movimento ascensional, vai em direção ao futuro.

Situado nesta posição conflitante, o homem resolveu o problema instintivamente, pela via da menor resistência, que é a hipocrisia, porquanto, se ela é culpa ao nível do ideal, não o é, porém, ao nível utilitário das leis da vida do dia a dia. Se, de um lado, o que é velho não quer morrer, resistindo ainda por uma razão de prudência e defesa, que desaconselha as aventuras em zonas da vida não exploradas, e se, de outro lado, o que é novo não se consolidou ainda, porque está nascendo sob forma de tentativas, sendo incerto por não estar comprovado pela experiência, então restou ao homem procurar uma via de convivência pacífica entre as duas opostas exigências, deixando a cada uma o máximo possível de satisfação. O problema consistia em fazer com que o ideal fosse fixado na Terra, sua inimiga, onde ele, contudo, há de cumprir a sua função. Foi assim que se chegou a escolher o caminho de sustentar em teoria o ideal, condição que se contenta com palavras e com nobres aspirações, mas de propiciar na prática a realidade biológica, que se satisfaz de fato com uma atividade substancialmente proveitosa.

Com tal método, aparentemente contraditório e hipócrita, são satisfeitas da melhor maneira as duas opostas aspirações, o que, diante das reais circunstâncias, traz o melhor resultado possível. Este consiste em estabelecer

uma coexistência que permite ao homem cumprir um trabalho de assimilação e alcançar assim um dos maiores fins da vida, que é realizar a evolução. Nada de melhor se poderia desejar e obter. Enquanto o homem finge perseguir o ideal, porquanto não consegue vivê-lo de verdade, ele o fixa na mente e o interioriza no espírito, executando assim aquele primeiro trabalho de maturação interior, que é necessário para chegar à última fase, na qual ocorre a efetiva realização do ideal. Com este jogo entre aparência e substância, o ideal vai se infiltrando progressivamente na realidade biológica, até se enxertar plenamente no seio desta e substituí-la, transferindo, desse modo, a vida para um plano mais alto.

Dessa forma, a vida pode orientar seu percurso evolutivo mediante a escolha de uma meta. Isto não é traição nem rejeição do ideal, pois este é assimilado gradualmente, não havendo, aliás, outro caminho mais apropriado segundo a lei da vida. Se, ao contrário, o ideal fosse assumido de vez em toda sua plenitude, ele só poderia funcionar como negação da vida como ela é no seu atual nível humano, resultando em efeitos contrários à própria lei evolutiva.

Por isso não nos devemos scandalizar se os cristãos – incluindo a Igreja – não aplicam o Evangelho ao pé da letra. Este, com efeito, se refere aos maus ricos, que fazem mal uso de sua riqueza. Se houve abusos no passado, é porque nada melhor se podia pretender de uma humanidade de baixo nível moral, que se encontrava num contínuo estado de luta e que, para sobreviver, deveria dispor de uma consciência muito elástica. As leis biológicas não brincam, não hesitando em matar quem não lhes obedece. Segundo elas, o miserável é um vencido que não tem direito à vida. Às vezes somos tomados por um sentido de piedade ao nos vermos como pobres cidadãos do AS, mergulhados na animalidade; ao percebermos o drama do ideal caído na Terra, onde tudo o nega e o sufoca; ao sentir quanto custa vivê-lo contra as resistências de nosso mundo involuído, para sairmos do pântano e subir de volta, regressando a Deus.

Eis que a pobreza pode embrutecer até o espírito. Conforme as leis biológicas, a pobreza não é uma virtude, mas sim um defeito, revelando o estado atrasado e doentio de uma coletividade que não soube vencê-la. Esta é a realidade que a vida contrapõe ao ideal. A pobreza é miséria que conduz para baixo, enquanto a riqueza pode ser base de civilização. Assim o voto que devemos formular para o bem da coletividade não é de pobreza fomentadora do parasitismo, mas sim de trabalho realizador de produção, o único meio que ajuda a sociedade a progredir. A pobreza pode ser uma desgraça que merece ajuda, mas pode ser também o resultado de inaptidão, preguiça ou má vontade, constituindo neste caso uma posição merecida para quem se recusa à fadiga da luta pela vida.

O mundo moderno muda completamente de atitude perante o problema da

pobreza. Por não ter sabido resolvê-la no passado, o homem tinha-se adaptado a considerá-la como uma fatalidade. O Evangelho chegou ao extremo de propô-la como uma virtude. Com tais interpretações, disfarçava-se o mal, evitando assim encará-lo. Os pobres, paralisados pela sua própria inércia e ignorância, desalentados pela inutilidade do esforço, tinham-se conformado com aquelas tristes condições, tidas como inevitáveis.

Recorria-se então a paliativos, apoiando-se na esperança de compensações no além-túmulo. Quanto à esmola, esta nada resolve, pois deixa o pobre na sua miséria, enquanto aplaca a consciência do rico, permitindo-lhe continuar gozando de suas riquezas e até mesmo se passar por benfeitor. O próprio Evangelho contribuiu para manter este estado de coisas, sendo esta uma das razões de sua aceitação no passado. Haverá coisa melhor do que uma religião que contenta os pobres apenas com promessas de justiça numa outra vida?

O problema estava assim resolvido, permitindo que os ricos preservassem não apenas seus privilégios, mas também a fama de pessoas piedosas e de homens de bem. Que esplêndida solução! O mal não é eliminado, mas, contanto que não cause aborrecimento, tudo vai bem.

Hoje tudo está mudando, porque a vida se fundamenta sobre outros princípios. Outrora, as diretrizes sociais eram determinadas pelo indivíduo vencedor da luta, sendo estabelecidas em função do interesse dele. O indivíduo que conseguia subir, vencendo seus rivais, exercia seu domínio sobre todos, que, por serem menos fortes, não tinham outra opção senão obedecer. Por isso vigorava o princípio da autoridade, que exprimia tal método de vida. Era o triunfo do individualismo, em função do qual a sociedade estava organizada hierarquicamente, conforme o princípio do comando e da obediência.

Quem comandava não devia prestar contas senão aos seus superiores, tendo sempre razão perante os seus inferiores. E tal mentalidade ainda subsiste hoje, entre os indivíduos menos evoluídos.

Porém é diferente o princípio que começa a prevalecer hoje. Qualquer autoridade ou poder – incluído aí também o poder econômico do rico – não é mais um direito conquistado pelo indivíduo através da violência e imposto aos vencidos, mas constitui uma função social outorgada pela coletividade, que a delega a seu representante, sendo, portanto, um encargo que lhe pode ser retirado, desde que ele se mostre incapaz de cumprir aquela sua função. Dessa forma, ao princípio individualista do egocentrismo substitui-se o coletivista da cooperação. Trata-se também de um utilitarismo de toda a sociedade, e não mais apenas do indivíduo, cujo utilitarismo assim, ao invés de ser destruído, é antes potencializado. Isto sucede porque a sociedade passa do estado mais ou menos caótico do passado ao estado orgânico, no qual cada elemento deixa de lutar

contra os demais, juntando seus esforços aos dos outros, para a maior vantagem de todos. Então até o trabalho se transforma numa função social, deixando de ser uma ação exclusivista e separatista, para se tornar uma atividade de interesse coletivo. Com isto, o próprio indivíduo acaba ganhando, porque seu sacrifício a favor dos outros é compensado pelo sacrifício dos outros a favor dele.

Trata-se, portanto, de um método que absolutamente nada tem de antivital, sendo, pelo contrário, altamente vantajoso para todos. Por isso ele é prontamente assimilado pela vida, tão logo o ser dê prova de saber compreender que o máximo poder está no maior alcance dos esforços em conjunto, desde que todos sejam coordenados entre si. Com este método também se chega a uma hierarquia, a qual, porém, não se baseia, em nenhuma coação, mas sim na coordenação, aceita livremente por todos, em função de sua utilidade coletiva. Nestas condições, além de não ser admitido na coletividade quem não cumpre a função que lhe compete, também é expulso quem diz ser e fazer o que não é e o que não faz. Há uma ação de rejeição por parte do organismo social contra os elementos inúteis ou danosos para ele. Com isso, o tradicional sistema da hipocrisia colapsa, deixando cair as máscaras, porque o fingimento não tarda a produzir posições falsas, as quais pesam sobre a coletividade, que, portanto, as rejeita. Nasce então uma nova moral, que consiste em não cometer o pecado social de prejudicar o próximo.

Num tal regime, o pobre, em vez de um estranho ignorado, que basta manter quieto e longe, constitui um componente daquele organismo social, que pertence a cada um, pois todos são parte integrante dele. Segundo a velha psicologia, o que era da coletividade pertencia a todos e, por isso, reputava-se como não pertencente a ninguém. Desse modo, não podia haver interesse em defendê-lo. Com a nova psicologia, o que é da coletividade é de cada um, portanto também constitui um bem do indivíduo, porque ele é parte dela, interessando a todos defendê-la. Eis, então, porque hoje a pobreza não é mais um fato particular, e sim um mal social que toca a todos, dizendo respeito à coletividade e merecendo sérios cuidados. Não é possível ser individualmente rico num país de pobres. Portanto a pobreza, hoje, não é virtude, mas sim um defeito dos povos, sendo indispensável que se lute para eliminar este defeito. Ora, em vez de consolações no além-túmulo e de vãs esmolas ou semelhantes anestésicos, hoje se organizam as massas, educando-as para o trabalho produtivo, que lhes proporciona a independência econômica e as torna autossuficientes, pelo fato de elevar o seu nível de vida. E, quando isto não seja possível, recorre-se então ao meio extremo da esterilização ou, pelo menos, do controle da natalidade, para que a lepra da miséria não prolifere, expandindo-se sem fim.

Diz um provérbio chinês: “Se quiseses ajudar um homem, não lhe ofereças um peixe, mas ensina-o a pescar”. Eis os dois métodos: a beneficência e o trabalho para todos. No passado, o trabalho era obrigação de servos, sendo que faltava então uma tecnologia de organização econômica mais eficiente e um adequado desenvolvimento mental, para se chegar ao rendimento atual. Mas o problema não se resolve com o abaixamento geral dos ricos, para igualá-los ao nível dos pobres, mas sim com uma elevação geral da produção e do nível de vida, direcionada também aos pobres, para erguê-los à altura dos ricos.

Hoje o problema dos pobres torna-se gigantesco, porque não se trata mais de poucos miseráveis à espera de esmolas, e sim de povos inteiros, de esfaimados que, eliminadas as epidemias, se reproduzem com velocidade vertiginosa. Hoje não há uma classe social pobre que assalta a rica dentro de uma nação, mas há uma classe de povos pobres que constitui uma ameaça crescente para os povos ricos, detentores da civilização. Esta parte possui as armas, a cultura, os meios econômicos e a organização social. A outra parte avança maciçamente, como multidão demográfica em rápido aumento, disposta – para sobreviver – a baixar o nível de vida de todos, pouco se importando com a civilização.

Compete aos povos mais civilizados controlar este aumento, antes que o mesmo se torne insuportável para os recursos do planeta. Cumpre-lhes, assim, regular e canalizar tais manifestações para o trabalho produtivo. As nações mais avançadas deverão exercer esta função social que lhes compete e que a história já lhes impõe com a difusão das novas ideias de solidariedade entre os povos, outrora desconhecidas. A humanidade se encaminha para a meta de uma solução pacífica dos conflitos, de uma forma mais inteligente e civilizada. Não é empobrecendo os ricos que se pode enriquecer os pobres, mas sim fazendo dos pobres produtores de riqueza para sua própria vantagem. O velho método da substituição de classes, que nada resolve, precisa ser substituído pelo método da colaboração entre as classes, cabendo àquelas que mais possuem o dever de fomentar a elevação, em todos os sentidos, das classes mais pobres e menos evoluídas.

XIII. A ORIGEM DA JUSTIÇA SOCIAL

A solução do problema econômico. O trabalho função social. As etapas da realização do Evangelho e o direito de encampar direitos.

Com a afirmação dos princípios acima referidos, nasce um novo regime de vida, no qual não há mais lugar para o rico ocioso, explorador do trabalho dos outros, admitindo-se apenas o rico que cumpre uma função econômica complementar à do pobre. Isto é natural numa sociedade que chegou ao seu estado orgânico, cuja base é a cooperação, e não a luta. Nesta sociedade, também o rico terá o seu legítimo lugar, por exercer nela funções fundamentais, baseadas numa real competência, com tarefas diretivas e criadoras, para levar progresso a cada campo, elevando assim o nível de vida de toda a coletividade.

O regime de luta de todos contra todos no passado absorvia completamente as energias e o interesse do homem, de modo que não restava margem para se poder levar na devida consideração o valor produtivo do trabalho. A solução do problema econômico não pode ser obtida com o velho sistema da guerra entre ricos e pobres, mas somente através da canalização de todas as energias em direção a um trabalho produtivo, fonte de efetivo bem estar geral. Esta é a posição sadia que se harmoniza com as mais importantes leis da vida, sobretudo com o princípio da justiça social, que acabamos de considerar.

Somente hoje, portanto, é possível se chegar à referida solução do problema econômico. O Evangelho não podia resolvê-lo, porque, naquela época, o trabalho era tido como uma condenação própria de escravos, e não um meio de produção. Tal trabalho, então, não podia servir como meio para elevar o nível de vida do pobre, sendo insuficiente o recurso à esmola ou à beneficência para solucionar o problema. Este expediente não passa de um paliativo para suavizar a inimizade entre rico e pobre, a fim de tornar menos difícil sua convivência. Permanece de pé o desagrado tanto do pobre, por sua miséria, como do rico, por ter de sustentá-lo. Com isso, o pobre permanece pobre, enquanto o rico deve carregar nas costas um parasita improdutivo, socialmente negativo.

Hoje se pode colocar o problema de um modo mais coerente. Em vez de se gastar energias preciosas para disputar os bens existentes, elas deverão ser empregadas para a produção. Pode-se, dessa forma, alcançar uma maior abundância – ainda que não igualmente distribuída – obtendo-se assim, como consequência de uma produção maior, um aumento de riqueza para todos, pois, juntamente com a miséria do pobre, diminuem também a sua agressividade

contra o rico e o peso do seu parasitismo social. Somente o trabalho pode libertar tanto o pobre da escravidão de mendigar como o rico da torpeza de apenas consumir sem nada produzir. O trabalho é o novo e único sistema capaz de resolver o problema econômico, substituindo o método da escravidão e da beneficência. Só assim o pobre poderá adquirir a dignidade de ser humano e, ao mesmo tempo, a sua independência econômica. Evita-se deste modo o ócio, que é um mal para todos, porquanto, se ele arruína o rico, arruína também o pobre que se faz manter, tornando ambos igualmente parasitas.

Sem dúvida, uma riqueza subtraída do rico e subdividida entre muitos pobres não enriquece ninguém, deixando todos na miséria, de modo que também o rico fica empobrecido. A vida exige um incessante reabastecimento, que só pode ser proporcionado por uma contínua produção, e não por uma reserva que rapidamente se esgota. A sociedade necessita de homens livres e responsáveis, ativos e autossuficientes, que sejam protegidos por todas as previdências sociais, e não apenas mantidos vitaliciamente.

Por isso não é tanto pela distribuição da riqueza existente, insuficiente para todos, mas sobretudo pela produção, que se poderá resolver o problema de todos. Eis que o problema fundamental é o mesmo, exigindo igual solução, tanto para o capitalismo como para o comunismo, pois se trata de uma lei econômica superior a toda e qualquer distinção partidária, razão pela qual ao esforço da luta deverá substituir-se um trabalho mais pacífico e produtivo, o que representa um efetivo progresso em direção a uma civilização mais avançada. Abre-se assim o caminho para a conquista dos direitos do pobre. Então, se, numa primeira fase deste fenômeno, somente o patrão tem todos direitos sobre o escravo, que não tem nenhum, numa segunda fase é o patrão que concede ao pobre o direito de ser beneficiado, enquanto este, por sua vez, o conquista com o beneplácito do patrão. A seguir, numa terceira fase, o pobre, com o seu trabalho, adquire o direito à sua recompensa e trata o patrão de igual para igual. Numa quarta fase do processo, a técnica tornará sempre menos pesado e mais fecundo o trabalho do pobre, que se elevará a um nível de vida cada vez mais alto, não só na esfera econômica, mas também naquela cultural e espiritual.

Então o pobre poderá ter todos estes direitos, porque terá primeiro cumprido o correspondente dever de trabalhar e produzir. E não poderá queixar-se, porque, ao lado dele e como ele, o rico também estará trabalhando e produzindo. Assim, em ambos os casos, a injustiça do parasitismo é eliminada. Quando dizemos dever de trabalho produtivo para a coletividade, não entendemos apenas o dever do pobre, mas também o do rico, mesmo se num diverso campo de especialização, como é necessário numa sábia distribuição do trabalho. Para adquirir o direito de pertencer à coletividade, todos devem

oferecer sua contribuição pessoal, cada um devendo colaborar no campo da sua competência específica. Trata-se de um novo sistema de vida, no qual a atividade de cada um não é um trabalho de tipo individualista, com finalidades egoísticas, mas sim um trabalho integrado no organismo social, como um seu elemento constitutivo. Então quem mais comanda tem mais deveres e maiores responsabilidades, devendo por isso dispor de maiores meios e de maiores conhecimentos, cabendo-lhe cumprir a importantíssima função social de dirigir e impelir para frente, materialmente e espiritualmente, todos os outros.

Hoje se começa a compreender que o método do assalto à riqueza, para roubá-la aos seus detentores, é contraproducente, porque estes sabem defender-se, sendo que a tentativa não só é de êxito duvidoso, mas também leva inevitavelmente a uma luta arriscada e deletéria para todos. No passado, agia-se como dois cães disputando o mesmo osso, um tentando matar o outro, para comer o osso sozinho. Hoje se tende a reduzir o dano, buscando-se um “segundo osso”, de modo a evitar que um tenha de matar o outro ou correr o risco de ser por ele morto. Em vez disso, tal esforço atualmente se concentra sobretudo no sentido da produtividade. Este sistema convém ao pobre, porque lhe possibilita, por via pacífica, chegar ao bem estar com menos esforço e sem correr muito perigo, sendo conveniente também ao rico, que, indo ao encontro do pobre e ajudando-o a trabalhar e a produzir, não corre o risco de ser liquidado por este. As leis da vida impõem que, para a solução de um problema, seja escolhido o caminho de menor esforço e de maior rendimento. Procura-se assim alcançar o melhor resultado possível, aquilatando o esforço de maneira a evitar o dispêndio de energias. Então, como já vimos, tende-se nos países mais civilizados a substituir, na conquista da riqueza, o método do assalto com a violência pelo método pacífico da organização do trabalho e da produção. A vida, sendo utilitária, já tende por sua conta a esta transformação, que abranda a luta, sendo isto uma prova de que a evolução conduz a um melhoramento. Vê-se, então, o quanto tenha o preceito evangélico: “Ama o teu próximo” antecipado os tempos modernos!

Tal comportamento da vida no plano humano tende a realizar agrupamentos em unidades cada vez maiores, o que implica em levar a sociedade para o estado orgânico. Eis que o Evangelho, ensinando – com a máxima do amor recíproco – o sistema da cooperação, tende ao mesmo resultado. Tudo isto confirma a lei da evolução, demonstrando sua inelutável atuação. Nesta mesma linha de desenvolvimento da vida, inseriu-se Cristo, quando – com base no princípio do amor – iniciou o seu movimento de justiça social, impulsionando os homens em direção a uma condição de recíproca compreensão e colaboração, na qual a sociedade alcança o estado orgânico e

unitário. É sobre esta mesma linha de evolução que os ricos se colocam hoje em dia, pois, numa prova de maior perspicácia, compreenderam que, para eles, é bem mais conveniente proceder com justiça em relação aos pobres, favorecendo o movimento da sua ascensão, do que ficar expostos a sofrer periodicamente o impacto de revoluções sangrentas, como resposta direta às injustiças perpetradas. Verifica-se que, hoje, a luta contra a miséria não é mais entregue à iniciativa esporádica de algum filantropo, pois se compreendeu que o mal tem de ser curado. Mesmo sem pôr em dúvida o poder da Divina Providência, prefere-se hoje buscar a solução para este importante problema pelo caminho da organização social, que não só prevê, provê e educa, mas também regula a expansão demográfica e dirige o trabalho, para fazê-lo render. Eis que hoje, com o homem situado num grau mais avançado de evolução, é possível realizar uma aproximação maior do que as antecedentes na execução do princípio de justiça, numa forma cuja implementação era inviável nos tempos de Cristo. O Evangelho marca, portanto, uma primeira etapa deste caminho, à qual outras mais avançadas se sucedem por lei de evolução. É assim que a Lei e os métodos do S se realizam cada vez mais na Terra. Cristo moderou seu programa de ação renovadora em função das capacidades de atuação do mundo de então. Que Ele tivesse enveredado pelo caminho certo fica comprovado pelas posteriores etapas de progresso, através das quais Suas ideias germinaram e operaram as mais elevadas conquistas sociais de nossa época, impensáveis sem aquela semente.

Não se pode negar que todo o movimento moderno em favor da justiça social encontre o seu primeiro germe no Evangelho. Através daquele jogo de compensações, que levou avante o programa desta grande meta, Cristo introduziu, com a sua pregação, o fator espiritual na vida pública. Sem levar em conta o fato de ser ele alcançável em longo prazo, ninguém pode negar que tal fator redundou num poderoso momento para o desabrochamento da teoria da justiça social, sobre bases que – apesar de metafísicas e sobrenaturais – penetravam, contudo, na mente do povo. Com efeito, Cristo oferecia um novo poder aos deserdados, apontando-lhes um Deus que estava ao lado deles, para defendê-los e fazer-lhes justiça. Os romanos tinham a seu próprio serviço os deuses pagãos, dentro de uma religião concebida para uso apenas da classe dirigente. Em Cristo, os escravos encontraram um Deus próprio para eles, protetor de todos os pobres, no sentido de compensá-los da prevaricação dos patrões e dos ricos. Com isso, a afirmação de que estes devem ajudar aqueles se torna um princípio religioso, refletindo um mandamento de Deus, coisa que, mesmo se irrealizável, já representava um direito absoluto. Formou-se assim e permaneceu, mesmo o sendo no estado potencial, uma carga mental de impulsos reativos tendentes a realizar (como se dará mais tarde) os ditames de Cristo em

matéria de justiça social. Eles estabelecem o dever, por parte dos ricos, de dar e o direito, por parte dos pobres, de receber.

Esta ideia é como uma semente que, sendo deixada cair na terra, entra assim na vida, para depois se desenvolver, sendo destinada a se transformar em árvore e a dar frutos mais tarde. Com isto, Cristo traçou uma trajetória em cuja órbita a humanidade se colocou e continuará a se mover até ao seu ponto de chegada, que é a realização da justiça social. Tal meta também é um fenômeno da evolução, constituindo um transformismo em contínuo desenvolvimento. Tudo, pelo fato de estar submetido a uma incessante transformação, é história, e não um fato estático, pois qualquer imobilidade seria arrastada pela corrente vital e universal. Por esta razão, é fatal e conforme a lei de Deus que as religiões nasçam e morram, sendo substituídas por outras.

Eis como se desenvolveu a primeira ideia evangélica da justiça social. Uma vez declarado aos ricos o dever de dar e aos pobres o direito de receber, é breve o passo para se concluir que, caso o rico não cumpra o seu dever de dar, o pobre poderá fazer valer o seu direito de receber, impondo o cumprimento daquele dever. Por isso vemos surgir hoje a Igreja dos pobres, à semelhança de como surgiu o comunismo. No passado, o pobre era um subdesenvolvido, incapaz de fazer valer os seus direitos, não tendo outra opção além da esperança no Céu, com a qual as classes detentoras de bens o consolavam. Hoje o pobre despertou e, por ser mais evoluído, tomou consciência dos seus direitos, proclamados por Cristo, estando pronto para fazê-los valer na Terra, sem se ocupar em demasia do Céu. Perante este desenvolvimento, Cristo pode ser considerado o iniciador de um movimento milenário de redenção das massas.

Também breve é a distância que separa esta afirmação de outra, segundo a qual, uma vez reconhecido no indivíduo o direito de ter justiça social e o de fazê-lo valer, deduz-se disto o direito de se recorrer à revolução, quando tal direito venha a ser desprezado. Verifica-se, então, que a transição da fase teórica à fase prática procede a par e passo com a aquisição por evolução das qualidades necessárias para a atuação daquele princípio.

Tudo isso sucede conforme os planos da vida, porque não se pode admitir que as afirmações do Evangelho tivessem de permanecer apenas como compensações teóricas, realizáveis apenas em longo prazo, num longínquo reino dos Céus. Impunham as leis da vida que – uma vez alcançadas as condições necessárias – aquelas afirmações do Evangelho teriam de se realizar. Se assim não fosse, restaria tão-somente o absurdo de admitir que elas não passassem de um falatório vazio, para enganar os ingênuos.

Com efeito, as leis da vida exigem não somente que a evolução se faça no sentido de melhorar, mas também que não se deixe de despender o esforço

necessário à sua realização. O homem deve lutar para subir. Eis então que os princípios do Evangelho hão de se harmonizar com tais leis e métodos, de modo que eles não podem deixar de se prolongar num verdadeiro trabalho de conquista. A vida não admite afirmações teóricas de direitos, a não ser como um antecedente ao qual há de suceder sua realização prática. A vida é positiva e construtiva, nunca se desenrolando em vão. Eis que, assim como o Evangelho permanece no seu posto e no seu tempo, as reivindicações operadas pelo homem moderno no campo da justiça social ficam no seu posto em nossos dias. Então o Evangelho há de ser entendido como verdadeiro também hoje, nesta sua fase de desenvolvimento, em que o mesmo problema por ele abordado é de novo enfrentado na fase definitiva de sua realização. É assim que o pobre de hoje pode encontrar no Evangelho uma autorização para conquistar o seu bem estar, vendo assim uma legitimação do seu esforço para subir. No fundo, o pobre afirma o seu direito à vida, que hoje ele, por ter alcançado sua atual capacidade de conquista e seu valor combativo, pode fazer valer, sendo esta a condição exigida pelas leis do seu nível biológico, para lhe concederem um direito. Neste nível, a justiça tem de ser conquistada, porque, sendo ela um princípio do S, deve, para se realizar, vencer as resistências do AS, cumprindo ao homem fazer o esforço necessário para conquistar esta vitória. Cada ideal, para se impor na Terra, deve fazer as contas com as leis do AS. Esta é a lei da vida.

No passado, o homem era tão seguro de si, que, no seu orgulho, julgava-se a única criatura de Deus, acreditando-se objetivo da Criação e rei do universo. Considerava-se de tal modo importante, que imaginou ser possível o único filho de Deus assumir a sua forma corpórea, para se deixar matar por ele. E isto para que o homem pudesse, através do sacrifício Dele, redimir-se gratuitamente das suas próprias culpas e, desse modo, obter sua salvação à custa de outrem. Assim ele julgava que tudo – não só plantas e animais, mas até mesmo as estrelas – tivesse sido criado somente em função dele, aqueles para alimentá-lo e estas para lhe alegrarem a vista. Se as galinhas tivessem sido mais fortes, a ponto de subjugar o homem, elas também teriam acreditado que Deus tivesse criado o homem para lhes servir de alimento!

Hoje esta velha forma mental está desmoronando, para dar lugar a outros descortinos. Cada período histórico representa uma fase de desenvolvimento, podendo ser imaginado como um trecho no qual prepondera o número de exemplares de um determinado tipo biológico. Nos tempos de Roma e das invasões bárbaras prevaleceu o tipo guerreiro, primeiramente para construir o império e, depois, para invadi-lo. Na Idade Média, temos a era dos santos, seguida pelo Renascimento, com seus literatos e pintores. No Século XIX manifestaram-se os músicos. Hoje, em pleno Século XX, a vida atravessa a era

da ciência, que, estabelecendo o predomínio da positividade e da organicidade, ergue uma forma mental prática e construtiva em todos os campos, abrangendo desde expedições espaciais até a organização do trabalho, a produção, o comércio, a economia das nações, os direitos e deveres na justiça social etc. Quem sabe quão mais avançado tipo a vida levará ao predomínio nos séculos futuros!

Concluindo, o verdadeiro Evangelho, o mais completo, é aquele representado não só pela forma assumida por ele nos tempos de Cristo, mas sim por todas as formas que o mesmo vem assumindo no decorrer dos anos, oferecidas a nós pela vida ao longo de seu incessante caminhar. Esta tem seus fins e, para alcançá-los, adota princípios e métodos diversos, vestindo-se de várias formas, para se adaptar aos tempos e às condições do ambiente. O seu objetivo é realizar a justiça social, pois isto significa estabelecer o princípio de justiça da Lei, que representa o S, em direção ao qual avança a evolução. Cristo expressou esta tendência na forma ideal e pacífica das compensações ultraterrenas, enquanto as outras revoluções, inclusive a comunista, expressaram a mesma tendência na forma tangível e violenta de compensações terrenas. Trata-se, contudo, do mesmo princípio de justiça social, que se vai realizando sempre mais, como quer a vida, descendo do Céu à Terra, passando assim da teoria à prática.

Tal fenômeno não é contradição, mas sim transformação, pois entre as formas sucessivas permanece um fio condutor constante, sendo este a sua alma, o seu cerne, que, neste caso, é a vida assumindo formas diversificadas em cada fase do seu desenvolvimento, para avançar em direção a uma meta estabelecida. Por via de regra, olha-se para a forma, e não para a substância do fenômeno. Mas este permanece o mesmo. É sempre a justiça social que avança. Trata-se da progressiva realização do mesmo princípio. O mesmo fato sucede também com a pessoa humana. Nela existe o eu individual, que é a alma do fenômeno e funciona como fio condutor constante, permanecendo sempre o mesmo, embora sua forma mude de criança a adulto e a velho. Também neste caso há um único fenômeno, representado pelo caminho que a vida percorre, pois o menino, o adulto e o velho são as três fases da mesma verdade em evolução.

Estamos no mundo do relativo, e nada ou ninguém pode subtrair-se ao transformismo. Então da verdade total não vemos senão momentos sucessivos, sendo ela dada pela soma de todas as verdades relativas. Cada uma delas vai-se transformando na seguinte, permanecendo verdadeira em relação ao seu tempo e ambiente, mas não o sendo em outro tempo e ambiente. Desse modo, quando, ao longo do caminho da evolução, uma verdade fica superada, a vida a rejeita, porque não lhe serve mais.

XIV. A ECONOMIA DO EVANGELHO

O Evangelho e a Lei. A aparente inaplicabilidade da doutrina de Cristo à realidade da vida. O Evangelho-suicídio. A importância de compreender.

Depois de ter procurado delinear e compreender a figura do Cristo na primeira parte deste volume, persistiremos ainda, em continuação aos cinco capítulos anteriores, no estudo de Sua doutrina, conforme exposta no Evangelho. Já abordamos o problema econômico e a questão da justiça social. Tomemos agora em exame o problema tão controvertido da não resistência, que é também fundamental no Evangelho, além de ser bem atual em nossos dias.

Como o leitor pode ver, não entramos nos detalhes do Evangelho, mas apenas colocamos em evidência alguns de seus pontos mais salientes e vitais, que mais de perto atingem o homem de hoje. Não é nosso fim oferecer a tradicional explicação do Evangelho, na qual se repetem lugares comuns, mas sim discutir e compreender melhor alguns princípios excepcionais nele propostos, estudando sua aplicação em nosso mundo moderno, mesmo que eles possam parecer absurdos e irrealizáveis.

Para chegar a isto, reputamos oportuno sobrevoar numa visão de conjunto as particularidades daquela revelação, a fim de colher da mesma os princípios gerais. Procuramos assim ir além de uma mera interpretação literal, para alcançar uma visão de conjunto segundo o espírito. Assumimos como ponto de referência, então, não a lenda ou as tradicionais superestruturas de índole mítica, que em nada ajudam o verdadeiro conhecimento da verdade, mas sim a lei de Deus, que é ao mesmo tempo uma realidade biológica, um fato positivo e um fenômeno constante, sendo por isso experimentalmente controlável.

Somente assim certas contradições entre o Evangelho e a vida poderão ser superadas, permitindo que o aparente absurdo de certos trechos dessa revelação se torne compreensível conforme a lógica, em harmonia com a realidade da vida. A Lei oferece a vantagem – apesar da mudança das formas – de permanecer sempre presente e atual em qualquer tempo, de modo que um Evangelho compreendido em função dela pode permanecer perfeitamente verdadeiro e realizável até neste nosso ambiente social, tão diferente em relação àquele do tempo de Cristo. Só assim a Sua doutrina pode permanecer viva e atual também em nossos dias.

Não se poderá objetar que, reportando-nos à Lei, estejamos nos afastando do Evangelho, porque também Cristo se referia substancialmente à Lei, todas as

vezes que se dirigia ao Pai Celeste. Esta é justamente a razão pela qual Ele jamais poderá ser entendido senão em função daquela lei, que é o Pai. É assim que, falando do Cristo, só podemos continuar a falar da Lei, porque esta abraça tudo e, portanto, não poderia deixar de abranger também Cristo, cuja razão de ser jamais poderia deixar de pertencer e de ser regida pela técnica funcional da grande lei cósmica. E disso Cristo nos dá plena confirmação, ao se colocar em posição de total obediência perante o Pai. É com a Lei, portanto, que Cristo vive em constante relação, sendo ela Seu fundamental ponto de referência. Quando expõe a sua doutrina, mostra-nos com isso que primeiramente Ele próprio compreendeu a Lei, para depois ensiná-la aos outros, sendo que ao mesmo tempo a viveu, aplicando-a em si mesmo, dando assim a todos a possibilidade de imitar Seu exemplo. É assim que não se pode falar de Cristo sem falar também da Lei, porque é ela que nos dá a chave para compreendê-Lo.

Com efeito, não existe nenhum fenômeno cujo exame não nos obrigue a procurar nele a sua respectiva lei, revelando-nos assim, em cada momento, os princípios da Lei, porque ela é a própria atmosfera na qual se insere o funcionamento da vida. Não há dúvida que o homem, ao cometer seus erros, procura desviar ou sustar a ação da Lei, mas é evidente também que, embora ele julgue isso possível, não consegue nem pode consegui-lo. Mesmo quando começa a penetrar na Lei, com os olhos abertos, buscando captar a sua estrutura, ele envereda por um caminho de pesquisa que jamais acaba. Quem usa a velha forma mental para tratar de temas já estabelecidos, pode acabar iludindo-se com tudo que foi dito, acreditando nada mais haver a acrescentar. Tão logo se começa a investigar no campo da Lei, revela-se a cada passo um novo horizonte. Apesar de sempre acreditarmos ter visto tudo, verificamos depois que há muita coisa ainda para ser dita, pois todo e qualquer assunto prende-se à Lei, não havendo um único fenômeno que não tenha contidos nela os princípios diretivos de seu desenvolvimento e que não nos proporcione dela sempre novos aspectos.

Assim também o Evangelho nos reporta à Lei, não podendo ser compreendido senão em função dela. Todos os fatos nele se correlacionam entre si e, reconduzidos assim à unidade pela Lei, apresentam-se cada um como uma ramificação do mesmo tronco unitário. Consequentemente, não se pode tratar nenhum deles sem trazer em causa os assuntos afins, pois todos eles, justamente por tal afinidade, se entrosam reciprocamente, sendo necessário explicar cada um, até mesmo alguns que podem parecer não relacionados com o Evangelho. Isto é exatamente o que devemos fazer, se quisermos ser completos, exaustivos e convincentes.



Voltando então ao Evangelho, continuemos a escolher os seus pontos mais

significativos e controvertidos, para procurar compreendê-los com a forma mental moderna e, assim, tornar possível em nosso mundo a sua aplicação, que hoje, por falta de compreensão do assunto, tornou-se difícil e decepcionante. Encontramos no Evangelho, associados por afinidades, dois gravíssimos problemas: o da não-resistência e o da não-previdência, ambos relacionados à busca dos meios necessários à vida. Eis como o Evangelho se expressa: “A quem te bater numa face oferece a outra e a quem te levar a capa dá-lhe também a túnica. Dá a cada um o que te pedir e não contestes o que te pertence de quem te o rouba”.

Depois de tais afirmações, o Evangelho explica como resolver as consequências de tal conduta: “Não vos preocupeis dizendo: 'O que comeremos, o que beberemos e o que vestiremos?' (...). Vosso Pai celeste sabe que tendes necessidade de todas estas coisas. Vós, portanto, procurai sobretudo o reino de Deus e a Sua justiça, e todo o resto vos será dado por acréscimo. Não vos preocupeis, portanto, pelo amanhã (...). Não acumulai tesouros na Terra, mas acumulai, pelo contrário, tesouros no Céu (...). Quem quiser salvar sua vida a perderá e quem, por minha causa e do Evangelho, perder sua vida a salvará”.

No Evangelho, estes conceitos não estão apenas expressos nessas frases isoladas, mas correspondem ao espírito de toda a doutrina de Cristo, constituindo matéria sobre a qual ele retorna com insistência e clareza. Não há dúvida, portanto, que este é o seu pensamento, ficando excluída assim qualquer hipótese em contrário. Eliminada toda possibilidade de evasão, devemos então aceitar tal pensamento como ele é.

Ora não existe homem algum que, mesmo com pouco conhecimento da realidade da vida, não veja imediatamente a inaplicabilidade de tais princípios em nosso mundo. É um fato positivo e de cotidiana experiência que a vida na Terra se baseia na lei biológica da luta, estando sujeita à bem diversa moral do mais forte, segundo a qual o maior valor cabe ao vencedor. Então ficamos estupefatos perante uma tão decidida proposta de absoluto emborcamento dos métodos seguidos pela vida no seu normal funcionamento. É ponto pacífico que os métodos aconselhados pelo Evangelho se revelam desastrosos para quem os adota na prática. Mas como seria possível tal condição decorrer de uma total ignorância daquilo que de fato é nosso ambiente terrestre, se eles são propostos por uma fonte tão prestigiosa? Que economia, então, é esta do Evangelho? Como pode Cristo propor um tipo de conduta situado nos antípodas da realidade de nossa vida e das leis que a regulam, se tais leis também são estabelecidas por Deus? Como pode Cristo ter cometido o erro de nos levar à falência, aconselhando-nos métodos que, por se encontrarem em plena contradição com aquilo que caracteriza o mundo no qual vivemos, são completamente

inaplicáveis? Sem sombra de dúvida, sob esse aspecto, o Evangelho se nos apresenta como um absurdo, pois, deste modo, a posição para a qual nos induz Cristo, em seu anseio de nos fazer ascender do AS para o S, não difere de uma febre de superação que leva à morte. Mas, se tal tipo de ideal, em vez de servir para a evolução, revela-se destrutivo e antivital, então teríamos o dever de repeli-lo.

Vejamos como funciona a vida, observando quais são as suas leis e os seus métodos. Segundo ela, o assalto e a guerra constituem um meio normal para medir, através da vitória, o valor tanto dos indivíduos como dos povos. A economia do mundo se baseia no cálculo egoísta do “do ut des”. Biologicamente, o organismo fraco, que não sabe lutar contra o assalto de um micróbio e vencê-lo, é considerado doente, tendendo a ser eliminado pela natureza. Contudo, no campo social, estas tão perniciosas abdições perante o inimigo são exaltadas como virtude pelo Evangelho! Será, então, que ele é contra a vida? Em suma, se o impulso da defesa na luta é sã e vital, constituindo uma posição biologicamente justa, então a condição contrária deveria ser fraqueza e doença, sendo considerada uma posição biologicamente deteriorada. De fato, a vida trata como vencido quem não sabe resistir na luta, pois, sendo ele um vencido, é condenado a sofrer disso as dolorosas consequências, para que aprenda a resistir, lutar e vencer. Isto é o que a vida deseja e nos ensina a fazer no nível biológico em que vivemos. Parece, portanto, loucura pretender que o homem possa viver conforme as leis de um plano evolutivo mais alto, superior ao nível condizente hoje com o caminho percorrido por ele.

A contradição entre os dois sistemas de vida parece evidente e insanável. A distância entre a doutrina ideal de Cristo e a realidade da vida parece demasiadamente grande para que os dois sistemas possam avizinhar-se e conciliar-se. Ora, de que maneira se tentou de fato enfrentar este grave problema? Tal dificuldade foi, na prática, apenas rodeada através de uma escapatória! Tendo-se deparado com a inaplicabilidade do Evangelho, devido à sua oposta estrutura em relação às normais leis biológicas, os seguidores do Evangelho o aceitaram e o pregaram como teoria ideal, mas sem aplicá-lo na prática dos fatos. Este é, portanto, o método vigente, o qual consiste na hipocrisia. Cumpre, porém, reconhecer nesse método o mérito de ter, apesar de tudo, permitido ao Evangelho sobreviver na Terra, o que seguramente não teria sido possível, se o mesmo tivesse sido levado a sério. Se a vida permitiu tal solução, é porque isso era útil, não havendo outra opção possível, dados os elementos em jogo.

Porém, com tal solução, a contradição permanece, sendo ainda agravada

pela incompreensão e pela mentira. Tal solução não é honesta. Quem quiser ser honesto não resolve o problema por meio de escapatórias, mas o enfrenta sinceramente. Então, ou o Evangelho é verdadeiro e aplicável ou é falso e inaplicável. Logicamente, uma coisa não é lícita, se partirmos da convicção de que ela não é verdadeira. Quem é honesto jamais usa o método de pregar o Evangelho como verdadeiro, para depois não o aplicar.

Insistimos, então, em perguntar se é porventura possível que o Evangelho não seja verdadeiro? Diante de tal dúvida, a primeira coisa a fazer é procurar compreender. Não dependerão, talvez, as aludidas contradições e inconciliabilidades do fato de que o Evangelho pareça utopia somente aos nossos olhos míopes, embora contenha grandes verdades? Ora, será que tais princípios do Evangelho nos parecem absurdos unicamente porque são vistos relativamente ao nosso mundo, nível evolutivo e forma mental? Mesmo sendo inegável que um Evangelho vivido com plenitude no ambiente terrestre aparece como um suicídio a um homem comum, será que isso corresponde à verdade? Não haverá no problema outros elementos, que nos escapam e que o transformam? A razão pela qual somos levados a pensar nestas possibilidades são as resolutas afirmações de Cristo, que certamente devia saber muito mais de quanto nós conseguimos compreender.



Daí a necessidade de compreendermos o significado das palavras de Cristo, cuja finalidade era realizar a Sua doutrina em nosso mundo, o qual se encontra muito distante dela. É preciso compreender, então, por que Ele falava daquele modo, pondo-se em aparente contradição com as nossas leis biológicas. A condição que pode fazer o Evangelho ser visto em flagrante contradição com a realidade da vida e parecer assim um absurdo inatingível, é dada pelas catastróficas consequências às quais, na prática, ele pode conduzir, quando aplicado sem o necessário entendimento. É este fato, então, que induz ao método da hipocrisia, ao qual são levados a recorrer também aqueles que, havendo tentado viver o Evangelho, ficaram depois espantados com as consequências práticas de tal experiência. E é assim que eles são reconduzidos à posição híbrida da mentira, exatamente quando mais precisariam afastar-se dela.

Ora, encarado de um ponto de vista mais profundo, o Evangelho representa uma técnica econômica sutil, a qual é necessário compreender e saber manejar, se quisermos evitar que sua errônea utilização nos leve a resultados negativos, caso este no qual a culpa não pode ser atribuída ao Evangelho, mas somente à nossa própria ignorância. Como triste consequência disso, podemos acabar jogando fora, por falta de compreensão, algo imensamente precioso e necessário à vida, como é a doutrina do Evangelho.

É necessário, portanto, compreender que o Evangelho é uma expressão da Lei, contendo verdades válidas para todos os tempos e lugares. Eis então que ele, se compreendido na sua essência, pode conservar sua atualidade e ser vivido também hoje, em vez de ser considerado – como se costuma fazer – uma bela fábula de outros tempos. Ora, com a mesma finalidade em função da qual teve origem o Evangelho, nosso principal objetivo é fazê-lo reviver hoje, porquanto parece estar para morrer. Somente um Evangelho compreendido em relação às leis da vida, como as vemos funcionar ao nosso redor, pode ser aceito pelo nosso mundo de hoje. E é justamente este o objetivo que nos propomos a alcançar.

O Evangelho expressa outro tipo de economia, a qual, por ser diferente daquela humana usual, é regulada por outras leis, sendo adaptada a outra posição biológica, com outra moral e outros modos de comportamento. Mas, se este outro tipo de economia existe, em que consiste ele e por qual lei é regulado? Procuremos então estudar o fenômeno, a fim de compreendê-lo.

Qual poderá ser o significado de se fazer uma tão categórica proclamação de algo considerado pura utopia na Terra, afirmando ser possível alcançar os meios para sustentar a própria vida gratuitamente, por acréscimo, desde que se procure primeiramente o reino de Deus e a sua justiça? Ora, conforme tudo parece indicar, a aplicação de tal método na Terra levaria à falência! Mas será que, encarando o problema dentro de uma visão mais abrangente, a solução não se torna também diferente?

Com efeito, não podemos pretender que as principais leis biológicas do planeta, conhecidas por nós, esgotem todas as possíveis realizações da vida ao longo do seu caminho evolutivo. Sendo assim, é necessário admitir a possibilidade de haver outros ambientes, com suas próprias leis e seus respectivos tipos de economia de vida. Portanto o ponto de referência para a avaliação do Evangelho pode ser um plano evolutivo mais avançado, o qual se costuma chamar de Céu, sendo que os dois tipos de economia biológica por nós aludidos são próprios de dois diferentes planos evolutivos, ambos verdadeiros, mas somente em relação ao seu próprio ambiente. Eis então que o absurdo e a contradição mencionados anteriormente ficam resolvidos, encontrando explicação e, assim, desaparecendo como tais. O plano evolutivo humano nos apresenta a economia de tipo AS, que é adequada a este ambiente, enquanto a economia do Evangelho pertence, pelo contrário, ao plano evolutivo super-humano, de tipo S. É por isso que elas são tão diferentes, possuindo caráter antinômico, uma em oposição à outra. Assim, se o Evangelho nos aparece na Terra como uma absurda utopia, surgindo como uma espécie de emborcamento da economia do mundo, isto é porque ele representa a economia do Céu.

Trata-se então de compreender em que consiste, por que existe e como

funciona uma economia que se baseia sobre valores espirituais e eternos, em vez de naqueles materiais e terrenos. Isto nos constrange a abordar separadamente as duas questões em foco: a não-resistência e a aparente não-previdência, o que será feito nos próximos dois capítulos, um para cada questão, começando por esta última.

XV. VALORES TERRENOS

A questão da não-previdência. Objeções e esclarecimentos. O novo tipo de técnica protetora e os dois distintos métodos de vida: o do involuído e o do evoluído, com seus respectivos tipos de economia e seus análogos sistemas bancários de administração.

No trecho do Evangelho referido no capítulo precedente, Cristo – revolucionando as usuais normas da previdência, cuja finalidade é evitar que falte o necessário no amanhã – exorta a se deixar isso nas mãos de Deus. Esta aparente imprevidência evangélica é constatada em quatro afirmações contidas no trecho citado. A primeira diz para se dar até a túnica a quem pede o casaco. A segunda diz não só para dar a quem pede, mas também para nada reclamar dos próprios pertences, se alguém se apoderar dos mesmos. Isto significa ficar despojado de tudo. A terceira diz para não acumular tesouros sobre a Terra. A quarta conclui dizendo que, se quisermos salvar a nossa vida, nós a perderemos. Isto significa que não devemos preservá-la. O resultado final, então, é perder tudo, ficando sem meios e sem vida.

A intenção é clara. Cristo diz para não nos preocuparmos, o que é um convite a não exagerarmos na previdência. De fato, se não há motivo para recear pelo amanhã, não há razão para qualquer excesso. Mas, na Terra, isto se chama de imprevidência, constituindo um defeito próprio dos inconscientes, os quais, por essa razão, a vida castiga, fazendo-lhes faltar o necessário. O homem comum, a despeito da palavra de Cristo, bem sabe, por dura experiência, que o amanhã chega e que, se não tiver sido providente, pagará caro por isso. Daí o contraste entre Evangelho e realidade, bem como a natural desconfiança que tais conselhos provocam. É inconcebível na Terra uma classe de imprevidentes que, sem se preocuparem com nada, sejam gratuitamente providos de tudo.

No entanto Cristo, prevendo as objeções que as suas audazes palavras poderiam provocar – porque Ele próprio reconhece a presença das necessidades materiais do homem – oferece uma solução que, na prática, parece ainda mais estranha do que a contida em tais afirmações. Com efeito, para fugir às desastrosas consequências do aludido desprendimento, Cristo nos oferece um remédio mediante o seguinte raciocínio: “Olhai” – nos diz – “que não estais sós, pois há um Pai que provê a tudo”. Então o problema das necessidades materiais não se resolve lutando para prover as próprias necessidades, mas sim vivendo como quer o Pai, segundo a justiça, pois não há, em Seu reino, outra opção.

A afirmação é grandiosa, assumindo dimensões cósmicas, tanto que ficamos arrebatados, quando conseguimos entendê-la como uma realidade. Mas, em geral, não se chega a tanto, imersos como estamos na miséria das competições cotidianas. Como conseguir excogitar uma solução a partir de relações desta magnitude? Assim, em vez de nos entregarmos a tão árdua tarefa, logo procuramos uma escapatória. Além disso, como ficamos, se o Pai não prover? Trata-se de uma fonte de abastecimento que, em relação à nossa posição, é demasiadamente transcendente para podermos de fato confiar nela sem reservas. Ainda que, perante a mesma, pudéssemos pretender direitos, como poderíamos fazê-los valer? O certo é que nossas necessidades são imperiosas e inexoráveis. Assim sendo, essa ideia de se recorrer ao Pai é certamente um caminho bem peregrino para se palmilhar. Além do mais, não soará talvez ofensivo ao nosso natural sentido de justiça toda essa gratuidade, com a obtenção de coisas dadas por acréscimo? Perante a diuturna constatação do fato de pouco ou nada conseguirmos gratuitamente, não seria natural concluir que tais afirmações são inverossímeis e, portanto, inaceitáveis?

Mas, em vez de nos perdermos no beco sem saída de tais objeções, insistindo na busca estéril de aparentes contradições, procuremos compreender. Antes de tudo, para conceder a Sua ajuda, o Pai estabelece uma condição de extremo valor moral: “Procurar o reino de Deus e a sua justiça”. Ora, para quem compreendeu como são verdadeiramente as coisas, o Pai não é uma construção imaginária, fora da realidade! Ele é a própria Lei, que vive e vigora sempre em tudo, atuando também em nós e entre nós, razão pela qual se pode experimentalmente controlar a sua presença e os seus efeitos em todos os lugares e momentos. Então receber do Pai a ajuda por acréscimo não significa obter uma dádiva arbitrária ou gratuita, mas sim ter merecido aquela ajuda com a observância da Lei, operando disciplinadamente dentro da sua ordem. Eis então que aquelas palavras do Evangelho adquirem um significado concreto e bem compreensível, correspondendo à justiça.

Há desse modo um fato novo! Os princípios da Lei se manifestam revestidos de forças em movimento, cujos equilíbrios e deslocamentos são exatamente definidos e calculados, sendo dirigidos por uma organicidade inviolável. Tudo isto é necessário, pois o universo, se não fosse dirigido por uma lei de ordem, desabaria no caos. Eis então que é fatal recolhermos os efeitos das causas acionadas por nós. Uma vez que isso é garantido, podemos ter a certeza de que receberemos tudo quanto merecemos. Esta segurança se constitui no direito de obter a recompensa merecida, recebendo a ajuda do Pai, por ter vivido conforme a justiça, aplicando a Sua lei. Tudo isto é inexorável, inelutável, seguro e justo, trazendo resultados positivos segundo um cálculo perfeito, sem qualquer

possibilidade de arbítrio.

Agora compreendemos que procurar o reino de Deus e a Sua justiça significa, em substância, viver com retidão. Nesta condição, portanto, está inserido também o homem honesto, que cumpre espontaneamente o seu dever de trabalhar. Ora, para quem cumpre este dever, ainda que não se preocupe com o amanhã, é bem difícil que venha a faltar o necessário. Assim, tão logo compreendamos o mecanismo da Lei e nos coloquemos a funcionar segundo a sua ordem, até o problema das necessidades materiais, que tanto nos fatiga, tende a ser implícita e automaticamente resolvido.

Eis então que o evangélico “Não vos preocupeis com o amanhã” assume prontamente um significado bem diferente. Assim aquela frase deixa de significar imprevidência e passa a exprimir, pelo contrário, um diverso tipo de previdência, conduzida com outra técnica e realizada em função de outras perspectivas. Torna-se claro então que o Evangelho, bem longe de defender a imprevidência, visa eliminar a ânsia que frequentemente acompanha o exercício da previdência humana. Cristo nos diz que, para sermos previdentes, não é necessário estarmos angustiados, pois a ansiedade que usualmente introduzimos em nosso trabalho é uma força negativa, cuja atuação, funcionando como uma nuvem negra, obscurece a compreensão e estorva as diretrizes, diminuindo a produtividade.

Na verdade, a intenção do Evangelho é nos libertar de uma demasiada preocupação, e não nos aconselhar imprevidência. Fomos nós que adquirimos o triste hábito de associar previdência a preocupação, induzidos a ligar estes dois fatos pelas duras condições da vida. Quem compreendeu a técnica funcional deste fenômeno sabe que a promessa do Evangelho, por mais estranha que possa parecer, será mantida.



Esta colocação resumida do problema já nos faz pensar que estamos perante um novo tipo de técnica protetora, que a vida utiliza em sua defesa, quando, alcançando um mais avançado grau de civilização ao longo da escala da evolução, as diferentes condições do ambiente o permitem. Propomo-nos agora aprofundar o conhecimento desta técnica, para observar sua estrutura e funcionamento, apoiando-nos para isso naquela técnica mais bem conhecida de nós, utilizada pela vida para nos proteger em nosso nível evolutivo humano.

Trata-se de dois métodos de vida, com dois diferentes graus de progresso e aperfeiçoamento, que representam duas formas diversas de resolver o problema da sobrevivência. O primeiro tem como características a luta, a desordem, a incerteza e o esforço, que tanto mais se acentuam, quanto mais se desce involutivamente. O segundo tem como características a tranquilidade, a ordem, a

segurança e a facilidade, que tanto mais se acentuam, quanto mais se sobe evolutivamente. Este exame nos fará compreender a lógica da utopia evangélica, mostrando-nos não apenas o profundo significado de tão estranhas afirmações, mas também a possibilidade da sua aplicação prática aqui na Terra. Poderemos assim transferir o Evangelho da evanescente esfera da poesia e da fé para o terreno sólido da realidade vivida. Será possível conhecer então – em relação ao mundo em que vivemos – o que de fato é o reino de Deus, ao qual constantemente se refere o Evangelho.

Neste ponto, alguém poderia argumentar que se deve precisamente a esta diferença de nível evolutivo o fato de não ser este novo método aplicável na Terra, onde a vida só pode manifestar-se na forma proporcionada ao grau de evolução alcançado. Ora, este mesmo fato também significa que cada indivíduo só pode estar sujeito à lei do seu plano de evolução e a nenhuma outra, enquanto a condição de pertencer a um determinado tipo de lei, segundo a qual funciona a vida de cada indivíduo, constitui um fato estritamente pessoal, correspondente ao grau de desenvolvimento alcançado por ele e independente daquele alcançado pelos outros.

Assim não se pode impedir que da massa de involuídos vejamos emergir casos isolados de seres evoluídos, lançados pela vida como antecipação em direção ao futuro, precisamente com o objetivo de tentar realizar uma superação. Eis então que tais evoluídos devem estar sujeitos à lei do seu próprio plano, e não àquela das massas involuídas. Esta é a razão do contraste que havíamos explicado acima, entre a lei humana das pessoas na Terra e aquela sobre-humana, apontada por Cristo. Trata-se de indivíduos que, pelo fato de pertencerem a diferentes planos de evolução, são dirigidos por leis diversas e por isso contrastantes.

A ideia de Céu, ou reino de Deus, traduzida em termos positivos e racionais, significa uma determinada altura alcançada ao longo da escala ascensional da evolução em direção ao S. Eis então que podemos ter indivíduos cuja lei natural, por suas qualidades e nível biológico, coincide com aquela do Evangelho, sendo constituída assim pela técnica de defesa e pela singular economia deste, baseada no dar, ao invés de no tirar. Trata-se daquela economia de acumular tesouros no Céu, e não na Terra; de perder a própria vida, para salvá-la; daquela economia na qual o ser, em vez de se preocupar com o amanhã, procura apenas o reino de Deus e a sua justiça, na certeza de que todo o necessário lhe será dado depois, por acréscimo, pelo Pai Celeste.

Eis então que, também na Terra, para indivíduos que tenham alcançado o nível do Evangelho, este funciona como lei de vida, podendo ser posto em ação como método normal de defesa, em contraposição à lei da luta para os

involuídos, que se encontram numa fase inferior de progresso. E tem de ser assim na ordem universal, porque cada indivíduo se encontra ligado à lei particular que corresponde à sua natureza. O involuído – pelo menos enquanto não evoluir – não pode aplicar a lei do Evangelho, porque esta, em suas mãos, não funcionaria. Para que isso pudesse acontecer, seria preciso que o mesmo possuísse uma estrutura adequada, da qual, porém, ele não dispõe, sendo-lhe necessário, portanto, construí-la, evoluindo. Trata-se de uma conquista lenta e fatigante, como se requer na ordem universal, cujo funcionamento não se faz por saltos, mas sim por graus, mediante lenta maturação. E é isto que vemos de fato acontecer. Assim é compreensível que, encontrando-se numa fase de apenas relativo avanço espiritual, o cristão, ao ser colocado perante a escolha entre o Evangelho-sacrifício (crucificação) e o Evangelho-hipocrisia, tenha escolhido o segundo. É, contudo, inegável que esta forma hipócrita de aceitar o cristianismo não deixou de ser útil, pelo fato de ter permitido que esta doutrina pudesse se implantar paulatinamente e sem grandes alardes no coração dos homens. De outro modo, o materialismo e a selvageria imperantes neste mundo materialista a teriam extirpado de uma vez, como doutrina não só incômoda, mas também nociva para uma sociedade assim atrasada. Foi esta forma de hipocrisia mais ou menos disfarçada que tornou possível para a sublime doutrina do amor – a qual continua ainda hoje sendo considerada como utopia pela maioria da humanidade – chegar até aqui e poder continuar até um amanhã não longínquo, a fim de se converter em realidade viva e operante, servindo como regra de ação para toda a humanidade.

Certa vez, por estar eu defendendo o Evangelho, fui exprobrado da seguinte maneira: “Cuidado, pois o Evangelho mata... e de que morte!”. Ao que respondi: “Não é o Evangelho que mata, e sim os homens, que, pertencendo a outro nível de evolução, procuram suprimir quem deseja aplicar a doutrina do Cristo”. Com certeza, um cristianismo feito de verdadeiros cristãos, que agissem como Cristo, praticando o Evangelho com plenitude, seria composto apenas de mártires mortos na cruz. Eis porque o cristianismo, caso pretenda existir sobre a Terra, não pode ser integrado de verdadeiros cristãos, mas somente de aparentes cristãos ou, na melhor das hipóteses, de aprendizes de cristãos, que procuram exercitar-se na sempre renovada tentativa de aplicá-lo até os limites de suas possibilidades.

Sendo esta a estrutura do fenômeno, mais não se pode obter sobre a Terra. Este é o reino do AS, portanto é natural que ele expulse de seu ambiente quem deseja pertencer, pelo contrário, ao S. O verdadeiro cristianismo é para ser praticado como Cristo o fez, a fim de fugir do mundo inimigo, superado para Ele. Para quem está maduro, não há nada melhor, porque tal afastamento é o

triunfo da vida que ressurge no S. Ora, para os imaturos, isso significa somente morte, pois eles se encontram em um nível no qual tais superamentos para uma vida mais alta são ignorados. Por esta razão, para o homem de tipo corrente sobre a Terra, Cristo não é aceitável como realização imediata – pois esta aniquila o imaturo – mas somente como uma excelsa e longínqua meta, em direção à qual o homem se dirige e a qual é vista por ele apenas como um farol a iluminar o seu caminho.

Este mesmo homem imaturo, enquanto aguarda, permanece na Terra, o seu justo lugar, proporcionado a ele, onde pode cumprir o seu trabalho de amadurecimento e percorrer o seu caminho, contentando-se com paulatinas aproximações da realização do ideal de Cristo. É próprio da Lei que cada ser ocupe o posto que lhe compete, conforme o seu valor.

Por esta mesma razão, encontramos neste nosso mundo, de um lado, uma elite de evoluídos, santos, heróis, gênios e super-homens, que, por serem maduros, viveram o Evangelho e, do outro lado, os imaturos, que admiram e veneram os primeiros, encarando-os como modelos que eles, tanto quanto possível, procuram imitar, mesmo se, não o conseguindo, esta sua tentativa se reduza apenas a uma aparência quase na forma de mentira.

Aludindo aqui a leis proporcionadas à posição evolutiva do indivíduo, queremos falar de aspectos particulares e parciais da lei de Deus, relativos ao caso tomado em exame. Dentro da grande lei, o Evangelho representa uma fase de evolução mais avançada em relação àquela representada pela particular lei biológica do atual nível humano. Quando a humanidade alcançar este superior nível de evolução, os princípios do Evangelho, inteligentemente entendidos, constituirão a lei de todos, realizando-se assim o reino de Deus. Podemos agora compreender em que consiste este reino. Trata-se de uma civilização mais avançada em relação à nossa, na qual a humanidade se move disciplinada na ordem da Lei, organizando-se segundo princípios de retidão, conforme a justiça. Terá sido alcançado assim o resultado para o qual este método de vida não pode deixar de conduzir, sendo este justamente o resultado que se encontra implícito no sistema previsto pelo Evangelho, onde nada nos falta, pois tudo nos vem às mãos por acréscimo. Então, com a transformação do homem e do seu sistema de vida, o Evangelho não será mais uma utopia, para se tornar uma esplendorosa realidade.



Para melhor compreender os dois tipos de economia, procuremos distinguir os dois correspondentes métodos de vida e seus respectivos resultados. A razão pela qual a Lei responde em duas formas tão diversas à ação do indivíduo, está no fato de que este, conforme o seu grau de evolução, move-se

em direção a ela de modo diverso. Tal movimento é tanto mais indisciplinado e agressivo, quanto mais involuído em direção ao AS for o indivíduo, e tanto mais harmonioso e obediente, quanto mais evoluído ele for em direção ao S. Evidentemente, as respostas da Lei são proporcionais a este comportamento. No primeiro caso, o indivíduo vai contra a corrente da Lei, que, por isso, o bloqueia. No segundo caso, ele vai a favor daquela corrente, que, então, o impulsiona para frente, favorecendo-o. Eis então que o tratamento por nós recebido depende de nossa conduta. É assim que o caso limite de uma péssima conduta provoca como efeito a absoluta falta de tudo, enquanto o caso limite de uma ótima conduta produz como efeito a gratuita abundância.

Podemos compreender assim as estranhas afirmações do Evangelho, pois é possível ver a lógica que as fundamenta. Explica-se também não só porque em nosso mundo sucede o contrário do Evangelho, mas também a razão pela qual, devido a este fato, somos induzidos a crer que ele seja uma absurda utopia. Tal absurdo, porém, não está no Evangelho, e sim em nossos olhos, que, sendo filhos do AS, veem tudo pelo avesso. Na realidade, tudo corresponde a um princípio de justiça, segundo o qual funciona a Lei. Ela é um equilibrado mecanismo de ações e reações, proporcionado às posições evolutivas e portanto ao respectivo comportamento de cada indivíduo. O absurdo que o mundo vê naquelas afirmações do Evangelho está na possibilidade de se receber algo por acréscimo, gratuitamente, porquanto procurar o reino de Deus e a sua justiça no ambiente terrestre, dadas as leis aqui em vigor, não representa um meio apropriado para ganhar seja lá o que for. É certo que o Evangelho estabelece uma condição, determinando com isso que o indivíduo tenha de mover uma causa correspondente àquele efeito. Mas a forma mental humana é produto de uma vivência totalmente inadequada para construir tal conexão de ideias. O conceito que se estabeleceu na Terra é fruto de experiências de natureza oposta, sendo constituído de revolta contra a Lei, para violá-la, o que acarreta uma proporcional resposta da Lei, sob a forma de dolorosas lições corretivas.

Podemos agora nos dar conta da estrutura dos dois métodos de viver e de operar, compreendendo também as duas diversas lógicas que os regem. Estas, embora correspondam ao mesmo princípio de justiça, que é fundamental na Lei, são muito diferentes na forma de ação e reação, razão pela qual resultam irreconciliáveis. No entanto isto também é lógico, porque, num caso, trata-se da ação e reação de tipo AS, enquanto, no outro, trata-se da ação e reação de tipo S, sendo estes os dois universos dos quais já apontamos as opostas características. Eis que, quando colocamos cada coisa no seu devido lugar, tudo resulta racionalmente justificado.

A economia do involuído, sendo de baixo nível biológico, é uma economia

de assalto e de abuso, portanto de injustiça. Tal condição coloca, inevitavelmente, o indivíduo em déficit perante a justiça da Lei. Há sempre uma lesão de direitos de outrem a reparar. Esta é uma economia de pecado, que não pode conduzir senão à penitência, por débitos que não podem permanecer insolúveis. Trata-se de uma economia negativa, improdutiva e famélica, feita somente de destruição. A humanidade, presa nesta engrenagem, deve arrastar-se, carregando nas suas costas o imenso peso desta negatividade. Sua pretensão seria derrubar a Lei, mas, pelo contrário, derruba apenas a si mesma, de modo que, sedenta de felicidade, acaba encontrando-se carregada de sofrimentos. Esta é a economia de nosso mundo.

A economia do Evangelho é aquela do evoluído, própria de um alto nível biológico, podendo ser chamada de economia do justo. Ela é feita de ordem e retidão, de modo que o indivíduo, pelo fato de não contrair débitos para com a Lei, está livre da preocupação de ser obrigado a pagar. Existe assim um balanço honesto, no qual as contas do “deve e haver” redundam a favor do interessado. Vive-se então um sábio regime de paz, isento de preocupações, oposto ao regime do mundo, que está cheio de lutas, fadigas e preocupações. Trata-se de uma economia positiva, que constrói valores e, portanto, eleva em direção a Deus. Avancamos, assim, ajudados pela corrente da Lei, leves e rápidos, em posição reta, de modo a nos aproximarmos sempre mais da felicidade, como exige a nossa natureza. Esta é a economia do Evangelho.

Se o homem fosse mais inteligente, poderia calcular quão mais vantajoso é o método da justiça em relação ao da força, que é pouco seguro e de escassíssimo rendimento, pois, sendo carregado de atritos, consome meios e desperdiça energias. Com a evolução, porém, chegar-se-á a compreender também isto. Quão muito mais facilitada resultaria a vida, se o método do Evangelho substituísse aquele do mundo! É fácil imaginar a imensa produtividade que se poderia obter do esforço humano, se este, em vez de ser empregado para a guerra, fosse dirigido somente ao trabalho. Mas, para chegar a compreender isso, é necessária uma maturação evolutiva que exige milênios de fatigantes e dolorosas experiências. A ideia da existência de uma lei universal não é nova. A novidade está na ideia de no colocarmos a estudá-la, a fim de conhecer seu conteúdo e sua técnica funcional, aprendendo assim a manejá-la com habilidade e a calcular os efeitos das próprias ações. Trata-se de algo essencial, pois o homem ainda não consegue compreender que todos os males que se abatem sobre ele são causados por ele mesmo, devido ao seu errôneo comportamento no seio de uma ordem perfeita.

É preciso compreender que existimos dentro e como elementos constitutivos de um organismo universal, o qual funciona segundo normas

precisas. Daí a necessidade de nos comportarmos com disciplina, conforme esta ordem. Acontece, porém, que agimos às avessas, provocando desordens, das quais fica assim saturada a nossa vida. Ora, um estado de ordem é entendido como positivo, favorável a nós, transbordante de vida, de bem e de felicidade; enquanto um estado de desordem é entendido como negativo, inimigo, portador de morte, de mal e de dor.

Disto se vê quão erradamente fazemos os nossos cálculos, quando praticamos o mal. Fazê-lo é andar contra si próprio, é carregar-se de dores, é suicidar-se. Com o fato de continuarmos a crer que a egoística e exclusiva procura da própria vantagem, em prejuízo de outros, possa nos trazer alguma utilidade, damos prova de termos a forma mental emborcada, própria do AS. E isto é exatamente a prova de que nos encontramos emborcados no AS! O caso seria desesperador, constituindo-se numa cegueira sem salvação, se a evolução, à qual afortunadamente estamos ligados, não tivesse a função de reconstruir a ordem e portanto as qualidades positivas, favoráveis a nós. A fórmula da salvação é muito simples: “reingressar na ordem”. Eis a solução de todos os males.

O estudo do pensamento que dirige esta ordem pode nos levar à descoberta de leis biológicas novas, vigentes em planos de evolução mais elevados, as quais diferem daquelas já conhecidas por nós, em vigor nos planos mais baixos. Trata-se de leis que nos guiarão no futuro, tomando o lugar daquelas que nos guiaram no passado e nos guiam no presente. Podemos então prever sistemas de funcionamento da sociedade humana e, no âmbito desta, do comportamento individual completamente diversos dos atuais. É lógico que a uma ação nossa com métodos de tipo S a Lei venha a responder numa forma positiva e favorável, pela mesma razão que a uma ação nossa com métodos de tipo AS ela responde hoje numa forma negativa e desfavorável. Se isto acontece hoje, é porque a nossa ação é de tipo AS. Isto significa que sucederá o contrário, quando a nossa ação for de tipo S. Eis que a chave de nossa felicidade está em nossas mãos, porque ela é um problema de método de vida.

A diversidade de rendimento em vantagem do homem está no fato de que, no sistema do mundo, os esforços individuais, dirigindo-se em sentidos contrários, destroem-se reciprocamente, enquanto, no do Evangelho, eles se coordenam e se somam. E isto é lógico, pois, se por um lado, quanto mais o ser retrocede involutivamente, tanto mais mergulha no separatismo do AS e no respectivo estado caótico de desordem, por outro lado, quanto mais ele avança evolutivamente, tanto mais sobe em direção à unificação do S e ao seu respectivo estado orgânico de ordem. No primeiro caso, nada é garantido, porque se vive de esforço e sob ameaça, numa contínua incerteza do amanhã. No

segundo caso, tudo é garantido, previsto e preordenado, tratando-se de uma economia bem mais vasta e completa, na qual entram em jogo elementos imponderáveis, os quais escapam ao homem atual, devido à ignorância que o caracteriza e que é causa dos seus erros e dores.



Se esta outra economia perde-se no imponderável, porque seus valores são desta ordem, isto não quer dizer que estes não sejam reais e que para eles, assim como para os do mundo, não exista uma conta corrente para administrá-los. A economia humana conhece apenas o valor do dinheiro e de alguns outros bens que se podem adquirir com ele. No entanto existe também esta outra economia, que conhece uma gama de valores muito mais extensa, possuindo por isso, a fim de administrá-la, um sistema bancário mais complexo, no qual são aceitos investimentos, depósitos, cobranças, débitos e créditos de outro tipo, mais variados e múltiplos, segundo uma contabilidade exata. Tais bancos administram também outros valores, como saúde, afetos, alegrias e dores, regulando também os impulsos no percurso das forças positivas ou negativas, pelas quais nosso destino é determinando.

A presença destes diferentes sistemas bancários pode conduzir a estranhas posições e compensações, pelas quais é possível alcançar a riqueza num gênero de valores, permanecendo-se pobre em outro. Portanto podemos ser economicamente pobres, mas ricos em todo o resto, assim como economicamente ricos, mas pobres em todo o resto. Por exemplo, um milionário pode morrer dilacerado de câncer, desesperado por desavenças familiares ou destroçado por um desastre, no meio de riquezas que de nada valem para salvá-lo, enquanto um pobre operário pode viver longamente, cheio de saúde, de afetos familiares, até que a morte o alcance já velho, mas tranquilo no seu leito, cercado dos entes queridos. Isto porque este último, graças à sua honestidade, depositou sabiamente, num banco muito especial, o correspondente tipo de valores dos quais dispõe agora a seu crédito, mesmo sendo economicamente pobre, enquanto o contrário sucedeu com o rico.

Como se vê, nesta administração entram também os valores morais e espirituais, que são sem dúvida alguma fundamentais na vida, mas que o homem de negócios não aprecia o suficiente. Pode então acontecer que uma riqueza, por ter sido alcançada com fraude, represente apenas uma dívida a pagar. É assim que a retidão nos negócios pode constituir um elemento positivo de produção para vantagem de quem a pratica. Hoje pouco se cuida destes valores, mas eles podem, em função das leis que os guiam, ser analisados e calculados desde sua gênese, estrutura e desenvolvimento até aos efeitos que produzem.

Tal administração é justa e exata, dando tudo aquilo que nos cabe e

exigindo inexoravelmente tudo que lhe é devido, isto em todos os setores da vida. Assim ela paga e faz pagar, no momento justo do destino do indivíduo, tudo quanto é útil para o seu desenvolvimento. Trata-se de uma economia universal, de substância, que abrange todas as qualidades e necessidades da personalidade humana, assim como todas as forças que nela se movem. Quando se caminha em direção ao mal, forma-se nesta contabilidade um vazio que exige ser preenchido, gerando então um débito a ser pago. Cada abuso gera uma carência, assim como cada bem realizado cria o correspondente crédito. A conta é pessoal, colocando o indivíduo sozinho perante a Lei.

Ai de quem rouba, violando os justos equilíbrios. O débito fica registrado na conta e não se cancelará enquanto não for resgatado. Não se trata de religião ou de fé, mas de uma realidade positiva, que a mais sutil ciência do futuro descobrirá e analisará, explicando-lhe o funcionamento. Novos astronautas do espírito se lançarão nestas regiões do ser, ainda inexploradas e desconhecidas. Então cada um poderá seguir no tempo o desenvolvimento do próprio destino e pesquisar o caminho dos efeitos de cada ação. Cada prazer-desordem é assinalado na coluna de nosso “deve” como débito a pagar, porque é do tipo anti-Lei, sendo negativo para a nossa salvação, e cada dor-reordenação é assinalada na coluna de nosso “haver” como crédito a receber, porque, segundo a Lei, é positivo para a nossa salvação, como ação corretiva da distorção provocada.

Então – e só então – tendo sido estabelecidas as devidas condições, poderá entrar em função a Divina Providência, que de outra forma não poderia atuar. Apenas assim – e somente assim – pode realizar-se a evangélica promessa pela qual tudo o mais nos “será dado por acréscimo”, que parece um absurdo no mundo, por faltarem os elementos indispensáveis à sua realização. Daí pode-se ver quão diversa da humana é a economia do Evangelho e como esta – quando se lhe observem as regras – automaticamente se realiza, tanto que se lhe pode prever o rendimento, coisa que na Terra parece impossível. Isto porque não se trata aqui de surripiar algo não merecido, e sim do direito de exigir um crédito conquistado. A Lei não pratica injustiças e não dá nada de presente. Então, se ela provê, isto quer dizer que se trata de um ato de justiça. De fato, a Lei nega tudo quanto não for merecido. Como se pode pretender então que tal providência funcione na Terra, onde se procura usurpar tudo, sem nada merecer? É certo que ao homem agradaria ser servido, sem fazer o necessário esforço que lhe confere o mérito. Mas tal mecanismo também tem a sua técnica, de modo que, se as suas regras não são respeitadas, ele não funciona.

Eis que no Evangelho, com aquelas suas paradoxais afirmações, Cristo nos expressou com simplicidade o funcionamento de uma lei que não conhecemos, pois ela simplesmente não funciona entre nós, não nos sendo possível assim

observá-la. Em primeiro lugar, Cristo, com aquelas palavras, afasta as preocupações, que são a característica do método do mundo, do qual assim Ele se separa nitidamente, adotando um princípio oposto. Pode-se ver então que o Evangelho está muito longe daquela interpretação toda humana, segundo a qual, aconselhando a não preocupação, ele pareceria encorajar a despreocupação de quem inconscientemente se mete, por sua própria culpa, em apuros e pretende depois que Deus o salve. O não se preocupar não significa desfrutar e abusar, para depois se fazer servir.

Neste capítulo, seguindo o Evangelho, sustentamos um método de vida e uma técnica de conduta que não coincidem com aqueles do mundo. Trata-se de uma nova moral, que substitui aquela feita de cálculos humanos, cheios de astúcias, de egoísmo e de incertezas, hoje em vigor. Nesta nova moral, os movimentos das forças lançadas em órbita e colocadas em ação são a tal ponto calculáveis, que é possível controlar os efeitos produzidos por elas, tanto em sentido positivo como em sentido negativo.

A moral se torna então um fato preciso em cada ação, pois a Lei é um fenômeno susceptível de observação e experimentação, que pode ser averiguado a cada instante, em nós e fora de nós. A justiça se transforma assim numa realidade biológica, porque representa o princípio fundamental da Lei. Isto significa que essa justiça possui uma potência imensa, muito superior a qualquer daquelas que o homem pode dispor. Vê-se então que a desordem existe somente na superfície, sendo limitada à periferia, onde está situado o AS, pois, quanto mais se penetra em profundidade, em direção ao centro, onde se encontra o S, mais evidente se percebe a ordem e a justiça de Deus. Pode-se ver assim o funcionamento da lei do ricochete, segundo a qual tudo que se faz retorna para quem realizou a ação, voltando na mesma forma como foi feito. Quem quiser submeter tal processo a uma análise no laboratório da vida poderá verificar a eficácia de tal técnica funcional.

Confortem-se, então, os amantes da justiça, porque, dentro em breve, serão descobertas as leis exatas de uma moral positiva, cientificamente verificável, na qual resultarão comprovados os resultados de qualquer tipo de ação. Então a religião será um problema de razão e de ciência, e não mais de fé. O juízo final sobre as nossas ações bem como sobre suas consequências serão previsíveis já no seu início, através de deduções matemáticas, como sucede ao se colocarem as premissas de um teorema. Isto porque será possível calcular as órbitas que serão percorridas pelas forças postas por nós em movimento, à semelhança de como se determina com antecedência a órbita a ser percorrida pelos veículos espaciais nas viagens interplanetárias.

XVI. VALORES ESPIRITUAIS

O problema da não resistência. A liquidação dos bons. A resistência passiva. O dualismo macho-fêmea. A personalidade de Cristo. O Evangelho: código moral repellido pelo tipo masculino, mas aceito pelo tipo feminino. Como a Lei alcança os seus fins. Cristo – mais leão do que cordeiro – fala aos fortes, para corrigi-los. Um novo passo em frente na compreensão do Cristo. Salvar os valores do passado.

Esgotado o tema da não-previdência, tratemos agora da não-resistência. Já nos referimos a este respeito com as palavras do Evangelho de São Lucas: “A quem te bate numa face, oferece a outra (...)”. Consideremos agora o trecho do Evangelho de São Mateus, que nos permitirá penetrar mais a fundo no âmago da questão: “Vós ouvistes o que foi dito: ‘Olho por olho, dente por dente’. Mas Eu vos digo que não deveis opor resistência a quem vos fizer mal. Se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra. A quem quiser chamar-te em juízo para tirar a tua túnica, dá-lhe também a capa. Se alguém quiser obrigar-te a caminhar uma milha, anda com ele duas. Dá a quem te pede e não voltes as costas a quem quer de ti um empréstimo. Ouviste o que foi dito: ‘Amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo’. Eu, pelo contrário, vos digo: ‘amai vossos inimigos, fazei o bem àqueles que vos odeiam e orai por aqueles que vos perseguem e vos caluniam’ (...)”.

Logo retornam à mente, a respeito deste problema da não resistência, as mesmas considerações expressas a propósito da não-previdência. É certo que, num mundo de assaltantes, as exortações de Cristo poderão ser-lhes motivo de muito agrado, porque adaptadíssimas para imobilizar suas vítimas e, assim, tirar maior proveito de sua paciente virtude. Também surgem aqui, a exemplo do que ocorreu na questão da não-previdência, as mesmas objeções sobre a inaplicabilidade da doutrina de Cristo à realidade da vida. Se esta se baseia sobre um sistema de luta, como é possível praticar a não resistência, sem que isto se resolva num suicídio? Ainda neste caso, o Evangelho se nos apresenta em contradição com as leis da vida. Será o sistema evangélico então um método para chegar à liquidação dos bons e, à custa destes, fazer sobreviver os piores? Como pode Cristo dizer aos primeiros: “Não vos defendais para sobreviver – como teríeis direito de fazer, porque sois os melhores – mas deixai-vos destruir, a fim de que vivam os piores”? Isto redundaria em combater os melhores, entregando-os, amarrados, nas mãos dos piores. Então um Evangelho assim

pareceria estar contra a lei de Deus, porque, em vez de proteger a evolução, como quer a Lei, parece proteger quem quer abandonar-se a uma descida involutiva. Isto representaria um emborcamento no absurdo.

Também neste caso, para sair do labirinto das objeções e aparentes contradições, devemos primeiro procurar compreender. Perguntamos então: a quem se dirigia Cristo, aos bons ou aos maus, aos fracos ou aos fortes, aos agredidos ou aos agressores? Certamente Cristo falou a estes últimos – os mais rebeldes – para corrigi-los, embora sejam os menos dispostos a obedecer-Lhe, enquanto mais dispostos a isso são os que, por serem bons e fracos, teriam, de preferência, necessidade do conselho oposto. Em geral, quem dá a bofetada é o tipo forte, macho, ativo, de sinal positivo, que não escuta o Evangelho; enquanto quem está disposto a escutá-lo e receber bofetadas na outra face é o tipo fraco, feminino, passivo, de sinal negativo. Mas é paradoxal então que, na prática, o Evangelho, cuja lei é amor, resolva-se em afirmar uma tão feroz moral. Com efeito, é impossível que a aplicação do Evangelho leve a resultados tão pouco evangélicos. Deve, por isso, haver um erro de interpretação, razão pela qual se conclui que os conceitos estão fora do seu devido lugar. A solução não pode consistir em repelir o Evangelho como errado, mas sim em explicá-lo.

Antes de tudo, esclareçamos o conceito de não resistência. Não estaria também incluída na condenação feita pelo Evangelho a resistência passiva? Ora, o fato de ser passiva não significa que deixe de ser resistência. Tal atitude não constitui uma não aceitação da luta para chegar, através de uma recíproca compreensão, a um acordo e assim à pacífica convivência, mas sim um particular tipo de luta, para vencer sem nada ceder ao opositor. A própria palavra “resistência” expressa a ideia de oposição, que neste caso, porém, em vez de atuar na forma de ataque ou de violência, manifesta-se com a negação de concessões, não respondendo com contra-ataques, e sim com a própria imobilidade. Em substância, portanto, a resistência passiva continua sendo reação e oposição. A passividade de tais atitudes não significa pacifismo. Trata-se de uma forma de luta, pela qual não se tem a mínima intenção de renunciar àquilo que se quer, sacrificando-se pelos outros, pois a intenção – tal como deseja o violento – é vencer, empregando, porém, o método de manter tenazmente a própria posição em sentido contrário. Eis então que, na eventual condenação do Evangelho, haveria de se incluir também este tipo de resistência.

O método de vida com base no princípio da não resistência, como aquele aconselhado pelo Evangelho, investe, pois, em profundidade contra as leis biológicas, devido ao fato de se colocar nitidamente como antítese da conhecida lei fundamental da luta pela seleção. Observemos agora aquele princípio evangélico sob este aspecto. O nosso mundo é dualista, não representando senão

um aspecto do dualismo universal, cujos fatores componentes – um positivo e o outro negativo – correspondem ao macho e à fêmea no plano biológico, sendo o primeiro de tipo ativo, iniciador e inovador, enquanto o segundo é passivo, receptivo e conservador. Um exemplo concreto do comportamento destes dois termos opostos e complementares pode ser visto na fusão entre o espermatozoide e o óvulo-celular (atração entre elementos de sinais contrários) e na luta do macho para eliminar o outro macho (repulsão entre elementos de mesmo sinal).

Este dualismo conduz a dois diversos métodos de vida. Um utiliza uma técnica de tipo masculino, positivo, outro utiliza uma técnica de tipo feminino, negativo. Isto não significa que um seja melhor e mais justo do que o outro. Trata-se apenas de dois aspectos do mesmo princípio, dividido em duas formas opostas e complementares, feitas para se fundirem e se compensarem reciprocamente, reconstruindo assim a unidade. Ambas se propõem ao mesmo fim, que é a defesa da vida. Frente a isto, Cristo se propõe a regular com normas morais a técnica do tipo masculino, deixando na sombra a do outro tipo. Esta preferência é explicada pelo fato de, até ontem, ter sido o macho, na raça humana, o seu protagonista, iniciador e diretor, enquanto a mulher permaneceu sua seguidora, submissa a ele em tudo. Isto era verdadeiro sobretudo nos tempos de Cristo, quando a mulher era um objeto de posse do macho, sendo como tal destituída de qualquer direito que lhe permitisse ser tomada em consideração.

Fica assim fora de dúvida que Cristo, como homem, representava o tipo viril, afirmativo e criador. Seu exemplo e sua moral, portanto, não podiam seguir outro modelo. É por isso que, ao nos querer mostrar o caminho da salvação, Cristo golpeia para eliminar os defeitos de tipo masculino, mais do que os de tipo feminino. As tentações a que Ele próprio foi submetido eram do primeiro tipo. Satanás não lhe oferece ócios, mulheres ou banquetes, mas sim glória, poder e domínio sobre todos os reinos do mundo. A maior tentação que Cristo venceu foi a de se tornar rei na Terra, como chefe de uma rebelião política. Basta ver como Ele se inflama de sagrado furor, quando expulsa os vendilhões do templo e também quando investe contra os ricos, para em seguida arremeter contra os fariseus, dos quais denuncia todas as culpas. Contra os primeiros não se cansa de dizer: “Ai de vós, ricos”. Numa só página do Evangelho de S. Mateus, Cristo repete sete vezes a invectiva: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas”. Trata-os de tolos, de cegos, de serpentes e de raça de víboras! Encontramos, portanto, uma terminologia que não deixa dúvidas.

São estes os pecados típicos do macho. Por outro lado, como se comporta Cristo perante os pecados não menos graves, mas de tipo feminino? Vemo-lo no caso do arrependimento de Madalena. Eis que um dia levam a Cristo uma mulher surpreendida em adultério. Em vez de acusá-la, Ele se dirige aos machos,

igualmente responsáveis, fazendo eles próprios reconhecerem que também são culpados e que – como tais – não têm o direito de lançar a primeira pedra. Volta-se em seguida para a mulher e, fazendo-lhe notar que ninguém a condenou, tranquiliza-a, dizendo-lhe: “Nem eu te condeno”. Por fim a despede, aconselhando-a apenas a não pecar mais. Não podia ser mais evidente a diversidade de tratamento da qual Cristo deu prova nesses dois casos.

Isto nos mostra que devemos reconhecer no Evangelho um código moral de tipo viril, assim como viril era o seu protagonista. Por isso existe um Evangelho como norma de vida para o homem, mas não existe um Evangelho que sirva como norma de vida para a mulher. Nas condições de inferioridade e até mesmo de quase nulidade em que se encontrava a mulher no passado, um Evangelho feito para ela seria impensável. Segue-se disso que os defeitos visados pelo Evangelho são aqueles de tipo masculino, e não os de tipo feminino. Por tipo feminino queremos caracterizar a pessoa que, mesmo sendo homem normal, possui qualidades de temperamento opostas à do macho. Com efeito, há homens de tipo doce, obedientes, sentimentais, introvertidos, passivos, enquanto há mulheres de tipo audacioso, rebelde, calculador, extrovertido, dinâmico. Tudo isto sem interferir de nenhum modo com o sexo. O dualismo permanece, mas sem estar ligado à forma física. A diferença, portanto, não se encontra na forma física, mas sim na estrutura da personalidade. Eis então que o Evangelho golpeia os defeitos de tipo masculino, não importando em quem estes se encontram.

Ora, acontece que o Evangelho atual é apresentado como unidade de medida para todos, aplicável para ambos os tipos, mesmo que ele seja feito só para um. Segue-se disso que o tipo feminino não se encontra aí fustigado nos seus defeitos, sendo estes diferentes em relação aos do macho, que são os únicos ali alvejados. O Evangelho diz que se deve amar, e a mulher não deseja nada de melhor. O Evangelho fala ainda em pobreza, e a mulher está habituada a deixar o macho possuir tudo, cabendo a este fazer os negócios e protegê-la. Diz também o Evangelho: “Não vos preocupeis!”, e a mulher se alegra, pois a preocupação é de quem a protege. O Evangelho fala ainda em não resistência. Ora, a mulher foi sempre – até bem recentemente – habituada a suportar a prepotência do macho, sendo até biologicamente construída para funções que não são as da luta. Assim as virtudes naturais da mulher são paciência e resignação, de modo que, segundo o Evangelho, ela se encontra naturalmente virtuosa.

O que significa isso? Se observarmos bem, veremos que, na realidade da vida, o fator básico de cada escolha ou de cada ação é estabelecido pelo tipo de impulsos oriundos das forças constitutivas da nossa personalidade. Este é o ponto de partida, constituindo o antecedente instintivo e axiomático ao qual tudo

que se seguir deverá se conformar. É justamente neste sentido que os princípios, a moral e os ideais são escolhidos, ajustados e aplicados, permitindo a cada um satisfazer os impulsos e as exigências da sua personalidade. Preferem-se e defendem-se, deste modo, os princípios que se revelem edificantes para o tipo da própria personalidade, capazes de fazer com que suas qualidades sejam julgadas virtudes, e não defeitos. Em suma, preferem-se os princípios que possam servir de manto para embelezar e de coberta para esconder. É neste sentido que atua instintivamente o subconsciente, para defender a vida.

No caso em questão, dá-se então que o tipo macho repele o Evangelho, pois este lhe fustiga os defeitos, enquanto o tipo feminino aceita o Evangelho, pelo qual não se sente castigado em seus defeitos, vendo nisso anuência para satisfazer os próprios impulsos, livre de condenações. Haveria algo melhor do que encontrar guarida num texto tão excelso, quase universalmente reconhecido como a própria palavra de Deus? Explica-se, com isso, não apenas a fácil e espontânea aceitação feminina da moral evangélica, mas também a nada menos espontânea e convicta repulsão masculina por ela.

Vemos então que, independente do sexo, as igrejas são de preferência frequentadas por indivíduos do primeiro tipo, pois eles se encontram à vontade nelas. Vai ali quem crê e reza, esperando do Onipotente a proteção para a sua fraqueza, assim como a mulher a espera do macho. Muito menos atraído a seguir tal exemplo se sente o indivíduo de tipo macho, que prefere resolver seus problemas por si mesmo, sem pedir ajuda ao mundo celeste.

Ora, acontece que eles fazem isto inconscientemente, sem se dar conta do engano, não podendo ser culpados por isso. Este fato, porém, não pode impedir à Lei de cumprir sua função, que consiste em corrigir o erro. Por isso a Lei reage na forma que corresponde ao comportamento do indivíduo. Então, no caso do macho antievangélico, deixa-o sozinho e desorientado à mercê da luta, conforme exige o seu caráter orgulhoso e autossuficiente, enquanto, no caso da fêmea – que pretenderia desfrutar o Evangelho, usando-o como um manto protetor, para esconder seus defeitos e parecer virtuosa – desilude-a em sua vã expectativa. Assim a Lei coloca cada coisa no seu devido lugar.

Neste trabalho, o tipo fêmea também cumpre a sua função útil. A Lei confia a ele a tarefa de mostrar, a cada passo, o Evangelho ao tipo macho, a fim de que este o aplique, sendo o resultado todo em vantagem da fêmea, para a sua própria defesa. Assim o Evangelho, ao ser utilizado como escudo protetor do fraco, encontra neste um defensor que tenazmente o propõe, em seu próprio interesse, ao oposto tipo macho e, com isso, acaba usando o Evangelho para o seu verdadeiro fim, que é a correção dos defeitos do macho. Em última análise, a Lei permite o indivíduo fazer do Evangelho o uso que bem entender, mas não

admite ser defraudada no escopo que constitui sua razão de ser. Desse modo, até mesmo aquela ambígua posição de mal-entendido dá, nas mãos da Lei, o seu justo rendimento.

A este expediente de utilizar o Evangelho para disfarçar seus próprios defeitos não só recorrem os indivíduos, mas também os povos. Então os povos fracos, de tipo feminino, fazem-se passar por evangélicos, espiritualistas e pacifistas, a fim de esconder a própria inércia, vangloriando-se desta sua virtude perante os povos de tipo másculo, vigorosos e laboriosos, os quais eles acusam de ser antievangélicos, materialistas e guerreiros. Mas isto não impede que a Lei funcione, fazendo que os fortes se destruam a si mesmos e os fracos se afundem na lama. É assim que a Lei, como agora dizíamos, reage do mesmo modo pelo qual é violada, fazendo tanto os indivíduos como os povos pagarem cada um a seu modo, na proporção de suas próprias culpas. Por outro lado, a Lei também se realiza no sentido de que os povos femininos, propondo tenazmente, para sua defesa, o Evangelho aos povos másculos, induzem-nos a tomá-lo em consideração e assim a reparar seus defeitos antievangélicos.

Vimos então que há correspondência entre o defeito e o tipo de correção. Isto porque, sem esta correspondência, a Lei não poderia cumprir a sua função retificadora, pois seu objetivo é corrigir, e não punir. É como se, para cada defeito, houvesse um anticorpo específico, que é atraído ao seu correspondente ponto de atuação, com a função de eliminá-lo. Verifica-se assim, também no campo moral, um jogo de ação e reação semelhante àquele que se verifica no campo fisiológico, onde o assalto microbiano acontece no ponto de menor resistência do organismo, justamente para corrigir a sua fraqueza naquele ponto, no qual ele se torna vulnerável.



Vimos neste capítulo como se comportam o tipo viril e o tipo feminino perante o Evangelho, para resolver o grande problema da sobrevivência na Terra, conforme as leis desta. O primeiro repudia o Evangelho e se defende com a própria força. O segundo procura com astúcia uma proteção, fazendo do Evangelho um escudo contra os fortes, de maneira a corrigir-lhes a prepotência. É este o uso que as massas fizeram daquela doutrina. E não se podia negar a elas o direito de fazer desta o uso que mais agradasse às suas necessidades, porque a vida não pode aceitar o que não é utilizável para o seu desenvolvimento.

A muitos agradou imaginar um Cristo todo doçura e sentimento, que se sacrifica por amor, quando, na verdade, a sua doutrina é do tipo viril. Se nesta doutrina apareceu a oposta nota feminina, isto não foi porque Jesus tivesse esse caráter, mas sim porque Ele impôs a si mesmo a conduta de suave cordeiro em obediência à Lei, dando assim um exemplo aos que, apesar de homens como Ele,

são unilaterais na sua vontade de afirmação, para ensinar-lhes o equilíbrio e a integração com as qualidades do tipo oposto.

Cristo era um forte. Vêm-me à mente a este propósito as palavras de Gibran Khalil Gibran no seu volume *Jesus, o Filho do Homem*: “Dizem que Jesus de Nazaré era humilde e manso (...). Sinto-me mal e as minhas vísceras se agitam e se rebelam, quando ouço os débeis de coração chamar Jesus de humilde e manso, para assim justificar suas próprias fraquezas (...). Sim, o meu coração se sente mal perto de tais homens”. Cristo era um forte. Mas é necessário entender em que sentido. Ele não o era no comum sentido do baixo nível animal, mas sim no alto nível espiritual. Cristo era um forte, mas de uma potência de alma muito diversa daquela força humana bruta e tendente à violência.

Cristo fala aos fortes e denuncia-lhes as culpas. É a eles que se dirige, quando diz para oferecerem a outra face, a fim de não desencadearem uma luta. Dizer isto aos fracos não teria sentido, porque eles não têm a força necessária para reagir e lutar. Trata-se do comando de um domador, portanto somente pode dirigir-se ao lobo, e não ao cordeiro. Conselhos de brandura podem ser dados ao primeiro, não ao segundo. O freio pode servir para quem corre demais, não para quem não tem força para caminhar. Para este é necessário um impulso, e não um freio; é necessário dizer-lhe: “Move-te!”, e não “Paciência!”.

Assim o mundo imaginou um Cristo a seu modo, adequado a seus próprios gostos. Isto não constituiu traição, porque foi uma necessidade. Sem isto, Cristo não teria sobrevivido na memória da humanidade, que não se teria interessado por quem não fosse útil para o seu desenvolvimento. De outra forma, Cristo não poderia ter cumprido a sua missão. Se até hoje Cristo ainda não foi entendido em sua real substância, mas sim como mais agradava, isto está de acordo com as leis da vida, pois era útil que assim aparecesse para todos. Um Cristo tal qual Ele foi realmente e proposto com aquela plenitude não teria sido assimilável e não teria permanecido até hoje. Então a interpretação que Dele se fez no passado pode ser considerada como uma primeira aproximação da plena compreensão do Cristo, à qual se poderá um dia chegar por ulteriores e mais exatas aproximações.

Esta visão do fenómeno não retira em nada o valor da antiga interpretação do Cristo, porquanto não somente a considera a melhor possível em relação ao seu tempo, mas também reconhece a sua relativa duração histórica e justifica a superação daquele seu passado, confirmando o valor de suas sucessivas e sempre mais perfeitas aproximações. É natural e ninguém deve surpreender-se que, pelo fato de ter atingido um mais alto grau de maturidade intelectual, a humanidade de hoje procure dar uma interpretação de Cristo mais exata e completa em relação à do passado. É somente com tal método, mantendo-se sempre aderentes à vida, que uma figura e uma doutrina podem permanecer vivas, fugindo ao

envelhecimento através de uma ulterior renovação.

Para que as finalidades da vida possam ser alcançadas, é necessário que possam ser combinadas entre si a figura do profeta com a sua doutrina, de um lado, e a vida com as suas exigências, do outro. Assim sendo, um profeta, estando destinado a se afirmar com o cumprimento da sua missão, não nasce ao acaso, mas sim no momento exato em que a vida tem necessidade dele para alcançar suas próprias finalidades, porque ela poderá então lhe corresponder, valorizando-o e dando assim pleno rendimento ao seu esforço. Para poder alcançar tal resultado, deve existir proporção e afinidade entre o pensamento e a ação do inovador, por um lado, e o momento histórico, por outro. O profeta deve propor à vida alguma coisa que lhe seja útil, para que esta o aceite e o secunde.

O progresso de uma religião é uma obra coletiva, na qual colaboram vários elementos. Primeiro surge o profeta inovador, depois nasce a sua doutrina. A seguir, uma religião se organiza e veicula tal doutrina, dirigindo assim as massas que a aceitam. Trata-se de um processo unitário, para o qual concorrem vários elementos, movidos pela finalidade comum de fazer avançar a vida sob um seu determinado aspecto.

Foi isto que se deu com Cristo. A construção terrena do organismo da Igreja prova sua aceitação por parte das massas humanas. A função de uma Igreja no desenvolvimento deste fenômeno religioso é não somente conservar e difundir a ideia, administrando e dirigindo com autoridade, mas também saber auscultar e secundar os impulsos do subconsciente coletivo, no qual se exprime a vontade da vida, que é a força propulsora do fenômeno. Se a Igreja quiser sobreviver, não pode deixar de seguir e satisfazer aquele subconsciente.

Com o amadurecimento das massas, também as verdades eternas mudam, apesar de continuarem sendo chamadas de eternas. Desse modo, a corrente inovadora da vida domina tudo, mesmo que venha a ser moderada pela função conservadora da Igreja, necessária para garantir certa estabilidade nas inovações. É assim que hoje, para fazer Cristo sobreviver em nosso mundo, pode ser necessário substituir a ultrapassada interpretação da Sua figura e da Sua doutrina, oferecida pelo velho cristianismo, para recomeçar, desde o fundamento, com outra interpretação, mais adequada aos novos tempos.

As novas condições de vida e de ambiente, aliadas ao desenvolvimento da inteligência, fazem agora ver quão inadequados são os velhos métodos cristãos, pelos quais muito se culpa o clero. Deve-se, porém, reconhecer que um Evangelho vivido integralmente – conduzindo a um santo suicídio – teria impedido a Igreja de cumprir a sua função. Caso ela não se tivesse adaptado ao mundo, não poderia, devido aos tempos que teve de atravessar, ter feito Cristo chegar até nós. Eis que a Igreja é justificada, ainda que as necessárias adaptações

às condições históricas e sociais dos tempos passados a tenham levado às vezes a contradizer o próprio Cristo. Deveria então concluir-se que o erro está na doutrina dele? Uma hipótese assim é absurda. Além disso, se jogássemos fora toda uma tão preciosa série de valores espirituais, que tanto custaram para ser erguidos, isto significaria afrontar as leis da vida, pois, estando eles irremediavelmente perdidos, nada teríamos para oferecer em seu lugar.

XVII. FINALIDADES DA VIDA

Os dois métodos de viver: em função do presente ou em função do futuro. A lógica na loucura da cruz. O evoluído sente a presença da Lei. Quem vence no mundo com a força, perde; quem paga à justiça Divina, vence, porque evolui. A função evolutiva da dor, como trabalho de purificação e instrumento de salvação. A técnica da redenção.

Iniciamos o capítulo precedente expondo, com respeito ao princípio evangélico da não resistência, dúvidas que ainda não tínhamos dissipado. Em tais casos, não existe outro meio para resolvê-las, a não ser compreendendo como funciona o fenômeno. Observemos primeiramente que, embora as palavras de Cristo possam, em tal matéria, parecer um absurdo perante as leis biológicas do planeta, vigentes para o homem, não se pode negar a verdade daquele espírito de redenção do qual está perpassado o Evangelho, que se afirma assim como princípio basilar de evolução. Trata-se de purificar a natureza inferior de tudo o que está em baixo, ascendendo do AS ao S. Isto é um dinamismo sadio, construtivo e vital. Eis que não se pode negar o valor biológico do Evangelho, porque a doutrina da redenção o coloca em posição central na vida, em pleno acordo com a lei do seu desenvolvimento.

Mas isto não basta para sanar aquelas dúvidas. À primeira vista, não conseguimos compreender por que o Evangelho quer fazer do homem um derrotado, um vencido, ao invés de um vitorioso, um vencedor, porquanto, perante as leis de nosso mundo, isto é um absurdo antivital. Eis que devemos explicar a lógica deste tão estranho modo de elevar à condição de virtude aquilo que, para a vida, é um grave defeito, punido de fato por ela com duras sanções. Mas por que Cristo nos quer derrotados, em vez de vencedores? Será que Sua intenção é ir contra a vida? Poderia, então, a sua mensagem ser negativa, dirigida no sentido da morte? Se Ele quer andar em direção à vida, porque então nos propõe a Cruz? Como eliminar tais contradições?

Procuremos compreender. A vida pode ser entendida de duas maneiras, sendo assim dirigida para duas finalidades diferentes: ou vivemos para nos realizar imediatamente na Terra, tais como somos, seguindo nossos próprios instintos; ou então vivemos para alcançar amanhã – através do superamento desses instintos – outro tipo de vida, num plano evolutivo mais alto. O primeiro caso se refere ao involuído, que, na sua ignorância, não vê outra coisa senão os limites do AS, do qual não pensa sair e no qual ele se debate à procura de

felicidade. O segundo caso se refere ao evoluído, que entrevê, para além dos confins do AS, o S, do qual ele procura aproximar-se, lutando e sofrendo para alcançar ali a verdadeira felicidade. Embora em planos e de modos diversos, todos a procuram igualmente. No entanto, pelo fato de ser esta a meta final de todo o caminho evolutivo, ela se encontra longe em ambos os casos, pois não pode estar contida na realidade presente, que é constituída pelo AS, onde só há lugar para a infelicidade. Em ambos os casos prevalece então a dor. Com efeito, de um lado, o involuído recolhe somente desilusão e insatisfação, enquanto, de outro lado, o evoluído, com seu programa de vida, não pode viver senão de renúncia e esforço de conquista, sendo este justamente o programa realizado por Cristo na cruz. Em ambos os casos, é natural e insuprimível a presença da dor, porque a posição atual é consequência do emborcamento do S no AS.

Pois bem, tratando-se de dois modos de viver que estão nos antípodas um do outro, porquanto correspondem a dois sistemas opostos (AS e S), é lógico que o segundo pareça absurdo para quem segue o primeiro. Isto acontece ao involuído porque, estando fechado no AS, ele ainda não construiu os olhos necessários para ver aquilo que o evoluído vê no S. Para este, justamente pelo fato de ver, resulta lógico o que para o outro, pelo fato de não ver, resulta absurdo. Assim se explica como a doutrina do Evangelho, encarada por quem pertence a este mundo, parece um absurdo, pois quem está evolutivamente em baixo não sabe ainda conceber a presença do S e o valor do esforço para alcançá-lo. Assim o involuído detesta as vias do superamento, enquanto o evoluído deseja percorrê-las. Com efeito, no AS, são as próprias leis involuídas ali vigentes, de natureza animal, que amarram o ser, fechando-lhe os caminhos para o superamento, os quais são tanto mais estreitos, quanto mais em baixo se está, e tanto mais se abrem, quanto mais se sobe de nível evolutivo.

A grande diferença entre o modo de viver do mundo e o tão diverso método proposto por Cristo está no fato de que o primeiro é de tipo AS e o segundo de tipo S, tratando-se, logicamente, de uma tentativa para nos avizinhar da realização deste novo modo de viver, pois o S está ainda bem longe. Entre os dois métodos existe a mesma oposição que distingue o positivo do negativo. Pela própria oposição desses dois métodos, é fácil imaginar o contraste que pode nascer da confrontação entre eles, quando alguém se propõe a viver o Evangelho neste mundo. Isto redundaria então numa verdadeira loucura. Agora, porém, que desvendamos este mistério, podemos compreender perfeitamente como, por parte de uma mente logicamente desperta, a loucura da Cruz pode ser encarada como sublime sabedoria.

É evidente que o homem do mundo não pode compreender esta estranha psicologia que aponta para realizações longínquas. Entretanto, se é verdade que

a vida evolui, estas outras metas a serem alcançadas representam um fato positivo, como é também a necessidade da dolorosa fadiga de evoluir para chegar até elas. É bem lógico, então, que tudo isto venha a ser levado em conta, tão logo se alcance um estado de consciência que nos permita compreender. Trata-se aqui, então, de desenvolvimento mental, sendo que, somente para quem o alcançou, torna-se compreensível a filosofia da Cruz. Assim, para quem compreende isso, resulta evidente a diferença da amplitude de visão entre os dois pontos de vista, pois o primeiro visa a pequenos escopos imediatos e o segundo se dirige a metas de vastidão cósmica, podendo-se disto inferir quão alto grau de consciência seja necessário para que se possa optar pelo modo de viver proposto por Cristo.

Como é, então, que o evoluído, tendo alcançado este estado de consciência, a ponto de ser capaz de compreender e viver o Evangelho, vê o mundo? Exatamente por esta sua aproximação evolutiva do S, que se tornou o principal objetivo da sua vida, ele começa a sentir a presença viva da Lei, que vigora nele e em tudo que o circunda. Esta sua sensação se faz sempre mais forte e evidente à medida que ele evolve. Isto é natural consequência do contínuo avanço de sua posição biológica, que o evoluído vai cada vez mais realizando, transformando a par e passo o modo pelo qual ele concebe a vida. É natural que esta, sendo vista de outros pontos de referência, seja sentida e vivida de modo diverso.

Quem sente a Lei percebe aspectos da vida ignorados por quem não a sente. Vê-se então que, quanto mais se sobe para planos avançados em direção ao S, tanto mais o mundo é dirigido por outras leis, as quais não coincidem com aquelas vigentes no plano biológico humano. Quanto mais desenvolvemos os olhos que nos permitem enxergar as profundezas do fenômeno, tanto mais claramente percebemos, em proporção ao nosso grau de evolução, que a existência é dirigida por leis amigas e justas, e não, como acontece em nosso mundo, pela rivalidade e pela força. Cada plano biológico tem as suas leis. Para o evoluído não vigoram mais as leis da força, e sim as da justiça. Esta é a razão pela qual, para ele, o Evangelho se torna realizável. Com a evolução, o homem vai-se tornando civilizado, o que faz a sociedade passar do estado caótico ao estado orgânico. Então a virtude da força, útil naquele primeiro estado, é vista agora como anarquia, de modo que a vida a substitui pela virtude evangélica da justiça, conforme a Lei. Muda, assim, toda a técnica da luta pela sobrevivência, que é confiada a novas forças, cuja atuação se dá por outros métodos.

O evoluído, portanto, adquire consciência da presença destas leis amigas e justas, de acordo com as quais ele age, alcançando assim outros resultados. Por isso sua vida não se estriba mais pelo princípio da imposição, como se dá no AS,

mas sim pelo princípio da justiça, como se dá no S. Havíamos perguntado acima o motivo pelo qual o Evangelho parecia querer nos colocar numa posição absolutamente antivital, de fracassados que se entregam, em vez de triunfadores que vencem. Agora podemos responder. Isto acontece porque o Evangelho nos coloca perante posições da Lei mais avançadas em relação àquelas próprias do homem primitivo. Nesta nova fase, a Lei é feita de justiça, perante a qual se verifica o contrário daquilo que se verificava antes, perante a força. Se, num regime de injustiça, os assaltantes vencem e ganham, enquanto os assaltados são derrotados e perdem, ao se passar a um regime de justiça, os assaltantes não sabem que, ganhando, contraem um débito a pagar, enquanto os derrotados sabem que, perdendo, pagam com isso suas dívidas. Num regime de justiça, o jogo do vencedor e do vencido se inverte. Deste novo ângulo, o primeiro é um malfeitor que deve ser castigado pelo seu crime, enquanto o segundo é uma vítima que se redime pelo seu sacrifício. Então, como é natural, pois do AS se passa ao S, as posições se invertem, de modo que perde quem vence e vence quem perde. Enquanto se está no reino da força, vencem os fortes e perdem os débeis, mas, quando se entra no reino da justiça, perdem os prepotentes e vencem os justos.

Nesta condição, quando o indivíduo julga ter vencido, por ter conseguido se impor e satisfazer assim os seus instintos, ele de fato perdeu com isso, pois, em vez de progredir, retrocedeu. Por outro lado, quando o indivíduo fica desiludido, acreditando ter perdido, porque não conseguiu impor-se e satisfazer assim os seus instintos, na realidade ele venceu, porque progrediu na evolução, afastando-se do seu velho modo de viver.

Eis em que se baseia o princípio da redenção, racionalmente enquadrado no fenômeno máximo da existência, que é a evolução. Redenção significa pagar à justiça da Lei por meio da dor, à qual está reservada a função de nos purificar de nossos contínuos erros, dos quais é necessário nos libertarmos, para ascendermos. Esta é a razão pela qual Cristo, redenção e dor são ideias ligadas entre si. Eis que Cristo se fez crucificar, a fim de nos mostrar o caminho da redenção! Não se trata de uma irracional exaltação da dor, mas sim de uma real função evolutiva, a qual, justamente por ser evolutiva, é fundamental para a vida e para o seu desenvolvimento. Somente é possível chegar a tal conclusão depois de ter compreendido toda a estrutura e a técnica funcional do fenômeno da vida. A posição do ser no S é de felicidade. Então é natural que a sua posição no AS, estando nos antípodas, seja de dor. Também é natural que, para poder retornar ao estado de positividade no S (felicidade), seja necessário reabsorver toda a negatividade do AS (dor), através do trabalho de evoluir.

Chega-se assim ao conceito de dor como instrumento de redenção,

significando um mal que pode ser utilizado como meio de salvação. E tudo isto conforme a lógica da evolução. Trata-se de uma dor consciente e purificadora, o que está bem longe da aberrante procura medieval da dor pela dor, condição na qual ela se reduz a sadismo ou masoquismo improdutivo, constituindo isto perversão, e não redenção. É doentia a ideia de querer tornar todos em pecadores que, sendo tais por nascimento, estariam condenados à penitência, quando o objetivo da vida não é expiar, e sim subir. Com isso, a expiação deixa de ser admissível em sentido negativo, para se tornar aceitável somente no sentido positivo da ascensão.

O nosso não é, portanto, o conceito de uma dor que embrutece, mas sim de uma dor que eleva e que, por isso, é sadia, dinâmica e criadora. Este é o conceito que Cristo nos proporciona, porquanto conjuga a ideia da cruz com a da ressurreição. É neste sentido que Cristo é mestre de redenção, embora por meio da dor. Cristo nos mostra a cruz e aceita a morte, mas para ir em direção a uma vida mais alta e mais plena. Para Cristo, a dor é um meio para chegar à felicidade. Toda evolução constitui esforço de ascensão e trabalho de purificação, sendo, por isso, feita fundamentalmente de dor, sem a qual ela não se realizaria. Mesmo quando Cristo se coloca contra o mundo, Ele o faz com um fim de superação. E a redenção é feita de ascensão, purificação, maturação e superação exatamente porque ela é um fenômeno evolutivo.

Para encerrar o assunto, não podemos deixar de observar o que se realiza ao percorrer este caminho, a fim de vermos como funciona a técnica da redenção. Tudo avança por graus. No final de cada fase, de cada esforço de superação, é alcançado um estado mais avançado de iluminação, o qual resulta do progressivo evoluir que nos avizinha do S. Só depois de ter percorrido um dado trajeto, compreende-se o que se conquistou. Neste ponto, então, abandona-se aquela zona de negatividade, em que não se enxerga, para ingressar numa zona de positividade, na qual tudo é percebido com clareza.

Isto se verifica com cada setor de nossa personalidade, cada feixe do campo de forças que a constitui. A redenção não é instantânea, global, genérica e indiscriminada, mas sim gradual, parcial, específica e analítica. Este é o seu método. A Lei não nos apresenta teorias, nem se perde em dissertações para nos explicar a sua técnica operativa. Ela se exprime com fatos, bloqueando-nos e golpeando-nos no ponto fraco, a fim de nos corrigir. Para se fazer compreender, ela nos faz sofrer, fechando-nos as portas à livre expansão das qualidades inferiores e, simultaneamente, abrindo-nos as portas à expansão das qualidades superiores. Sufocação na parte baixa, expansão na parte alta.

Para cada qualidade da sua personalidade, o indivíduo é submetido a este processo de sublimação, o que significa um doloroso esforço de superação,

constituído por uma destruição em baixo e por uma reconstrução em cima. Cada uma destas qualidades da personalidade é constituída por um feixe de forças que se move segundo uma determinada trajetória. O esforço da evolução consiste em corrigir esta trajetória, imprimindo-lhe outra direção, para aproximá-la dos princípios do Sistema e afastá-la dos princípios do AS. Tal correção se realiza para cada qualidade e sua respectiva trajetória, até que todas elas tenham sido corrigidas, com a transformação de seu tipo AS no originário tipo S, estado resolutivo da evolução.

Com que técnica, então, é realizada tal correção? Trata-se de um processo automático e fatal. O bem e o mal que se abatem sobre nós dependem da estrutura de nossa personalidade, pois o tipo das forças contidas nela estabelece a natureza das forças lançadas em movimento por ela no ambiente, determinando assim a atmosfera em que vivemos. Portanto a primeira causa de tudo que acontece conosco está dentro de nós. Desse modo, se o indivíduo for constituído de forças negativas, a sua ação será destrutiva em todos os campos, de modo que, ao tocar qualquer coisa, mesmo a mais preciosa, aquilo se transformará em dano para ele. Porém, se ele for constituído de forças positivas, a sua ação será completamente construtiva, de modo que, ao tocar qualquer coisa, mesmo a mais danosa, aquilo tenderá a sarar, tornando-se útil.

Eis como tudo isto acontece. Uma personalidade é um feixe de forças lançado numa determinada direção. Temos assim um impulso dirigido conforme uma trajetória já assinalada, seguindo um caminho obrigatório, que deverá atravessar campos de forças de tipo similar, pelas quais são atraídas por afinidade as forças da personalidade, sendo que estas, por sua vez, também encontram nesses campos elementos semelhantes para atrair. Desta maneira, a personalidade acaba por construir ao redor de si um ambiente correspondente à sua natureza, o qual será de bem ou de mal, conforme o tipo das forças que a compõem.

Eis então que cada um traz o seu destino dentro de si, em sua própria natureza, estando a primeira raiz de mal ou de bem dentro de nós mesmos. Assim o involuído, pelo fato de pertencer à negatividade do AS, irá fatalmente, com o campo de forças de sua personalidade, atrair sobre si a dor que a providência da Lei encarrega de cumprir a função corretiva daquele tipo de natureza negativa. De fato, tal indivíduo não pode viver senão em um regime de correção, o que significa dor, cuja função, no entanto, é sanear aquele mal, levando o ser para a felicidade do S. Esta é a técnica salvadora que a Lei fatalmente impõe, para nos libertar do mal e nos conduzir ao bem.

Portanto a finalidade desta técnica corretiva não é nos punir por sermos culpados ou estarmos fora do devido lugar, mas sim tornar possível cada um

cursar a sua respectiva escola e receber a correspondente lição, que lhe é necessária para evoluir. Então cada indivíduo está no seu justo lugar, cumprindo o trabalho evolutivo que é proporcionado ao seu nível. Desse modo, todos – do delinquente ao santo – realizam as experiências do tipo mais útil para a sua evolução, partindo cada um de seus próprios impulsos, para chegar a seus respectivos resultados.

Todos devem experimentar. Não se vive para evoluir? Então, se este é o escopo da vida, não é justo que cada um deva viver as experiências que servem para este fim? É por isso que cada um deve fazer o tipo de experiências que correspondem à sua natureza, as quais servem para a sua evolução. E é justamente neste sentido que conduz a técnica de redenção observada aqui por nós.

Se, como acabamos de dizer, o bem e o mal que nos atingem dependem da estrutura de nossa personalidade, então cada indivíduo recebe automaticamente as provações mais adequadas para ele poder corrigi-la e, assim, evoluir.

Pois bem, dizíamos acima que tal correção acontece progressivamente, qualidade por qualidade. Quando a Lei – por meio de provas corretivas – alcança o endireitamento de uma trajetória errada, a fadiga da evolução cessa naquele campo de forças e o resultado fica definitivamente adquirido. Começa então o trabalho em outro setor ainda atrasado, de tipo AS. O instinto se move nesta direção, sendo que a ignorância das consequências, devido à inexperiência de quem ainda não passou por elas, impele à satisfação daquele instinto, fazendo o indivíduo se lançar atrás de sua miragem. Movendo-se ele em direção ao AS, ou seja, anti-Lei, a insatisfação final e a desilusão são inevitáveis. Tratando-se de movimentos em sentido negativo, às avessas, eles não podem conduzir à alegria, mas apenas à dor. A Lei permite que a miragem convide ao erro, porque o ato de errar serve para o indivíduo aprender e assim corrigir-se, melhorar e, finalmente, salvar-se. Esta é a vontade da Lei. Chega-se, deste modo, ao choque contra a realidade, por meio do qual o indivíduo sofre, enxerga, compreende e se corrige, alcançando aí o objetivo desejado pela Lei.

Terminada a experiência nesse setor ou campo de forças ou qualidade da personalidade, o processo continua em outro campo, ainda não experimentado. Assim a exploração e a correção vão se estendendo sempre mais, de forma que, depois de terem sido explorados e corrigidos todos os campos de forças da personalidade, o indivíduo se terá transformado completamente, alcançando o ponto de poder sair do AS e reentrar no S. Nesse momento, o processo evolutivo terá sido cumprido. Então não mais existirá aquele conjunto de correntes de pensamento ou feixes de forças ou qualidades de tipo AS, cujas trajetórias negativas de tipo anti-Lei a evolução terá corrigido em trajetórias positivas de

tipo Lei ou Sistema.

É nisso que consiste a técnica da redenção. Quando nos tivermos corrigido – por dolorosa experiência – de um dado defeito, filho da ignorância num determinado campo, e, dentro dos limites deste, aquela ignorância tiver desaparecido, passamos então a errar em outro setor da vida, no qual ainda somos ignorantes. Depois de haver quitado o novo débito, acabamos por nos redimir novamente, e assim sucessivamente, até termos percorrido todos os campos de nossa personalidade e corrigido todas as suas qualidades negativas de tipo AS. Chega-se desse modo à ultima crucificação, depois do que ressurgiremos como Cristo, para reingressarmos salvos e redimidos no S.

A crucificação de Cristo nos mostra o mais alto momento desta técnica de recuperação. Esta última fase da evolução é espontânea. Ocorre então que, quanto mais atrasados estamos na evolução, tanto mais esta nos é imposta à força pela Lei – como é indispensável para a nossa evolução, na condição de seres ignorantes, por isso incapazes de se autodirigirem – e que, quanto mais avançamos na evolução, tanto mais o esforço e as dores necessárias para realizá-las são aceitos livremente. Com efeito, quem é consciente da Lei sabe o quão vantajoso é segui-la. Passa-se, deste modo, de uma dor tenebrosa, infernal e maldita, como é a de Satanás, para uma dor luminosa, santa e bendita como foi a de Cristo. Vê-se então que, juntamente com a evolução, transforma-se o seu instrumento: a dor. De fato, a dor de Cristo na cruz não é mais aquela amarga e raivosa derrota como no AS, mas sim o glorioso e feliz triunfo do regresso ao S.

Ao se aproximar desta última fase, o indivíduo se transforma em consciente colaborador da Lei no trabalho da correção de seus próprios defeitos e atitudes anti-Lei. Quem vê a Lei não pode deixar de reconhecer sua própria vantagem em colaborar com ela. Só então o indivíduo consegue compreender quão útil para ele é aceitar a escola da Lei. Assim, aquele trabalho se torna mais fácil, menos fatigante e menos doloroso. Então, tal como fez Cristo, é o próprio indivíduo que se oferece em holocausto à justiça da Lei, pois sabe que, pagando a ela a sua dívida, ele se liberta e se salva. É assim que podemos entender a razão pela qual Cristo abraça a cruz.

Dessa forma, vê-se claramente o quanto Ele se encontra nos antípodas do homem do AS, que resiste à correção e persiste no erro, recusando-se a mudar de caminho e, portanto, submetendo-se às respectivas consequências. É justamente pelo fato de se encontrarem em posições opostas, que o homem decidido a permanecer no AS não está em condições de compreender a verdadeira finalidade e o verdadeiro significado da Paixão de Cristo.

XVIII. OFENDIDO E OFENSOR – SEUS DESTINOS

O problema da justiça e do perdão. Aparentes contradições. O perdão não é injustiça. O método de pagamento de tipo S, a cargo da Lei. As vantagens do perdão para o ofendido e para o ofensor. Involuído e evoluído. Duas verdades e respectivos métodos de vida. A evolução sana a contradição. Reconstruir. A retidão, método de defesa conforme o Evangelho.

Abordemos agora o problema da justiça e do perdão. Frente a uma ofensa, o mundo faz justiça com o método da reação e punição, enquanto o Evangelho a faz com o do perdão. O primeiro é o sistema da luta, em vigor nos planos evolutivos mais baixos, pertencentes ao AS, segundo o princípio separatista ali imperante. O segundo é o sistema da coordenação, que vigora nos planos evolutivos mais altos, pertencentes ao S, conforme o princípio unificador ali imperante. Esta diferença se faz tanto mais evidente quanto mais, de um lado, se desce para o AS e quanto mais, do outro, se sobe para o S.

Diz o Evangelho: “Vós ouvistes que foi dito: olho por olho e dente por dente. Eu, pelo contrário, vos digo que não deveis fazer resistência ao malvado (...). Ouvistes que foi dito: amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Pelo contrário vos digo: amai os vossos inimigos, fazei o bem àqueles que vos odeiam (...). Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros (...). Bem-aventurados os mansos (...). Bem-aventurados os misericordiosos (...). Bem-aventurados os pacíficos (...)”.

O próprio Evangelho põe em evidência a contraposição entre os dois métodos de fazer justiça: o da sanção imposta contra o violador e o do perdão. Perguntamo-nos, agora, como pode resultar conforme a justiça o método do perdão? Trata-se de dois conceitos absolutamente antitéticos. O perdão altera a relação e rompe o equilíbrio entre culpa e pagamento, entre erro e correção, paralisando assim a função saneadora da Lei. O perdão representa uma evasão das sanções, constituindo uma violação da Lei, fato que, de acordo com a própria Lei, deveria ser punido.

Eis os termos do problema:

1) Há uma culpa, constituída por uma violação da ordem. Ela redundará num desequilíbrio que deve ser compensado, num desvio que deve ser neutralizado e reconduzido à posição de equilíbrio.

2) Existe a justiça que exige e realiza este pagamento, restabelecendo a ordem através do método da sanção punitiva.

3) O perdão, pelo contrário, é semelhante a uma dívida cujo pagamento não se realiza. Ele não somente deixa ficar sem solução o problema do restabelecimento da ordem, mas também aceita e confirma a violação da Lei.

Existe, portanto, uma inconciliabilidade entre justiça e perdão. Se a justiça consiste em não perdoar, então o Evangelho, que defende o perdão, pareceria propor a injustiça. Isto porque a lei de Deus se baseia num fundamental princípio de equilíbrio, que, no plano moral, significa justiça. É por este princípio que a ordem violada deve ser reconstruída, o mal deve ser pago, o erro deve ser corrigido pela dor, o que foi deslocado ao negativo deve ser recolocado na sua justa posição ao positivo. Ora, quando o ofendido perdoa, ele induz, com isso, quem lhe ofendeu a violar tal equilíbrio, pois o mal realizado pelo ofensor não é pago e seu erro não é corrigido, uma vez que o perdão lhe permite escapar à sanção punitiva. Como pode ser então restabelecido o equilíbrio da justiça, se o cômputo entre “deve e haver” é alterado pelo perdão? Quando Cristo se encontrou diante do Pai, Ele não pediu perdão, mas se colocou na posição de pagador perante a justiça da Lei. Ao contrário daquilo que faz o homem – que pleiteia o perdão para si, mas não o concede aos outros – Cristo praticou o perdão em relação aos outros, mas antepôs para si a justiça ao perdão. Ele nos mostrou, com efeito, que os débitos devem ser pagos.

Porém há mais. Até mesmo Deus se comporta conforme a sua lei de justiça, que exige o pagamento. Ele não usa o método do perdão, quando, pelas ofensas recebidas, exige do homem um pagamento e, para que este seja executado, manda à Terra o Seu “Filho Unigênito”. Eis então que o Evangelho, pregando o método do perdão em vez do justo pagamento, parece ter-se colocado em contradição com o Filho e com o Pai. Mas será que o Evangelho ignora a Lei e se coloca contra ela? Afinal, qual das duas vias se deve seguir? A do pagamento obrigatório, imposto pelo Pai e praticado pelo Filho, ou a do perdão, pregado pelo Evangelho?

Não se poderia ver também um caso de contradição no fato de Moisés, após ter descido do Sinai com o mandamento de não matar escrito sobre a Tábua, haver mandado matar três mil idólatras? Foram estas as palavras de Moisés: “Assim disse o Senhor, o Deus de Israel: ‘Cada um tome a sua espada e passe de porta em porta, e cada um mate o seu irmão, cada um o seu amigo, cada um o seu próximo’. E assim foi feito conforme a palavra de Moisés, e naquele dia tombaram do povo, três mil homens”.

Tais contradições, porém, não nos abalam. O fato é que, enquanto a Lei nos oferece princípios do S, o subconsciente humano propõe princípios do AS. Vemos tal forma de se evadir do pagamento com o perdão encontrar confirmação também alhures, por exemplo, no caso de São Tomás de Aquino, quando ele se

exprime assim: “Beati in Regno Coelesti videbunt poenas damnatorum ut beatitudo illis magis complacet” (“Os bem-aventurados no reino dos Céus verão as penas dos danados, para que seja mais intensa sua própria bem-aventurança”).

É compreensível que tais sentimentos de egoísmo possam naturalmente aflorar do subconsciente humano em quantos se sentem imunes diante das desgraças dos outros. Compreende-se também como o controle mental, bem mais reduzido no passado, deixasse ingenuamente escapar confissões desta espécie. Mas que estes sentimentos – comuns entre os mortais – pudessem ser atribuídos também aos eleitos do Céu, isso não é mais concebível hoje em dia. Seriam eles tão malvados, a ponto de gozarem com os tormentos dos seus semelhantes? Como admitir que a perspectiva de tão iníqua alegria pudesse servir de encorajamento no sentido de fazer o esforço necessário para a conquista do Paraíso? Poderiam os gozos celestiais consistir, então, em violar o fundamental princípio do Evangelho: “Ama a teu próximo como a ti mesmo”? Neste caso, a finalidade do perdão seria somente adiar a vingança para o além, a qual ficaria provisoriamente incubada até a intervenção de Deus, que, ao cumpri-la, viria a satisfazer à nossa mesquinhez, evitando-nos, com a eliminação do nosso esforço de persegui-la, o risco da reação por parte do ofensor.

Tais contradições nascem porque os princípios que regem a religião e a moral como norma teórica de conduta são de tipo diverso daqueles segundo os quais a realidade concreta funciona. Como, porém, justifica-se que os moralistas ignorem tal contradição? Além disso, por que deveria haver antagonismo entre os dois métodos de vida? Trata-se daquela mesma situação tão frequentemente registrada no mundo, a qual consiste em dizer uma coisa e fazer outra. De um lado, temos a afirmação de altos ideais e, do outro, a presença de uma realidade mesquinha, imperante na vida de cada dia. Belas e luminosas nuvens que voam no céu, enquanto na Terra se caminha sobre ásperas pedras. Belos os sonhos do espírito, mas quase sempre contrariados pelas imperiosas e massacrantes necessidades da vida. No alto resplandece a bondade e o amor, mas em baixo, no mundo, triunfa o mal e geme a dor. Quem vive feliz no Paraíso não sabe porventura que existe também o inferno e que nele se massacram seres vivos? Como podem os idealistas ignorar que a vida se baseia sobre a rivalidade e sobre o contínuo esforço da luta, ambiente no qual as suas teorias permanecem como inaplicáveis utopias? Então, se o perdão existe, o que significa e como se justifica esta sua estranha economia, tão contrastante com as leis da vida? Se esta se comporta tão diversamente, deve existir uma razão para isso. E a realidade destas leis impõe que o mal realizado seja pago conforme a justiça.

Observemos como funciona o fenômeno. Em nosso mundo, aquele

pagamento pode ser obtido tanto pelo método do macho, que reage como pessoa com as suas próprias forças, sem pedir a ajuda de ninguém, como pelo método da fêmea, que, carecendo de forças, pede ajuda, confiando a sanção à justiça de Deus. O primeiro é o método positivo, de reação ativa ou vingança; o segundo é um método negativo, passivo. Ambos, porém, tendem ao mesmo resultado final, que é fazer o ofensor pagar a sua culpa. No primeiro caso, temos uma reação direta e imediata, no segundo uma reação indireta, reenviada no tempo, por delegação, a outros. Trata-se de formas diferentes para a mesma substância, que é a necessidade de pagar. Assim o perdão evangélico, na realidade, corresponde à mesma necessidade de defesa, a qual, porém, é conseguida com um método de tipo feminino, mais condizente com os fracos, incapazes de se defenderem sozinhos.

Por isso o Evangelho é espontaneamente aplicado pelo tipo feminino, ao qual, portanto, Cristo não tinha necessidade de se dirigir, para ser obedecido. Ele se dirigiu, pelo contrário, de preferência ao tipo macho, aquele que, por saber defender-se sozinho, mais repele o Evangelho, embora seja quem mais necessita desta orientação, para corrigir sua tendência – devido à sua natureza anárquica e egoísta – de fazer justiça por si próprio, em vez de obedecer à Lei. Mas, ao mesmo tempo, Cristo quis ajudar os débeis – os quais, oprimidos e atribulados, confiam a Deus sua própria defesa – mostrando-lhes que existe, todavia, uma justiça também para eles, na qual podem confiar. Podemos ver então como a religião, mais do que pelo tipo macho, seja seguida pelo tipo fêmea, que nela encontra a proteção da qual tem necessidade. Em primeiro lugar a defesa para a sobrevivência.

Esta é a realidade da vida, cuja economia está bem longe daquela do perdão. Trata-se de um fato, e, para superá-lo, não adianta ignorá-lo ou desprezá-lo, como se não existisse. Na prática, ele constitui o que é norma neste mundo. Se o Evangelho afirma o contrário, significa isso porventura que aquela regra esteja errada ou seja má? Mas como pode a vida ser assim, se ela é regulada por leis que coincidem com a própria vontade de Deus?

Procuremos compreender. A contradição nasce do mal-entendido pelo qual se acredita que, se o perdão faz desaparecer a sanção visível e imediata, então não existe um pagamento e que, por isso, ocorre a injustiça do não pagamento. As referidas objeções têm origem no fato de se pensar que o perdão signifique uma subtração à justiça com o não pagamento, enquanto se trata de um diverso e mais perfeito modo de pagamento, pelo qual nos mantemos sempre dentro da ordem da justiça, que permanece inviolada. Eis que o método do perdão não representa então um ato contra a justiça, mas sim um acordo com ela, para que esta funcione de um modo ainda melhor. Fiquem tranquilos os que veem no

perdão uma impunidade do ofensor e, com isso, uma evasão à justiça da Lei. Isso não pode acontecer, pois ela é inviolável. Perguntamos, então, qual é a técnica segundo a qual se verifica este fenômeno?

A função de fazer justiça da maneira mais segura, adequada e completa implica a presença de outros elementos, que não são apenas aqueles usados para executá-la de forma simplista, pelo único método da sanção punitiva. Além desta finalidade, a Lei quer alcançar outras paralelas. O trabalho é complexo, exigindo uma sapiência que o sujeito normal não possui. Daí a necessidade, em primeiro lugar, de lhe tirar das mãos a função de justiceiro. Por isso ele deve pôr-se de lado e deixar a Lei trabalhar. Então ela só lhe pede que perdoe e se coloque fora do fenômeno, cuja direção de desenvolvimento somente pode ser confiada à Lei. E quem compreendeu como esta funciona, bem sabe que ela pode fazê-lo.

Observemos primeiro aquilo que se dá com o indivíduo ofendido. Com o perdão, este confia a reação à justiça da Lei e, assim, liberta-se de qualquer vínculo com o ofensor, o qual, deste momento em diante, fica entregue à Lei. Este não vai embora, como pode parecer, livre de sanções, sem pagar, pois entra na engrenagem das consequências dos atos que praticou. O ofendido, pelo contrário, com o perdão, retraindo-se da luta, encerrou de imediato a conta e não entra nesta engrenagem de pagamentos. O caso, para ele, está liquidado. Na balança da justiça da Lei, ele colocou o seu perdão, o que significa um crédito em sua vantagem. Relembremos que a Lei funciona para todos os indivíduos, seja qual for o lugar onde eles estejam.

Eis então que o poder do indivíduo não depende da sua potência terrena frente ao ofensor, mas sim da sua posição perante a justiça da Lei. Trata-se de uma técnica de defesa completamente diferente daquela que o mundo segue. À conta individual entre ofensor e ofendido substitui-se a conta entre o indivíduo e a lei de Deus. O primeiro é o método separatista e caótico do AS, no qual o ser está sozinho contra todos, não tendo em sua defesa senão suas forças, numa posição de contínua violação, injustiça e endividamento perante a Lei. O outro é o método orgânico do S, feito de ordem, no qual o sujeito se unificou com as forças da Lei, que ele, portanto, possui para sua defesa.

Em tal posição o indivíduo se torna parte de um todo no qual ele se completa e se potencializa, dado que as forças da Lei, atraídas por afinidade, ocorrem em proteção de quem se move em sintonia com elas. Isto porque a Lei se defende a si própria, quando defende quem, obedecendo-lhe, fundiu-se com ela e dela se tornou um elemento constitutivo.

Eis que a vantagem do método do perdão está em nos colocar na ordem do S, ao invés de na desordem do AS, com todas as consequências que derivam disso. Eis o significado e o grande valor utilitário da atitude proposta pelo

Evangelho, que nos quer colocar numa posição de inocência e, portanto, de segurança na ordem, condição esta que o desequilibrado sistema de luta, no qual se baseia o AS, jamais poderia garantir. É evidente que as forças do indivíduo, por mais potente que ele seja, nunca poderão sustentá-lo e protegê-lo como podem, pelo contrário, aquelas com as quais ele conta, quando consegue integrar-se no grande organismo do todo. Tudo isto é verdadeiro, grande e belo, mas é difícil fazê-lo ser compreendido por quem não tenha ainda construído olhos capazes de ver em profundidade.

Os dois termos do problema são: ofendido e ofensor. Estamos observando os destinos de cada um dos dois. A preocupação do Evangelho é libertar o ofendido das consequências de uma sua reação pessoal, que o liga ao ofensor, iniciando com este o cômputo entre “deve e haver”. Por via de regra, tem-se pressa em fazer por si próprio a justiça, pois, ao julgar o fenômeno, o homem míope se engana, enxergando apenas os efeitos imediatos ou em curto prazo, enquanto não vê os efeitos longínquos em longo prazo, nos quais a justiça se cumpre. Acontece, com efeito, que a imediata reação pessoal provoca uma contrarreação, e assim sucessivamente ao infinito. Dá-se o mesmo com as guerras, todas projetadas para chegar a uma vitória definitiva, enquanto na realidade não se alcança senão um perpétuo estado de guerra, no qual cada uma delas sempre surge para castigar a injustiça da outra. O Evangelho tenciona resolver este problema, quebrando o elo inicial da cadeia de ações e reações que imediatamente se estabelece, quando se usa o método da força.

Naturalmente, o Evangelho – como já vimos – fala aos fortes, cuja tendência é usar tal método, e não aos fracos, que, pelo fato de não terem força para reagir, não precisam receber conselhos de moderação. Mas, se estes forem justos, a Lei defenderá neles o próprio princípio da justiça. Quando o ofendido se encontra nestas condições, o ofensor não mais se encontra perante apenas um homem, mas também perante a Lei, que exige justiça. Isso implica uma grande disparidade de condições entre o ofensor e o ofendido, mesmo se o primeiro – quando forte e astuto – pode subtrair-se à reação do ofendido. Então, quando este último perdoa, entregando sua proteção e defesa à Lei, não há mais salvação para o ofensor.

Mas também para este constitui uma vantagem o fato de cair – mesmo que seja à força – em poder da Lei, cuja reação é diferente daquela do ofendido. Este apenas desabafa a sua raiva, obedecendo a um impulso de defesa ou de vingança, o que não vence o mal, mas sim o aumenta, porque à violência do ofensor se acrescenta a do ofendido, aumentando assim a desordem, em vez de eliminá-la. O escopo da Lei, pelo contrário, é reconstruir a ordem e fazer justiça, educando o ofensor, para, mediante a sua correção, salvá-lo, constringendo-o a

reingressar no justo caminho.

Ora, semelhante trabalho não pode ser confiado ao homem, mas somente à Lei, que possui a sapiência necessária para poder executá-lo. Aqui falamos da Lei como de uma coisa viva, porque ela representa a onipresença de Deus. O método de vida em nosso mundo é completamente diverso daquele proposto pelo Evangelho. O primeiro é de tipo AS, e o segundo, de tipo S. Isto significa que eles estão nos antípodas. Eis que um trabalho de ordem e justiça não pode ser confiado aos cidadãos do AS, mas somente a quem adere ao S, mesmo no caso em que tal trabalho deva ser realizado no seio do AS. As reações deste tipo não sabem ser corretivas para o bem do ofendido, a fim de reconduzi-lo à ordem, sobre a qual se apoia o S, pois são imbuídas de egoísmo e vingança, impulsos maléficos filhos da desordem, sobre a qual se apoia o AS. Portanto a função de cumprir uma verdadeira justiça não pode ser confiada ao homem, que não pode possuir todos os elementos para julgar, como só Deus pode, sendo Ele o único que, pela sua superioridade, tem a capacidade e o direito para fazer isso. E menos ainda pode tal função ser confiada ao ofendido, pois, sendo este parte em causa, não pode deixar de colocar a si mesmo no prato da balança, em seu próprio favor. Assim, propondo-lhe o perdão, o Evangelho também quer preservá-lo do pecado da injustiça do seu julgamento parcial.

Temos, então, uma forma de justiça por delegação, pela qual, em vez de exercê-la, o homem a confia à Lei. Outra maneira não há, se quisermos uma verdadeira justiça. Para quem vive no AS, não há outra salvação, a não ser apoiar-se no S e aplicar seus respectivos métodos. Foi isto que Cristo quis fazer, pregando a aplicação da lei do Pai neste mundo.

Vimos então o significado da contradição entre o Evangelho e a realidade da vida. Trata-se de duas verdades, cada uma relativa a um diferente nível evolutivo, sendo que ambas, em relação ao seu próprio ponto de referência, são verdadeiras. No entanto o ponto de referência do Evangelho é a Lei, o mais alto termo do conhecimento, constituindo aquilo que, para Cristo, é o Pai e, para nós todos, é o S. Já para o homem, o ponto de referência é, pelo contrário, o seu mundo, situado muito mais em baixo, no AS. É natural que de tal condição derivem dois opostos métodos de vida.

Estas duas verdades e seus respectivos métodos de vida podem ser vistos na Terra, representados por dois tipos opostos, cada um expressando a sua verdade parcial em contradição com a do outro. O primeiro é o verdadeiro involuído, movido pelos instintos mais baixos de nível animal. Trata-se de um ser imaturo, que se encontra atrasado em relação ao grau de evolução alcançado pela atual sociedade humana, apesar de se encontrar em seu lugar em relação à sociedade mais selvagem dos séculos passados. O segundo é o evoluído,

honesto, compreensivo, pacífico. Trata-se de um ser que, tendo atingido a maturidade plena antecipadamente, encontra-se assim deslocado à frente em relação ao grau de evolução alcançado pela nossa sociedade, mas que, certamente, encontra-se no seu devido lugar em relação à sociedade mais civilizada dos séculos futuros.

Trata-se de dois extremos – ambos fora de série – um por falta e outro por excesso de adiantamento. As massas, situadas na metade do caminho, formam o grosso do exército em marcha ascensional. Situados num tal ambiente de nível médio, ambos os tipos são marginalizados. O primeiro deles acaba na prisão. O segundo é isolado como sonhador utopista, fora da realidade, sendo ele de fato assim em relação ao tipo comum neste mundo.

No entanto, perante a Lei, a posição deste último é diferente. Enquanto o primeiro é por ela canalizado à força, através da dura mas salutar estrada do ressarcimento, sendo impelido, embora à força, para frente com a técnica trifásica explicada por nós no volume *A Técnica Funcional da Lei de Deus*, o segundo, ao contrário, é secundado, no seu esforço ascensional, pela Lei, que o ajuda, mesmo quando ele – apesar de querer – mais não sabe nem pode fazer.

Eis que compreendemos agora a razão que explica a aparente contradição entre as duas verdades opostas, problema que antes nos parecia insolúvel. Tal contradição, porém, não é apenas explicável, mas também sanável. Isto é compreensível pelo fato de serem as nossas verdades humanas, assim como as nossas posições religiosas e morais, apenas fases de transição, que se colocam ao longo do caminho da evolução. Elas fazem parte de um processo de transformação cuja função é tornar sempre mais verdadeiro e atual na Terra o ideal, que soa utopia no presente. É com tal orientação que se compreende a verdade do Evangelho. Ele é uma ponte lançada pela vida em direção a um estado futuro, até agora em fase de tentativa de realização, contra o qual ainda resistem as leis biológicas de um nível mais involuído, mas em relação ao qual, apesar de lentamente, elas vão cedendo, já introduzindo e assimilando o novo modelo em suas entranhas. É por isso que as duas opostas verdades – a do Evangelho e a do mundo – poderão um dia coincidir. Eis aqui racionalmente reconhecida a função biológica de Cristo e da sua doutrina.

O nosso momento histórico está todo empenhado no trabalho de destruir o que é velho. Mas, sempre que se executa tal operação cirúrgica, corre-se o risco de matar o doente, enquanto o escopo dela deve ser curá-lo e fazê-lo continuar a viver ou, pelo menos, salvar o salvável. A operação empreendida pela ciência materialista ficou pela metade, parando na fase destrutiva. Mas ela há de ser levada a termo até o fundo, o que significa chegar à fase reconstrutiva, pois é esta a sua verdadeira finalidade.

Esta segunda parte, que ainda não vemos realizada, é aquela que tentamos aqui levar a cabo. O resultado final disto não será a demolição do Evangelho, mas sim a própria confirmação dele, não apenas em termos fideístas como no passado, mas também de maneira racional e positiva, como exige a mente moderna, se quisermos que tal doutrina seja aceita. Tínhamos um Evangelho ultrapassado, não compreendido, cheio de superestruturas, com um Cristo retórico e mitológico, fora da realidade, situado num mundo em que sua doutrina foi sumariamente liquidada e condenada, por não se compreender suas leis e sua função. Quisemos então fazer do Evangelho algo atual e assimilável, com um Cristo vivo e presente entre nós, situado na realidade de nossos tempos, para levar à frente e redimir o nosso mundo na forma necessária à mente moderna e ao atual momento histórico.



Antes de abandonarmos este assunto, queremos insistir no esclarecimento de um ponto que, para o homem habituado a um regime de luta, parece-nos o mais difícil de compreender. Trata-se de explicar como o perdão pode constituir uma técnica de defesa em vista da qual o indivíduo que, com este recurso, aplica o Evangelho não fica, como parece, abandonado nas mãos do ofensor. “Qual será então, no sistema da Lei, a minha arma de defesa?”, pode perguntar por sua vez o ofendido. Respondemos que – embora isto possa parecer estranho – esta arma não é a força ou a astúcia, mas sim a retidão. Vamos procurar compreender de que modo pode ser verdadeira tão estranha afirmação.

O universo, desde o plano físico ao espiritual, é um sistema orgânico, dirigido por um princípio de ordem, o qual vamos realizando sempre mais, à medida que evoluímos. O evoluído, sendo mais avançado, enxerta-se no aspecto orgânico do todo, seguindo deste o princípio ordenador. Assim ele funciona dentro do organismo universal, conforme as normas da Lei, harmonizando-se com esta e integrando-se ao todo como elemento disciplinado. O involuído, sendo mais atrasado, enxerta-se, pelo contrário, no aspecto caótico do todo e segue seu próprio impulso individual separatista, que representa o princípio oposto, feito de revolta e de desordem. Assim ele, dentro do todo organicamente dirigido, funciona em posição de isolamento e rebeldia, agindo no sentido anti-Lei, como indisciplinado fomentador de desordem.

Decorre disso que o indivíduo, embora permaneça sempre no seio do mesmo universo, assume posições diferentes conforme o nível no qual ele vive: do evoluído ou o do involuído. O primeiro existe em função do centro, em torno do qual ele gravita. O segundo se faz periférico, pretendendo, com isso, ser ele próprio o centro. O primeiro é feito de harmonia; o segundo, de contrastes; o primeiro é afirmativo; o segundo, contestador; o primeiro personifica a aplicação

da Lei; o segundo pretende sub-rogá-la pelo seu próprio eu.

Da diversidade destas duas posições depende todo o resto, acarretando métodos de vida diversos, segundo os quais nos servimos de instrumentos diferentes na técnica de defesa. Na primeira posição, o sujeito vive num campo de forças que se somam, porque convergem para a mesma direção. Na segunda posição, ele vive num campo de forças contrárias, que se elidem e divergem em todas as direções, dispersando-se. Eis então que a arma usada pelo involuído para se defender – sendo ele um rebelde antiordem – permanece confinada, não indo além de seu âmbito pessoal. Não se colocou ele contra a Lei, negando-a? Pois bem, então a Lei coloca-se contra ele, renegando-o. Assim ela o repele, deixando-o só. O evoluído, pelo contrário, aderiu à Lei. É lógico, então, que esta vá ao seu encontro. Assim ela o incorpora e o torna coparticipante dos recursos que ela dispõe. E não poderia ser de outro modo. Dessa maneira, quem segue o princípio do caos, em oposição ao princípio de ordem, só poderá ser repellido e acabar isolado, ficando abandonado a si próprio, no caos.

Eis por que é necessária a retidão. Eis por que ela pode constituir uma arma de defesa para o ser humanamente indefeso, que aplica o Evangelho e o princípio do perdão. Quem faz isto se insere na organicidade do todo, nela encontrando sua força e defesa. Só quem vive em sentido orgânico pode fruir de tais benefícios, os quais decorrem precisamente do fato de se observar uma justa regra de conduta, condição fundamental para poder pertencer àquele organismo. Está aqui explicado por que o enquadrar-se na ordem pode constituir uma arma de defesa para sobreviver e para avançar. Esta é uma arma muito mais poderosa do que todas as outras humanas, porque ela faz parte do organismo do Todo, do qual não pode dispor quem segue apenas a economia do mundo.

É necessário compreender que o homem evangélico, mesmo quando materialmente situado no AS, vive conforme o S. Isto significa assumir uma posição oposta àquela egocêntrica e separatista, vivendo organicamente em função de todos os elementos do seu tipo, espiritualmente ligado a uma coletividade de mais alto nível evolutivo, da qual ele faz parte. Nasce deste fato, para o evoluído, uma relação de reciprocidade com a Lei, condição na qual ele, embora esteja carregado de deveres que o involuído repele, encontra-se repleto de direitos dos quais este último não goza. O homem evangélico não vive isolado, mas sim em função do todo, razão pela qual ele é também um momento do todo, fato que a vida tem em conta. Assim ele goza da defesa inerente a quem pertence a uma coletividade, em relação à qual ele deve, em troca, assumir seus respectivos deveres.

Ter consciência da organicidade do todo e viver nela inserido, numa rede de intercâmbios sem atritos, compreendendo os outros elementos e fundindo-se

em comunhão com todos, para com eles colaborar, significa tornar-se grande e forte como todo o organismo, ao qual assim se ajuda a construir e do qual se faz parte. Então a nossa vida se dilata, tornando-se imensa, porque ela é a vida do Todo e a vida do Todo é a nossa. Todas as barreiras do separatismo egocêntrico caem, todos os canais de comunicação estão abertos, e a vida flui através deles triunfante. Tudo é luminoso, livre, lógico, convincente. Tal abertura é dada pelo amor, que conduz à unificante colaboração. Então nenhuma criatura está só, pois, quando há necessidade, todas as outras, que formam com ela um só corpo, acorrem para ajudá-la. Nenhum auxílio, porém, chega ao involuído anti-Lei, que está isolado devido ao seu egocentrismo, pois, não havendo amor, os canais estão fechados e não há colaboração. O Evangelho defende a vida com o diverso sistema do amor e do perdão, abatendo as barreiras e abrindo os canais.

Há uma forte razão para a Lei proteger o homem evangélico, que vive conforme a justiça. No funcionamento do universo prevalece, acima de tudo, a vontade de evoluir, e isso significa regressar a Deus, saindo do AS, para entrar no S. A Lei personifica esta vontade e impulsiona no sentido de realizá-la. Ela se dirige então ao involuído, tratando-o com o chicote da dor e fazendo-lhe pagar seus próprios erros, para que aprenda e, com isso, evolua. Por outro lado, ela também se dirige ao evoluído, mas para ajudá-lo a superar as dificuldades, encorajando-o, assim, a subir através de seus próprios esforços. A finalidade é sempre evoluir. No primeiro caso, o estímulo é ao negativo, assumindo a forma de reação e pressão. No segundo caso, o estímulo se converte em convite e atração. Desse modo, o involuído se vê fatalmente constrangido, devido à sua conduta anti-Lei, a se precipitar na engrenagem dos ressarcimentos, sanção da qual está isento quem segue o sistema da retidão. Assim o evoluído, graças à sua conduta pró-Lei, é por ela secundado, porque ele a ajuda no seu impulso fundamental, que é no sentido de fazer evoluir.

O resultado prático dessa técnica funcional da Lei está no fato de que o fator retidão – ainda que nosso mundo lhe atribua um valor relativo, embora o exalte com palavras – é importantíssimo para a defesa e para o bem do indivíduo. A realidade é que este, ao afirmar-se através do método anti-Lei na conquista de bens materiais (poder, glória, prazeres etc.), trabalha em perda para si. Com efeito, enquanto julga estar obtendo vantagem, ele prepara seu próprio dano. Assim, acreditando que esteja ganhando, ele de fato se endivida perante a justiça Lei, à qual terá de responder depois. Alcançar tais triunfos ao negativo – porquanto não merecidos – significa ter de expiar depois, porque eles formam a base para destinos de sofrimento. Ao contrário, encontra-se em posição vantajosa, fazendo-se credor perante a justiça, o indivíduo que, apesar de perder os valores do mundo (riqueza, glória, prazeres etc.), trabalha conforme a Lei,

mesmo se ele, por esse fato, é incompreendido e desprezado.

Se o escopo fundamental da existência é evoluir, eis que tudo é válido em relação a este fim supremo. Mas evoluir significa sair do separatismo do AS, para voltar à unidade do S e assumir assim, regressando a Deus, uma posição unificante, oposta à do AS. Trata-se de reconstruir a unidade do Todo, pulverizado pela queda, e de reconstruí-lo através da unificação dos elementos dispersos no caos, uma unidade após a outra, num sentido cada vez mais abrangente. Tal unificação constitui também uma reorganização, com a qual se estabelece, portanto, a reconstrução de toda a organicidade original, por meio da construção de sistemas sempre mais complexos e mais vastos, até à perfeição do S. Consequentemente, isto significa reconstruir completamente – em contraposição a todos os elementos anti-Lei, feitos de desordem – a plena ordem da Lei, realizando este processo através de sucessivas etapas de reorganização, sempre mais profundas e extensas, até alcançar aquela ordem perfeita, que caracteriza a Lei.

Tudo isto pode ser observado, sendo possível reconhecer suas diversas fases de realização. Assim, à fase caótica das formações galácticas, vemos seguir-se a fase mais orgânica dos sistemas planetários. Há na vida um instinto de unificação que a leva a organizar-se sempre mais na ordem, em proporção ao grau de evolução atingido. Alguns animais se unem em verdadeiras sociedades. O homem saiu da unidade familiar para a do grupo, depois a do castelo, da cidade, do partido político, da religião, da nação, do povo, da raça e da humanidade. Quanto mais elevadas e portanto mais abrangentes, tanto mais estas unidades perdem consistência, porque estão em formação, constituindo ainda uma tentativa de construção ao longo do caminho da evolução. Mas a vida caminha para uma unificação sempre mais vasta, o que implica um ordenamento orgânico para constituir sistemas cada vez mais complexos e completos, até ao máximo, único e perfeito: dado pelo S. Esta é a estrada da evolução, o caminho que leva a Deus. É sobre este caminho que nos coloca a economia do Evangelho.

XIX. A NOVA TÉCNICA DE RELAÇÕES SOCIAIS

O problema da violência. Ela constitui culpa num regime de ordem, mas é instrumento de luta num ambiente de violações. A injustiça pode legitimar a revolta. A evolução elimina a violência. Reconhecimento dos direitos do indivíduo. A injustiça institucionalizada. A desconfiança recíproca e o instinto de luta impedem o diálogo. A vantagem de suprimir os atritos e a nova técnica das relações sociais. O fim das guerras.

Abordemos agora o problema da violência. O Evangelho a condena. No entanto, enquanto o seu convite à não-resistência e ao perdão se dirige a quem é golpeado, o convite à não-violência se dirige àquele que golpeia. Depois de ter observado os primeiros dois aspectos do problema, observemos agora este terceiro aspecto, concernente à pacificação proposta pelo Evangelho. A sua solução é de fundamental importância para resolver outro grave problema, que se refere à convivência social, hoje de grande atualidade. Dada a técnica da sua evolução, a vida, pelo fato de caminhar – como já vimos – para a unificação, vê-se constrangida a se afastar do seu primitivo estado separatista de luta, para tentar a eliminação da violência. Deve-se avançar do AS para o S. Isto significa ter de se mover em direção à ordem, à colaboração e à organicidade, coisas que exigem o pacifismo e excluem a violência. Eis que esta é biologicamente condenada a desaparecer, porque a evolução fatalmente leva à superação da luta entre elementos inimigos. Já se vê hoje o quanto ela seja contraproducente, compreendendo-se também a necessidade de eliminá-la nas grandes organizações industriais e nos trabalhos de investigação científica de equipe. A atual conquista da Lua é produto de tal organização. Até no setor religioso, a nova tendência é anti-separatista e unificadora. As novas ideias políticas se baseiam na coletivização.

O que é a violência? Ela é a expressão mais viva e evidente do estado de luta, que é por sua vez produto do impulso egoísta desagregante, próprio do AS. Desse modo, a violência está nos antípodas do S, tendo natureza anti-Lei e, portanto, constituindo mal e culpa. Não há dúvida de que a violência seja assim, quando observada em relação a um regime de justiça, tomando-se como pontos de referencia a Lei e o S.

Porém o homem não vive no S, e sim no AS, imerso num regime de violação e de injustiça. Como estabelecer então a culpabilidade de um ato, quando este é cometido num ambiente de culpa, no qual está situado o ponto de

referência? Quando, em tal ambiente, a violência é reputada necessária para a sobrevivência, como se pode considerar culposa uma conduta que é indispensável para não perecer? Ao contrário, quanto mais se desce involutivamente, tanto mais a violência, ao invés de culpa, torna-se virtude, porquanto, constituindo um meio de vida, satisfaz à imperiosa necessidade de se viver, para que se realize a evolução. Com efeito, para os seres do plano animal, renunciar à violência pode significar a morte. E isto, em certos momentos e ambientes, pode ser verdade também para o homem. Então, como sustentar o dever de seguir uma virtude que pode reduzir-se a um suicídio? E como pode o ideal evangélico querer anular instintos basilares, fixados através de repetições milenares como automatismos necessários a conservação da vida, tão necessários e tão preciosos, que se deve aos mesmos o fato de ter o homem sobrevivido até hoje?

É verdade que, para quem aprendeu a se comportar conforme a Lei, não é necessária a violência, pois ali reina a disciplina. Mas, onde existe esta necessidade – como entre os involuídos, situados fora da Lei, no AS – o discurso é bem outro. O homem, devido ao seu atraso evolutivo, está num ambiente ainda anti-Lei, no qual, para viver, é necessário lutar, sendo a defesa individual confiada às próprias forças de cada um. Como se pode pretender que o indivíduo siga a seu risco e perigo uma conduta que contrasta com o ambiente no qual ele vive e se contrapõe aos métodos por ele empregados?

Então, o que acontece? É um fato que a evolução quer alcançar um regime de justiça. Esta é a tendência da vida, sendo que, onde vigora a Lei, esta meta já foi alcançada. Mas, onde está em vigor a anti-Lei, o ponto de partida do caminho para o ser, mesmo quando a luta é feita para alcançar a justiça, ainda é a injustiça. Portanto, onde a violação da Lei constitui a regra, forma-se uma cadeia de injustiças sem fim, cujos elos ligados entre si, segundo uma sequência de causa e efeito, digladiam-se incessantemente, à procura de uma justiça que, por este método, nunca será alcançada. Verifica-se então que a verdadeira culpa da violência recai sobre todas as causas antecedentes, das quais ela é a consequência, consistindo cada uma delas num abuso em prejuízo do ofendido, cujo impulso, por instinto, é reagir. Ora, a primeira violência e culpa está sempre no fato de se ter agido contra a justiça, o que se verifica por via de regra nas posições de comando, precisamente onde deveria triunfar o dever de observar aquela justiça. Então esta injustiça por parte de quem tem autoridade leva os ofendidos a fazer uso da justiça com suas próprias mãos, por meio da violência. E esta, que é culpa quando usada contra um regime de justiça, converte-se em justiça, quando se dirige contra um regime de injustiça. Em tal caso, a violência pode ser conforme a Lei, na medida em que se procura a justiça contra a

injustiça. No entanto, para se ter o direito de admitir como legítimo o uso da violência com a finalidade de se fazer justiça, é necessário reconhecer que vivemos num mundo ainda selvagem.

Assim, por exemplo, na Revolução Francesa, as culpas mais graves não hão de ser vistas nos delitos cometidos pelo povo exasperado, mas sim nos abusos da aristocracia, que os havia provocado, levando o próprio povo ao desespero. Em tais casos, a violência, quando não exista outro meio para obter justiça, pode tornar-se legítima. Então é a vida que rompe as barreiras construídas pelos parasitas, acomodados nas posições de domínio, para que estes não interrompam a evolução. É em tal caso que a Lei faz vencer as revoluções, por mais ilegais que possam parecer.

É por este caminho que se chega ao absurdo de reconhecer a legitimidade de uma estranha moral, que admite a revolta violenta, quando esta é reputada necessária para restabelecer a ordem da justiça num regime baseado na desordem da injustiça. Assim um mal de tipo anti-Lei pode excepcionalmente tornar-se lícito. É, contudo, necessário que não haja outro caminho para se obter justiça. No entanto, além desta, deve haver ainda outra condição. A escolha deste tipo de conduta não se pode fazer ao acaso, mas somente por uma necessidade que a justifique. Isto presume uma capacidade de julgar retamente, com uma consciência sã, apta para se autodirigir, presumindo também que o indivíduo assuma a responsabilidade desse seu modo de agir, a qual recai toda sobre quem julga ser justa a sua violência. Como se vê, não é fácil estar moralmente autorizado a usá-la quando se trata de um tipo humano, naturalmente levado pelo egoísmo ao abuso. Fica claro, então, que são muitas as restrições para um reconhecimento da legitimidade no uso da violência.

O problema da legitimidade da violência é de grande atualidade, porque assistimos hoje a um levantamento mundial, nada pacífico, contra o princípio da autoridade em todas as suas formas. Os conceitos acima referidos nos ajudam a compreender o fenômeno. A autoridade, no passado, foi usada com frequência contra a justiça, para submeter algumas classes de indivíduos que hoje se rebelam. Assistimos assim a fatos diversos, todos conexos por um fundo comum, tais como a emancipação da mulher contra a autoridade marital e contra a supremacia do macho em todos os campos; a rebelião dos pobres, reclamando os seus direitos contra os ricos; a vontade de independência dos filhos perante os pais; a intolerância por parte das novas gerações diante dos sistemas das velhas gerações. Isto acontece até no campo eclesiástico, outrora modelo de disciplina. Antigamente, a mulher, o povo e o jovem eram mantidos na ignorância, ficando impedidos de conhecer a realidade da vida, zelosamente escondida sob ideais, usados como máscara protetora. Hoje estas mesmas classes, que estavam outrora

submetidas, despertaram e não suportam mais semelhantes abusos. Trata-se de um movimento mundial que, acima de todas as divisões, arrasta todos, podendo ser considerado uma revolução da própria vida, onde a violência parece encontrar guarida na necessidade de progredir. Como se poderia condenar tudo isto, quando é necessário à evolução? Então quem pode julgar-se no direito de impedir que a vida progrida?

Impõe-se, portanto, resolver o problema da definitiva eliminação deste mal que é a violência. Que ela às vezes seja necessária não quer dizer que não seja um mal. Como se pode chegar a tal resultado? É um fato que o homem está imerso num mar de violações e reações, mas é também inegável que a vida exerce uma pressão incessante para subtrair-se a essa fatalidade. Por isso, apesar de tão tristes constatações, deveremos, por evolução, alcançar a supressão da violência. Se esta é um produto do AS, ou seja, da involução, o remédio consiste na evolução, que corrige tudo, levando o AS para o S. É fatal e onipresente a técnica de desenvolvimento deste fenômeno.

Vemos de fato que, assim como o furto pertence à fase involuída da propriedade legitimada por lei e como a escravidão representa a fase involuída do trabalho remunerado, a violência também é a fase primitiva do direito codificado. A evolução disciplina e organiza a atividade humana, construindo uma ordem sempre mais perfeita, da qual a injustiça é cada vez mais eliminada e com ela a necessidade de uma reação que faça justiça. Caminha-se assim em direção à observância da Lei, com o reconhecimento para todos do direito de viver, que, num regime anti-Lei, é negado e que, por isso, deve ser exercido à força, podendo justificar o uso da violência.

A humanidade está hoje se aproximando da eliminação deste mal, através do reconhecimento daquele direito à vida, que permitirá sua observância em todos os campos. Tende-se assim a exercer a autoridade cada vez menos naquela forma egoísta e opressiva do passado, para exercê-la sempre mais em forma protetora e educadora. Eis que a violência não se elimina mediante outra violência, pois isto provoca uma reação, mas sim com a civilização, enquadrando-nos todos – dirigentes e dependentes – num regime de ordem e responsabilidade, caracterizado por direitos bem precisos e por deveres efetivamente respeitados. Não se pode eliminar a violência, a não ser eliminando suas causas, as quais hão de ser vistas, por via de regra, no mau uso que os detentores do poder venham a fazer de sua autoridade, dos meios de vida e das diretrizes sociais em qualquer uma de suas formas, seja ela econômica, política, religiosa etc.

Observemos a técnica deste fenômeno. Hoje vivemos numa fase de transição do velho regime da injustiça para o novo, caracterizado pela

instauração da justiça social. Vejamos como era constituído o velho regime. Não existia nele uma definição de direitos e deveres. O princípio sobre o qual se baseava estabelece que o direito do indivíduo vai até aonde suas forças são capazes de fazê-lo valer, enquanto seu dever depende, pelo contrário, da sua fraqueza e é medido pela mesma. Este é o sistema que ainda vigora no campo bélico internacional, no qual o direito e sua legitimação são impostos pela força, por parte do vencedor. Então o vencido é julgado um criminoso de guerra somente porque foi derrotado.

O regime do passado era um regime de força, e não de justiça. Mas a vida evolui do primeiro sistema ao segundo. No passado, todos os direitos cabiam ao forte justamente porque, enquanto tal, ele sabia fazê-los valer, cabendo ao débil, pelo contrário, todos os deveres, porque não sabia fazer valer seus direitos. Ao reconhecimento dos direitos e deveres de cada um, não se chega senão numa fase mais evoluída. Na fase antecedente, a honestidade era pregada apenas para paralisar e, assim, melhor sujeitar o mais fraco.

Era justo, então, que este se defendesse com a hipocrisia, porque, perante o forte, outro meio de defesa ele não tinha. Explica-se e justifica-se assim a astúcia como legítima defesa, pois quem a usava se encontrava perante uma injustiça legalizada. Mas porque não deveria a arma do engano, usada pelo fraco em sua defesa, ser admitida, como o é a arma da força, usada do lado oposto? Aos fortes, a força; aos débeis, a astúcia. A vida dá imparcialmente a cada um seus respectivos meios para a sobrevivência, tanto mais que ela, igualmente no segundo caso, alcança a sua finalidade de salvação, quando, para além da superioridade física da força, faz vencer também a força mental da astúcia.

Formou-se assim no passado uma moral feita pela mistura de força e de hipocrisia, em que, sob uma aparente honestidade, fervia subterraneamente uma encarniçada luta pela vida. Isto deu origem ao clássico tipo da pessoa de bem, respeitável e bem-pensante. Estabeleceu-se então, na convivência entre a classe dos patrões e a dos servos, certo equilíbrio entre as duas partes, o primeiro esmagando com a força e o segundo enganando com a astúcia, sem que nunca chegassem a uma clara definição ou a uma exata observância dos recíprocos direitos e deveres. Quem se encontra hoje em idade avançada, pode ter conhecido aqueles dois regimes. Hoje a vida, apesar de ser contestação e revolta, busca definições e soluções claras, enquanto, antigamente, tudo parecia um jardim florido, embora, na substância, não passasse de um campo minado.

No passado, não tendo sido ainda alcançada uma consciência dos recíprocos direitos e deveres, não se podia resolver o problema senão com esse equilíbrio entre os dois opostos egoísmos, de um lado o forte e de outro o fraco, cada um lutando com os seus meios. Por este caminho, a solução do conflito não

podia ser alcançada de outro modo, a não ser com o fraco se fazendo forte o suficiente para conseguir o reconhecimento de seus direitos por parte do forte.

É isto em substância o que está acontecendo atualmente. Trata-se de um produto da evolução, sendo que, para alcançá-lo, era necessária e indispensável uma proporcionada maturação em todos os campos. Esta é a grande revolução de hoje. Eis porque os princípios do passado, com base na autoridade etc., estão em crise. Mas há de se lutar para que esta reação seja realizada em direção à justiça, e não a um abuso no sentido contrário, porque todo abuso só consegue dar lugar a uma cadeia de reações do mesmo tipo. A solução se alcança com o equilíbrio, e não com um novo desequilíbrio.

Eis porque o Evangelho condena a violência. Mas, quando ela é condenada para outros fins, como, por exemplo, manter quietas as massas, a fim de conservar de pé a injustiça institucionalizada de regimes que violam os direitos fundamentais do homem, então se compreende e se justifica a reação das massas submetidas. Em tal caso, a responsabilidade da revolta não cai tanto sobre os revoltosos quanto sobre as classes dominantes, porque são elas que, através de sua conduta, provocam as reações explosivas do desespero. Logo pode tornar-se legítima, como referimos acima, uma insurreição revolucionária, quando ela seja contra uma tirania evidente e prolongada.

Eis que o pensamento moderno é orientado de um modo totalmente diverso daquele que vigorava até o passado recente, quando o homem se apoderava das melhores posições e, depois, para mantê-las, pregava a não violência do Evangelho aos excluídos daquelas posições, das quais estes não tinham sabido empossar-se. Assim a legalidade da ordem estabelecida cobria a injustiça.

Atualmente, este jogo é evidente e, por isso, não vigora mais. Hoje, a vida procede a um nivelamento de direitos e deveres, imparcialmente, porque pretende chegar a organizar toda a massa humana numa única sociedade, na qual cada um cumpre a sua função, seja de comando, seja de obediência, conforme as suas respectivas capacidades. Antigamente, a vida queria fazer sobreviver o mais forte, eliminando o mais fraco, o que era justo naquele nível evolutivo. Hoje, no entanto, além de procurar realizar tal seleção, ela busca deslocar-se para novas posições, tendendo à coletivização, para alcançar a fase orgânica. Segue-se daí que o nivelamento, embora possa parecer supressão dos valores individuais, leva, pelo contrário, ao alcance de um maior rendimento para estes, porquanto faz realizar um passo para frente, em direção à unificação.

É certo que se trata de uma revolução, e não apenas de um fato superficial. Mas isto implica também outro deslocamento, na medida em que se realiza com uma técnica menos sanguinária e mais inteligente. De fato, esta revolução não

tende à mera substituição de pessoas nas mesmas posições, mas sim a uma exata definição de direitos e deveres, para se chegar a um estado orgânico unificado. Isto concorda com outro aspecto da técnica evolutiva, para a qual, quanto mais exatamente definida nos seus particulares, mais perfeita e portanto mais avançada é uma posição, dado que a evolução é também um processo de aperfeiçoamento em direção a formas de existência mais complexas.

Ora, quanto mais se avança em direção a tal posição, na qual são reconhecidos os direitos do indivíduo e se vive num regime de justiça, tanto mais a violência se torna verdadeiramente culpa e tanto mais severamente ela é corrigida pela lei de Deus, através de proporcionadas reações, como acontece com toda verdadeira injustiça.

Então o que de bom se pode pretender, quando a primeira violação vem de cima? Não é possível se praticar a injustiça da opressão para com seus próprios dependentes, sem que estes não adquiram o direito de praticar a injustiça da revolta para com seus próprios superiores. No fundo, é natural que todo indivíduo procure revidar o dano que recebe. Então como podem falar de deveres aqueles que, em primeiro lugar, não cumprem com os seus próprios? É esta falsidade que autoriza a desobediência. Triunfa então o regime do AS, onde, havendo luta de todos contra todos, é inútil se procurar justiça.



É este estado de fato – dado pela lei da luta na desordem, própria do ser humano, cujo nível evolutivo ainda não alcançou a fase da harmonização – que torna difícil a eliminação da violência. A evolução que tal estado deve realizar está obstaculizada pelo fato de haver a humanidade emergido de um regime de injustiça profundamente fixado no seu subconsciente.

Antigamente, as revoltas dos subalternos eram todas ilegítimas, porque era inconcebível que eles tivessem direitos. Isto produziu um inevitável estado de desconfiança, sobretudo por parte dos dependentes em relação aos dirigentes. Por isso não existe colaboração entre os dois extremos, mas sim um antagonismo dificilmente sanável. Pudemos observar na Europa casos em que o velho instinto de revolta do servo contra o patrão – voltando à tona – induziu os primeiros a não aceitarem propostas para sua própria vantagem, oferecidas a eles por patrões inteligentes. Estes as ofereciam porque tinham compreendido que, nos próximos anos, ver-se-iam constrangidos a concedê-las à força. Então, antecipando os tempos, tinham decidido oferecê-las por sua espontânea vontade, em vista de seu interesse futuro.

A vantagem, para eles, consistia em assegurar à sua própria indústria um longo período de paz, o que significa uma produção maior e portanto uma utilidade maior, pelo fato de eliminar a dispersão de energias provocada pela

luta, associada a greves, vandalismos, sabotagens, escasso rendimento de trabalho, discussões com sindicatos etc. As concessões queriam prevenir tudo isso e os consequentes prejuízos, procurando resolver o problema da violência através da eliminação de suas respectivas causas, para instaurar assim um regime de justiça. É seguindo este exemplo que os dirigentes demonstram ter compreendido o quão mais conveniente é darem prova de justiça e generosidade – concedendo aos seus dirigidos espontaneamente aquilo que estes, mais tarde, conseguiriam pela força – do que continuarem a explorá-los e a oprimi-los.

Pois bem, nestes casos pudemos observar que os dirigidos recusaram estas pacíficas ofertas, realmente vantajosas para eles, preferindo palmilhar o método da ofensiva e da sucessiva extorsão pela violência. Isto porque foram induzidos pelo seu instinto, fruto de longa experiência no passado, a desconfiar da oferta, que foi interpretada então como uma enganosa armadilha. Este instinto os leva, portanto, a não aceitar tal proposta, porque eles acreditam que, somente conseguirão algo de verdade extorquindo-o pela força. Nem é possível se esperar uma atitude diferente de indivíduos habituados a desconfiar durante milênios. Até ontem, os servos nem sequer conheciam quais eram os seus direitos. Sabiam apenas que o mais forte os tinha todos e que o mais fraco não tinha direito algum, sendo qualquer reclamação sua julgada e punida como uma revolta.

Os modernos conceitos de justiça social são muito recentes para poder vencer as resistências de todo um passado fixado no inconsciente coletivo. Vive-se ainda um regime de desconfiança contra todos, porque se está habituado a ser golpeado pelos fortes e enganado pelos mais astutos. Continua-se assim, por simples desabafo de instinto, com o sistema da violência, mesmo quando ela não é legitimada por uma necessidade. Para o homem, ensinado assim por todo seu passado, ainda vale muito mais a força do que a justiça. O vencedor, pelo fato de vencer, tinha direito a tudo. Por isso o homem qualificou Deus como onipotente, a fim de colocá-Lo na posição que lhe parecia de maior valor, ligando-a ao poder, antes que à justiça. A velha natureza humana ainda sobrevive e impede a formação do espírito de compreensão e colaboração, necessário nas modernas grandes organizações econômicas, políticas, sociais e industriais, que têm necessidade de resolver os conflitos com o menor tempo e o menor dispêndio de energias possível.

Daí a necessidade de um diálogo inteligente, capaz de valorizar os interesses comuns, evitando o atrito, que deteriora e não resolve. Mas, infelizmente, devido ao já mencionado instinto de desconfiança e de luta, o diálogo sempre pode resolver-se num engano, pois é possível utilizá-lo como uma astúcia, para imobilizar com palavras e promessas a parte contrária, a fim de vencê-la melhor. O diálogo presume de ambas as partes certa dose de boa

vontade para concordar e cooperar, pois, de outro modo, não passará de uma enganosa arma de guerra. Explica-se assim por que os jovens contestadores de hoje não aceitam mais o diálogo como meio para se entenderem, preferindo recorrer à força. Eis então que a técnica do diálogo ainda não funciona, devido à imaturidade dos dialogantes, levados a usar os velhos métodos de luta, para obter o predomínio individual ou coletivo. Assim a última e decisiva palavra está entregue à luta, prevalecendo a tendência de se recair nas posições mais atrasadas da evolução.

Tal tendência involutiva é, contudo, corrigida pelo contínuo esforço ascensional da vida, cuja vontade é, pelo contrário, evoluir. A vida é utilitária e, por isso, segue o método de procurar a maior vantagem com o mínimo esforço, tendendo sempre mais ao estado orgânico e unitário. Se ela admite a luta, isto é precisamente para fazer com que elementos estranhos possam conhecer-se e, assim, juntar-se e cooperar. A guerra é a primeira e mais involuída forma de contato e de diálogo que a vida impõe aos sujeitos separados, para que se avizinhem e se unifiquem. É assim que a evolução, através da guerra, acaba por eliminar a guerra. Por este mesmo processo, a compreensão, que aproxima e unifica, tende a substituir, nas relações sociais, a luta, que isola e divide.

Sabemos que o ponto de partida da evolução é o estado caótico e separatista do AS e que a meta para a qual ela tende é o estado orgânico do S, feito de ordem e cooperação. Desse modo, quanto mais se desce involutivamente, tanto maior é o esforço que se consome nos atritos da luta e tanto menor é o trabalho produtivo. É assim que, num estado involuído, temos um esforço máximo e um rendimento útil mínimo, enquanto, num estado evoluído, temos um esforço mínimo e um rendimento útil máximo. Eis que a vantagem de se eliminar a luta e de se coordenar os esforços para colaborar é avaliável em termos utilitários. É impossível que a inteligência humana, desenvolvendo-se, não chegue a compreender e a aplicar, para sua própria vantagem, uma verdade tão elementar como esta, pela qual o estado de ordem e a consequente disciplina social, por serem menos dispersivos e mais produtivos – mesmo que muitas vezes sejam considerados como uma limitação da liberdade – são muito mais úteis. É por isso que, tendo-se experimentado as tristes consequências de um abuso da liberdade, corre-se o risco de se recair num regime policial, na esperança de se reconquistar ou de se instaurar tal disciplina.

É assim que o fenômeno da supressão da violência encontra-se ao longo do caminho da evolução, cuja função é superá-lo e resolvê-lo. O fato verificado hoje, sobretudo nas relações sociais pertencentes ao campo do trabalho, é que os velhos e cansativos sistemas de lutas vão sendo substituídos por outros, de maior rendimento. Aos atritos entre patrão e servo substitui-se o método da

colaboração entre cointeressados. Quando o operário se torna coproprietário e o proletário se torna burguês, não é mais necessário abolir a propriedade, para alcançar a justiça social. E isto já começa a funcionar nas indústrias dos países mais avançados, por obra de especialistas em tecnoestrutura. Retrocede a violência e em seu lugar avança a inteligência. Prevalece, então, e sempre mais se afirma o princípio orgânico no lugar do tradicional método de ataque e defesa. Esta é a atual revolução incruenta, a maior das conquistas já verificadas na história, porque não se trata de mera substituição de classes, mas sim de métodos de trabalho. Superando os velhos métodos de luta e renovação violenta, ela leva bem mais à frente, ainda que os velhos instintos agressivos possam, de vez em quando, reemergir no homem. Pouco a pouco, chegamos aos antípodas da escravatura, substituindo a opressão pela coordenação. Neste novo regime, destinado a prevalecer cada vez mais, os dependentes não serão mais levados a exigir o reconhecimento de seus próprios direitos, pois os dirigentes – como já vimos acima – espontaneamente os concedem no interesse comum. Isto não tem nada a ver com o tradicional, elástico e egoísta paternalismo bonacheirão, pois se trata de uma vantagem positiva, racionalmente aquilatada, e não de uma ação fundamentada sobre interesses particulares. Porém os dependentes imaturos, não estando ainda em condições de compreender, continuam a se deixar guiar pela desconfiança, sendo levados por esta a contar somente com aquilo que, através da força, podem obter do próprio inimigo: o patrão. Para eles, é inconcebível que se possa verificar em seu oponente um comportamento de autêntica generosidade ou que, de alguma forma, tal conduta possa redundar em vantagem dos dirigidos. Aliás, é bem natural que pareça anacrônico tudo aquilo que antecipa a evolução. Mas também é lógico que os métodos de vida da nova civilização do III Milênio devam ser deste novo tipo, mesmo se – especialmente nos países atrasados – continuam a parecer um absurdo.

Assim, do velho sistema de trabalho demasiado, mal pago e mal feito, resultando numa produção mínima e de péssima qualidade, passar-se-á à semana de trabalho sempre mais curta, com melhores salários e com produção ótima, de cuja vantagem os operários participarão. O problema dos dirigentes, antigamente, consistia em subjugar; hoje, consiste em produzir melhor. Antigamente, usava-se a força; hoje, usa-se a inteligência. São estas as características do desenvolvimento do fenômeno trabalho.

Antigamente, vigorava em tudo o sistema do comando e da obediência, às vezes temperado pelo paternalismo do bom patrão, que prodigalizava favores, mas apenas para induzir ao servilismo. Tais relações hipócritas acabaram por se converter numa atmosfera de clareza em direção à tecnoestrutura. Mesmo sendo isto, no momento, apenas um início de realização, fica evidente, no entanto, que

esta é a direção tomada pela evolução. Tende-se, em todos os campos, a planejar, organizar e unificar, para dar mais rendimento ao trabalho e melhor segurança à vida. Os indivíduos que galgaram o vértice já palmilham conscientemente este caminho, que sempre mais os afasta do método da violência.

No futuro, o homem – sem perder a sua individualidade, mas antes a valorizando pelo seu rendimento – pensará e funcionará sempre mais organicamente, porque a ordem não é inimiga da liberdade. Num regime sem disciplina, posso fazer aquilo que quero, mesmo em prejuízo do próximo, mas também os outros podem fazer aquilo que querem, até em meu prejuízo. Eis a cada passo a guerra que me tolhe a liberdade de fazer qualquer coisa. Quando existe uma ordem, sei aquilo que posso fazer e o faço quando quero, em pleno direito e segurança. Nesta condição, a ordem me protege, enquanto, na liberdade absoluta, devo defender-me sozinho. A ordem me dá segurança, porque eu, cumprindo o meu dever para com os outros, sei que os outros devem cumpri-lo para comigo. O utilitarismo da vida não pode renunciar a estas vantagens, sendo impossível que a evolução deixe de avançar em direção a tal melhoramento. Isso significa basear-se não sobre ideologias, mas sim sobre fatos positivos, quais são o utilitarismo da vida e a evolução.

A tarefa da evolução consiste numa progressiva e sempre mais perfeita reordenação do caos. O método da luta, que é aceito na guerra, como forma de assaltar a nação vizinha, para roubar-lhe as riquezas, é, no entanto, punido como furto e assassinato no direito privado, dentro dos confins de uma nação. Aquele mesmo sistema, no campo internacional, é não somente considerado lícito, mas também qualificado como ato heroico, que merece as honras da pátria. Como se vê, a amplitude da reordenação do caos chegou à unidade do grupo nacional, mas não à do grupo internacional. Isto prova como a evolução procede por reordenamentos sempre mais vastos e complexos.

Antigamente, a guerra era entre famílias e facções da mesma cidade ou entre cidades vizinhas. O processo de unificação era mais atrasado do que nos tempos atuais, nos quais já se formam confederações de Estados e se entrevê a possibilidade de um governo mundial único, no qual a guerra será ato criminoso, passível de punição como é hoje qualquer crime no direito privado. Mas, para chegar a isto, o homem tem necessidade de se conscientizar como elemento de uma coletividade orgânica, meta esta que ele não alcançou ainda.

Ora, se a guerra ainda subsiste, é porque não deixa de continuar a cumprir uma função útil. Ela serve para romper as barreiras que se erguem como fronteiras entre uma nação e outra, porque o fim da vida é unificar, até fazer de todos os povos uma só nação. O melhor resultado da última guerra foi a ideia de criar os Estados Unidos da Europa. Também este é um passo ulterior na

transformação progressiva da desordem do AS na ordem do S.

Por enquanto, subsiste ainda a luta de classes. Mas ela serve para a formação de grupos, que dão origem a uma consciência coletiva de dimensões sempre mais vastas. Assim se organizam as massas, de modo que as primeiras iniciativas tomadas neste sentido pelos vários socialismos e comunismos se expandem no terreno das democracias, realizando um processo de organização mundial. A ideia de justiça social, que era antigamente prerrogativa de um determinado partido, extravasa para além dos confins dos grupos que a haviam pensado primeiramente. Assim, o princípio pelo qual a assistência ao pobre e a supressão ou a suavização das desigualdades econômicas é um dever se expande sempre mais no mundo inteiro, inclusive nos regimes capitalistas.

Embora exerçam a função de amalgamar os povos e difundir as ideias, as revoluções e as guerras são cada vez menos necessárias hoje, porque a unificação se alcança com outros meios, tais como as facilidades de comunicação entre todos os povos da Terra. Abrem-se assim, sempre mais, as grandes estradas da vida, o que elimina progressivamente a necessidade de recorrer àqueles velhos métodos, baseados na violência. A vida, quando não tem mais necessidade da violência, tende a eliminá-la, porquanto, para alcançar os seus fins, pode substituí-la por outros meios, mais rendosos.

Verifica-se desse modo que os métodos outrora indispensáveis para evoluir e os princípios de conduta antes fundamentais são superados e abandonados. Então, por um processo natural de desenvolvimento, a violência, própria dos níveis biológicos mais involuídos, tende a desaparecer. Acontece isso relativamente aos sagrados nacionalismos, avaliados antigamente acima dos valores sociais. Começou-se a compreender que as guerras são vencidas somente pelos terceiros, que ficam fora da luta. O mundo tende a se coligar contra os provocadores de brigas, considerados como um perigo público. É evidente que o processo evolutivo está colocando em ação uma nova técnica para se realizar. É natural que a vida prefira substituir os velhos caminhos por novos, porque estes dão melhor rendimento. Portanto aqueles sistemas, antigamente em pleno vigor, tornam-se anacrônicos, porque não funcionam mais em nossos dias, sendo liquidados juntamente com os indivíduos que os personificam. Nessas condições, o sujeito que tivesse uma personalidade semelhante àquela de um grande chefe de outrora poderia, hoje, não passar de um caso patológico, sendo visto como um ser involuído a ser reeducado.

Antigamente, o mundo era impregnado de espírito de domínio. A grande virtude era ser forte e vitorioso. A educação visava acima de tudo inculcar a obediência, tanto que também a moral era imbuída daquele espírito de domínio inerente ao princípio de autoridade. A classe dos dirigentes procurava exercitá-

la, para ter todos submissos a ela. Agora todos estes sistemas de vida estão desaparecendo para dar lugar ao mais positivo e eficiente princípio evangélico da não resistência.

Eis que evolução e Evangelho caminham de acordo e convergem para a mesma meta. Vemos então que o Evangelho visa enfrentar o mesmo problema biológico fundamental para nós, que é a luta pela vida. Também o vemos resolvê-lo, porque o enquadra num superior tipo de civilização, no qual a humanidade terá alcançado o estado unitário e orgânico. E é fatal que se deva evoluir até esta nova posição biológica, na qual o Evangelho é de necessária atuação, sendo isto consequência das próprias leis da vida.

XX. PRINCÍPIO DA RETIDÃO

Cristo mostrou ao mundo a lei do Pai. Por que o antagonismo Cristo-mundo? Os dois opostos colaboram. Mestre de redenção do AS ao S, Cristo é a ponte entre o mundo e o reino de Deus. A retidão e a sua função saneadora. Aplicações no campo econômico. O fator moral no cômputo dos valores humanos. Evolução e retidão.

Chegando a este ponto, o leitor poderá perguntar-se por que insistimos tanto na lei de Deus e em sua aplicação neste mundo, pois pode lhe parecer que, com isso, tenhamos saído do tema deste volume, intitulado *Cristo*. Pode tranquilizar-se o leitor, pois, acima dos acontecimentos que circunstanciaram a vida de Jesus, foi nossa constante preocupação captar o aspecto fundamental e o mais profundo significado de Sua missão terrena, que consistiu sobretudo no fato de Cristo nos ter revelado a lei do Pai, com a qual Ele estava em contínuo contato, mostrando como o homem deve vivê-la, para poder elevar-se de maneira decisiva no caminho da evolução do AS para o S. Pelo mesmo motivo, deixamos de lado também as tradicionais construções de cunho mitológico que foram acrescentadas à vida e à figura de Cristo, insistindo, no lugar delas, sobre este outro aspecto, que mais interessa ao homem, pois diz respeito à sua passagem de um plano de evolução a outro superior. Este é de fato o maior fenômeno da vida da humanidade, o mesmo que ela está realizando hoje, preparando-se para assumir um tipo de civilização mais avançado.

Ao homem, que está percorrendo este caminho, Cristo mostra, como meta a ser alcançada, a lei de Deus na sua forma mais evoluída, aquela na qual se chega ao S. Trata-se de emergir sempre mais do AS, que representa uma forma de vida inferior – chamada por Cristo de mundo, porque é aquela na qual ainda se encontra o homem – contraposta ao reino de Deus, que é o tipo de vida superior ao qual se deverá chegar no futuro, por evolução. Temos assim, estabelecida por Cristo, uma contraposição entre o seu reino e o mundo, entendendo-se este último como uma fase atrasada e involuída da vida, destinada a ser superada numa fase mais avançada e evoluída. Trata-se de um antagonismo entre duas posições biológicas, situadas em dois níveis de desenvolvimento do único fenômeno da evolução.

Podemos compreender agora a razão pela qual Cristo condena o mundo. Trata-se de uma condenação recíproca. Cristo e o mundo se excluem, porque pretendem realizar-se em dois diferentes níveis evolutivos. O homem quer fazê-

lo conforme a sua natureza, no plano do mundo, enquanto Cristo quer atuar num plano espiritual, mais elevado. Por que então o homem resiste, se este deslocamento resulta em sua vantagem?

É a estrutura do ser que estabelece, fase por fase, a qual zona ele deve pertencer, a fim de realizar-se à vontade. Sucede então que ele nega as outras zonas, porquanto estas não constituem o elemento no qual ele pode satisfazer naturalmente os seus impulsos. Com isso, o ser aceita como positivo o que está em seu nível, repelindo como negativo tudo que, sendo evolutivamente mais baixo ou mais alto, esteja fora do seu próprio ambiente. Esta é a razão pela qual o mundo, que corre atrás de escopos materiais, adequados ao seu plano evolutivo, resulta negativo perante Cristo, que se propõe realizações espirituais. Da mesma forma Cristo, visando às realizações espirituais do seu plano, aparece como negativo ao mundo, que se propõe realizações materiais. É assim que cada um dos dois, sentindo-se positivo no seu nível, condena como negativo o outro, situado numa posição evolutiva diferente.

Sendo opostos os pontos de referencia, a posição que, para o homem, é positiva, para Cristo, é negativa. Cada um dos dois tipos biológicos se realiza somente no seu próprio plano, de modo que a plenitude da vida de um constitui morte para o outro. Assim sendo, quando a vida acaba para o mundo, ela começa para o homem espiritual. Destarte, onde há a plenitude do AS, há a negação do S; onde há a plenitude do S, há a negação do AS. É evidente que um demônio, sendo feito para viver no Inferno, não saberia viver no Paraíso. Da mesma forma, um anjo, sendo feito para viver no Paraíso, não poderia viver no Inferno.

Assim, colocando cada coisa no seu devido lugar, explica-se o fenômeno da inconciliabilidade entre o Evangelho e a realidade de nossa vida. As leis biológicas vigentes no planeta pertencem a um nível evolutivo diverso do que vigora no nível evolutivo ao qual se refere o Evangelho. Eis que ambas as morais tem razão, mas cada uma somente em relação à sua ubiquação. O antagonismo nasce da diferença de posições. A oposição entre os dois princípios é devido à distancia evolutiva que separa a realidade da vida atual da realidade na qual ela se transformará futuramente. A presença do ideal num ambiente que lhe é adverso explica-se pelo fato de representar uma meta a caminho de sua realização, mas situada num presente que lhe é contrário, porque de tipo oposto.

Eis como e porque, apesar de sua aparente inaplicabilidade, o Evangelho existe na Terra. Este fato, que parece um absurdo, representa, pelo contrário, uma função de contraste, com finalidade de autoelaboração e de conquista. Assim, não obstante o antagonismo, Cristo, por meio de sua doutrina, insere-se plenamente nas leis de nossa vida atual, como um poderoso fator de evolução. Daí a sua importância biológica. O ideal não é sonho vão, mas sim uma

verdadeira antecipação da realidade a ser alcançada, funcionando como uma luz esplendorosa, que mostra ao homem o caminho mais seguro para ele avançar com o seu esforço, até chegar ao S, emergindo do AS. Eis como o ideal cumpre a sua função no AS. Eis porque Cristo, que tinha compreendido bem a essência do problema, pregou o ideal na Terra.

Assim se explica e também se justifica – apesar de sua aparente falsidade – a posição de um ideal pregado na Terra, mas não praticado. Prega-se esse sonho porque ele é belo e, por isso, desejado e amado. Eis porque, quando se trata de realizá-lo, o homem tem deveras de arcar com as resistências desse diferente plano de vida, que não é feito para favorecer o caminho ascensional. Então a resultante do encontro entre as duas forças opostas é o caminho oblíquo da hipocrisia, que concilia ambas as exigências: a vertical, da ascensão, e a horizontal, da adesão à solidez da matéria.

Como modelo, o ideal propõe Cristo e sua mansidão, enquanto a vida na Terra propõe o animal forte e esmagador. O super-homem do Evangelho está nos antípodas do super-homem de Nietzsche. Ambos visam o seu próprio reino, que, para um, é o Céu e, para o outro, é a Terra. Cada qual se propõe a alcançá-lo com o seu próprio sistema. Não há razão, portanto, para se escandalizar e condenar, pois cada um vive no seu próprio nível evolutivo, que constitui o fundamento máximo de seu comportamento moral. De fato, origina-se naquele nível o critério de julgamento do indivíduo acerca daquilo que ele há de considerar bem ou mal. Trata-se da moral relativa à própria natureza, segundo a qual uma coisa é julgada boa ou má. Então é natural que um involuído se recuse a viver um tipo de vida para o qual não está preparado ainda.

É por isso que, na prática, temos um Evangelho vivido em percentuais e aproximações mínimas, conforme a maturidade de cada indivíduo. Mas que fazer, se não é possível exigir mais de quem não é maduro e se o estado de involução não permite mais? De quem está a caminho não se pode pretender que já tenha chegado; de quem vai à escola não se pode exigir que já seja doutor. Não é possível que um indivíduo, acostumado a viver no AS, liberte-se de vez de seus hábitos, para viver conforme o S, pois, devido ao fato de não ter força para resistir à pressão do tipo de ambiente em que vive, ele não conseguiria. Cada um dos dois tipos de vida não admite espaço para o outro. O indivíduo do AS, para voltar ao S, não pode endireitar-se de repente, mas somente mediante longo e doloroso esforço.

O AS é ambiente de luta sem trégua entre egocentrismos rivais, não deixando margem para o consumo das energias necessárias à conquista de ideais. Também estes, para serem alcançados, implicam um desgaste de energias que, somando-se ao da luta terrena, põe em perigo o êxito desta última. Não se pode

fazer guerra e vencê-la em duas frentes. Quem vence a batalha na Terra perde-a no Céu; quem a vence no Céu perde-a na Terra. Cada um faz a sua luta e a vence no seu próprio nível. Ou o indivíduo se realiza no plano humano ou no super-humano. Para poder dar o salto do primeiro ao segundo, é necessário, antes de tudo, ter construído as pernas adequadas para tal fim. Daqui se vê quanto seja perigoso para os imaturos se aventurarem em arrivismos espirituais, baseados na hipocrisia e no orgulho. A via é longa e cheia de dificuldades.

Aquilo que pode acontecer então com os princípios de ordem, bondade e amor, dos quais é feito o S, quando são transferidos para a Terra, em meio aos imaturos do AS, pode ser visto claramente pelo modo como o ideal é utilizado para condenar o próximo, quando este não sabe observar tais princípios. O ideal é assim usado em posição emborcada, sendo empregado para acusar os outros, e não para fazer evoluir a si próprio. Dado que praticar o ideal constitui um estorvo, prefere-se colocá-lo nas costas dos outros, em vez de colocá-lo sobre as próprias, cobrindo-se assim, mas só aparentemente, sob o manto da virtude. Desse modo, desgraçadamente, a palavra ideal acabou por adquirir um sentido de mentira em vez de ascensão evolutiva, tanto que é impossível usar tal termo sem que ele seja entendido no primeiro significado, e não no segundo. Esta é a razão pela qual insistimos em explicar o que entendemos pela palavra ideal.



Sabemos que a vida é desperdiçada, se não é utilizada para evoluir. Mas cada um, em seu nível, cumpre o trabalho que lhe é apropriado, de acordo com a sua posição no caminho da evolução. O homem da Terra faz aqui sua experiência de tipo terreno, enquanto o homem evoluído enfrenta no mesmo ambiente as provas espirituais. Mas, ao mesmo tempo em que cada um se realiza, não deixa de permanecer solidariamente unido ao outro. Vejamos dois casos típicos desta coincidência de opostos, em que cada um cumpre a sua parte, de um lado o homem do Céu, no seu âmbito espiritual, e do outro o homem do mundo, no seu plano material. Ambos são necessários para realizar a descida dos ideais na Terra, fenômeno fundamental para os fins da evolução. Se o apóstolo Paulo não tivesse operado a propagação do Evangelho e se a Igreja não se organizasse política e economicamente em função da construção terrena do ideal cristão, a doutrina de Cristo teria corrido o risco de ficar desconhecida na Palestina. Analogamente, se São Francisco não tivesse tido em frei Elias um homem prático, construtor de basílicas e de conventos, sua memória dificilmente teria transposto o âmbito restrito das lendárias crônicas campesinas da Úmbria. Assim colaboraram São Francisco e Frei Elias, apesar deste, devido à natureza material de seu trabalho, ter julgado São Francisco apenas um visionário, fato que levou os fiéis aos ideais da pobreza (como Frei Leão) a julgarem Elias como

um traidor. Eis que a própria vida realiza seus fins mediante a junção de dois fatores complementares, unindo o instaurador do ideal ao seu prático realizador. Sem esta união integrante, o primeiro, sozinho, dificilmente fixaria na Terra suas sublimes visões do mundo celeste, enquanto faltaria ao segundo a ideia fulgurante sobre a qual construir. Os dois termos colaboram, sendo ambos necessários, porque tanto um como outro se enquadram nos superiores desígnios da lei da evolução.

Assim, o tipo idealizador e o tipo realizador vivem uma vida completamente diferente. Cada um segue os valores que são para ele os maiores, deixando os outros de lado. Há quem esqueça sua alma, dominado pela preocupação de enriquecer, mas há quem afaste a riqueza como um obstáculo à ascensão. Para eles, os pontos de referência e os objetivos da vida são completamente diversos. Embora em posições aparentemente divergentes, os opostos se integram, convergindo para o mesmo fim, porque, no fundo, ambos são complementares, um atuando no mais restrito âmbito terreno e o outro na mais ampla economia da esfera celeste. E ambos são úteis, porque, cada um no seu nível e no seu específico campo de ação, permitem que o trabalho da evolução se realize.

Podemos assim compreender as duas posições em relação ao seu lado específico: positivo ou negativo. A vida para o homem espiritual não é só rejeição dos valores do mundo, mas é também operosidade de conquista dos valores do Céu. Por outro lado, o homem do mundo repele estes valores do Céu, mas conquista os da Terra. Tanto o evoluído como o involuído são ambos positivos, mas cada um somente do seu lado, sendo negativos do lado oposto. Assim, cada um no seu nível, realiza a sua construção e cumpre o seu trecho do caminho evolutivo. Deste modo, ambos são importantes em relação à sua particular posição. Isso é verdadeiro para todos. Não se pode sair repentinamente do próprio nível, porque, quando se é imaturo, não existe outro caminho senão ficar na Terra, para aprender neste plano, e, quando se está maduro, não há outro caminho senão ir embora, para subir a um plano de vida mais alto. O imaturo, estando ligado à Terra, encontra-se muito satisfeito, a tal ponto que, por falta de conhecimento, julga louco o outro, que aponta para o Céu. Um alcança riqueza, glória e poder, perdendo-os com a morte. O outro alcança a visão de Deus, o que significa conhecimento e identificação com a Lei. Mas da visão de Deus o primeiro nada sabe fazer, porque não a compreende, assim como o outro não pode perder tempo com os triunfos terrenos, porque tem outras metas a alcançar. Trata-se de dois biótipos diferentes, cada um dos quais sabe fazer uma coisa, porque está situado em nível diverso da escala evolutiva. Ambos são sábios e têm razão em relação à posição que ocupam, mas são ignorantes e não têm razão

em relação à outra. É certo que o homem espiritual é negativo na Terra, mas ele é positivo num plano superior, onde o outro é negativo. Então, para sobreviver num ambiente adverso como é o AS, o evoluído não pode deixar de, com sua conduta, entrosar-se com a positividade do S, da qual a sua natureza mais se aproxima. Para os maduros, pelo fato de já os viverem, os princípios do S podem vigorar até mesmo no AS. Eis porque tencionamos – no fim deste capítulo – insistir na retidão, depois de a termos apresentado no Capítulo XVIII como um método de defesa para sobrevivência.

Compreende-se assim a necessidade que tem o homem espiritual de se referir a Deus ou à Lei, seguindo o exemplo de Cristo, que apelava ao Pai, a fim de não perder o contato com o plano superior no S, haurindo ali alimento para se sustentar e vencer no mundo, terra inclemente para Ele. Assim se compreende a vida e a Paixão de Cristo em termos positivos, em função da evolução, como ponto fundamental da sua existência. Desse modo, não nos colocamos aqui perante elucubrações teológicas, mas sim perante uma realidade biológica, que interessa aos homens de todas as raças e religiões. Isto porque a evolução é lei universal, positivamente existente em todo tempo e lugar. Encontramo-nos perante um fenômeno suscetível de experimentação e de análise, porque sempre presente e sempre atuante. Falamos não só de uma positividade exterior, que se limita, como a ciência, à realidade do plano físico, mas também de uma positividade interior, que penetra com métodos objetivos na realidade do mundo espiritual, alcançando desse modo a estrutura imaterial desse mundo. Isto conduz o conceito de evolução a um mais alto nível, aquele pensado por Cristo, como fenômeno de redenção.

Com Cristo, a evolução se torna redenção, transformando o problema da ascensão biológica no problema da salvação. Mas o fenômeno é o mesmo, seja ele visto sob o aspecto científico ou sob o aspecto religioso. Compreende-se, então, que os dois problemas constituem uma só realidade e que, deste modo, a doutrina de Cristo se nos revela como uma técnica evolutiva, enquadrada na biologia universal do espírito. Dessa forma, a evolução é vista por dentro, nas suas mais profundas razões e impulsos, constituindo a segunda parte do ciclo involutivo-evolutivo, como regresso ao S, depois da queda no AS.

O regresso ao S é o retorno do ser – redimido da queda no AS, por meio da evolução – ao Pai. Trata-se do mesmo fenômeno que, expresso em termos científicos, chama-se evolução e, em termos religiosos, redenção. O reino de Deus consiste no estado evoluído, enquanto o mundo constitui o estado ainda involuído, a caminho da realização da Lei. Este é o significado da doutrina da redenção. Assim Cristo, com sua doutrina, ocupa a posição central no âmbito do fenômeno que, por representar a restauração do universo despedaçado, é o maior

de toda existência: a evolução.

Cristo se coloca no centro, entre os dois termos: AS e S, apresentando-se assim a nós como uma ponte que permite a passagem do primeiro ao segundo estado e como um guia que nos indica o caminho da evolução, o qual conduz ao Sistema. Cristo pôde fazer isto porque estava situado simultaneamente nas duas diferentes dimensões, vivendo em contato com o Pai, isto é, a Lei ou o S, e estando ao mesmo tempo encarnado em nosso mundo, num organismo de tipo animal, vivendo – embora sem aceitá-lo – no nível biológico do involuído. Em tal posição, Cristo operou como anunciador do reino de Deus, lançando a Boa Nova para o mundo, elemento oposto a ser civilizado, que, justamente por sua baixaza, era indispensável para Cristo realizar Sua missão redentora. Sem esta finalidade de salvação, obtida pela transformação do baixo em alto, a Paixão de Cristo careceria de sentido. Eis que o mundo, embora tão execrado, constitui o necessário campo de trabalho para Cristo semear os princípios da lei do Pai.

Foi por isso que, para falar de Cristo, tivemos de nos referir, sobretudo, à Lei, porque foi somente em função dela que se realizou a encarnação e a Paixão de Cristo. Esta é a verdadeira história de Sua vida, vivida em função do Pai, história interior, que as vicissitudes exteriores deixam apenas entrever. Quisemos assim, no pensamento de Cristo, reconhecer o pensamento do Pai, que é a substância de todo o fenômeno da redenção, pensamento do qual Cristo não é senão o espelho e o mensageiro. Por isso, neste volume, em vez de insistirmos nos episódios terrenos da vida de Cristo, fomos à fonte, procurando expor o pensamento que Cristo seguiu, no qual está o significado de Suas ações. É justamente na revelação da Lei – o princípio de bondade e justiça pelo qual tudo é regido – que há de ser vista a essência da Boa Nova trazida à Terra por Cristo.

Pudemos assim alcançar uma visão cósmica do Cristo, não mais limitada apenas à vida terrena, mas sim projetada em direção aos mais elevados planos da evolução, nos quais o ser, após realizar a imensa viagem do ciclo queda-salvação, regressa ao S. As vicissitudes humanas da vida de Cristo o diminuem, porque O rebaixam ao nível humano, não nos deixando captar a parte mais importante do fenômeno, sendo esta não a que se volve para o mundo, mas sim a que tende para o Pai. Desse modo, em vez de aderirmos ao hábito de citarmos trechos dos Evangelhos, procuramos apontar em Cristo o elo de conjunção entre a Lei e o mundo, reconhecendo Nele quem propôs e realizou uma efetiva aproximação entre o AS e o S, transpondo a imensa distância que os separa.

Pudemos assim, logicamente, resolver o que parecia uma insanável contradição entre a Lei e o mundo, considerando-os como duas diversas posições do mesmo fenômeno. Observando o Evangelho sem esta interpretação, acabaríamos endossando a crítica que muitos hoje lhe dirigem, considerando-o

anacrônico e inaplicável. Pelo contrário, seguindo – como seguimos – uma orientação bem diversa, chegamos à conclusão de que a doutrina do Evangelho pode ser vivida também hoje, apesar de todas as mudanças trazidas pelos tempos, e poderá ser mais fielmente vivida no futuro. Conseguimos isto, tirando o Evangelho daquela tradicional atmosfera de retórica à qual estávamos acostumados há séculos, pois esta lhe impediria de sobreviver no novo mundo que está nascendo. Procuramos assim, de uma coisa morta, fazer algo vivo e indispensável à vida, e isto seguindo o pensamento de Cristo, que se propunha a levar a luz do S ao AS, para salvá-lo, ou seja, trazer a lei do Pai ao nosso mundo, para redimi-lo.

Esta nossa visão, colocando Cristo não apenas no tempo do seu momento histórico, mas também no seu aspecto eterno, fora do tempo, como manifestação do Pai e do princípio universal de redenção, pareceu-nos necessária para fazer sobreviver a figura do Cristo através da atual revolução e desmoronamento de valores. Sem dúvida, libertar-se de muitas superestruturas do passado é hoje indispensável, mas é também necessário evitar o erro – no qual é fácil se precipitar – de destruir, junto com os velhos valores, aqueles que são preciosos para a vida.



A função do Cristo, portanto, foi fazer descer a lei do Pai dos altíssimos planos do absoluto – tão longe da realidade de nossa vida – até ao nível humano, convertendo aquela lei numa norma moral diretora de nossa conduta. Cristo expressou assim a qualidade central da Lei, que é a positividade (S), em oposição à qualidade dominante no mundo, que é a negatividade (AS). Ele expressou tal positividade na forma de retidão, que significa a prática da honestidade e da justiça, indicando-a como meio de endireitamento do emborcamento provocado pela Queda, ou seja, como meio de redenção e salvação. A função do Cristo é transportar do S para o AS este princípio saneador, enxertando-o no AS, a fim de elevá-lo até ao S. Assim, na prática de nossa vida, a lei do Pai se identifica com a prática da retidão, constituída por uma universal positividade de conduta que nos corrige, redimindo-nos, portanto, da negatividade do AS. Desse modo, o Evangelho representa uma técnica reconstrutora de positividade, sendo esta a razão pela qual o mesmo significa redenção.

Encontramo-nos, assim, perante os seguintes conceitos, entrosados reciprocamente entre si: a lei do Pai, anunciada por Cristo; sua descida à Terra, como representante e pela graça do Pai; a norma moral da retidão, indicada como via de salvação; a correção do erro; a redenção por meio da dor. Vê-se claramente que se trata de um processo de endireitamento, oposto àquele de

emborcamento operado pelo mundo. As duas posições estão nos antípodas, sendo que a primeira (Lei, S) corrige a segunda (mundo, AS) por meio da evolução, pela qual se realiza a redenção.

Eis que a substância da doutrina de Cristo consiste num processo de reconstrução da positividade, ou seja, de restauração da saúde de um ambiente contaminado pela negatividade, sendo este processo decorrente de uma vida de retidão, o que equivale ao regime pelo qual a doença é curada. A retidão é salvadora porque é positiva, sendo conforme a ordem da Lei e correspondendo ao método do S. Não está escrito que, pelo fato de se estar no mundo, não se possa viver neste sentido. Isto será difícil, mas não impede que possamos comportar-nos conforme tal ordem, mesmo nos encontrando mergulhados na desordem do AS. E o escopo da fadiga necessária para evoluir consiste exatamente em lutar pela realização do reino de Deus, embora possamos estar situados num ambiente de baixo nível evolutivo. É o próprio indivíduo que, automaticamente, vai situar-se ao longo da escala evolutiva, exatamente no ponto correspondente à sua natureza. Assim, se ele está situado em baixo, esta é justamente a razão pela qual ele precisa subir, processo este que, no âmbito religioso, exprime o conceito de redenção, enquanto, do ponto de vista científico, exprime o conceito de evolução. Trata-se do mesmo fenômeno, no centro do qual Cristo se inseriu.

Procuremos imaginar como poderá ser um mundo novo, que, passando da retórica à prática, proponha-se começar a realizar no AS este princípio de retidão, próprio do S. Entendemos retidão aqui no vasto sentido de positividade em qualquer campo. Isto significa altruísmo, construtividade, espírito de colaboração e de unificação, qualidades estas que nos aproximam do estado orgânico da sociedade, com base na ordem, e que, ao mesmo tempo, eliminando o egoísmo, a destrutividade, a agressividade, o espírito de rivalidade e de separatismo, nos afastam do caos do AS. Estas últimas características são aquelas doências, que vão contra a vida, conduzindo ao sofrimento, enquanto a retidão constitui a via saudável, que conduz à plenitude da vida.

Para ver de que maneira o princípio de retidão, próprio do S, pode descer ao AS, forneçamos um exemplo, observando um caso em que um aspecto da Lei pode ser aplicado em nosso mundo. A razão pela qual isso pode acontecer nós veremos a seguir, sem recorrer a nenhuma religião, somente com base na lógica e na inteligência, mediante o simples cálculo da vantagem de introduzir no campo econômico o fator moral.

É um fato positivo – experimentalmente verificável – que cada pensamento e ação nosso constituem a projeção de um impulso através do qual, no desenvolvimento de nossa vida, é estabelecida uma determinada trajetória,

que pode ser de tipo positivo, redundando em nossa vantagem, ou de tipo negativo, resultando em nosso prejuízo. Esta lei funciona também no campo econômico. Portanto, para os efeitos que disso derivam, é de suma importância levar em conta os meios pelos quais um determinado bem foi adquirido. O tipo de caminho trilhado para obtê-lo estabelecerá a natureza positiva ou negativa daquele bem. Isto significa que, se aqueles meios foram ilícitos, tal aquisição será malsã, maldita e nociva, mas, se aqueles meios foram, ao contrário, obtidos conforme a retidão, tal aquisição será sadia, bendita e benéfica.

Vê-se disso que, embora não se costume levá-lo em conta devidamente, o fator moral tem um peso real, mesmo no campo econômico. De tal positividade ou negatividade e das respectivas consequências podem estar saturadas tanto a substância daquele bem que foi obtido quanto a pessoa que agiu para obtê-lo. Há, portanto, indivíduos que, embora cheios de riqueza e de poder, são destrutivos em tudo, por serem de tipo negativo, assim como há indivíduos que, embora pobres de meios e de poderes, são construtivos em tudo, por serem de tipo positivo. Eis que tanto as coisas quanto as pessoas estão carregadas de impulsos e de automatismos que as levam para a salvação ou para a ruína.

Do primeiro posicionamento, definido pelo tipo e pela quantia da carga recebida à partida, depende o imponderável, que depois, fatalmente, pesa e decide sobre coisas e pessoas. Trata-se do fator moral, cujo sinal pode ser positivo ou negativo, ou seja, sadio e portador de bem, se conforme a justiça, ou doentio e portador de mal, se contra a justiça. Entretanto um elemento tão fundamental permanece desconhecido nos cálculos de quem quer alcançar o sucesso e ser vitorioso na vida.

Apercebemo-nos, então, que a técnica para a solução deste importantíssimo problema, hoje tão vivo em nossa sociedade, faz-se mais profunda, sutil e inteligente, sendo completamente diversa dos velhos métodos utilizados para vencer. Segue-se disso que o tipo do assaltante, do atravessador e do desonesto constitui um ser ignorante das leis da vida, destinado, portanto, a encontrar o insucesso e a pagar pelo seu próprio erro. Dessa forma, a vida tende a selecionar um novo tipo biológico – dotado de outras qualidades, que fazem dele um vencedor – no lugar de todos os outros tipos, que, fadados ao fracasso, são impelidos para os mais baixos planos da evolução.

Cria-se então, primeiramente na elite dos vencedores, uma nova forma mental e um novo modo de agir, que depois, descendo até às massas, tende assim a construir um novo tipo de sociedade humana, regido por leis biológicas de um mais alto nível evolutivo. Trata-se de uma verdadeira revolução, que coloca no primeiro plano e traz a um grau de plena eficiência, como elemento de valor e de conquista, não a agressividade guerreira, mas sim a retidão de comportamento,

qualidade sufocada num mundo involuído e caótico, mas extremamente desenvolvida num mundo evoluído e orgânico.

Para chegarmos a conclusões práticas mais precisas, restrinjam o campo de observação ao funcionamento do fenômeno da riqueza. Como se pode concluir, uma riqueza alcançada por caminhos escusos está inquinada de negativismo, sendo, por isso, pernicioso para quem a possui, condição na qual é conveniente libertar-se dela. Compreende-se então que, em certos casos, ser rico pode significar um débito a pagar, enquanto ser pobre pode constituir uma posição bem melhor, porque isenta de tal condenação.

Pode-se estabelecer então – a título de exemplo – a seguinte contagem. Se possuímos 10 unidades de valores econômicos mais 10 unidades de valores morais positivos (retidão), será como se tivéssemos 20 unidades de valores positivos a nosso favor. Se, pelo contrário, possuímos 10 unidades de valores econômicos mais 10 unidades de valores morais negativos (não retidão), será como se tivéssemos 20 unidades de valores negativos em nosso prejuízo e nenhuma unidade em nossa vantagem, o que nos tornará míseros endividados. Portanto, se possuímos 100 unidades de valores econômicos mais 10 unidades de valores morais negativos (não retidão), será como se tivéssemos 110 unidades de valores negativos em nosso prejuízo, equivalendo a possuímos um enorme débito a pagar. Eis que, no campo econômico, o fator moral pode tomar a dianteira e assumir uma função decisiva, porque é ele que confere à coisa possuída o seu caráter benéfico ou maléfico, de positividade ou negatividade. Então, para saber o real valor de um capital, é necessário calcular o grau de positividade (retidão) ou de negatividade (não retidão) que ele possui. Segue-se disso que um pequeno capital, honestamente ganho, pode valer bem mais que um grande capital mal ganho, o qual pode representar uma verdadeira desgraça para quem o possui.

Destarte, ao cálculo das unidades de valores econômicos deveria ser integrado o cômputo das unidades de valores morais, creditando-se a retidão e debitando-se a não retidão, tudo isso perante a Lei, que os aquilata e os faz atuar. Tratando-se de um princípio universal, este pelo qual cada coisa é definida pela sua positividade ou negatividade, o mesmo poderia ser aplicado a todo tipo de trabalho, a cada elemento do sucesso e a cada campo de atividade. Então o caminho de uma vida será ascendente ou descendente em proporção à percentagem de positividade ou negatividade que ela contém, sendo as suas probabilidades de se resolver em bem ou em mal dependentes desta percentagem.

Ora, além de certo ponto, ultrapassando aquele limite suportável, a doença da negatividade torna-se mortal. Mas a incessante tendência da vida consiste em

sanear, com a sua positividade, essa negatividade, o que é possível em virtude da presença do S no centro do AS. Esta automática cura da doença de nosso organismo moral é um fenômeno análogo à cura que a vida executa espontaneamente em relação às doenças de nosso organismo físico. O doente é o AS, e não o S, que é sadio. Por isso a tarefa de curar é própria do S, sendo esse o motivo pelo qual Cristo se colocou perante o Pai (S). É evidente então que a negatividade não passa de uma doença própria do lado negativo da existência, cumprindo ao centro positivo curá-la totalmente. Compreende-se, assim, a tendência natural à restauração da saúde por parte da vida em cada nível.

Isto é inerente ao processo evolutivo, que consiste na extinção da negatividade dos elementos do AS, para reconstruí-los em posição de positividade, como elementos do S. De fato, o impulso motor da evolução é dado pela força de atração da positividade do S, meta suprema em direção à qual esta força quer reconduzir os elementos negativos do AS. Portanto o princípio da retidão, sendo positivo e solidamente radicado no fenômeno da evolução, que representa o S, é destinado a se realizar em grau cada vez maior, quanto mais se evolui em direção ao S, como é fatal acontecer. Dessa maneira, o impulso do S, saneador do AS, deverá transformar em forma de retidão a doença da não retidão, de modo que o primeiro tipo de vida está destinado a se afirmar e prevalecer sobre o segundo.

Vimos, todavia, que, em nosso plano de evolução, a vida tende, pelo contrário, a selecionar o mais forte, fazendo dele um opressor do mais honesto. Qual é então a técnica que a vida utiliza para fazer triunfar a retidão sobre a força? Como pode ser resolvido o problema da sobrevivência mediante um método tão alheio ao da força, como é o da retidão? A resposta está no fato de que cada um dos dois métodos é proporcionado às diversas condições de vida e aos diferentes níveis de evolução. O método da força é apropriado à defesa da vida no plano animal, que é de tipo individualista separatista, atuando num regime de caos, enquanto o método da retidão visa à defesa da vida no plano do evoluído, que é de tipo coletivo orgânico, atuando num regime de ordem. Com isso a vida é levada, por evolução, a passar do primeiro ao segundo método.

Mas como funciona tal técnica de vida e de que forma se realiza, na prática, tal transformação? O homem, dado o seu conhecimento e as suas qualidades, limitados ao seu nível de evolução, julga inicialmente que basta ser o mais forte, para vencer e ter assim o direito de se impor sobre todos. Mas eis que ele, pelo fato de viver em sociedade, vai-se tornando, devido a seus impulsos egoísticos, tanto mais nocivo para a comunidade, quanto mais coletiva fica a vida. Por isso a coletividade reage em sua própria defesa, procurando destruí-lo. Eis que, paralelamente e em proporção à força dele, cresce a capacidade de

defesa dos outros. Assim, a vitória do egoísta prepotente produz o efeito contrário, tornando-se uma derrota, porque provoca e atrai uma reação em seu prejuízo.

Ninguém se sente naturalmente impulsionado a matar um inocente passarinho, mas qualquer um pode ver-se induzido a matar uma perigosa serpente. Eis que a força, se é positiva em certo nível, torna-se negativa num nível superior. Desse modo, quando a força pretende transferir-se para um plano mais elevado, a vida a elimina. A civilização tende de fato a disciplinar tudo na ordem, mediante a eliminação da força. Por esta razão o melhor, aquele favorecido pela vida, não é mais o homem forte, e sim o homem honesto. Este, pelo fato de se revelar benéfico aos outros, acaba sendo aceito por todos, assumindo uma posição mais segura que a do forte. Eis como a retidão se torna um valor positivo em favor da vida.

É um fato inegável que a seleção biológica tende a assumir uma nova direção, tão logo seja superado o nível animal. Esta transformação é automática. A cada defeito, a vida responde – pode-se dizer – com a formação do respectivo anticorpo, fazendo nascer uma reação proporcional, com finalidade corretiva. Assim a cada qualidade negativa corresponde em contrapartida uma qualidade positiva, que tem função salvadora. Desse modo, à força de golpes e contragolpes, de ações e reações, realiza-se a evolução. Quando se olha em profundidade, vê-se quão perfeita é a vida. Mas é necessário encará-la em relação aos fins que ela deve alcançar. Se ao homem a vida parece mal feita, é porque ele, estando colocado de cabeça para baixo no AS, quer dobrá-la aos seus fins egoísticos. É natural então que, deste ponto de vista, ela pareça ilusão e traição. Vê-se, porém, o quanto a vida seja sábia, quando nos apercebemos que, ao contrário do pensamento comum, ela não é feita para gozar na inércia, mas sim para evoluir, tornando necessário, em função desta finalidade, o ser experimentar e assim, através do seu esforço e sofrimento, aprender.

O homem pretenderia fugir até à morte. Mas precisamos compreender que uma vida terrena eterna representaria, ela sim, a verdadeira morte, porque deteria o transformismo ascensional da evolução.

CONCLUSÃO

A Lei e seu significado. Paga Deus a Satanás, com o sangue do Filho, o resgate da humanidade? A visão de Deus em forma emotiva e em forma mental. A sensação da Sua presença. O cientista e o místico procuram o mesmo Deus por caminhos diversos. Com a visão – sublimação do ser – encerra-se, no vértice da Obra, a história de uma alma em evolução.

O que registramos no término do presente volume como conclusão da Obra e de uma vida – seu ponto central – é a lei de Deus. Ela aparece após um longo caminho de maturação, o qual representa, para quem o percorreu, o maior rendimento útil que se pode obter do trabalho de haver vivido uma vida. O mundo, Cristo, o Pai e o fenômeno da evolução do AS para o S revelam-se agora como integrantes de um só organismo de conceitos, que – pelo menos como orientação – aponta a solução de todo o problema do saber, considerado em suas linhas fundamentais.

Assim nos encontramos agora perante o imenso panorama da Lei. Nela, tudo o que existe, observado de sua verdadeira e justa posição, encontra o seu lugar e se explica. Com efeito, tudo se torna harmônico e lógico, quando conseguimos olhar assim em profundidade, logrando ver – através das trevas do AS em que estamos mergulhados – a luz proveniente do centro do S.

A Lei nos mostra uma verdade que não é relativa, pois ela constitui o grande organismo no qual se coordenam todas as verdades relativas, cada uma na sua exata posição e função. A Lei não pode ser confundida com uma das tantas teorias e ideologias construídas pelo homem para interpretar a seu modo a realidade, porque ela constitui a realidade vista pelos olhos penetrantes do homem maduro, que rasgam o véu das aparências. A Lei não é uma verdade particular ou de grupo, concebida com o fito de combater e vencer outros grupos. A Lei é a verdade universal, válida em todos os tempos e em todos os lugares. Ela é a realidade que atua em nós e em tudo quanto nos cerca, podendo sua presença e funcionamento ser verificados experimentalmente em cada momento e em cada fenômeno. Portanto o que realmente vale não é o fato de pertencer nominalmente a este ou àquele grupo religioso, mas sim o nosso efetivo comportamento perante a Lei.

Ela constitui uma norma de justiça que não se encontra escrita neste ou naquele código, pois preside a cada movimento do ser, fazendo-nos assim recolher – em bem ou em mal – as justas consequências de cada um dos nossos

pensamentos e ações. Então, para cada erro, a Lei funciona como escola de correção, sendo seu único objetivo salvar. Ela nos explica a dor, mostrando-nos não somente a sua razão de ser, como consequência direta da persistente humana vontade de errar, mas também a sua função redentora, inserindo-a na lógica do organismo universal, como instrumento de evolução.

A Lei nos ensina que a felicidade é conquistada através da evolução e que a condição de maior poder e vantagem está na retidão. Sabemos, então, que a dor nem sempre é apenas uma consequência do erro, pois ela também constitui um eficiente catalisador do próprio mecanismo da evolução, equivalendo à tensão do esforço necessário para ascender e à necessidade de arrancar as próprias raízes plantadas no polo negativo. Tal trabalho é uma dura fadiga, pois deve vencer as opostas forças do AS, que contra-atacam, buscando deter quem tenciona subtrair-se a seu maléfico império. Isto porque elas sabem que, quanto mais seres ascenderem ao S, tanto mais o AS se esvazia, significando isso o seu próprio fim, com a vitória de Deus. Cristo nos quis ensinar, sobretudo, este tipo de dor-sacrifício, necessária, conforme a justiça da Lei, para atingirmos a alegria do S. Esta é a dor-resgate da grande queda, uma dor radicada, inerente à vida e à fadiga necessária para o endireitamento do ser no S, mediante a superação do AS.

Há, pois, uma razão profunda que explica e justifica a existência da dor. Ela redime e salva. Sua existência dá um significado à vida, pois constitui a disciplina que ensina, sendo o método mais eficiente para nos libertar do mal, limpando-nos da lepra do AS, grudada em nossa pele. Assim a dor é um instrumento de evolução. Podemos então defini-la como um processo saneador, que consiste na remoção de toda a negatividade do AS, até eliminá-la completamente na positividade do S.

Mas quem conhece a Lei sabe que não está sozinho durante esta operação cirúrgica, porque esta, embora se realize no terreno negativo do AS, é dirigida pelas forças positivas e benéficas do S, cuja ação faz sofrer apenas o mínimo necessário para a recuperação da saúde. É do AS que vem a reação contra tal operação. O S, pelo contrário, faz passar por esta dor, mas para compensá-la depois, conforme a justiça, mediante a felicidade à qual se tem então direito, porque ela foi conquistada e paga. Cristo nos precede neste caminho e nos espera de braços abertos bem no ápice da escada da evolução, para nos fazer ingressar no Sistema.

O involuído luta e sofre nas trevas. Mas, quanto mais se evolui, tanto mais se adquire consciência da Lei e da ajuda necessária conforme a justiça, conquistando-se, deste modo, a paz interior, que se torna independente das tempestades do mundo. Para nós, o conceito científico de evolução coincide com

a concepção religiosa de redenção. Constatamos, então, que esta não é apenas uma concepção teológica, mas também uma realidade biológica positiva. É o conhecimento da Lei que nos permite colocar no presente volume a vida de Cristo como um retorno do AS ao S, seguindo a Lei, cujos desígnios estabelecem o caminho da salvação como sendo o próprio caminho da evolução. De outro modo, não se poderia compreender a Sua vida, pois é absurdo imaginar Deus sendo constrangido pelo poder de Satanás a pagar a este – com o sangue de Seu primogênito – o resgate da humanidade, que teria sido induzida ao pecado por instigação do próprio Satanás. Como pode Deus justificar esta culpa, a ponto de reconhecer uma dívida Dele para com Satanás, o que significaria uma dívida da justiça para com a injustiça? Trata-se de um emborcamento de tipo AS admitir que o bem, pelo próprio ato de fazer o bem, seja obrigado pelo mal a fazer-lhe uma reparação. Justificando semelhante absurdo, conceberíamos e converteríamos Deus numa espécie de servo de Satanás. Tudo isto é evidente para quem compreendeu a Lei.

Quem compreende o significado da Lei não se limita a um mero ato mental, pois lhe é impossível deixar de vivê-la. Passa-se assim, irresistivelmente, da simples visão à atuação e aos inevitáveis efeitos de maturação evolutiva, pois a Lei não é só pensamento, mas também vontade, potência realizadora e impulso criador, tendendo por isso a se manifestar, tão logo encontre o caminho aberto.

Eis que compreender a Lei, vivê-la e evoluir para o S são momentos conexos e contíguos do mesmo fenômeno.

Alcançar a visão da Lei significa atingir a visão do pensamento de Deus. Então, quando nos construímos os olhos apropriados, como fazer para não ver aquele pensamento, se ele está presente em cada lugar?

No exato momento em que descobrimos a lei que regula o desenvolvimento de um fenômeno, começamos a ler o pensamento de Deus. Para nós que vivemos na periferia, este pensamento se apresenta subdividido em mil ramificações. Porém, à medida que penetramos com o olhar para além da superfície das coisas e das aparências fenomênicas, aquele pensamento se torna sempre mais evidente, vivo e unitário. Isto sucede até um ponto no qual se percebe um deslumbrante centro de luz, que, como princípio unitário, dirige todo o universo. Compreende-se, então, por que o monoteísmo, com sua ideia unitária, é uma concepção mais central e verdadeira do que aquela periférica e separatista do politeísmo.

É esta em síntese a visão que se pode atingir de Deus no plano mental. Mas ela pode ser alcançada também no plano emotivo, estando acessível não somente pelos meios da razão, mas também pelas vias do sentimento. Esta visão é o ponto culminante para o qual tende a nossa Obra, e o alcançamos agora, ao

concluí-la. Nos primeiros doze volumes, mantivemo-nos sobretudo no plano emotivo, seguindo a visão no seu aspecto místico, pelas vias do sentimento. Nos doze volumes sucessivos, nós a desenvolvemos no plano racional, mais consciente e controlado. Procuramos assim nos aproximar desta visão, seguindo ambos os caminhos humanos, para dela alcançarmos o mais completo conhecimento possível.

A primeira Obra é impetuosa, ardente de entusiasmo, baseada prevalentemente na fé. A segunda Obra é trabalho de controle, baseado na razão. Assim, o produto de tipo intuitivo é elaborado sobre outro plano, sendo, sempre que possível, submetido à observação e à experiência, em contato com a realidade. Isto era necessário, porque é perigoso nos abandonarmos apenas à fé, que poderia ser tomada como uma fantasia ou um mero produto dos impulsos do subconsciente. A primeira Obra é um produto intuitivo do superconsciente, que está situado acima da consciência normal. A segunda Obra é o resultado de um exame operado pela mesma consciência no plano racional, sendo o efeito de um desdobramento equivalente à absorção e à assimilação daquilo que foi intuído, até constituir-se numa qualidade pessoal, como conhecimento adquirido.

Vê-se então que esta dúplici Obra não é apenas um trabalho de tipo literário, como uma espécie de exercitação ou realização mental, mas sim o resultado de um amadurecimento evolutivo que foi realmente vivido por quem a escreveu e que poderá ser vivido também por quem a lê. Esta Obra permaneceu toda impressa na alma do instrumento humano que a compilou. Este trabalho constituiu para ele uma espécie de escola, uma escada que, por degraus sucessivos, ele subiu com fadiga. Assim, ele se aproximou sempre mais do cimo, onde encontrou o conhecimento para responder aos seus quesitos, tendo resolvido os problemas para os quais o mundo não lhe dava respostas. Outro tanto poderá fazer o leitor que, por ter chegado à maturidade, sentir essa necessidade.

Eis que aqueles volumes são um meio para uma finalidade bem mais alta do que uma glória ou um sucesso terreno. Assim, em relação a ganhar ou perder tais coisas – tão importantes em nosso mundo – fica naturalmente alheio quem alcançou outra finalidade, que tem para ele um valor bem mais elevado. Aquelas coisas são efêmeras, passam e são abandonadas com a morte. Mas, pelo contrário, a consciência de ter procurado realizar uma obra de bem para os outros e de ter adquirido para si novas qualidades, permanece definitivamente aderente à própria personalidade, trazendo um resultado que a morte não pode anular e que, portanto, levamos conosco.

Ter conquistado para si esta construção é uma realização individual interior e indestrutível, livre das apreciações do mundo, que permanecem no

nível deste, sejam elas de louvores ou de censuras.

O fato de haver realizado um bem se traduz num resultado individual e intransferível, porque representa uma posição biológica na qual não pode chegar a se colocar quem não tenha, com o seu próprio esforço, percorrido todo o caminho necessário. É justo, de resto, que o deslocamento de uma posição evolutiva não possa acontecer apenas com a leitura de livros, sem que se cumpra toda uma íntima elaboração biológica. Não se trata aqui de adquirir conhecimentos para enriquecer a própria cultura, mas sim de realizar um salto para frente, o que não se improvisa nem pode verificar-se, senão depois de séculos e de vidas de maturação interior. É conforme a justiça da Lei que nenhuma vantagem possa ser obtida, se não for ganha. Cristo nos mostrou o caminho da redenção, mas cada um deve percorrê-lo com o seu próprio esforço.



Ora, em que consiste esta visão de Deus? Será possível descrevê-la, para fazê-la ser compreendida pela normal forma mental humana? Como foi anteriormente apontado, podemos aproximar-nos da visão por três caminhos diferentes: o emotivo (sentimento), o intelectual (mente) e o concreto (realização). Esta visão de Deus pode então ser sentida, compreendida e vivida. A presente Obra abraça todos estes três momentos, podendo ser entendida separadamente a partir de cada um destes seus aspectos, os quais, no entanto, apoiam-se e completam-se reciprocamente.

O indivíduo, por via de regra, escolhe o caminho que melhor condiz com o seu temperamento, conforme a faceta que teve nele maior desenvolvimento: o coração, a razão ou a ação. As religiões exotéricas, devendo satisfazer as camadas sociais menos desenvolvidas intelectualmente – representadas pelas massas, que não sabem superar o estado emotivo – apoiam-se prevalentemente sobre o sentimento e sobre a aceitação passiva pela fé. A ciência, que se apoia, pelo contrário, no fator lógico e racional, encontra maior acolhida junto às classes mais cultas. Assim religião e ciência são ambas unilaterais e incompletas, cada uma concebida apenas com a sua própria forma mental, ambas exclusivistas e prontas a repelir a verdade da outra, quando elas são de fato complementares justamente nos pontos que não localizam uma na outra.

A nossa Obra, para que pudesse permanecer completa, procurou evitar tal unilateralidade, alcançando a mesma verdade primeiro pelos caminhos da intuição e, depois, pelas vias racionais. Assim, os dois aspectos se fundem e se sustentam reciprocamente, para convergir na mesma e única visão do pensamento que tudo dirige e move, ao qual chamamos Deus. Eis então que espírito e matéria constituem alma e corpo de um mesmo organismo. Portanto, do centro à periferia e da periferia ao centro, a existência, ora como pensamento

ora como ação, constitui uma coisa só. Assim, do S ao AS e do AS ao S, apesar do antagonismo entre posições contrárias, Deus é uno com o todo e o todo é uno com Deus.

Eis que a visão é simples, porque revela a presença de Deus em todas as formas de existência, seja qual for seu tipo, mesmo se afastadas do centro, ao qual, contudo, cada uma permanece ligada, como se fosse uma sua emanção ou ramificação. A visão é unitária, porque Deus está presente em cada forma, seja qual for o seu nível de desenvolvimento evolutivo, porque Deus é o princípio que as dirige todas, a força que lhes anima o funcionamento e o próprio modo pelo qual elas se expressam e realizam. Esta visão representa uma penetração nas profundidades do AS até o seu centro diretor e animador, que é o S, sendo a contemplação da beleza deste para além das deformidades daquele.

Se não vemos Deus, não é porque Ele se esconde no mistério, mas sim porque ainda não nos construímos os olhos apropriados para vê-Lo. Mas a evolução, restituindo-nos a vista, irá reconduzir-nos ao S, oferecendo-nos de novo a visão de Deus. Vive-se então em função de outra realidade, de outra existência, de tipo positivo, e não mais negativo; iluminada de conhecimento, de vida e de alegria, e não mergulhada nas trevas, na dor e na morte. Tudo se transforma então, vivificado por uma divina luz que é potência interior.

Tal visão da presença de Deus não é uma abstração, mas sim a percepção de uma realidade viva e positiva. Esta realidade objetiva é o S, cuja percepção se alcança por evolução. Que o S constitui uma realidade objetiva é provado pelo fato de constituir a própria meta da evolução. Ora, esta é um fenômeno universalmente aceito, que vai da matéria ao espírito, caminho que não pode deixar de ter um ponto de chegada, o qual terá de ser forçosamente coincidente com o ponto de partida, ou seja, Deus.

Resumindo. Esta visão pode ser alcançada por dois caminhos diferentes: 1) Através da compreensão – por parte do intelectualmente desenvolvido – da estrutura e do funcionamento orgânico do Todo, ou seja, por meio de um estado de iluminação da mente, que, tendo atingido o conhecimento, contempla, através da obra na qual Deus se expressa, o seu lado espiritual; 2) Através da percepção – por parte do evoluído sensibilizado – da irradiação de positividade e da potência criadora e saneadora que emana do centro, Deus, que, como imensa e arrastadora onda de vida, investe, sustenta e impele tudo para o bem.

Assim, a visão de Deus pode ser tanto racional (ciência) como emocional (religião). Ela pode ser alcançada pelas vias da mente, assim como pelas do coração; pode ser gozada como brilho do intelecto ou como alegria de sentimento. Cada um escolhe a via que lhe é mais adequada. Desse modo, embora o cientista e o místico pareçam dois seres opostos, visando a trabalhos

diversos, eles, na realidade, procuram o mesmo Deus, que fala a cada um conforme sua diversa forma mental. É natural que Deus possua todos os aspectos e atributos que a nós, situados no relativo, aparecem como diferentes e separados. Mas a visão completa é obtida pelo intelecto unido ao sentimento, sendo contemplada tanto pelo cientista que também sabe orar, como pelo místico que também sabe pensar, operando uma análise consciente do seu fenômeno. Dotada desta ambivalência, será completa a religião científica do futuro.

Eis que esta visão pode representar um estado de sublimação de todo o ser humano, nos seus dois aspectos fundamentais, tanto aquele racional, emotivamente frio, como o outro, incandescente, extasiado e arrebatado, próprio de quem é incendiado pelo esplendor de Deus. Tal visão nos coloca em contato espiritual com o S, o que transfere o nosso método de vida, levando-nos a funcionar na ordem. Isto torna mais leve o nosso fardo de dores, que é tanto maior, quanto mais se desce, e tanto menor, quanto mais se sobe. Evoluir significa nos aproximarmos do S, aprendendo a nos mover sem provocar, através do erro, o choque da desordem causadora da dor, que não tem mais razão de existir, quando tenha cumprido a sua função de ensinar, fazendo o indivíduo aprender a lição. A visão serve para andar em harmonia com Deus, o que elimina o mal e, assim, resolve o problema da dor.

Assim a visão é alegre, positiva e benéfica. Conhecer a Lei, senti-la presente e vivê-la dá aquele sentido de segurança de quem se apoia sobre o sólido. Então se conhece as consequências das próprias ações e se sabe que, em cada ocorrência, a última palavra pertence sempre à justiça de Deus. Quem conhece a Lei sabe que ela protege quem a segue, sendo garantido o resultado de seu reto operar; sabe que o bem é o mais forte e que está destinado a vencer, assim como qualquer um que o pratique, mesmo estando situado no meio do mal do AS. Ele sabe que a dor, enquanto ensina, é um benéfico instrumento de evolução e, assim, a utiliza para a sua vantagem.

Ele vê a estrada e a meta, sabendo que está a caminho e sabendo para onde vai. Ele não se move mais por tentativas, como um cego, porque, através do longo trabalho da elaboração evolutiva, construiu novos olhos para ver e, por isso, pode agora contemplar uma esplêndida visão, precioso prêmio que, conforme a própria justiça da Lei, ele mereceu.

Quem possui estes novos olhos, mesmo estando situado de cabeça para baixo no AS, vê em cada momento e lugar funcionar a Lei, que lhe expressa o pensamento de Deus. Sentindo a Sua presença em tudo o que existe, estabelece-se um íntimo diálogo entre sua alma e Deus, sem que nenhum ser humano – por mais poderoso que seja – possa intervir. Então o indivíduo é penetrado por esta presença espiritual, que, para ele, é viva e lhe fala com a voz interior. Com isso,

já não se sente mais só, porque se irmana e se comunica com tudo o que existe, pois tudo expressa a presença de Deus. Torna-se assim uma célula pensante do grande organismo de pensamento que é a alma do todo. Esta comunhão confere um sentido de imensa potência vital, porque o coloca em contato com a própria fonte da vida, que é Deus. É inebriante beber na taça do conhecimento. Esta é uma exploração contínua, perante a qual cai passo a passo o desconhecido; é uma corrida para superar horizontes cada vez mais longínquos; é um movimento livre num oceano sem limites, onde cada gota é um momento da sapiência de Deus. Então todas as formas do ser se nos revelam na divina substância que as anima, contando-nos uma sua longa história de criaturas de Deus, vivas de Sua vida, movidas pelo Seu pensamento e guiadas pela Sua lei. Tem-se então a sensação da própria eternidade, percebendo-se que no profundo do ser está Deus, centro radiante de vida, potência suprema de conhecimento, bondade e amor. Quanto mais abertos estão os canais da nossa compreensão, tanto mais conseguimos escancarar as portas em direção à luz de Deus e tanto mais ela irrompe em nosso ser, inundando-o de uma alegre e vitoriosa luminosidade, que o arrebatava para um plano de existência mais alto e feliz.

Esta é a visão do Deus Pai, o ponto de chegada de toda a Obra, vértice no qual ela se conclui. Seguindo Cristo em sua elevação para fora do AS, chegamos à visão do S. Iniciei a Obra em 1931, num estado de trevas, pedindo em vão às religiões e à ciência uma resposta aos fundamentais porquês da existência. Estou terminando a Obra em 1971, depois de quarenta anos de trabalho, num estado que, pelo menos para mim, é de iluminação.

Agora, na profundidade de cada coisa existente, sinto, com crescente assombro, um pensamento que me fala de Deus. Por vezes, aquele pensamento se torna palavra e a ouço com um sentido que está nas profundezas do meu ser, onde, como em tudo mais, está Deus. Então é possível entender, porque Deus fala com a Sua linguagem ao Deus que está dentro de mim. Por isso é possível tal comunicação, porque em Deus encontro a mim mesmo e Ele se encontra em mim, assim como o Filho se encontra no Pai e o Pai se encontra no Filho. Eis que, no turbilhão da constante mudança de todas as formas, ouço a palavra que as dirige, imóvel, do centro de cada movimento.

Este fenômeno não é desconhecido. Ele se chama intuição, inspiração etc., podendo ser explicado psicanaliticamente, como já fiz alhures. No homem comum, o superconsciente jaz adormecido no inconsciente. Nesse estado primordial, Deus é captado na forma de uma ideia longínqua, como um pressentimento, mediante um ato de fé. Acontece, porém, que alguns indivíduos, com a evolução, começam a despertar para níveis espirituais mais elevados. Então a ideia de Deus desabrocha e, emergindo das névoas do inconsciente,

torna-se consciência de Sua presença. É assim que o evoluído pode atingir uma aproximação cada vez mais clara da visão de Deus, por estar Ele no ápice da escada da evolução, no fim do percurso que vai do AS ao S. Esta visão é o produto de um amadurecimento e, por isso, ela se faz tanto mais clara, quanto maior é o desenvolvimento alcançado pelo indivíduo.

Assim, um degrau após o outro, no final da Obra e da vida, encontro-me agora de olhos abertos diante da lei de Deus. Escrevendo, fui à escola e aprendi. Mas, ao mesmo tempo, quis explicar também aos outros. Todavia não posso fazer o conhecimento que desejo transmitir ser adquirido através da simples leitura de livros. Isto porque a Lei exige – e não se pode mudá-la – que a ascensão só se realize através do próprio esforço, com o qual se conquista a própria evolução. Nestas condições, contudo, o caminho pode ser percorrido, sendo possível a meta ser atingida por todos. É por isso que, com a Obra, contei uma tão longa história!

É a história de uma alma em evolução. Ela poderá interessar a quantos estejam prontos e dispostos a percorrer tal caminho. Por isso o tracei e o descrevi nos 24 volumes que se sucederam, dos quais este é o último. Tudo isto para o bem de quem quiser tirar proveito dela.

Eu estava desorientado e agora tenho como me orientar; duvidava e agora estou seguro; estava desarmonizado no caos e agora estou em harmonia na ordem do Todo; então não sabia e agora sei. O meu desejo é que tanto trabalho permita que outros também compartilhem destes benefícios, dos quais, por ter seguido este caminho, posso agora, no fim da minha vida, usufruir.

FIM

Vida e Obra de *Pietro Ubaldi*

(Sinopse)



O HOMEM

Pietro Ubaldi, filho de Sante Ubaldi e Lavínia Alleori Ubaldi, nasceu em 18 de agosto de 1886, às 20:30 horas (local). Ele escolheu os pais e a cidade onde iria nascer, Foligno, Província de Perúgia (capital da Úmbria). Foligno fica situada a 18 km de Assis, cidade natal de São Francisco de Assis. Até hoje, as cidades franciscanas guardam o mesmo misticismo legado à Terra pelo grande poverelo de Assis, que viveu para Cristo, renunciando os bens materiais e os prazeres deste mundo.

Pietro Ubaldi sentiu desde a sua infância uma poderosa inclinação pelo franciscanismo e pela Boa Nova de Cristo. Não foi compreendido, nem poderia sê-lo, porque seus pais viviam felizes com a riqueza e com o conforto proporcionado por ela. A Sra. Lavínia era descendente da nobreza italiana, única herdeira do título e de uma enorme fortuna, inclusive do Palácio Alleori Ubaldi. Assim, Pietro Alleori Ubaldi foi educado com os rigores de uma vida palaciana.

Não pode ser fácil a um legítimo franciscano viver num palácio. Naturalmente, ele sentiu-se deslocado naquele ambiente, expatriado de seu mundo espiritual. A disciplina no palácio, ele aceitou-a facilmente. Todos deveriam seguir a orientação dos pais e obedecer-lhes em tudo, até na religião. Tinham de ser católicos praticantes dos atos religiosos, realizados na capela da Imaculada Conceição, no interior do palácio. Pietro Ubaldi foi sempre obediente aos pais, aos professores, à família e, em sua vida missionária, a Cristo. Nem todas as obrigações palacianas lhe agradavam, mas ele as cumpriu até à sua total libertação. A primeira liberdade se deu aos cinco anos, quando solicitou de sua mãe que o mandasse à escola, e aquela bondosa senhora atendeu o pedido do filho. A segunda liberdade, verdadeiro desabrochamento espiritual, aconteceu no ginásio, ao ouvir do professor de ciência a palavra “evolução”. Outra grande liberdade para o seu espírito foi com a leitura de livros sobre a imortalidade da alma e reencarnação, tornando-se reencarnacionista aos vinte e seis anos. Daí por diante, os dois mundos, material e espiritual, começaram a fundir-se num só. A vida na Terra não poderia ter outra finalidade, além daquelas de servir a Cristo e ser útil aos homens.

Pietro Ubaldi formou-se em Direito (profissão escolhida pelos pais, mas jamais exercida por ele) e Música (oferecimento, também, de seus genitores), fez-se poliglota, autodidata, falando fluentemente inglês, francês, alemão, espanhol, português e conhecendo bem o latim; mergulhou nas diferentes correntes filosóficas e religiosas, destacando-se como um grande pensador cristão em pleno Século XX. Ele era um homem de uma cultura invejável, o que muito lhe facilitou o cumprimento da missão. A sua tese de formatura na Universidade de Roma foi sobre *A Emigração Transatlântica, Especialmente para o Brasil*, muito elogiada pela banca examinadora e publicada num volume de 266 páginas pela Editora Ermano Loescher Cia. Logo após a defesa dessa tese, o Sr. Sante Ubaldi lhe deu como prêmio uma viagem aos Estados Unidos, durante seis meses.

Pietro Ubaldi casou-se com vinte e cinco anos, a conselho dos pais, que escolheram para ele uma

jovem rica e bonita, possuidora de muitas virtudes e fina educação. Como recompensa pela aceitação da escolha, seu pai transferiu para o casal um patrimônio igual àquele trazido pela Senhora Maria Antonietta Solfanelli Ubaldi. Este era, agora, o nome da jovem esposa. O casamento não estava nos planos de Ubaldi, somente justificável porque fazia parte de seu destino. Ele girava em torno de outros objetivos: o Evangelho e os ideais franciscanos. Mesmo assim, do casal Maria Antonietta e Pietro Ubaldi nasceram três filhos: Vincenzina (desencarnada aos dois anos de idade, em 1919), Franco (morto em 1942, na Segunda Guerra Mundial) e Agnese (falecida em S. Paulo – 1975).

Aos poucos, Pietro Ubaldi foi abandonando a riqueza, deixando-a por conta do administrador de confiança da família. Após dezesseis anos de enlace matrimonial, em 1927, por ocasião da desencarnação de seu pai, ele fez o voto de pobreza, transferindo à família a parte dos bens que lhe pertencia. Aprovando aquele gesto de amor ao Evangelho, Cristo lhe apareceu. Isso para ele foi a maior confirmação à atitude tão acertada. Em 1931, com 45 anos, Pietro Ubaldi assumiu uma nova postura, estarrecedora para seus familiares: a renúncia franciscana. Daquele ano em diante, iria viver com o suor do seu rosto e renunciava todo o conforto proporcionado pela família e pela riqueza material existente. Fez concurso para professor de inglês, foi aprovado e nomeado para o Liceu Tomaso Campailla, em Módica, Sicília – região situada no extremo sul da Itália – onde trabalhou somente um ano letivo. Em 1932 fez outro concurso e foi transferido para a Escola Média Estadual Otaviano Nelli, em Gúbio, ao norte da Itália, mais próximo da família. Nessa urbe, também franciscana, ele trabalhou durante vinte anos e fez dela a sua segunda cidade natal, vivendo num quarto humilde de uma casa pequena e pobre (pensão do casal Norina-Alfredo Pagani – Rua del Flurne, 4), situada na encosta da montanha.

A vida de Pietro teve quatro períodos distintos (v. livro *Profecias* – “Gênese da II Obra”): dos 5 aos 25 anos – formação; 25 aos 45 anos – maturação interior, espiritual, na dor; dos 45 aos 65 anos – Obra Italiana (produção conceptual); dos 65 aos 85 anos – Obra Brasileira (realização concreta da missão).

O MISSIONÁRIO

Na primeira semana de setembro de 1931, depois da grande decisão franciscana, Cristo novamente lhe apareceu e, desta vez, acompanhado de São Francisco de Assis. Um à direita e outro à esquerda, fizeram companhia a Pietro Ubaldi durante vinte minutos, em sua caminhada matinal, na estrada de Colle Umberto. Estava, portanto, confirmada sua posição.

Em 25 de dezembro de 1931, chegou-lhe de improviso a primeira mensagem, a *Mensagem de Natal*. Por intuição ele sentiu: estava aí o início de sua missão. Outras Mensagens surgiram em novas oportunidades. Todas com a mesma linguagem e conteúdo divino.

No verão de 1932, começou a escrever *A Grande Síntese*, a qual só terminou em 23 de agosto de 1935, às 23h00min horas (local). Esse livro, com cem capítulos, escrito em quatro verões sucessivos, foi traduzido para vários idiomas. Somente no Brasil, já alcançou quinze edições. Grandes escritores do mundo inteiro opinaram favoravelmente sobre *A Grande Síntese*. Ainda outros compêndios, verdadeiros mananciais de sabedoria cristã, surgiram nos anos seguintes, completando os dez volumes escritos na Itália:

01) *Grandes Mensagens*

02) *A Grande Síntese* – Síntese e Solução dos Problemas da Ciência e do Espírito

03) *As Noures* – Técnica e Recepção das Correntes de Pensamento

04) *Ascese Mística*

05) *História de Um Homem*

06) *Fragmentos de Pensamento e de Paixão*

07) *A Nova Civilização do Terceiro Milênio*

08) ***Problemas do Futuro***

09) ***Ascensões Humanas***

10) ***Deus e Universo***

Com este último livro, Pietro Ubaldi completou sua visão teológica, além de profundos ensinamentos no campo da ciência e da filosofia. *A Grande Síntese* e *Deus e Universo* formam um tratado teológico completo, que se encontra ampliado, esclarecido mais pormenorizadamente, em outros volumes escritos na Itália e no Brasil, a segunda pátria de Ubaldi.

O Brasil é a terra escolhida para ser o berço espiritual da nova civilização do Terceiro Milênio. Aqui vivem diferentes povos, irmanados, independentes de raças ou religiões que professem. Ora, Pietro Ubaldi exerceu um ministério imparcial e universal, e nenhum país seria tão adaptado à sua missão quanto a nossa pátria. Por isso o destino quis trazê-lo para cá e aqui completar sua tarefa missionária.

Nesta terra do Cruzeiro do Sul, ele esteve em 1951 e realizou dezenas de conferências de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Em oito de dezembro do ano seguinte, desembarcaram, no porto de Santos, Pietro Ubaldi acompanhado da esposa, filha e duas netas (Maria Antonieta e Maria Adelaide), atendendo a um convite de amigos de São Paulo para vir morar neste imenso país. É oportuno lembrar que Ubaldi renunciou aos bens materiais, mas não aos deveres para com a família, que se tornou pobre porque o administrador, primo de sua esposa, dilapidou toda a riqueza entregue a ele para gerencia-la.

Em 1953, Pietro Ubaldi retornou à sua missão apostolar, continuou a recepção dos livros e recebeu a última Mensagem, *Mensagem da Nova Era*, em São Vicente, no edifício “Iguaçu”, na Av. Manoel de Nóbrega, 686 – apto. 92. Dois anos depois, transferiu-se com a família para o Edifício “Nova Era” (coincidência, nada tem haver com a Mensagem escrita no edifício anterior), Praça 22 de janeiro, 531 – apto. 90. Em seu quarto, naquele apartamento, ele completou a sua missão. Escreveu em São Vicente a segunda parte da Obra, chamada brasileira, porque escrita no Brasil, composta por:

11) ***Profecias***

12) ***Comentários***

13) ***Problemas Atuais***

14) ***O Sistema*** – Gênese e Estrutura do Universo

15) ***A Grande Batalha***

16) ***Evolução e Evangelho***

17) ***A Lei de Deus***

18) ***A Técnica Funcional da Lei de Deus***

19) ***Queda e Salvação***

20) ***Princípios de Uma Nova Ética***

21) ***A Descida dos Ideais***

22) ***Um Destino Seguindo Cristo***

23) ***Pensamentos***

24) ***Cristo***

São Vicente (SP), célula mater. do Brasil, foi a terceira cidade natal de Pietro Ubaldi. Aquela cidade praiana tem um longo passado na história de nossa pátria, desde José de Anchieta e Manoel da Nóbrega até

o autor de *A Grande Síntese*, que viveu ali o seu último período de vinte anos. Pietro Ubaldi, o Mensageiro de Cristo, previu o dia e o ano do término de sua Obra, Natal de 1971, com dezesseis anos de antecedência. Ainda profetizou que sua morte aconteceria logo depois dessa data. Tudo confirmado. Ele desencarnou no hospital São José, quarto Nº 5, às 00h30min horas, em 29 de fevereiro de 1972. Saber quando vai morrer e esperar com alegria a chegada da irmã morte, é privilégio de poucos... O arauto da nova civilização do espírito foi um homem privilegiado.

A leitura das obras de Pietro Ubaldi descortina outros horizontes para uma nova concepção de vida.

¹ De fato, uma vez concluído o seu trabalho, o autor faleceu aos 85 anos, dois meses após o término do presente volume, em 29.02.1972. (N. da E.)